



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS

CRISTIANE PASSOS DE MATTOS

PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: uma via para interpretar o turismo na Área de
Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil?

RIO DE JANEIRO

2018

CRISTIANE PASSOS DE MATTOS

PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil?

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutora.

Professora Orientadora: Dra. Marta de Azevedo Irving

Professora Co-Orientadora: Dra. Lilia dos Santos Seabra

RIO DE JANEIRO

2018

CIP - Catalogação na Publicação

M435p Mattos, Cristiane Passos de
 Psicossociologia do turismo: uma via para
 interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental
 de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil? /
 Cristiane Passos de Mattos. -- Rio de Janeiro, 2018.
 220 f.

 Orientador: Marta de Azevedo Irving.
 Coorientador: Lília dos Santos Seabra.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós
 Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
 Ecologia Social, 2018.

 1. Psicossociologia. 2. Psicossociologia do
 Turismo. 3. Áreas Protegidas. 4. Macaé de Cima. I.
 Irving, Marta de Azevedo , orient. II. Seabra,
 Lília dos Santos , coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Ata da Reunião da Banca Examinadora da aluna Cristiane Passos de Mattos candidata ao grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às nove horas, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a Tese de Doutorado da aluna **Cristiane Passos de Mattos**, registro nº.114004473. Fizeram parte da Banca os(as) Professores(as) Doutores(as) **Marta de Azevedo Irving** (orientadora), **Lilia dos Santos Seabra** (coorientadora), **Samira Lima da Costa**, **Alba Simon** e **Virginia Villas Boas Sá Rego**. A professora Marta de Azevedo Irving, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo à aluna tempo para exposição oral de sua tese intitulada **“Psicossociologia do Turismo: uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima, Nova Friburgo (RJ), Brasil”**. Dando prosseguimento, a aluna foi argüida pelos(as) professores(as) examinadores(as). Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da tese, concluindo pela aprovação. A aluna, portanto, foi declarada apte a receber o grau de Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, cabendo à Universidade Federal do Rio de Janeiro providenciar a documentação necessária. Nada mais a declarar, eu, Ricardo Antonio Xavier de Barros Fernandes, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e da aluna. Rio de Janeiro, vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito.

Secretário: Ricardo Antonio Xavier de Barros Fernandes

Banca:

Marta de Azevedo Irving
Lilia dos Santos Seabra

Alba Simon

Marta

Virginia Villas Boas Sá Rego

Aluna: Cristiane Passos de Mattos

Observações: A banca reiterou a importância e o mérito da tese, reforçou o reconhecimento pelo trabalho de pesquisa realizado, em termos de sua contribuição teórica e metodológica para o Programa Pós-Graduação e solicitou a revisão e os ajustes, conforme as recomendações sugeridas para que a tese possa ser referência no campo da psicossociologia do turismo. A nova versão deve ser entregue em 30/01/2019 para as examinadoras externas

**Dedico este trabalho aos meus pais, incansáveis e generosos, presentes de Deus
nesta minha vida terrena. Sem eles, este trabalho não teria sido possível.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, todo poderoso, onipotente e onipresente, e todas as falanges dos anjos e dos guias espirituais que juntos asseguram, por meio da comunhão divina, um cenário de conforto para as nossas almas.

Agradeço a minha orientadora Marta Irving, por acreditar e ter tido muita paciência ao longo de todo o processo de doutoramento.

Agradeço a co-orientadora Lilia Seabra pelos belos e incentivadores encontros que tivemos. Agradeço aos meus pais, Nilcelia e José Alberto, aos meus irmãos, Henrique e Débora, pelo constante apoio sem o qual nada teria sido possível.

Peço desculpas aos meus filhos Clara e Francisco pela ausência nestes últimos anos. Agradeço o apoio de vocês que, sem sombra de dúvida, são as crianças mais felizes e companheiras deste mundo. Agradeço Daniel Dias por ter me acompanhado nos momentos mais difíceis.

À Deva Maya Noah, meu eterno agradecimento por ter amado meus filhos nos momentos em que eu me fiz ausente por conta do doutoramento.

Às minhas amigas Poliane Tardin, Aurea Rocha, Carla Perrone, Carol e Roberta Castro por terem sido meu ponto de apoio e força nos momentos em que eu caí. Ao meu amigo Bruno, por tudo o que não é possível descrever por meio das palavras. Aos agricultores familiares de São Pedro da Serra, por terem sido mais do que parceiros durante as iniciativas de pesquisa.

A todos os conselheiros da APA Macaé de Cima, agradeço por terem depositado em mim a confiança durante o processo investigativo. Agradeço em especial Sérgio Poyares e Ricardo Voivodic, que foram super solícitos a todos os meus pedidos.

Agradeço aos meus colegas do curso de Graduação em Turismo do CEFET-RJ, em especial Edvar Fernandes, Suzana Barroso, Alessandra Mitie, Isabela Loureiro, Felipe Felix, Camila Dazzi e Suellen Lamas, por terem me apoiado e incentivado durante todo o processo.

Agradeço aos colegas Wilton Neves, Amazile López e Alda Maria de Oliveira por terem me ajudado com o acesso a dados e informações inerentes à Prefeitura de Nova Friburgo.

Aos colegas do GAPIS, EICOS / UFRJ, meus eternos agradecimentos pela parceria: Graciella Faico, Frances Vivian, Marcelo Lima, Manuela Muzzi, Edilaine Moraes, Érika Pinto, Maria Elizabeth de Oliveira, Cláudia Fragelli, Gustavo Mello, Guilherme Costa e Nadson Nei. A Julie Kolker, pela tradução e, acima de tudo, pelo olhar fraterno e esperançoso. Ao Fernando Castro, pelo companheirismo de sempre nas tarefas de revisão. A Yasmin Nasri, por tudo que não é possível descrever com palavras de gratidão. Aos sonhos, por nos deixarem persistir.

EPIÍGRAFE

“Se um indivíduo percorre as ruas de Paris proclamando: ‘Eu sou de Gaulle!’, ele sofre de perturbações psíquicas. Mas se dez mil homens o aclamam gritando: ‘Somos gaullistas!’, não duvidamos que se trate de um movimento político. É uma verdade garantida que, quando estamos reunidos e formamos um grupo, alguma coisa muda radicalmente. Pensamos e sentimos de modo bem diferente de quando o fazemos separadamente. Pode-se discutir o sentido dessa diferença, não sua existência. Os sentimentos de amor ou de ódio tornam-se mais intensos, os argumentos tornam-se mais extremos e vivazes. As qualidades dos participantes se transformam ao longo da passagem do estado individual ao estado coletivo.”

Serge Moscovici – *A invenção da Sociedade. Sociologia e Psicologia.*

RESUMO

MATTOS, Cristiane Passos de. ***Psicossociologia do Turismo***: uma via para interpretar o turismo na Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima? (Nova Friburgo, RJ, Brasil). 2018. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

A Psicossociologia constitui um campo interdisciplinar, centrado na investigação de sujeitos em situações de interação social. Esta interação caracteriza, também, o cerne do turismo, este entendido como fenômeno social contemporâneo. Reconhecendo a leitura interdisciplinar como ponto de partida para a pesquisa nesse campo, o objetivo central da tese foi investigar em que medida a Psicossociologia pode se constituir em uma via interpretativa inovadora para o turismo. A abordagem metodológica adotada para a construção da tese envolveu pesquisa qualitativa a partir de ampla revisão da literatura e de um Estudo de Caso. Para tal, a pesquisa bibliográfica e documental, a observação participante, e a realização de entrevistas narrativas constituíram as principais etapas metodológicas. O Estudo de Caso selecionado para a investigação foi a Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (APAMC), localizada no município de Nova Friburgo, RJ (Brasil). Com áreas expressivas de Mata Atlântica, essa unidade de conservação está localizada em uma região turística no contexto fluminense. A partir dos dados obtidos, o que se pôde perceber é que, no âmbito local, a prática do turismo vem sendo consolidada desde a década de 1970, e se expressa por meio de mudanças culturais, territoriais, econômicas, ambientais e sociais, na região. Com um potencial socioeconômico ainda pouco explorado e com ilimitadas possibilidades para a expansão do turismo, essa região representa uma área de especial interesse, sendo essencial se pensar em caminhos inovadores para construir transformações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades. A tese argumenta em favor da *Psicossociologia* como uma via possível para se pensar as dimensões do fenômeno turístico, por meio da interpretação desse fenômeno na APAMC.

Palavras-chaves: Psicossociologia. *Psicossociologia do Turismo*. Áreas Protegidas. Macaé de Cima.

ABSTRACT

MATTOS, Cristiane Passos de. *Psychosociology of Tourism*: a way to interpret the tourism in the State Environmental Protection Area of Macaé de Cima? Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Psychosociology is an interdisciplinary field, focused on the investigation of people in situations of social interaction. This interaction also characterizes the core of tourism, which is understood as a contemporary social phenomenon. Interdisciplinary reading was a starting point for research in this field and the main objective of the thesis was to investigate how Psychosociology can constitute an innovative interpretive way for tourism. The methodological approach to construct the thesis was based on qualitative research from a broad literature review and from a Case Study. Thus, bibliographic and documentary research, participant observation, and narrative interviews were the main methodological steps. The case study selected for the investigation was the State Environmental Protection Area of Macaé de Cima (APAMC), located in the municipality of Nova Friburgo, RJ (Brazil). With significant areas of Atlantic Forest, this protected area is situated in a tourist region in the State of Rio de Janeiro. From the data obtained, what has been perceived is that, at the local level, the practice of tourism has been consolidated since the 1970s, and it's expressed through cultural, territorial, economic, environmental and social changes in the region. With a socioeconomic potential that is still little explored and with unlimited possibilities for the expansion of tourism, this region represents an area of special interest, and it is essential to think of innovative ways to construct transformations that contribute to the improvement of the quality of life and reduction of inequalities. The thesis advocates in favor of Psychosociology as a possible interpretative way, to think about the dimensions of the tourism phenomenon in the APAMC.

Keywords: Psychosociology. Psychosociology of Tourism. Protected Areas. Macaé de Cima.

Lista de Ilustrações

Figura 1 - <i>Reunião de apresentação do Projeto de Pesquisa ao Conselho Consultivo da APAMC em 19/05/2017.</i>	p.35
Figura 2 - <i>Observação participante na 5a. Exposição da AFASPS</i>	p.38
Figura 3 - <i>Reunião no CONAPAMC em 22/09/2017</i>	p.38
Figura 4 - <i>Mapa de localização da APA Macaé de Cima (APAMC) no estado do Rio de Janeiro</i>	p.83
Figura 5 - <i>Localidades na APA Macaé de Cima e arredores</i>	p.85
Figura 6 – <i>Alto curso do Rio Macaé</i>	p.86
Figura 7 – <i>Rio Macaé encachoeirado na localidade de Cascata</i>	p.86
Figura 8 – <i>Vias de Acesso e Rio Macaé nas áreas de inserção da APAMC</i>	p.88
Figura 9 – <i>Foto do Poço Feio em Lumiar</i>	p.125
Figura 10 – <i>Foto do Centro de Lumiar</i>	p.126

Lista de Quadros

Quadro 1 - <i>Etapas metodológicas para a construção da tese</i>	p.30
Quadro 2 – <i>Síntese dos ambientes pesquisados e períodos de realização da observação participante</i>	p.37
Quadro 3 – <i>Síntese dos Perfis dos entrevistados</i>	p.39
Quadro 4 – <i>Síntese do contexto das entrevistas narrativas (data, grupo focal, local)</i>	p.41
Quadro 5 – <i>Regras utilizadas para a transcrição das entrevistas</i>	p.42
Quadro 6 - <i>Matriz Síntese dos autores, títulos e temas da literatura consultada – Psicossociologia e Turismo</i>	p.60
Quadro 7 - <i>Matriz Síntese sobre os principais temas de análise na produção acadêmica mapeada</i>	p.62
Quadro 8 – <i>Matriz Síntese sobre teses e dissertações nacionais</i>	p.66
Quadro 9 – <i>Matriz Síntese sobre teses e dissertações – Programa de pós-graduação/Ano de defesa</i>	p.68
Quadro 10 - <i>Argumentos em favor de uma Psicossociologia do Turismo</i>	p.73
Quadro 11 - <i>Matriz Síntese da produção acadêmica mapeada sobre a APAMC</i>	p.98
Quadro 12 – <i>Matriz Síntese das ações da gestão da APAMC</i>	p.103
Quadro 13 - <i>Matriz Síntese sobre os conflitos na APAMC</i>	p.111
Quadro 14 - <i>Matriz Síntese da análise das narrativas dos agricultores sobre a agricultura familiar</i>	p.117
Quadro 15 - <i>Matriz Síntese sobre o turismo na APAMC</i>	p.121
Quadro 16 - <i>Matriz Síntese sobre turismo pela leitura dos Conselheiros</i>	p.129
Quadro 17 - <i>Matriz Síntese sobre turismo pela leitura dos Agricultores</i>	p.132
Quadro 18 – <i>Matriz Síntese do turismo pela ótica dos gestores</i>	p.133

Lista de Tabelas

Tabela 1 - <i>Crescimento do fluxo de Visitação em Unidades de Conservação Federais – 2000 a 2017</i>	p.80
---	------

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACIANF - Associação Comercial Industrial e Agrícola de Nova Friburgo
ACISPS - Associação Comercial e Industrial de São Pedro da Serra
AFASPS - Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMALUMIAR - Associação de Moradores e Amigos de Lumiar
AMLD – Associação Mico-Leão Dourado
ANA - Agência Nacional de Águas
APA – Área de Proteção Ambiental
APAMC – Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima
ASSIA - Annual Reviews, Applied Social Sciences Index and Abstracts
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBHMO - Comitê das Bacias Hidrográficas do Macaé e das Ostras
CDB – Convecção da Diversidade Biológica
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEJMC - Colégio Estadual José Martins da Costa
CEP - Conselho de Ética na Pesquisa da UFRJ
CEPERJ – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
CONAPAMC - Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima
DIBAP - Diretoria de Áreas Protegidas
EICOS – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado do Rio de Janeiro
ENCE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas
FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
GAPIS - Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IJBRL - Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEA - Instituto Estadual do Ambiente
IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza
MIT - Massachusetts Institute of Technology
MMLD - Mosaico Mico Leão-Dourado
NDC - Núcleo de Documentação/Universidade Federal Fluminense
NDLTD - Networked Digital Library of Theses and Dissertations
NUTAG - Núcleo de Estudos sobre Turismo, Ambiente e Geografia
OECD – Organização Europeia de Cooperação Econômica
OMT – Organização Mundial do Turismo
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia
PETP – Parque Estadual dos Três Picos
PNAP – Política Nacional de Áreas Protegidas
PPPT - Política de Povos e Populações Tradicionais
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
REMC - Reserva Ecológica de Macaé de Cima
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SDS - Superintendência de Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT – Força, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TURISRIO - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UC – Unidade de Conservação
UCM – Universidade Cândido Mendes
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFT - União das Famílias da Terra

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNWTO – Organização Mundial do Turismo

Sumário

Introduzindo o debate sobre o turismo no campo das Ciências Humanas e Sociais	p.18
Enquadramento do problema de pesquisa, justificativa, objetivos e estrutura da tese	p.20
Implicações para a pesquisa: motivações e trajetória pessoal	p.22
Capítulo 1 – Ancoragem metodológica: caminhos percorridos	p.25
1.1 Pesquisa qualitativa e as bases teórico-metodológicas da tese	p.25
1.2 Etapas da pesquisa	p.30
1.2.1 Análise bibliográfica, pesquisa documental e definição do Estudo de Caso	p.31
1.2.2 Procedimentos éticos da pesquisa e elaboração dos instrumentos de pesquisa	p.33
1.2.3 Pesquisa de campo: observação participante e entrevistas narrativas	p.35
1.2.4 Sistematização e análise dos resultados obtidos	p.43
Capítulo 2 – Psicossociologia como campo das Ciências Humanas e Sociais	p.45
2.1 Psicossociologia: origens e perspectivas teóricas	p.45
2.2 Abordagem interdisciplinar da pesquisa	p.50
Capítulo 3 – Psicossociologia e turismo: desvendando interconexões	p.55
3.1 O turismo como fenômeno social contemporâneo	p.55
3.2 Psicossociologia: uma via para interpretar o turismo?	p.59
3.2.1 A perspectiva internacional de interpretação do turismo pela perspectiva psicossocial	p.60
3.2.2 A leitura no caso brasileiro	p.65
3.2.3 Defendendo a lente da Psicossociologia para a pesquisa em turismo	p.69
3.3 Desafios para interpretar o fenômeno em unidades de conservação	p.74

e para contextualizar o caso estudado

Capítulo 4 – Estudo de Caso: a Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC)	p.81
4.1 Contexto Geográfico	p.82
4.2 Perspectiva Histórica	p.89
4.3 Revisão da literatura	p.97
4.4 Gestão da UC	p.103
4.5 Conflitos	p.109
4.6 Agricultura familiar	p.114
 Capítulo 5– As múltiplas dimensões do turismo na APAMC	p.120
5.1 Para orientar a análise	p.120
5.2 A leitura local	p.128
5.2.1 Pela perspectiva dos conselheiros e demais lideranças	p.128
5.2.2 Pela ótica dos agricultores familiares	p.132
5.2.3 Pela percepção da gestão da unidade	p.133
5.3 Decodificando o turismo na APAMC	p.136
 Considerações finais	p.137
Por uma leitura multidimensional do turismo: argumentos em favor de uma Psicossociologia do Turismo	
 Referências Bibliográficas	p.140
 Apêndices	p.159
 Anexos	p.174

INTRODUZINDO O DEBATE SOBRE O TURISMO NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

“[...] a partir de interrogações relativas ao papel da Psicossociologia na sociedade, de renúncia a certas ilusões para as quais ela criou espaço, do reexame sem complacência de algumas de suas metodologias [...] ela é hoje o lugar de pesquisas que têm como objeto renovar suas formas de abordagem e suas bases teóricas, a partir das quais não é tão arriscado prever que ela possa tomar um novo impulso.”
(Lévy, 1994, p.102)

A presente tese visa contribuir para a discussão do turismo no âmbito das Ciências Humanas e Sociais e, mais especificamente, no campo da Psicossociologia, compreendendo-o como fenômeno social que engloba uma multiplicidade de dimensões analíticas nos planos global, regional e, também no local. Nesse sentido, a justificativa para interpretá-lo como um fenômeno social na contemporaneidade decorre, dentre outros motivos, do entendimento de que o turismo envolve um movimento inerente à própria realização humana (MONTEJANO, 2002) e que, como prática social (URRY, 2001), se traduz em quadros de interação social, vivenciados nos lugares visitados, *lócus* potenciais para um processo pulsante de transformação social e interculturalidade (IRVING, 2015). Além disto, no turismo operam desejos, sonhos e expectativas, tanto por parte dos turistas, como dos moradores das localidades visitadas (BARRETO, 2003). Em outras palavras, o turismo se configura na interação com o outro e com a dinâmica do lugar visitado, o que transcende a compreensão de “um mero deslocamento físico entre um lugar e outro” (IRVING, 2015, p. 52).

Assim, considerando não ser possível reduzir o turismo apenas a um setor da economia, a investigação parte do pressuposto de que esse fenômeno deve ser interpretado de forma a transcender uma abordagem reducionista e operacional, que tem sido dominante na dinâmica de produção do conhecimento sobre turismo, voltada tão somente aos interesses mercadológicos ou baseada no viés estritamente econômico de análise (IRVING *et al.*, 2016).

A relevância do debate proposto traduz, ainda, uma inquietação recorrente em relação à produção de conhecimento sobre o turismo, uma vez que persistem, neste campo, inúmeras limitações teóricas e/ou metodológicas, que decorrem, em parte, e complementarmente, do entendimento do turista apenas como consumidor de produtos e serviços, em uma situação de mobilidade temporária e voluntária em relação ao seu ambiente de moradia (COOPER *et al.*, 2011).

Na contramão desta abordagem, um argumento a se considerar na análise sobre o turismo é que esse fenômeno envolve um intercâmbio real, entre os que recebem e os que são recebidos, vivenciado em um espaço de interação (IRVING, 2008). E, mesmo que se busque, de fato, reconhecer essa relação como matéria-prima para os estudos psicossociológicos associados ao turismo, os caminhos para exercitar esse tipo de lente interpretativa parecem ser trilhados de modo, ainda, incipiente, na dinâmica de produção acadêmica.

Não se pode perder de vista que o turismo representa, também, um fenômeno de alcance global, o que pode ser ilustrado pela escala do crescente dos fluxos turísticos que, nas últimas décadas, passaram de 674 milhões de pessoas, em 2000, para 1,235 bilhão de pessoas, em 2016 (UNWTO, 2017)¹. E, sendo assim, este vem se expressando, cada vez mais, como fenômeno contemporâneo multidimensional, sendo reconhecido, portanto, como prioridade em políticas públicas, principalmente por representar, potencialmente, uma via para a geração de emprego, trabalho e renda, sob a lógica do mercado convencional (LEAL, 2009).

Mas, apesar desse panorama expresso por dados estatísticos, que ilustram o movimento crescente de pessoas transitando globalmente, não se pode desconsiderar, nesse debate, que tanto turistas como anfitriões compõem uma pulsante dinâmica social contemporânea. E, assim, se o turismo se expressa como um fenômeno social, e, portanto, como objeto de análise das Ciências Humanas e Sociais, parece ser fundamental apreender esses aspectos interpessoais envolvidos nessa dinâmica.

Nesse movimento de reflexão, o campo da Psicossociologia se traduz como uma via possível para se interpretar tais questões e, tendo essa inspiração, o percurso metodológico adotado para a tese envolveu uma pesquisa psicossocial de cunho qualitativo, desenvolvida com base em um Estudo de Caso - uma Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC), no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Essa unidade de conservação (UC) se enquadra na tipologia de uso sustentável² sendo uma área protegida de uso sustentável onde a prática do turismo tem crescido desde a década de 1970 (REGO, 1988; AMADOR, 1997; MAYER, 2011). A UC, criada em 2001³ e situada no município de Nova Friburgo, está sob a esfera de gestão estadual.

1 “A Organização Mundial do Turismo (UNWTO/OMT) é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo. Ela atua como um fórum global para questões de políticas turísticas” (UNWTO, 2012)

2 Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), as unidades de conservação de uso sustentável possuem um território estratégico em relação às estratégias de conservação da biodiversidade, sendo admitido o uso direto de recursos naturais a partir de um zoneamento estabelecido pelo *Plano de Manejo* da unidade. Neste tipo de território, não há desapropriação de áreas, sendo admitida a propriedade privada.

³ Decreto Estadual 22.213 de 14 de setembro de 2001 (Anexo 1).

Vale ressaltar, ainda, que a abordagem psicossociológica, adotada para orientar a pesquisa, justifica a sua realização no Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ), com vinculação ao Eixo I: Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social. Este programa de pós-graduação se constituiu, desde a sua origem, com base em uma proposta interdisciplinar, com enfoque em estudos que envolvem as interações entre sujeitos e grupos sociais e a reflexão sobre a relação entre sociedade e natureza, temas prioritários de pesquisa desde a sua concepção.

A investigação está vinculada, ainda, aos Grupos de Pesquisa *Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade* (GAPIS/UFRJ/CNPq) e *Núcleo de Pesquisa Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura* (SINERGIA/UFRJ/CNPq) cujos estudos se inspiram em uma leitura teórica multidimensional e, por consequência, interdisciplinar para a interpretação do turismo, pela perspectiva da sustentabilidade nas articulações entre natureza e cultura.

Enquadramento do problema da pesquisa, justificativa, objetivos e estrutura do texto.

Tendo em vista que a tese se relaciona ao campo das Ciências Humanas e Sociais, à luz da Psicossociologia, com base em uma perspectiva interdisciplinar, a construção do arcabouço teórico e metodológico envolveu inúmeros aportes. Assim, uma prática de pesquisa interdisciplinar e interparadigmática (VASCONCELOS, 2009) foi adotada em um diálogo com o pensamento complexo (MORIN, 2007).

Com esse embasamento, o primeiro exercício de reflexão da pesquisa foi indagar em que medida a Psicossociologia se constitui como uma lente interdisciplinar e inovadora para a interpretação de um fenômeno social complexo e multifacetado, o turismo, considerando sua dimensão relacional e subjetiva. Com essa inspiração, delimitou-se como objetivo central da tese *investigar em que medida a Psicossociologia se constitui em uma via para a interpretação do turismo, este reconhecido como um fenômeno social contemporâneo, tendo como campo de observação a Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC).*

Assim, a tese, firmada no campo da Psicossociologia e desenvolvida como uma pesquisa qualitativa, conforme anteriormente mencionado, foi estruturada com base em três objetivos específicos:

- 1) Investigar em que medida a produção acadêmica, no campo da Psicossociologia, tem considerado a temática do turismo, este considerado como fenômeno social contemporâneo;

- 2) Interpretar a leitura dos atores sociais envolvidos na prática do turismo por essa via, a partir de um Estudo de Caso - a APAMC;
- 3) Identificar as pistas, mas também os desafios, para a construção de uma base teórica e metodológica que justifiquem uma *Psicossociologia do Turismo*, voltada à interpretação do turismo como um fenômeno social contemporâneo e complexo.

Para cumprir com os objetivos propostos, a pesquisa envolveu, em primeiro lugar, um esforço de contextualização teórica da própria Psicossociologia, em termos de origem e como campo de investigação interdisciplinar. O segundo exercício foi voltado para problematizar em que medida a Psicossociologia pode ser entendida como uma via possível para a interpretação do turismo, a partir da sua compreensão como um fenômeno social complexo da contemporaneidade.

Após este movimento, o foco da análise foi o Estudo de Caso, considerando os contextos geográfico, histórico e ambiental que caracterizam a APAMC, com o objetivo de interpretar as múltiplas dimensões do turismo, vivenciado no âmbito das associações locais e conselhos representativos, no interior da referida unidade de conservação, a partir da polissemia nas mensagens, falas e documentos analisados. Após esse exercício, e, como parte da reflexão proposta, são discutidas as contribuições que podem representar caminhos inovadores para os estudos sobre o turismo, a partir da lente da Psicossociologia. Com o objetivo de desenvolver o percurso anteriormente descrito, a tese foi construída com cinco capítulos.

No capítulo 1, é descrita a trajetória metodológica da pesquisa e se busca justificar as escolhas empreendidas ao longo do percurso investigativo. São apresentadas ainda as variadas estratégias metodológicas adotadas, da pesquisa bibliográfica à observação participante, da análise documental às entrevistas narrativas. Assim como são descritas, em detalhes, as etapas metodológicas desenvolvidas.

O capítulo 2 discorre sobre as premissas teóricas da tese, circunscritas ao debate sobre interdisciplinaridade e pensamento complexo. O referencial teórico é apresentado, buscando contextualizar o campo da Psicossociologia, indicando de onde se parte e para onde se quer chegar na interpretação da temática em tela.

No capítulo 3, é apresentada uma análise baseada na revisão de literatura sobre as interconexões entre Psicossociologia e turismo, pela perspectiva internacional e, também, no caso brasileiro. Contextualiza-se o turismo como fenômeno social contemporâneo visando discutir em que medida a Psicossociologia pode se constituir em uma via interpretativa

privilegiada para sua interpretação, considerando, inclusive o contexto específico do turismo em unidades de conservação.

O capítulo 4 busca contextualizar e interpretar o Estudo de Caso, com base em dados primários e secundários. Busca-se apresentar a dinâmica social local, considerando os aspectos históricos, geográficos, políticos e econômicos relativos à criação e aos dezessete anos de existência da unidade de conservação. Neste movimento, a leitura local sobre a agricultura familiar e os conflitos sociais na realidade estudada (APAMC) também é abordada.

No capítulo 5, se busca avançar na interpretação da dinâmica turística da APAMC. Neste capítulo, são discutidas as múltiplas dimensões do turismo a partir da ótica dos próprios atores locais.

Nas considerações finais, busca-se sintetizar as contribuições e pistas decorrentes de todo o processo, envolvendo também os desafios da pesquisa da tese realizada e os argumentos a favor de uma *Psicossociologia do Turismo*.

Para que se possa avançar nessa introdução à tese, são descritas, a seguir, a implicação, as emoções e as motivações da pesquisadora para o desenvolvimento da investigação.

Implicações na pesquisa: motivações e trajetória pessoal.

*“Conhecer não é reconhecer a realidade”
(Pozzana, 2013, p. 329)*

Considerando que um pesquisador da área de Ciências Humanas e Sociais deve ser “alguém que aprende a ser afetado pelas outras pessoas e coisas”, movendo-se com a pesquisa para, sobretudo aprender com ela (POZZANA, 2013, p. 333), uma das motivações para o presente estudo decorreu de meu desejo de compreender a dinâmica social vivenciada por nós, moradores da APA Macaé de Cima.

Assim, reconheço-me como moradora, tenho um sentimento de pertencimento com esta região rural, que se constituiu como o Estudo de Caso da tese. Sendo assim, parece claro que a seleção do Estudo de Caso da tese esteve articulada com uma identificação pessoal da pesquisadora (NETO, 2007) e a aproximação com a dinâmica da região. No entanto, vale destacar que essa motivação, de caráter afetivo e com forte implicação, não constituiu a única motivação, mas também o fato da dinâmica da área estar intrinsecamente relacionada ao turismo, em um contexto marcado por múltiplos aspectos, tais como: conflitos sociais,

especulação imobiliária, adensamento urbano, dentre outros.

Como moradora, vale destacar que eu nunca havia visitado nenhuma localidade da APAMC antes de me mudar para lá, ou seja, a prática do turismo não foi, para mim, uma oportunidade de estabelecer uma relação de afeto com o lugar ou com as pessoas anteriormente à minha chegada na região. Em 2010, decidi residir em Nova Friburgo, município da região serrana do estado do Rio de Janeiro, para iniciar uma nova trajetória em minha vida, já que a maior parte de minha vivência tinha sido na metrópole do Rio de Janeiro. O desafio, naquela época, era dar aulas no curso de graduação em gestão de turismo do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ, *Campus* Nova Friburgo), algo completamente diferente de tudo que eu havia feito em minha vida profissional, até aquele momento. Isto porque eu só havia trabalhado em escolas públicas de ensino fundamental, na cidade do Rio de Janeiro, local em que vivi entre 1992 e 2009.

Assim, a vontade de pesquisar o turismo também decorreu da minha inserção junto ao corpo docente desta graduação, movimento que se traduziu em projetos de pesquisa e de extensão, que passaram a ser desenvolvidos por mim, junto com outros colegas docentes, alguns vinculados ao Núcleo de Estudos sobre Turismo, Ambiente e Geografia (NUTAG), vinculado à pro-reitoria de pesquisa da referida instituição de ensino, desde 2013.

Lembro-me com detalhes do dia em que fui em Lumiar, pela primeira vez em minha vida, procurar casas para aluguel: o verde das montanhas me encantava, o tom brilhante das águas me trazia algo que nunca havia sentido, o sol da serra brilhava forte acalmando minha mente e coração. As ruas com seus muros verdes pareciam desenhar um caminho para o céu, traduzindo acolhimento. Lumiar, assim, era, para mim, um canto repleto de encantos, capaz de fornecer um território colorido para a infância dos meus filhos.

Nesta época, algumas das minhas vivências na APAMC eram traduzidas como questões para debates, em relação à prática do turismo e à gestão da unidade de conservação, tais como: a circulação dos carros do Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ) gerando situações de medo entre meus vizinhos; e os diversos conflitos, que envolviam a abertura e o fechamento de poços de banho.

A construção dos bastidores, no que se refere à delimitação do projeto de pesquisa, esteve marcada, também, pela participação em oficinas de discussão do *Plano de Manejo* da APAMC, entre 2011 e 2012. Nestas ocasiões, pude observar que alguns agricultores levavam foices e enxadas, com uma postura clara de enfrentamento ao órgão gestor da unidade. Estas situações me remetiam a um questionamento: por que era tão presente um clima de tensão em relação à presença do INEA-RJ?

Percebo que minha implicação decorreu também da leitura de que como pesquisadora e professora de uma instituição de ensino federal, situada na região serrana fluminense, eu deveria fornecer contribuições para a pesquisa em turismo nesta região, por esta ser, inclusive, a área de inserção imediata do CEFET-RJ, *Campus Nova Friburgo*.

Tendo em vista que as localidades de Lumiar, São Pedro da Serra, Macaé de Cima, Galdinópolis e Rio Bonito integram essa região e, também, se situam na APAMC, passaram a constituir os focos das minhas pesquisas. Ciente de que foram tecidos laços entre pesquisador e pesquisados, pode-se afirmar que a investigação ocorreu com base em um movimento de colaboração recíproca, com ética e respeito, com o objetivo de poder fornecer contribuições para os desafios enfrentados pelos moradores da região no tocante ao turismo.

Com envolvimento, sentimento, encanto e respeito pelas pessoas, grupos e culturas nas localidades da APAMC, o percurso investigativo foi construído. Partindo do princípio de que uma tese não se constrói sem emoções, pode-se afirmar, portanto, que esta investigação se funda na mais genuína vontade de buscar caminhos para pensar a dinâmica do lugar onde vivo e que eu amo.

CAPÍTULO 1

ANCORAGEM METODOLÓGICA: CAMINHOS PERCORRIDOS

“[...] a pesquisa representa, nas ciências antropológicas, um espaço permanente de comunicação que terá um valor essencial para os processos de produção de sentidos dos sujeitos pesquisados nos diferentes momentos de sua participação neste processo” GONZÁLEZ-REY, 2005, p.14)

Esse capítulo objetiva apresentar, sinteticamente, o percurso metodológico adotado no processo da pesquisa. Em um primeiro momento, não se pode perder de vista que essa construção partiu da compreensão do turismo como fenômeno social imbricado em múltiplas dimensões da vida social e como prática social contemporânea que envolve a construção de pactos, sonhos, imaginários e subjetividades. Com essa inspiração, a ancoragem metodológica fundamentou-se em uma pesquisa qualitativa voltada, sobretudo à interpretação dos aspectos interpessoais que caracterizam esse fenômeno. As bases e a justificativa para essa escolha são discutidas a seguir, assim como são descritas as cinco etapas de pesquisa desenvolvidas: pesquisa bibliográfica e documental, procedimentos éticos, observação participante, entrevistas narrativas e análise dos resultados.

1.1 Pesquisa qualitativa e as bases teórico-metodológicas da tese

O objetivo, nesse tópico é apresentar o embasamento teórico-metodológico da tese e, assim, primeiramente, é preciso justificar a opção pela pesquisa qualitativa. Um primeiro fato a se considerar é que esse tipo de abordagem passou a ser progressivamente utilizada a partir de meados do século XX, por representar, de certo modo, uma emancipação do modelo positivista, e, neste sentido, permitir um questionamento sobre os métodos científicos tradicionais (GONZÁLEZ-REY, 2005). Assim, em termos gerais, sua construção implica no estabelecimento de um espaço permanente de comunicação com os sujeitos pesquisados (GONZÁLEZ-REY, 2005), no qual a relação entre sujeito da pesquisa e pesquisados precisa ser ressignificada para além dos paradigmas convencionais da ciência moderna. Sendo assim, a abordagem qualitativa foi a opção da tese, tendo em vista a perspectiva interdisciplinar da investigação proposta, o referencial teórico na Psicossociologia e, a opção de um Estudo de Caso para a leitura pretendida. Nesse contexto, o Estudo de Caso possibilitou a interpretação

de um cenário real e concreto, para a pesquisa psicossocial e decorreu da vontade de se investigar *in loco* os sujeitos por meio de um olhar detalhado sobre o ambiente e a dinâmica social em sua particularidade (GODOY, 1995).

Com base nessas escolhas, a abordagem qualitativa, associada ao Estudo de Caso, foi voltada para a investigação do turismo, com o objetivo de melhor compreendê-lo no ambiente em que ocorre e, também representou uma via para a geração de hipóteses e construção de teorias, com ênfase na multiplicidade de dimensões de um problema de investigação, permitindo simplicidade nos procedimentos e uma análise em profundidade de alguns processos e suas inter-relações (VENTURA, 2007).

Não se pode perder de vista, também, que o percurso investigativo se apoiou em referenciais da pesquisa participante, uma vez que se inspirou em uma postura, na qual a relação do pesquisador com o ambiente pesquisado esteve orientada pela produção de um conhecimento que tem rebatimentos diretos tanto na vida do(a) pesquisador(a), quanto no meio em que ele(a) realiza a pesquisa.

Reconhecendo que o termo pesquisa participante tem origem nas contribuições da psicologia social e da Psicossociologia, desenvolvidas por Kurt Lewin (HAGUETTE, 1987), a tese se situa especialmente em uma posição de recusa da neutralidade científica como parâmetro central na produção do conhecimento. Além disto, não parte do distanciamento entre sujeito e objeto da pesquisa e pressupõe que a participação do sujeito pesquisado deve ser central no processo de construção do conhecimento:

O excesso de intervenção dos ‘investigadores’ constitui obstáculo a toda capacidade de iniciativa dos pesquisados e os limita a desempenhar um papel passivo. A ausência total de pesquisadores, por sua vez, atribui ao processo um espontaneísmo improdutivo, deixa-o à dominação dos grupos mais poderosos e sob o risco da ausência de rigor científico. Na pesquisa participante, esta dialética entre os dois modos de produção é permanente (THIOLLENT, 1998, p.81).

Na abordagem qualitativa e participante proposta nessa tese, o pesquisador tem um papel ativo na vida do grupo pesquisa, o que se traduz em uma proposta de análise aprofundada sobre a realidade investigada, tendo, frequentemente, uma expressiva implicação no fenômeno investigado:

A interação entre o investigador e os atores sociais do campo de pesquisa constitui sempre [...] uma relação intersubjetiva e marcada pelos diversos atravessamentos institucionais, sociais, culturais, ideológicos e políticos. Entretanto estes aspectos fazem parte de qualquer tipo de relação humana e, portanto, de qualquer investigação, e assim não podem ser eliminados (VASCONCELLOS, 2009, p.219).

Com base nesses referenciais, optou-se por uma técnica de pesquisa que tem origem no

interacionismo simbólico da escola de Chicago (HAGUETTE, 1987)⁴: a observação participante. Pode-se dizer que a pesquisa realizada por William Foote Whyte, entre 1936 e 1940, nessa escola, representa a principal referência para o desenvolvimento desse tipo de observação em campo. Em sua obra “Sociedade da Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada” (WHITE, 2005), um clássico dos estudos urbanos, o autor assumiu uma postura, que, naquele momento, era inusitada e ousada no âmbito da pesquisa, de viver e conviver com os sujeitos pesquisados, por períodos extensos. Para Velho (2005), por sua vez, este esforço tem como objetivo fugir do senso comum, de estereótipos ou preconceitos sobre as gangues urbanas, focos prioritários de sua investigação, à época.

Esse movimento, relacionado à tentativa de se escapar dos preconceitos e estereótipos do senso comum foi, de certa forma, uma porta encontrada para o desenvolvimento da tese. Isto porque nessa aventura acadêmica parte-se do pressuposto que, por meio da observação participante, é possível a investigação da estrutura social e dos quadros de interação social de maneira mais direta, buscando se esquivar de concepções construídas *a priori*, principalmente pelo fato da pesquisadora residir na área de estudo, há oito anos, com expressiva implicação no campo de investigação, conforme mencionado na introdução da tese.

Por essa via de entendimento, a observação participante foi orientada por meio de diretrizes, compiladas por Valladares (2007), a partir de aportes advindos da obra de White (2005). Assim, para que a pesquisadora pudesse ser aceita junto aos grupos estudados, houve uma fase de negociação e aproximação junto aos atores locais, e, após este momento, foi também possível a compreensão inicial sobre as teias de poder, visando uma melhor aterrissagem na estrutura social local. Foi possível, ainda, se construir uma relação de parceria e confiança com alguns atores sociais. Neste contexto, vale reforçar que a inserção no campo não ocorreu a partir de simples observação direta dos ambientes em foco, mas sim por meio de uma ação que se traduziu em um elo de comprometimento e profunda imersão junto ao cotidiano dos pesquisados.

Por meio dessa técnica, foi possível registrar um volume expressivo de informações por meio de diários de campo, durante o processo, mediante a preocupação em “mostrar a multiplicidade de dimensões presentes numa determinada situação” observada (GODOY, 1995, p. 25). Por essa via, a técnica parece ter favorecido o registro de múltiplos aspectos em situações de comunicação, tais como conversas em grupo, que utilizavam códigos oriundos da

⁴ Esta escola apresenta como base a concepção de que indivíduo e sociedade estão estreitamente inter-relacionados e a George Herbert Mead é atribuído o papel de principal contribuidor desta escola e criador de um sistema de psicologia social (HAGUETTE, 1987)

comunicação não-verbal, como posturas, gestos, distância espacial, manifestações emocionais, vestuário, regras de cortesia dentre outros comportamentos.

Por causa de seu íntimo contato com a situação de campo, [...] o observador de campo tem a possibilidade de selecionar informantes a qualquer momento da pesquisa [...] O volume de informações que um pesquisador absorve durante a observação participante é tão grande, que parte delas é considerada insignificante. Entretanto, à proporção que ele cria uma certa distância entre elas e si próprio, descobre, muitas vezes, que elas são de grande valia (HAGUETTE, 1987, pp. 90-91).

Em se tratando dos diários de campo, Brandão (1982, p.13) ilustra alguns desafios no processo, notadamente, para o registro dos detalhes, presentes na tessitura social observada, ressaltando que o diário se configura como um instrumento, voltado a “escrever os sentimentos do mundo” ou, ainda, a descrever as maneiras como o pesquisador sente as pessoas, os lugares e as situações. Dessa forma, pode-se afirmar que o diário de campo representou um recurso prioritário para o registro tanto das observações quanto das reflexões da pesquisadora “sobre suas próprias atitudes” (FLICK, 2004, p.22).

Para aprimorar a compreensão do Estudo de Caso, entrevistas narrativas foram realizadas com vinte e cinco atores locais, o que possibilitou ampliar o alcance da pesquisa de campo. Nessas entrevistas, consideradas como um “evento interacional em que os participantes utilizam elementos discursivos diversos a fim de criar e manter a interação” (BASTOS e SANTOS, 2013, p.11), o papel do pesquisador é fundamental. Isto porque, nesse caso, o objetivo foi permitir que os entrevistados pudessem, na medida do possível, narrar acontecimentos, a partir de sua própria leitura (JOVCHELOVITCH, 2002). Não se pode perder de vista que as narrativas constituem uma dinâmica de comunicação humana nas mais variadas formas de convívio social e envolvem a atividade de se contar histórias, por meio de linguagens diversas. Por meio da construção das narrativas, os indivíduos acessam lembranças, conseguem realizar sequências lógicas ou temporais sobre algumas experiências, podendo, até mesmo, encontrar respostas possíveis, que expliquem os contextos em que estas experiências foram vivenciadas (JOVCHELOVITCH, 2002).

Assim, por meio da entrevista narrativa, foi possível reconstruir uma sequência de acontecimentos, que constituem a vida social (JOVCHELOVITCH, 2002). Tendo essa inspiração, a técnica da entrevista narrativa foi desenvolvida buscando estimular os interlocutores a contar suas percepções sobre o turismo.

Com relação à análise detalhada do material registrado ao longo da pesquisa, essa foi inspirada pela técnica de *Análise de Conteúdo*. Esse procedimento analítico teve origem em pesquisas elaboradas no âmbito da Ciência Política desenvolvida nos Estados Unidos da

América, nas décadas de 1940 e 1950, em um contexto de Guerra Fria, em que parecia ser indispensável o conhecimento sobre as estratégias políticas e econômicas dos países considerados como rivais (BARDIN, 2011). No campo específico da Psicossociologia, essa técnica passou a ser reconhecida como um passo para alcançar objetividade e maior precisão nas análises a partir, sobretudo, da década de 1960 e, por essa razão, passou a ser, desde então, uma opção metodológica recorrente em estudos psicossociais (BARDIN, 2011).

Dessa forma, vale destacar que a *Análise de Conteúdo* constitui um conjunto de instrumentos metodológicos que não só se aplicam a conteúdos veiculados por meios de comunicação, mas também a outros tipos de registros e mensagens e que, por isso, pode ser aplicada a conteúdos diversificados e até mesmo, garantir o acesso ao “não dito”, ou seja, ao que pode ser retido por alguma mensagem (BARDIN, 2011). Não se pode negligenciar, também, que essa técnica pode ser adaptada e/ou aprimorada de acordo com os objetivos específicos de cada pesquisa, ou seja, que ela comporta brechas e aberturas, podendo “ser reinventada a cada momento” (BARDIN, 2011, p.36).⁵ Por esse motivo, inclusive, ela foi adaptada visando permitir uma análise por meio de temas focais, esses definidos, *a posteriori*, ou seja, à medida em que foram sendo realizadas a sistematização e a leitura aprofundada de todo o material registrado durante as diferentes fases da pesquisa.

Não se pode perder de vista que esses temas focais representam “espécies de gavetas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (BARDIN, 2011, p. 44). Assim, o objetivo foi, a partir da análise temática, inferir conhecimentos sobre as relações interpessoais e sobre o meio social, buscando compreender os significados do turismo.

Com esse objetivo, essa técnica orientou o exercício da revisão da literatura; a análise dos conteúdos linguísticos das entrevistas narrativas; e das falas e expressões registradas em diário de campo. Vale destacar, ainda, que não foi analisado qualquer material icônico, tais como imagens, fotografias, grafismo, reconhecendo que o objeto central da *Análise de Conteúdo* “é a fala, isto é, o aspecto individual e atual (em ato) da linguagem” (BARDIN, 2011, p. 48).

Tendo em vista serem essas as principais bases teóricas consideradas no caminho metodológico da tese, cabe descrever, a seguir, as etapas que caracterizaram o percurso

⁵ Cabe ressaltar que o uso desta técnica admite alguns perigos relacionados à compreensão espontânea oriunda dos saberes subjetivos, um tanto intuitivos, construídos pelo pesquisador através das significações analisadas. Isto se torna especialmente relevante para a presente pesquisa porque “[...] a apreensão intuitiva das significações sociais somente atinge a projeção da subjetividade do pesquisador e esta preocupação adquire maior importância quanto maior for a familiaridade face ao seu objeto de análise” (BARDIN, 2011, p.34)

investigativo.

1.2 Etapas da Pesquisa

Para apoiar o objetivo proposto na tese que discute a Psicossociologia como uma via interpretativa possível para o turismo, foram realizadas quatro fases da pesquisa. Em um primeiro momento, foram realizadas pesquisas de cunho bibliográfico com foco na revisão da literatura especializada e na elaboração do referencial teórico. Na segunda etapa, o objetivo foi sistematizar os instrumentos de pesquisa para a investigação em campo, entre os quais a autorização do Comitê de Ética na Pesquisa da UFRJ (CEP/UFRJ). A terceira fase se caracterizou pelo campo propriamente dito na APAMC (Estudo de Caso), que se consolidou por meio da observação em dois ambientes, a Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (AFASPS) e o Conselho Consultivo da APAMC (CONAPAMC)⁶, além da realização de vinte e cinco entrevistas narrativas. A última fase teve como objetivo a sistematização das informações obtidas e análise, com a elaboração do texto final da tese. Essas etapas estão sinteticamente descritas, a seguir, por meio do Quadro 1.

Quadro 1 - *Etapas metodológicas para a construção da tese*

Etapa	Síntese descritiva
1 – Análise bibliográfica, pesquisa documental e definição do Estudo de Caso	Período: Março de 2014 a Dezembro de 2015 Revisão da literatura sobre Psicossociologia e turismo Levantamento bibliográfico sobre APAMC Pesquisa na mídia impressa sobre o Estudo de Caso
2 – Procedimentos Éticos e elaboração dos instrumentos de Pesquisa	Período: Março de 2016 a Abril de 2017 Definição dos procedimentos éticos para o campo Delimitação dos instrumentos de pesquisa (observação participante e roteiro de entrevistas narrativas)
3 – Pesquisa de Campo: observação participante e entrevistas narrativas	Período: Maio a Novembro de 2017 Pesquisa documental Observação participante, seleção dos sujeitos de pesquisa, construção de caderno de campo Vinte e cinco entrevistas narrativas (lideranças, gestores, conselheiros) Atualização da revisão da literatura

⁶ Foram acompanhadas, entre maio e outubro de 2017, seis reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) do município de Nova Friburgo. Vale ressaltar que houve autorização da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo para a pesquisa, tendo sido permitido o acesso às atas.

4 – Sistematização e análise dos resultados obtidos	Período: Novembro 2017 a Novembro 2018 Análise e discussão de resultados Elaboração/Revisão do texto final da tese
---	--

Fonte: Elaboração própria (2018).

A descrição detalhada de cada etapa será realizada, subsequentemente, em cada subitem, visando mencionar particularidades das ações desenvolvidas.

1.2.1 Análise bibliográfica, pesquisa documental e definição do Estudo de Caso

A primeira etapa da pesquisa envolveu a compilação e a análise de um vasto referencial bibliográfico, o que permitiu o acesso a informações provenientes de publicações científicas, tais como livros, artigos, teses e dissertações. Nessa etapa, ocorreu, também, definição do Caso a ser estudado, a APA Macaé de Cima.

A compilação realizada partiu de dois movimentos principais: a pesquisa bibliográfica em profundidade sobre a Psicossociologia em sua articulação com o turismo e o levantamento de teses e dissertações sobre a APA Macaé de Cima (APAMC).

O primeiro movimento e levantamento bibliográfico constituiu o mapeamento e análise da produção acadêmica, com os termos de busca *Psicossociologia* e *turismo*, em português e em inglês, *psychosociology* e *tourism*, nas bases de referências *Annual Reviews*, *Applied Social Sciences Index and Abstracts* (ASSIA), Scielo.Org, Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), *Sociological Abstracts* (ProQuest), Index Psi Periódicos (Index Psi), *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* (NDLTD), *Oxford Journals*, *PsycArticles* (APA), *PsyscBooks* (APA), *Web of Science*, *Scopus* (Elsevier), na Plataforma de Periódicos Capes. Nesse contexto, foi considerado o período entre 1997 e 2017 para o registro de artigos científicos, livros e capítulos de livros sobre o tema.

Neste exercício, foram considerados os campos de busca referentes aos títulos, resumos, assuntos e às palavras-chaves. Este levantamento foi complementado por meio de buscas nas plataformas: *Google Books*, *Academia.edu*⁷ e o *ResearchGate*⁸, para a aquisição de resumos ou textos completos. Um conjunto de trinta e três publicações foi obtido nesta busca, tendo sido os dados obtidos nesta etapa, posteriormente sistematizados em uma Matriz Síntese contendo os

⁷ Plataforma digital internacional referente ao intercâmbio de publicações científicas, pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.academia.edu/>

⁸ Plataforma digital internacional referente ao intercâmbio de publicações científicas, pode ser acessada por meio do endereço: <https://www.researchgate.net/>

autores, títulos e temas da literatura consultada para orientar a análise empreendida.

Com o objetivo de ampliar o levantamento, realizado até esse momento, considerando a relevância de se investigar o conteúdo acadêmico nacional, foi realizada, também, uma busca, sobre esta mesma temática, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes). Para tal, foram considerados os campos de busca relativos ao assunto, resumo, título e palavras-chave a partir da expressão *Psicossociologia*. Após essa busca, dentre as teses e dissertações registradas, foram selecionados os estudos que continham a expressão *turismo* no título. O material obtido envolveu dezesseis estudos, publicados entre 1997 e 2016, também, sistematizados por meio de uma Matriz Síntese com as entradas de busca: autor, título, ano de defesa, professor orientador, programa de pós-graduação vinculado e, metodologia empregada na pesquisa.

O segundo exercício de levantamento bibliográfico se referiu ao Estudo de Caso, a APAMC, e, com este enfoque, partiu da busca, com a expressão *Macaé de Cima*, também por meio do catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Esse levantamento foi complementado com consultas às plataformas de universidades, como a base Minerva (UFRJ), a NDC (UFF), a Rede Sirius (UERJ) e o Domínio Público (Ministério da Educação) e o arquivo da Biblioteca do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IJB RJ), localizado na cidade do Rio de Janeiro⁹. Neste caso, o material obtido foi sistematizado, a partir da leitura de resumos, excluindo-se, nessa triagem, os trabalhos que envolveram estudos taxonômicos e/ou biológico e/ou geológicos e/ou hidrológicos e/ou voltados, estritamente, à construção de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs). Assim, com este direcionamento, nove resumos de teses e dissertações foram registrados.

Tendo em vista que essa sistematização de dados, baseada somente em resumos, não possibilitou a apreensão de informações, com o nível de detalhamento desejado, foi conduzida uma via complementar de análise por meio da leitura integral do conteúdo dessas teses e dissertações mapeadas. O objetivo, nesse caso, foi interpretar as informações de caráter histórico e social, nas interfaces com o turismo, no interior da APAMC e nesse exercício, foram consultadas as referências bibliográficas utilizadas por cada tese e dissertação mapeada, e, assim, foi possível verificar a existência de outras informações relevantes para a pesquisa, publicadas em outros tipos de estudos nacionais. Neste caso, por meio deste esforço, em específico, foram identificados outros dezenove trabalhos científicos, entre teses, dissertações, monografias, livros e relatórios de pesquisa, que interpretam o contexto social e/ou o turismo,

⁹ Essa biblioteca foi consultada, porque as primeiras iniciativas de pesquisa na região do alto curso do Rio Macaé foram organizadas pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tema que será discutido no capítulo 4.

na região da APAMC, publicados no período entre 1988 e 2017.

Além disto, com o objetivo de obter material de estudo para a realização do Estudo de Caso, foram mapeadas reportagens e imagens, veiculadas por meio de meios de comunicação de circulação local. Estes veículos de comunicação foram: o *Jornal a Voz da Serra*, o *Jornal Eco Lumiar*, o *Jornal O século XXI* e o *Jornal Ideias e Negócios*. O único deles que possui veiculação por meio da venda de exemplares é o *Jornal a Voz da Serra*. Apesar disto, o acesso às matérias por ele divulgadas foi facilitado mediante acesso ao seu sítio institucional na internet, que permite acesso gratuito¹⁰. Vale destacar, ainda, que os demais jornais consultados são distribuídos gratuitamente em pontos de comércio e de utilidade pública nas áreas urbanas da APAMC (Lumiar e São Pedro da Serra), e os exemplares desses veículos foram obtidos pela pesquisadora, no período de 2014 a 2015.

1.2.2 Procedimentos éticos e elaboração dos instrumentos de Pesquisa

A segunda etapa metodológica envolveu a delimitação dos procedimentos éticos para que a pesquisa estivesse em conformidade com as regulamentações da Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012, expedida pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). Isto porque, sendo uma pesquisa que envolveu seres humanos, teve que ser analisada por um conselho de ética e pesquisa institucional, que recebeu a documentação referente ao projeto de pesquisa, por meio de um sistema nacional denominado *Plataforma Brasil*, vinculado ao Ministério da Saúde. Sendo assim, a pesquisa foi apresentada para registro junto ao Conselho de Ética na Pesquisa da UFRJ (CEP/UFRJ).

Por essa razão, o projeto da tese foi encaminhado para análise no dia 13/03/2017, obtendo um número de registro junto à Plataforma Brasil (CAAE 66470417.6.0000.5582)¹¹. A pesquisa de campo foi autorizada pelo Comitê de Ética da UFRJ em 18/05/2017, conforme documentos disponibilizados no Apêndice 1¹².

No projeto encaminhado ao CEP/UFRJ, foram contabilizados cinquenta potenciais atores locais que poderiam participar dos procedimentos da pesquisa de campo. Tais atores foram envolvidos por meio da observação participante ou foram diretamente entrevistados. Nesse contexto, alguns instrumentos de pesquisa foram, também, autorizados pelo CEP UFRJ,

¹⁰ Cujo acesso foi possível por meio do endereço <http://avozdaserra.com.br/>.

¹¹ Vale ressaltar que o resumo da pesquisa, com a síntese dos textos encaminhados por meio da referida plataforma, foi disponibilizado a todos os envolvidos nas etapas da pesquisa de campo.

¹² O Apêndice 1 - *Documentos encaminhados e Parecer final do Comitê de Ética e Pesquisa da UFRJ* é disponibilizado nos pós-textuais.

como o *Termo de Consentimento Livre Esclarecido* e o *Termo de Uso de Imagem*¹³, disponibilizados nos Apêndices 2 e 3. Em relação ao consentimento informado, ele busca informar aos entrevistados sobre a pesquisa, no tocante aos objetivos e os procedimentos. Representa um procedimento ético no qual os participantes avaliam se desejam ou não participar da pesquisa (ARONSON, 2015).

Na pesquisa qualitativa, os envolvidos, recorrentemente, compartilham informações pessoais ou, até mesmo sigilosas, durante as entrevistas. Uma vez que toda a pesquisa oferece riscos aos envolvidos, e, com a intenção de minimizá-los, algumas estratégias, visaram assegurar algumas salvaguardas aos respondentes. Com esse direcionamento, a anuência do participante, em qualquer fase da pesquisa, envolveu confidencialidade sobre identificação e a decisão, por parte dele, sobre o caráter público ou privado das informações que foram fornecidas à pesquisadora. A confidencialidade com relação à origem das informações obtidas foi assegurada por meio de uma identificação alfa numérica adotada, onde L significa que o interlocutor fez parte do grupo delimitado como Lideranças, C, significa que o interlocutor fez parte do grupo delimitado como conselheiros da APAMC e G que o interlocutor atuou ou na gestão do turismo ou na gestão da APAMC.

Tendo em vista que a pesquisa ocorreu no interior de uma unidade de conservação de uso sustentável, vale destacar que não houve necessidade de cadastro junto ao INEA RJ, Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, pois o órgão só requer este tipo de cadastramento em unidades do tipo de proteção integral. Vale ressaltar, ainda, que um esforço de sensibilização junto ao Conselho Consultivo da APAMC foi realizado a partir da apresentação do escopo do projeto e do cronograma das atividades previstas. Com este objetivo, o tema da pesquisa foi inserido na reunião ordinária do Conselho Consultivo da unidade de conservação do dia 19 de maio de 2017¹⁴, momento este registrado, também, na Figura 1.

¹³ Na época em que os instrumentos de pesquisa foram elaborados, a intenção era abordar, também, os conflitos como parte do problema central da tese. Esse foco foi redefinido, posteriormente, na última etapa da pesquisa, para que somente o fenômeno do turismo constituísse o foco das análises. Por essa razão, nos Termos de Consentimento e de autorização para o uso de imagem, assim como nos roteiros de entrevistas, o tema do conflito aparece destacado.

¹⁴ Neste dia, houve a apresentação da pesquisa de doutorado aos conselheiros, que envolveu a descrição dos procedimentos de pesquisa, tais como a observação participante, a realização de entrevistas e o levantamento documental das atas do conselho. Na ocasião, houve unanimidade, por parte do CONAPAMC, no aceite em participar da pesquisa. O gestor da área protegida expos, na ocasião, as diferenças entre UCs de uso sustentável e as UCs de proteção integral em relação ao turismo e ressaltou que o tema de turismo é tema de interesse no contexto de toda a região de inserção da APAMC. Nesse contexto, pode-se afirmar que os conselheiros exerceram um papel de colaboradores junto a pesquisa.

Figura 1 - *Reunião de apresentação do Projeto de Pesquisa ao Conselho Consultivo da APAMC em 19/05/2017.*



Fonte: Elaboração própria (2017)

Considerando que toda pesquisa social deve prever procedimentos em relação à ética, parece ter ocorrido um conjunto de esforços para envolver os participantes de maneira cuidadosa.

Outro fato a se considerar é que ocorreu, nessa etapa, a construção dos instrumentos de pesquisa de campo, como os roteiros de entrevistas, cujo objetivo foi estimular os atores locais a expor suas percepções sobre o turismo, tendo como recorte espacial a APAMC. Assim, foram elaborados roteiros específicos para três grupos focais delimitados, a saber: 1) “Gestão” - interlocutores que passaram pelo cargo de chefe da unidade de conservação entre 2007 e 2017; 2) “Conselheiros” - indivíduos que atuam como conselheiros da APAMC; 3) e, “Lideranças” - o grupo de interlocutores que atuam como lideranças de associações e demais coletivos, atuantes no interior da APAMC¹⁵. Nesses roteiros, foram construídos quatro blocos: um primeiro sobre o turismo, um segundo bloco sobre a dinâmica da APAMC, um terceiro com foco na proteção da natureza, e, um último, sobre os conflitos na UC.

1.2.3 Pesquisa de campo: observação participante e entrevistas narrativas

Na cronologia do arcabouço metodológico adotado, a terceira etapa da pesquisa,

¹⁵ Todos os roteiros foram disponibilizados nos Apêndices 5, 6, 7 e 8.

ocorrida entre junho e novembro de 2017, caracterizou-se pela fase de campo, sendo nela desenvolvidas: a pesquisa documental, a observação participante e as entrevistas narrativas, com interlocutores locais relevantes no contexto da APAMC.

A pesquisa documental objetivou revelar conteúdos e informações provenientes de documentos, circunscritos a determinadas instituições governamentais ou a algumas associações e conselhos no âmbito local, conforme orientação de SÁ-SILVA *et al.* (2009, p.4) que define ser este tipo de investigação aquela que “utiliza documentos, objetivando extrair deles informações [...] segue etapas e procedimentos ; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses”¹⁶.

Para a pesquisa documental sobre a área de estudo, foi consultado o arquivo institucional do INEA-RJ, principalmente no que se refere aos documentos mantidos na sede da unidade de conservação, em Lumiar. Relatórios da gestão, documentação referente à criação da unidade de conservação e à renovação do conselho, *Plano de Manejo*, e demais materiais relativos a seminários e eventos, realizados pela gestão da APAMC, além de *sites* governamentais, ao longo dos seus dezessete anos de existência foram, também, foco de investigação. Além disto, foram obtidas as atas disponíveis do Conselho Consultivo da APAMC (CONAPAMC), do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e da *Sociedade Macaé de Cima*¹⁷ de modo a complementar o material registrado por meio da pesquisa documental.

Em relação às entrevistas, ao longo do processo, os entrevistados foram informados sobre as razões pelas quais haviam sido selecionados para serem entrevistados¹⁸. Durante as entrevistas, foi ressaltado, ainda, que o interlocutor não precisaria responder a qualquer pergunta caso sentisse algum desconforto com relação ao tema.

Quanto à observação participante, ela foi realizada em dois ambientes prioritários, o Conselho Consultivo da APA Macaé de Cima (CONAPAMC) e na Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra (AFASPS)¹⁹. Os grupos em questão estiveram cientes de que

¹⁶ Uma das vantagens deste recurso investigativo é o acesso às informações e às pessoas que, por motivos diversos, como distância, saúde ou falecimento não seria possibilitado por meio dos trabalhos de campo (GODOY, 1995).

¹⁷ Associação de Moradores da localidade de Macaé de Cima, no alto curso do Rio Macaé, constituída na década de 1980.

¹⁸ Explicações sobre a utilização de gravadores ou máquinas fotográficas, a forma de proteção das identidades, o tempo de arquivamento dos arquivos de áudio, a transcrição e o tipo de análise que seria realizada com os dados recolhidos constituíram as principais informações dadas aos envolvidos nas entrevistas. Vale ressaltar que não houve qualquer incentivo ou reembolso de despesas a nenhum interlocutor.

¹⁹ A observação participante na AFASPS ocorreu com algumas peculiaridades, pois, na origem do processo, a diretoria não aprovou que as assembleias fossem gravadas, além de não ter liberado o acesso às atas. É possível que o estranhamento e o desconforto iniciais tenham deixado os membros da diretoria com algum tipo de desconfiança, fato que pode justificar a não liberação das atas. O histórico de conflitos entre os agricultores e as ações de fiscalização do INEA, órgão gestor da APAMC pode ser igualmente uma pista para compreender este tipo de conduta da diretoria. Além do fato de que a diretoria alegou que as atas não seriam públicas. Apesar disto,

as informações obtidas pela pesquisadora não seriam compartilhadas com pessoas de fora do grupo foco da observação, durante a fase de campo, e que somente as informações consideradas públicas poderiam ser divulgadas como resultados da pesquisa.

Não se pode perder de vista que, nesses dois ambientes focais da observação participante²⁰, foi essencial a construção de laços de confiança para a entrada em campo²¹. Cabe ressaltar, também, que a seleção dos grupos e dos interlocutores para as entrevistas foi realizada durante este momento de imersão no cotidiano dos conselhos e das associações. Os principais ambientes e o período, em que a observação participante foi realizada, são apresentados, sucintamente, por meio do Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – *Síntese dos ambientes pesquisados e períodos de realização da observação participante*

Período de observação	Ambientes de observação
Junho a novembro de 2017	Reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo da APAMC – CONAPAMC
Junho a novembro de 2017	Reuniões ordinárias da Associação de Agricultores Familiares de São ²² Pedro da Serra e Adjacências – AFASPS
Junho de 2017	Festa da Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências ²³ 5ª. EXPOAFASPS

Fonte: Elaboração própria (2018)

Na AFASPS, em específico, em razão das reuniões não serem públicas (ou seja, não serem diretamente abertas a falas ou manifestações por indivíduos não associados) esta relação se construiu por meio de um sentimento de confiança e, com isto, laços foram, também, estabelecidos com alguns atores locais, que passaram a ter o papel de intermediários da

houve liberação para observação participante nas assembleias e na festa, além da liberação para a realização das entrevistas. Como não foi permitida a gravação, a opção foi a construção de um caderno de campo em que condutas, comportamentos, frases e demais observações eram anotadas com o objetivo de perceber os agricultores em situações concretas no ambiente da associação.

²⁰ Considerando que nas áreas protegidas, existem regulamentações específicas relativas à gestão social da biodiversidade que envolvem, muitas vezes, conselhos consultivos ou deliberativos, a observação desses ambientes representou um primeiro passo na fase de campo.

²¹ Essa entrada foi diferenciada no âmbito do Conselho Consultivo da APAMC (CONAPAMC), em detrimento da pesquisadora ser participante assídua das discussões deste conselho, desde 2014.

²² Com relação à observação participante nas reuniões da AFASPS, percebeu-se que o grupo dos agricultores familiares observava, continuamente, a pesquisadora, em todas as suas condutas, tendo sido uma preocupação, principalmente nessas ocasiões, o tipo de vestimenta mais apropriada para aqueles ambientes e a reflexão sobre que condutas seriam mais adequadas.

²³ Durante essa iniciativa de observação, houve um expressivo engajamento, que incluiu a participação da pesquisadora em variados mutirões, na cozinha ao longo do preparo dos caldos e em uma das barracas de venda de produtos típicos. O cartaz de divulgação é disponibilizado no Anexo 2 – 5ª. EXPO AFASPS e as fotos no Apêndice 4 – fotos da 5ª. EXPO AFASPS.

pesquisa, como “indivíduos-chaves” (WHITE, 2005), ou seja, lideranças, que passaram a ser colaboradores da pesquisa. Com relação a esse contexto, a Figura 2, a seguir, ilustra o contexto de observação participante na 5ª. EXPO AFASPS, em junho de 2017.

Figura 2 - Observação participante na 5ª. Exposição da AFASPS.



Fonte: Elaboração própria (2017)

A dinâmica de observação incluiu o engajamento na redação de relatórios internos, atas e participação em grupos de trabalho (GTs), o que possibilitou um maior envolvimento com o cotidiano vivenciado pelos conselheiros. A Figura 3, por sua vez, ilustra uma reunião ordinária do CONAPAMC, observada durante a pesquisa.

Figura 3 - Reunião no CONAPAMC em 22/09/2017



Fonte: Elaboração própria (2017)

Outro fato a se considerar nessa contextualização, é que a pesquisa de campo envolveu, também a realização de entrevistas narrativas. Por essa via, foram realizadas vinte e cinco entrevistas, sendo cinco interlocutores considerados como parte do grupo focal “Gestão”, doze, do grupo “Conselheiros” e cinco, do grupo “Lideranças”. Assim, foi adotado um código de identificação para cada indivíduo. Os entrevistados do grupo focal “Conselheiros” foram identificados com a letra C seguida de um algarismo, de C1 ao C12. Em relação ao grupo focal “Lideranças”, foi considerada a letra L para criação do referido código, sendo essa também acompanhada de um algarismo, de L1 ao L9. E, para identificar os interlocutores da gestão pública foi criado um código, de G1 ao G4.

As orientações gerais, prévias às entrevistas, fornecidas aos interlocutores selecionados para a pesquisa, tiveram como objetivo oferecer informações quanto ao tipo de entrevista a ser realizada. Vale destacar, ainda, que as intervenções da pesquisadora buscaram apenas orientar a narrativa, resgatando tópicos dos roteiros. No início da entrevista, foi sugerida uma questão geradora na narrativa, que não apenas buscou estimular o entrevistado, mas, também, permitir que a fala dos interlocutores permanecesse no tópico em questão (FLICK, 2004). Nesse caso, as entrevistas decorreram em um ambiente de acolhimento e confiança para que os interlocutores da pesquisa pudessem exprimir suas impressões, o “fazer falar”²⁴. Durante as entrevistas, foi mantido um tipo de protocolo, no qual a pesquisadora apresentava o roteiro, explicando suas motivações, em relação, inclusive, à seleção do participante para a entrevista. Para que seja possível a interpretação e a análise do material registrado por meio das entrevistas, foram sistematizados os perfis dos entrevistados, apresentados por meio do Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 – *Síntese dos Perfis dos entrevistados*

Código de Identificação do entrevistado	Idade	Formação/Profissão	Instituição ou grupo social (vínculo)	Residência na APAMC
C1	67	Professora universitária	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Não
C2	58	Professor do ensino básico e universitário	Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra	Sim
C3	34	Engenheiro Florestal	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo	Sim
C4	34	Professor do ensino	Colégio Estadual José Martins	Sim

²⁴ Durante muitas entrevistas, houve momentos de forte emoção, que, de certo modo, não eram esperados, antes da realização das mesmas. Por algumas vezes, houve momentos de lágrimas e de pausas, que talvez decorram da percepção compartilhada, por alguns entrevistados, de que eles(as) nunca haviam parado para refletir sobre algumas questões de seu cotidiano sugeridas na conversa, a partir de suas implicações, como conselheiros, como agricultores ou como lideranças, de movimentos associativos.

		básico	da Costa	
C5	53	Advogada e educadora ambiental	Organização Não-Governamental - Casa dos Saberes	Sim
C6	72	Engenheira Agrônoma	Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Macaé e Ostras	Não
C7	48	Biólogo	Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu	Sim
C8	31	Engenheiro Florestal	Associação Friburguense de Canoagem	Sim
C9	63	Bióloga	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Não
C10	64	Contadora	Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Nova Friburgo ACIANF	Sim
C11	60	Médico	Associação de Amigos e Sitiantes de Rio Bonito de Lumiar	Não
C12	30	Bióloga	Associação de Apoio à Escola Estadual Carlos Maria Marchon	Sim
G1	43	Geógrafo	INEA-RJ	Não
G2	50	Engenheira Florestal	INEA-RJ	Não
G3	65	Professor de Educação Física	INEA – RJ	Não
G4	60	Gestor Ambiental	INEA-RJ	Não
L1	62	Geógrafo	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macaé de Cima	Sim
L2	65	Agricultor Familiar	AFASPS	Sim
L3	49	Agricultor Familiar	AFASPS	Sim
L4	47	Empresário	AFRICA – Associação Friburguense de Canoagem	Sim
L5	23	Agricultor Familiar	AFASPS	Sim
L6	56	Jornalista e dono de pousada	Associação Comercial e Industrial de São Pedro da Serra – ACISPS	Sim
L7	40	Comerciante	Associação de Moradores e Amigos de Lumiar	Sim
L8	62	Médico	Associação Macaé de Cima	Sim
L9	58	Analista Judiciário	Associação Macaé de Cima	Sim

Fonte: Elaboração própria (2018)

As entrevistas foram, todas, realizadas de modo presencial, em locais sugeridos pelos entrevistados, considerando as suas preferências e possibilidades de deslocamento. Assim, as vinte e cinco entrevistas foram realizadas entre junho e setembro de 2017, em diversos locais

no Estado do Rio de Janeiro. As datas de realização das entrevistas e os locais em que elas foram realizadas estão sucintamente apresentadas, por ordem de data de realização, a seguir, no Quadro 4.

Quadro 4 – *Síntese do contexto das entrevistas narrativas (data, grupo focal, local)*

Sequência	Data	Grupo focal	Local
1	19/06/2017	Gestão da APAMC	Urca, Rio de Janeiro, RJ
2	23/06/2017	Liderança - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Macaé de Cima	Boa Esperança, Lumiar, Nova Friburgo, RJ
3	24/06/2017	Liderança - Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências	Benfica, São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
4	24/06/2017	Liderança - Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências	Benfica, São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
5	07/07/2017	Conselheiro APAMC	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
6	07/07/2017	Conselheiro APAMC	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
7	11/07/2017	Liderança - Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
8	21/07/2017	Liderança - Associação Macaé de Cima	Macaé de Cima, Lumiar, Nova Friburgo, RJ
9	21/07/2017	Liderança - Associação Macaé de Cima	Macaé de Cima, Lumiar, Nova Friburgo, RJ
10	04/08/2017	Liderança - Associação de Moradores e Amigos de Lumiar – AMALUMIAR	Centro de Lumiar, Nova Friburgo, RJ.
11	06/08/2017	Liderança - Lumiar Aventura	Rio Bonito de Lumiar, Lumiar, Nova Friburgo, RJ
12	07/08/2017	Conselheiro APAMC	Centro de Lumiar, Nova Friburgo, RJ
13	07/08/2017	Conselheiro APAMC	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
14	09/08/2017	Conselheiro APAMC	Prefeitura, Nova Friburgo, RJ
15	15/08/2017	Gestão APAMC	Prefeitura, Nova Friburgo, RJ
16	23/08/2017	Gestão APAMC	Sede APAMC, Lumiar, Nova Friburgo, RJ
17	26/08/2017	Liderança - Associação de Comerciantes de São Pedro da Serra	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
18	29/08/2017	Conselheiro APAMC	Tijuca, Rio de Janeiro, RJ
19	30/08/2017	Conselheiro APAMC	Cônego, Nova Friburgo, RJ

20	12/09/2017	Conselheiro APAMC	Prefeitura, Nova Friburgo, RJ
21	14/09/2017	Gestão da APAMC	INEA RJ, Itaipu, Maricá, RJ
22	15/09/2017	Conselheiro APAMC	Centro, Rio de Janeiro, RJ
23	26/09/2017	Conselheiro APAMC	Ilha do Fundão, Rio de Janeiro, RJ
24	25/09/2017	Conselheiro APAMC	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ
25	27/09/2017	Conselheiro APAMC	São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ

Fonte: Elaboração própria (2018)

É importante destacar ainda que, embora as entrevistas tenham sido planejadas com a presença da pesquisadora e de um único entrevistado apenas, houve situações em que a entrevista foi realizada com dois interlocutores simultaneamente. Isto decorreu da demanda apresentada por dois interlocutores, L2 e L3, pertencentes à Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências, e L8 e L9, membros da Associação Macaé de Cima, que cederam entrevistas em conjunto, nas datas 11/07/2017 e 21/07/2017, respectivamente.

É importante enfatizar, complementarmente, que o material das entrevistas foi gravado na íntegra e todos os termos, de consentimento livre e informado e de uso e autorização de imagem, foram devidamente assinados e, posteriormente digitalizados. Todas as entrevistas foram integralmente transcritas, com base em regras de transcrição adaptadas de Preti (1997), apresentadas por meio do Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 – Regras utilizadas para a transcrição das entrevistas

Tipo de ocorrências	Sinais/ Códigos utilizados	Exemplo
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	O turismo () renda
Entonação enfática	Letra maiúscula	As pessoas VEM sim, fazer o turismo
Prolongamento de vogal ou consoante	:: : podendo aumentar para : ou mais	Ao pensarmos éh::: o turismo
Qualquer pausa	...	São três motivos razões ... que fazem com que
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((risos))
Citações literais de textos ou falas de outrem	“entre aspas”	E ele falou que o “turismo não era bem visto por aqui”

Fonte: Adaptado de Preti (1997)

Além disso, foi assegurado o retorno do processo a cada um dos entrevistados(as) para que os(as) mesmos(as) pudessem ter uma cópia digital de seus termos assinados e da versão final da transcrição de sua entrevista, o que foi realizado por meio de correio eletrônico, no primeiro semestre de 2018.

1.2.4 Sistematização e análise dos resultados obtidos

“Por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”
(BARDIN, 2011, p. 20)

A quarta, e última etapa, envolveu a sistematização e a análise das informações obtidas, utilizando-se, para tal, a técnica da *Análise de Conteúdo* (BARDIN, 2011). Para a interpretação do material bibliográfico, documental e, também das informações obtidas em campo, ocorreu, em um primeiro momento, a sistematização por meio de Matrizes Sínteses, sendo posteriormente delimitados os temas focais, à medida em que foi realizada a leitura aprofundada de todo o material. Sendo assim, a delimitação desses temas ocorreu *a posteriori*. A descrição em detalhes de cada tema focal é disponibilizada nos capítulos nos quais são discutidas as Matrizes Sínteses e as análises correlatas.

É importante enfatizar que, com relação aos dados obtidos em campo, foram analisados os conteúdos das entrevistas narrativas e, as impressões registradas em diário de campo. Nesse processo, foram elaborados três procedimentos 1) transcrição, em formato digital, das entrevistas e diários de campo; 2) descrição exploratória dos materiais; 3) sistematização. Assim, foi possível colocar em evidência a produção das subjetividades e desvendar os significados da dinâmica turística na APAMC. Sendo assim, a interpretação foi realizada por meio da análise das mensagens e falas, de vários sujeitos, observados em determinados contextos, como os conselhos e associações (CONAPAMC - Conselho Consultivo da APAMC, e a AFASPS - Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências) ou individualmente, por meio de entrevistas narrativas.

Não se pode perder de vista que, durante o processo de construção e elaboração da tese foram, também, submetidos dois artigos em periódicos nacionais: “Psicossociologia e Turismo: desvendando interconexões”, com autoria de Cristiane Passos de Mattos, Marta de Azevedo Irving, Gustavo Mendes Melo e Elizabeth Oliveira para a *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*; e “Desvendando os significados da agricultura familiar pela ótica local: o caso da Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (RJ), Brasil”,

com autoria de Cristiane Passos de Mattos, Marta de Azevedo Irving e Lilia dos Santos Seabra para a *Revista Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*.

Nesse primeiro capítulo, sobre metodologia, o objetivo foi, em linhas gerais, descrever as estratégias utilizadas, em cada etapa da pesquisa, visando apresentar o corpo metodológico da presente investigação. Mas, para que se possa avançar na proposta da tese, o próximo capítulo inicia a sua trajetória teórica que se inspira na reflexão sobre a Psicossociologia como campo das Ciências Humanas e Sociais.

CAPÍTULO 2

PSICOSSOCIOLOGIA COMO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Tendo em vista que o turismo constitui um fenômeno contemporâneo complexo associado a múltiplas dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas, éticas, simbólicas, parece claro, por meio dos argumentos expostos preliminarmente, que esse só poderia deve ser interpretado por uma leitura teórica multidimensional e, por consequência, interdisciplinar. Por meio desse entendimento e considerando que a Psicossociologia se vincula a uma base conceitual que se situa na interface entre dois campos disciplinares: a psicologia e a sociologia (MAISONNEUVE, 1977), o objetivo desse capítulo é contextualizá-la como uma via interdisciplinar privilegiada no campo das Ciências Humanas e Sociais. Assim, em um primeiro momento, se busca resgatar a contextualização histórica, a base teórica e, o arcabouço metodológico que orientam os estudos psicossociológicos. Na sequência, se busca contextualizar o pensamento complexo e seus rebatimentos no delineamento da abordagem interdisciplinar em pesquisa, inspirações para o desenvolvimento da tese.

Visando avançar na discussão em foco, a seguir, são descritas a origem e as principais perspectivas teóricas do campo da Psicossociologia, a lente adotada para a presente tese.

2.1 Psicossociologia: origens e perspectivas teóricas

A investigação no campo da Psicossociologia envolve, como questão central, os problemas de ordem psicossocial, esses caracterizados como aqueles que emergem das vivências compartilhadas entre os sujeitos sociais, em contextos situacionais. Nesse campo, a abordagem incide, prioritariamente, sobre os grupos sociais e os quadros de interação social (LÉVY, 1994).

Por essa razão, a Psicossociologia, desde meados do século XX, vem se configurando como um campo fértil para os debates que envolvem a interação entre os indivíduos e entre esses e a sociedade, em sentido mais amplo (LÉVY, 1994). A lente interpretativa que orienta esse campo do conhecimento está associada à leitura de que o sujeito vive a sua conduta em “certo contexto situacional” (MAISONNEUVE, 1977, p. 6). E, sendo assim, caberia à Psicossociologia a investigação sobre o tecido movediço e mutante dos laços interpessoais, já

que esse campo “[...] interessou-se pelo estudo de sujeitos em situações cotidianas, em seus grupos, organizações e comunidades[...]” (MACHADO e ROEDEL, 2001, p. 11),

Assim, a partir destas considerações iniciais, e, considerando a Psicossociologia como um campo de produção do conhecimento, algumas questões norteadoras inspiram a discussão proposta nesse capítulo: 1) Em que contexto surge a Psicossociologia? 2) Que escolas ou correntes de pensamento influenciaram a sua construção? 3) Qual o arcabouço metodológico que caracteriza a produção acadêmica nesse campo?

Visando responder à primeira questão, a Psicossociologia surgiu como campo de estudos e pesquisas na década de 1950, no período pós-segunda Guerra Mundial (DUBOST, 2001). Como esta representou para os Estados Unidos da América uma época de reconstrução econômica, os donos de indústrias desse país estavam propensos a apoiar propostas de modernização de suas empresas, com vistas à melhoria tanto do desempenho produtivo em si, quanto do desenvolvimento de métodos de gestão. Assim, para os industriais, àquela época, esse caminho de investigação parecia ser interessante para se buscar alternativas para lidar com a gestão de seus empregados. Assim, segundo Dubost (2001), esses teriam se disponibilizado a “psicossociologizar” suas estratégias de gestão, no sentido de aderir a propostas de intervenção desenvolvidas por inúmeros intelectuais, através da análise psicossocial a respeito das regulações coletivas e das relações sociais. E, pode-se afirmar, ter sido esse o contexto de origem dos estudos em Psicossociologia, nos Estados Unidos, em seus primórdios.

Ao que parece, os estudos em Psicossociologia foram delineados, inicialmente, como alternativas para orientar um mercado de consultoria e intervenção dirigido ao setor produtivo. Isto porque a Psicossociologia, produzida nesse contexto, se aproximava, à época, do que poderia ser descrito, atualmente, como um conjunto de tecnologias sociais (DUBOST, 2001).

Não se pode negligenciar, nesta breve viagem retrospectiva, que acontecia, na década de 1950, um movimento de intercâmbio entre os Estados Unidos da América e a França, com vistas à elaboração de estudos voltados ao incremento de produtividade das indústrias. Esse movimento parece ter resultado em uma confluência intelectual entre os estudos em Psicossociologia desenvolvidos na realidade norte-americana e, as pesquisas associadas a uma Psicossociologia ainda nascente na França, no mesmo período (CASADORE, 2013). Sobre esse contexto, em específico, Dubost (2001, p.161) fornece uma leitura detalhada, em que considera os psicossociólogos, da época, como os “especialistas do fator humano”, que foram reconhecidos como peças essenciais, para a intervenção, promovida pelos engenheiros, com a finalidade de aprimorar a produção industrial:

O período imediatamente após-guerra foi dominado, evidentemente, pelo problema da reconstrução, da recuperação econômica do país e por esperanças de reestruturação política, econômica e social. [...] A ajuda proposta às empresas para acelerar sua reconstrução, inspirada mais ou menos diretamente pelos Estados Unidos (plano MARSHALL, missões de produtividade, comissões especializadas de organizações internacionais nascidas da ONU etc.), comportava, então, tanto contribuições no plano de métodos contábeis, de gestão, de estruturas de direção, quanto no domínio da ‘simplificação’ do trabalho nas oficinas e escritórios, do recrutamento de pessoal, da formação em habilitações. Nesse contexto, à imagem de seu homólogo americano e segundo os exemplos dados pelas forças militares engajadas no conflito mundial, o engenheiro sentia a necessidade de associar ‘especialistas do fator humano’ à sua prática de intervenção (DUBOST, 2001, p.161)

Um marco nesse processo foi a realização de um importante seminário ocorrido em 1954, na França, inspirado em referenciais da escola de Psicossociologia norte-americana, promovido pela *Agência Europeia de Produtividade*²⁵, que, considerando toda a conjuntura pela qual a Europa passava no pós-guerra, teve como objetivo levantar estratégias para reerguer economicamente a França (ENRIQUEZ, 2009).

Ainda com relação a esta década, que remonta à origem dos estudos em Psicossociologia, alguns manuais e artigos produzidos pela escola de Psicossociologia norte-americana - principalmente resultantes de trabalhos orientados por Kurt Lewin, Elton Mayo e Roethlisberger²⁶ - teriam tido uma importante aceitação no contexto francês (MAISONNEUVE, 1977), com rebatimentos em outros países europeus. Sendo assim, não só na França, mas também na Inglaterra, algumas escolas de Psicossociologia teriam começado, desde então, a se desenvolver, com algumas iniciativas de investigação que, naquele momento, não poderiam nem ser interpretadas como linhas investigativas, no âmbito da psicologia tradicional, nem no campo da sociologia (MAISONNEUVE, 1977). É importante mencionar que, segundo Enriquez (2009), nesse período, na França, a produção acadêmica era, ainda, conservadora, associada à preocupação com relação ao direcionamento de conduta dos indivíduos em determinados ambientes. E, segundo o mesmo autor, ainda que a escola francesa tenha desenvolvido, em um momento inicial, estudos sobre práticas de intervenção aplicadas à realidade das indústrias, esse movimento inicial, dirigido à dinâmica industrial, teria se

²⁵ A Agência Europeia de Produtividade foi criada em 04 de abril de 1948 no contexto do Plano Marshall, com o objetivo de promover a cooperação entre os países participantes e os programas nacionais de produção para acelerar a reconstrução da Europa (OECD).

²⁶ “Kurt Lewin (1890-1947), psicólogo alemão, lecionou Filosofia e Psicologia na Universidade de Berlim até 1923, quando fugiu para a América devido às perseguições nazistas. Foi professor de Psicologia Infantil na *Child Welfare Research Station*, em Iowa, até 1944. Trabalhou no MIT, fundando o centro de pesquisa *National Laboratories for Group Dynamics*. [...] Fritz J. Roethlisberger (1898-1974) foi por muito tempo professor de Relações Humanas da Escola de Administração de Empresas da Universidade de Harvard [...] Elton Mayo (1880-1949) nasceu em Adelaide, na Austrália. Psicólogo, lecionou por muito tempo na Universidade de Harvard” (COLTRO, 2005, p. 9-10).

transformado, progressivamente, nas décadas subsequentes.

Isto porque, no contexto norte-americano, não era usual a abordagem crítica sobre as possíveis contradições entre o crescimento industrial e, o sentido de bem-estar dos indivíduos, enquanto que na perspectiva francesa, era clara essa preocupação, na mesma época, alinhada com o debate sobre a democratização dos espaços industriais, por meio de uma postura sensível aos quadros de operários e militantes. Assim, pode-se dizer que, na França, os estudos psicossociológicos, na origem, buscavam influenciar modos mais coletivos de funcionamento das empresas, através do fortalecimento das decisões partilhadas, com vistas à democratização do processo, em articulação com as políticas de esquerda (ENRIQUEZ, 2009).

Com a compreensão desse movimento inicial e respondendo à segunda questão formulada para orientar esta breve retrospectiva do campo da Psicossociologia, referente às correntes de pensamento que se destacaram nesse processo, desde o pós-guerra, duas principais escolas de Psicossociologia foram relevantes para a construção desse campo de investigação: a norte-americana e a francesa.

Mas, quando analisada a escola francesa, nas décadas subsequentes, notadamente no período entre 1960 e 1970, pode-se afirmar que esta passou a se distanciar, cada vez mais, da abordagem norte-americana inicial, uma vez que começou a considerar, como eixos prioritários de interpretação, a historicidade dos sujeitos e uma abordagem sociopolítica de análise, com referenciais da psicanálise, em sua leitura (CASADORE, 2013).

Não se pode negligenciar que esse período se caracterizou, ainda, pelo predomínio dos referenciais da psicologia social, que envolviam uma perspectiva funcionalista, influenciada por inspirações behavioristas e cognitivas, tendo como temáticas principais, as atitudes e, a percepção individual, em contraponto à percepção coletiva e ao debate sobre a influência social (MELO *et al.*, 2016). Mas à medida em que os psicossociólogos passaram a discutir a noção de inconsciente, nestas décadas principalmente, a base teórica da Psicossociologia francesa foi se afastando, progressivamente, da psicologia social dominante, inclusive com o surgimento de laboratórios de Psicossociologia clínica, na França (BARUS-MICHEL *et al.*, 2005).

A ancoragem na psicanálise representou, assim, uma influência relevante para a concepção de sujeito na Psicossociologia francesa que, além de utilizar linhas de entendimento psicanalítico tinha como foco o contexto situacional - social, cultural e político dos sujeitos sociais (CASADORE, 2013). Esta tendência teria sido marcante até a década de 1990, na construção desse campo, provocando um movimento de reavaliação dos métodos e objetivos centrais que caracterizaram a sua origem. Assim, foi possível, também, a concepção e o desenvolvimento de novas metodologias capazes de apreender a reflexão sobre os limites da

autonomia dos sujeitos (LÉVY, 1994). Nesse sentido, enquanto na Psicossociologia norte-americana não se abordava claramente o inconsciente (ainda que sentimentos e emoções fossem estudados), na escola francesa esse passou a representar um marco teórico central nas fases subsequentes de construção desse campo.

Nesse movimento, na escola da Psicossociologia francesa, que teve como inspiração a psicanálise e se caracterizou a partir de uma perspectiva engajada politicamente, conforme contextualizado anteriormente, passou a ser comum a abordagem do sujeito como categoria essencialmente histórica e social (CASADORE, 2013).

Mas, para além das abordagens dominantes inerentes a uma ou outra escola, caberia indagar, nesse contexto, que bases metodológicas vêm sendo delineadas desde então e que vêm orientando a construção desse campo, considerado em sua totalidade, visando responder, especificamente, ao terceiro questionamento norteador nesse tópico.

Nesse contexto, cabe destacar que uma importante contribuição para a construção do arcabouço metodológico da Psicossociologia foi desenvolvida por Kurt Lewin, voltada aos métodos de intervenção baseados na pesquisa-ação (MAISONNEUVE, 1977). Para Lewin, seria necessário não apenas pesquisar o problema, mas, sobretudo, dele participar. Com esse pressuposto, a metodologia, por ele proposta, baseou-se na observação, descrição e análise da realidade social. Tal encaminhamento esteve voltado ao desenvolvimento da escuta como método para a construção do conhecimento psicossocial, tendo em vista a premissa de que os sujeitos pesquisados deveriam usufruir da produção do saber. Sob esta perspectiva, tais sujeitos se tornariam, também, pesquisadores, por intermédio da ação do proponente da investigação (MELO *et al.*, 2016).

Além disto, outras alternativas metodológicas de cunho qualitativo, estas baseadas na observação e na realização de entrevistas individuais ou coletivas, passaram a ser adotadas, também, no campo da Psicossociologia (CASADORE, 2013). Isto porque, nesse campo, a metodologia da pesquisa é considerada como uma via para acesso aos fenômenos que seriam inacessíveis aos métodos tradicionais de pesquisa, que, por sua vez, estiveram centrados, historicamente, em um olhar disciplinar no campo das Ciências Humanas e Sociais (DUBOST, 2001).

Considerando esses antecedentes e o arcabouço metodológico descritos, o caráter relacional do turismo e a amplitude do debate proposto na Psicossociologia, se contextualiza, a seguir, a interdisciplinaridade e o pensamento complexo como pontos de partida da tese.

2.2 Abordagem interdisciplinar da pesquisa.

“O paradigma complexo resultará do conjunto de novas concepções, de novas visões, de novas descobertas e de novas reflexões que vão se acordar, se reunir”

(Morin, 2007, p.76)

Para que se possa avançar no balizamento teórico e conceitual, não se pode perder de vista que o contexto contemporâneo se expressa, entre outras nuances, pela manifestação de uma crise de valores e de paradigmas²⁷ (MORIN, 2007), causada entre outros motivos, pelo desencantamento do mundo, que deveria se traduzir em transformações éticas e de responsabilidade ecológica, como discutido por inúmeros pesquisadores de referência, entre os quais Boff (2015, 2017), Morin (2011) e Moscovici (2007).

Essa crise parece estar associada às variadas concepções de sociedade que vêm sendo construídas, ao longo da história, e que consolidam a base a partir da qual a ciência estabeleceu suas epistemologias. Na raiz dessa problemática, um olhar reducionista sobre a realidade vem influenciando o pensamento científico ocidental. Esse tipo de olhar vem inspirando os paradigmas científicos tradicionais, com base em uma visão hegemônica que, sem considerar pontos de vista contrários, se estabeleceram em uma “[...] hierarquia acima dos cidadãos” (MOSCOVICI, 2007, p.49). Esses paradigmas foram apreendidos e têm estruturado a produção do conhecimento desde o período do Iluminismo.

Nesse percurso, é possível observar que um modo de pensar o mundo que “atomizava, contrapunha e isolava o ser humano do universo”, acabou por penetrar em todas as esferas da vida em sociedade, criando uma subjetividade coletiva fundada na cisão sociedade-natureza (BOFF, 2015, p.263). Esta subjetividade alinhou-se a uma postura antropocêntrica e individualista de dominação do homem sobre a natureza relacionada à concepção desenvolvimentista do modelo de sociedade moderna, o que culminou em um quadro de graves problemas ambientais (GUIMARAES, 2005), entre tantos outros.

Assim, é possível afirmar que esse paradigma hegemônico se fundou em uma ótica

²⁷ “A palavra paradigma adquiriu um sentido de vulgata, bastante afastado do da linguística estrutural, no vocabulário das ideias e debates científicos anglo-saxões. Designa seja o princípio, o modelo ou a regra geral, seja o conjunto das representações, crenças, ideias que se ilustram de maneira exemplar ou que ilustram casos exemplares [...] Como veremos, um grande paradigma (episteme, mindscape) controla não apenas as teorias e os raciocínios, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural em que nascem teorias e raciocínios. Controla além disso, a epistemologia, que controla a teoria e a prática decorrente da teoria” (MORIN, 2007, p. 266-267).

simplificadora que estabeleceu uma visão determinista, que obedeceria a algumas grandes leis universais (MORIN, 2007). Esse ideal científico é interpretado como “[...] preciso, devido à axiomatização oferecida pela lógica matemática [...], permitindo à Epistemologia Moderna fundar critérios de demarcação entre ciências e pseudociências”, ou seja, como uma forma de conhecimento baseada em uma ontologia materialista e em uma epistemologia objetivista e dualista, da qual se excluía do conhecimento, os valores e crenças (TASSARA, 2006, p. 22).

Caracterizada, assim, pela negação das desordens e acasos, pela fixidez da ordem natural, pela geometrização do conhecimento, pelo isolamento do objeto em relação ao seu ambiente e pela redução da verdade científica à verdade matemática, a ciência moderna isolou os campos do saber uns dos outros e dentro deles (MORIN, 2007).

Apesar disto, na contemporaneidade, importantes reflexões têm delineado e advogado novos caminhos para a construção do conhecimento, para além de uma visão simplificadora e disciplinar ainda majoritária (MORIN, 2007). Assim, cabe ressaltar que distintas percepções de mundo e de ciência vêm também se multiplicando na história mais recente das ciências. E, para muitos autores, o resgate do diálogo entre os campos de saber alinhado a valores éticos deve assim ser retomado (SANTOS, 1999; MORIN, 2007, 2013). E esse parece ser um dos maiores desafios contemporâneos diante da crise civilizatória.

Tendo como inspiração esse movimento, um novo paradigma deve ser construído de maneira a fornecer as bases para o entendimento de que os seres humanos estão intrinsecamente relacionados ao planeta Terra por meio de um “pensamento reflexo e uma consciência sintetizadora e amorosa” (BOFF, 2015, p.263). Esse novo paradigma parece se expressar na própria emergência da ecologia como um movimento intelectual, político e social, notadamente após o término da segunda guerra mundial. Isto porque, o movimento ecológico, sobretudo na França, passou a questionar os referenciais e os papéis da ciência moderna, na defesa de que “A espécie humana participa da constituição [...] da história da natureza” (MOSCOVICI, 2007, p.34).

Nesse debate, Moscovici (2007) discute ainda que a ecologia nascente na década de 1970 considerava o futuro como imprevisível, por meio de leituras associadas a correntes políticas consideradas como de esquerda, naquela época, sendo esse um movimento que não defendia o retorno às sociedades primitivas, mas que pretendia debater os problemas do sistema de produção de bens e de mercadorias, diferenciando-se dos movimentos políticos da esquerda marxista convencional.

Essa conjuntura de crise e de necessária reflexão sobre o *modus operandi* da ciência convencional, que vem se fortalecendo, desde a década de 1970, inclusive por meio da

emergência do movimento ecológico, passou a envolver, também, um crescente entendimento de que o caminho interdisciplinar para a produção do conhecimento pode representar uma via inovadora para a desconstrução da racionalidade que vem orientando o atual modelo de sociedade e de ciência.

Nesse caso, retomando as contribuições de Morin (2013) e, considerando que a realidade é multidimensional, parece claro que a especialização em disciplinas tende a ser um impeditivo para o desenvolvimento da capacidade de contextualizar o conhecimento. E o resultado desse quadro vem sendo a continuidade de um saber mutilador, que ao mesmo tempo em que mutila o próprio objeto de pesquisa, também impede avanços desejáveis para superar esses horizontes de crises, vivenciadas na contemporaneidade (MORIN, 2013).

Na contramão desse movimento, mais recentemente, no plano acadêmico, práticas de pesquisa interdisciplinar baseadas em reciprocidade e diálogo entre diferentes campos do saber tem representado, portanto, uma importante inovação, enfatizando a urgência da construção de novas formas de construção de conhecimento científico (VASCONCELOS, 2009).

A interdisciplinaridade vem sendo defendida, assim, como caminho possível para a transformação da ciência moderna, que dependeria, portanto, da “experimentação de novas vias” para poder avançar (GUATTARI, 1993, p. 24), por meio de leituras pluridisciplinares, que caminhassem para além de uma “interdisciplinaridade de fachada”, exercício no qual os fracassos, o “gosto pelos riscos” e “a fuga de esquemas pré-estabelecidos” (GUATTARI, 1993, p. 25) pudessem ser levados em conta. Nesse caso, seria necessário transcender a simples articulação entre campos diferentes do saber, buscando-se operacionalizar a interdisciplinaridade para além da simples justaposição de disciplinas (BARTHES, 1984), conforme ilustrado a seguir:

A interdisciplinaridade de que tanto se fala não está em confrontar disciplinas já constituídas (das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar-se). Para se fazer interdisciplinaridade, não basta tomar um 'assunto' (um tema) e convocar em torno de duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em criar um objeto novo que não pertença a ninguém (BARTHES, 1984, p.40).

Nesse caso, Morin (2014) sugere também ser essencial que o conhecimento seja construído a partir de pontes inter e transdisciplinares, proposição esta que parece dialogar expressamente com uma das principais premissas da Psicossociologia, um campo de conhecimento situado entre duas disciplinas, em uma situação de interface entre a psicologia e a sociologia²⁸ (MAISONNEUVE, 1977, MACHADO, 2001). Pode-se afirmar, assim, que a

²⁸ Ciência charneira, na interface entre a psicologia e a sociologia, a Psicossociologia tem na sociologia um campo para o diálogo, reconhecido como um “conjunto de conceitos, de técnicas e de métodos de investigação produzidos

Psicossociologia representa um campo de investigação fruto de inquietações relacionadas às interfaces teóricas e metodológicas tanto da psicologia como da sociologia, principalmente no que tange à centralidade das implicações entre o individual e o coletivo (CASADORE, 2013). Nesse sentido, pode ser compreendida como uma “junção funcional” entre a psicologia e a sociologia e, por essa característica de conexão, é entendida por Maisonneuve (1977, p. 2) como “ciência-charneira”, que se justifica pela “incapacidade de a sociologia ou a psicologia explicarem a integralidade das condutas humanas concretas”.

Assim, a Psicossociologia parece transpor a abordagem disciplinar tanto da psicologia quanto da sociologia, uma vez que as situações cotidianas e/ou fenômenos sociais constituem pontos de partida fundamentais e são consideradas em sua complexidade (VASCONCELLOS, 2016). E, ainda que abrigue uma pluralidade de enfoques teóricos e de alternativas metodológicas, considerando uma perspectiva interdisciplinar de análise, na Psicossociologia parece haver uma singularidade de abordagem, considerados os temas, as preocupações teóricas, os métodos e os objetivos que permeiam esse campo (BARUS-MICHEL *et al.*, 2005).

É possível afirmar, pelas razões expostas, que a Psicossociologia constitui um campo de pesquisa que, em si mesmo, já revela uma proposta interdisciplinar. Pode-se afirmar, ainda, que, no âmbito da Psicossociologia, busca-se interpretar as vivências compartilhadas entre grupos e sujeitos em contextos situacionais específicos (MAINSONNEUVE, 1977; LÉVY, 1994; MACHADO, 2001; CASADORE, 2013). E, assim, para se fazer pesquisa em Psicossociologia é essencial que o conhecimento seja produzido, a partir da interpretação de um determinado contexto ou cotidiano vivido, concretamente, por indivíduos e grupos sociais. Esse tipo de conhecimento, conforme a apreensão de Morin (2013), pode ser reconhecido como um “conhecimento pertinente”, construído a partir da leitura interdisciplinar voltada à interpretação de fenômenos, em seus contextos, a partir de um arcabouço metodológico adequado à decodificação desses.

Assim, considerando que a investigação psicossocial parte de um contexto, percebido como elemento fundamental para a delimitação metodológica da pesquisa, um de seus pressupostos parece ser esse tipo de conhecimento, que ao se afastar de uma concepção disciplinar e estanque da ciência, torna possível a emergência de novos caminhos (MORIN, 1973)²⁹. Tomando por base esse entendimento, Vasconcelos (2016, p.148) defende que a

para explicar a vida social” (MARTINS, 1991, p.8) e considerado também como “o estudo da vida e do comportamento social, sobretudo em relação a sistemas sociais, como eles funcionam, como mudam, as consequências que produzem e sua relação complexa com a vida dos indivíduos” (JOHNSON, 1997, p.217).

²⁹ Esses novos caminhos, situados na contramão dos modos “simplificadores” de pensamento e de reflexão, tendem a não reduzir os fenômenos estudados, conforme discutido por Morin (2007).

interdisciplinaridade se configura como o principal ponto de partida do campo psicossocial sendo esse “[...] irreduzível a aceitação da complexidade do tema, fenômeno, prática ou programa de política pública em foco”.

Com base nesses pressupostos, caberia refletir sobre o real significado do próprio pensamento complexo que advoga a imperfeição, a incerteza e o reconhecimento do irreduzível, negando tanto um holismo abstrato - “uma abstração geral excessiva” -, quanto um reducionismo mutilador - “unidade abstrata do baixo” (MORIN, 2007, p.24).

Assim, o pensamento complexo pressupõe a não redução dos fenômenos investigados, evitando-se, nesse caso, as abordagens que tendem a reduzir a complexidade a unidades elementares, prática comum em variados campos do conhecimento (MORIN, 2007). Segundo esse pressuposto, o processo de construção do conhecimento tem limites, insuficiências e carências que sinalizam ser improvável o alcance de um conhecimento pleno. Considerando a realidade como multidimensional e complexa, seria possível se pensar em um sistema de produção do conhecimento aberto que implica em um nível transdisciplinar de análise e comporta brechas e lacunas em sua própria abertura (MORIN, 2007). Esse sistema compreende a base da proposta do *pensamento complexo*, segundo Morin (2007).

Assim, o pensamento complexo permite trazer para o centro da discussão os ruídos do processo de construção científico (MORIN, 2007), considerando como elemento fundamental, nessa dinâmica, as incertezas e as visões de mundo do próprio pesquisador na relação sujeito-objeto de pesquisa. Nessa linha de entendimento, Pena-Vega (2010, p.22) acrescenta, ainda, que a emergência de novos caminhos científicos “[...] só pode se dar por intermédio das incertezas, das esperanças, das multiplicidades na própria ciência”.

Assim, o pensamento complexo se configura como uma alternativa aos modelos disciplinares tradicionais, tendo o objetivo de transcender visões simplificadoras da realidade, admitindo o inesperado e a incerteza como parte do processo de construção do conhecimento. Considerando que a realidade é multidimensional e complexa pela leitura de Morin (2007), esse caminho parece promissor para a interpretação do turismo pela leitura interdisciplinar, fundamental para a compreensão de sua multidimensionalidade.

Essa breve discussão ilustra como a Psicossociologia se expressa como uma lente interdisciplinar, privilegiada também para traduzir as premissas do pensamento complexo para a produção de conhecimento em turismo.

CAPÍTULO 3

PSICOSSOCIOLOGIA E TURISMO: DESVENDANDO INTERCONEXÕES

“El turismo significa interacciones entre dos mundos diferentes: el del turista y el del residente”
Martín (2002, p.14)

Conforme mencionado anteriormente, a Psicossociologia constitui um campo potencial para a investigação das inúmeras dimensões subjetivas dos fenômenos contemporâneos. Considerando tais fenômenos como objetos para a investigação psicossocial (LÉVY, 1994) e que o turismo se expressa como um desses fenômenos pulsantes da vida social, na atualidade, esse tende a representar um tema de potencial interesse para o debate psicossocial. Esta afirmação se sustenta em inúmeros argumentos, entre os quais o reconhecimento de que a Psicossociologia se constitui em um campo voltado para a reflexão sobre os processos de interação entre indivíduo e sociedade (MAISONNEUVE, 1977) e que, por essa razão, representa uma via potencial para a interpretação da dimensão relacional do turismo, tendo em vista que esse fenômeno se constitui, fundamentalmente, a partir de um movimento de interação social entre turistas e anfitriões (MONTEJANO, 2002).

Com esse ponto de partida, para o desenvolvimento desse capítulo se buscou interpretar em que medida a produção acadêmica, no campo da Psicossociologia, vem abordando a temática do turismo. Sendo assim, o objetivo desse capítulo é discutir em que medida o campo da Psicossociologia tem representado um caminho efetivo para a interpretação do turismo. Para tal, se discute, o turismo como um fenômeno social relacional e, portanto, objeto potencial da Psicossociologia.

3.1 O turismo como fenômeno social contemporâneo

Mas como decodificar o turismo como um fenômeno social na contemporaneidade? Um primeiro argumento nesse sentido é a afirmação que o turismo se traduz por meio da interação social, uma dinâmica complexa que, por envolver expectativas, desejos, sonhos e subjetividades, deve ser considerada, em suas múltiplas dimensões. Também por essa razão, o turismo deve ser interpretado como um fenômeno social contemporâneo que envolve um

intercâmbio entre residentes e turistas, em âmbito global, regional, e, também no plano local (IRVING, 2016).

Assim, para avançar na leitura proposta, o reconhecimento de sua dimensão relacional parece ser central no debate proposto, tendo em vista que essa decorre, fundamentalmente, de duas motivações: 1) conhecer contextos culturais distintos daqueles vivenciados no cotidiano, e 2) encontrar-se com indivíduos reconhecidos como diferentes, em âmbito cultural e/ou geográfico (GARZARELLI, 2000). Desse modo, o turismo envolve, também, uma construção simbólica que se articula a esse desejo de, sistematicamente, “romper” com o cotidiano vivenciado (URRY, 2001, p.16). Além disto, ao praticar o turismo, o indivíduo parece buscar uma relação consigo mesmo, em um movimento interno voltado ao autoconhecimento (ZAOUAL, 2008), por meio do encontro almejado com o seu “oposto”, o não-turista:

Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período histórico, é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não-turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta [...] (URRY, 2001, p.16).

Esse encontro se expressa por meio de uma dinâmica complexa, uma vez que não se pode perder de vista que é difícil prever como os residentes respondem à presença dos turistas, e, também, como os turistas se comportam diante do contexto distinto de seu cotidiano que costumam encontrar (BARRETO, 2003). Talvez seja por esta razão que o turismo, em algumas ocasiões, se traduz em um movimento que intensifica mudanças culturais e sociais na população anfitriã, o que pode, também, potencializar conflitos sociais em comunidades residentes³⁰ (STRONZA, 2001). Esse quadro pode decorrer, inclusive, da leitura do turista como um sujeito que, além de “invadir o cotidiano”, se expressa por meio de um comportamento percebido como estranho na dinâmica local (BARRETO, 2003, p.21). Além disto, em algumas destinações, alguns aspectos da dinâmica social passam a ser reconhecidos, pelos turistas, como mercadorias³¹, o que também pode ter expressivo rebatimento na dinâmica social local.

³⁰ “Although it may be true that tourism precipitates conflict in host communities, it also may be true that other factors in any given destination site, such as the construction of a road, or the proclamation of a new protected area, have caused conflicts.” (STRONZA, 2001, p. 269)

³¹ O espaço turístico pode ser compreendido como uma mercadoria. Carlos (1999) e Luchiari (1998) sugerem ser o turismo um vetor relevante para se pensar a relação entre o local e o global. Sinalizam a produção de um “espaço-mercadoria”, pode estar articulada a práticas socio-espaciais turísticas. Tais práticas caracterizariam o processo de turistificação dos espaços, no qual “o lugar recebe determinações externas e as combina com as narrativas locais” (LUCHIARI, 1998, p. 2). Seguindo pressupostos correlatos, Ambrósio (2005, p.108) afirma que o turismo é um tipo de prática de apropriação do espaço nascida em meados do século XX e que envolve espaços “experimentados como mercadoria”. A vilegiatura, conceito relacionado ao crescimento de segundas-residências nas áreas sub-urbanas ou rurais, seria uma destas práticas sociais que hoje estaria “amalgamada” às práticas turísticas.

Mas, nesse campo pulsante de debate e reflexão, também vale destacar que, em muitas situações, os turistas ressignificam os locais visitados por meio das impressões que constroem durante a vivência turística (IRVING *et al.*, 2012). E, por meio desse processo, o fenômeno turístico pode se traduzir em um protagonismo social que se articula à emergência de comportamentos e atitudes, cujo alcance envolve, inclusive, o compromisso de proteger a diversidade do patrimônio cultural (ZAOUAL, 2008).

Assim, por todos esses argumentos, o turismo pode ser apreendido como um fenômeno social contemporâneo que vem assumindo, notadamente nas últimas décadas, um papel relevante em âmbitos global, regional e local.

Considerando essas premissas, sinteticamente apresentadas, que partem do entendimento de que o fenômeno turístico deve ser interpretado pela via interpretativa da pesquisa social, e, para que se possa melhor contextualizar a argumentação aqui defendida e ampliar esta discussão sobre o turismo como fenômeno social, contemporâneo e complexo, é importante, ainda, que se busque resgatar a sua origem.

Pode-se afirmar, nesta breve retrospectiva em apoio aos argumentos defendidos, que a origem deste fenômeno, tal como é considerado nos dias atuais, tem início no século XVIII, com a realização das primeiras viagens associadas a um sentido educativo, envolvendo passeios da nobreza romana para a Grécia, destacando-se, entre essas iniciativas, várias práticas de estudos pela Europa (AMBROZIO, 2008). Nesta contextualização, não se pode desconsiderar que, no início do século XIX, algumas destas viagens passaram a ser conhecidas como *Grand Tours* (CRUZ, 2000), e, nesta época, eram, também, realizados safaris de caça na África, notadamente pelas elites europeias (PIRES, 2002).

Mas, neste exercício retrospectivo, é importante enfatizar, ainda, que a primeira agência de viagens surgiu apenas em 1845, na Inglaterra, e foi estabelecida para organizar deslocamentos turísticos, especificamente, para a burguesia britânica. Todavia, foi somente em meados do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, com a redução da jornada de trabalho e a ascensão de tempo livre, que os trabalhadores dos países industrializados passaram a ser incorporados à prática do turismo, o que ampliou o alcance dos movimentos entre lugares turísticos (AMBROZIO, 2008).

Nessa trajetória, alguns autores reconhecem como uma segunda fase do turismo aquela marcada pela expansão dos transportes e dos fluxos turísticos, após a Segunda Guerra Mundial. Esta fase caracterizou-se, no cenário internacional, pela criação, em 1946, da *International Union of Official Travel Organisation*, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), cuja atuação passou a ser dirigida à construção de agendas para desenvolvimento turístico, por

meio da publicação de resoluções norteadoras para o segmento, até a década de 1970, quando uma de suas resoluções aprovou a criação da *World Tourism Organization*, a Organização Mundial do Turismo (OMT). Assim, a OMT, a partir de 1974, passou a se configurar como o órgão executor oficial do Sistema das Nações Unidas para o desenvolvimento do turismo, constituindo-se, desde então, como fórum permanente, para orientar as políticas públicas setoriais em âmbito global (UNWTO, 2012).

Tendo em vista esse breve contexto histórico apresentado, pode-se assim afirmar que, as décadas de 1950 a 1970 foram marcadas por um incremento mundial no movimento de viagens. Este, por sua vez, resultou das ações estatais alinhadas às políticas de bem-estar social, o que contribuiu, significativamente, para a massificação do turismo, em escala global. O desenvolvimento deste tipo de turismo culminou, posteriormente, no sobreuso de algumas destinações turísticas, concentradas, em sua maioria, em localidades do então *terceiro mundo*, notadamente nas áreas tropicais.

Pode-se afirmar que esse denominado turismo de massa vem representando, desde então, um elemento de tensão no encontro entre os turistas e os moradores dos lugares turísticos, isto porque traduz o cotidiano do residente como uma mercadoria (ZAOUAL, 2008). Esta situação gerou e vem gerando, desde então, para estas destinações, inúmeros problemas sociais e ambientais, como a segregação étnica e racial, conflitos interculturais e expressiva condição de degradação ambiental (PIRES, 2002).

O deslocamento de elevado e expressivo número de pessoas para os mesmos lugares, nos mesmos períodos do ano, vêm também causando inúmeros efeitos perversos, no plano global e também local, tendo sido esta segunda fase do turismo reconhecida, por alguns autores, como a mais devastadora, em termos de seus efeitos perversos nas destinações visitadas (RUSCHMANN, 1999).

Mas, na tentativa de se criar instrumentos para o enfrentamento destes problemas, resultantes do processo de expansão e massificação do turismo no plano global, nas décadas subsequentes, entre 1980 e 1990, foram empreendidas, no plano global, diversas discussões voltadas para a construção de agendas globais para o turismo (PIRES, 2002). Neste contexto, com o objetivo, também, de padronizar as estratégias de levantamento de dados estatísticos e, de promover pesquisas com este objetivo, a OMT passou a considerar o turismo como uma atividade realizada por indivíduos, que se deslocam para lugares distintos daqueles em que habitam, por um período de tempo inferior a um ano, tendo em vista atividades de lazer, negócios ou outros motivos não relacionados ao exercício de uma atividade remunerada (UNWTO, 2012).

A simples definição de turismo da OMT como um indicativo simplista de deslocamento de pessoas entre lugares distintos dos que habitam, no entanto, parece não ter sido capaz de traduzir, em sua essência, a complexidade que envolve esse fenômeno contemporâneo. Neste contexto, não se pode perder de vista que os turistas também passaram a exprimir, cada vez mais, nas últimas décadas, o interesse em vivenciar experiências e vivências compartilhadas, com os habitantes locais, nas destinações que visitam (RUSCHMANN, 1999), o que vem se traduzindo, cada vez mais, em novos desafios tanto na esfera de planejamento do turismo, quanto no caso da pesquisa acadêmica.

Assim, no cenário mais recente, diante do reconhecimento de que o turismo representa um fenômeno contemporâneo complexo e multidimensional, a demanda por novas abordagens na produção de conhecimento, sintonizadas com o desafio de se compreender o quadro de interação social entre turistas e anfitriões, passou a influenciar este campo de estudos. Isto porque, sendo um fenômeno social, não se pode negligenciar que ele emerge, também, de um cenário recente incerto, mutante e líquido (BAUMAN, 2001), caracterizado por uma remodelação dos modos de vida individuais e coletivos, um contexto de crise que envolve tanto um repensar sobre o ser humano e quanto sobre os sentidos da ciência e os modelos de produção (BOFF, 2017, 2015; LEFF, 2009; GUATTARI, 1993; MOSCOVICI, 2007; MORIN, 2011).

Frente a este desafio, que se expressa tanto para o planejamento do setor como para a pesquisa, parece se justificar a preocupação dirigida à construção de novas bases teóricas e metodológicas para a interpretação desse fenômeno, que envolve as expectativas em jogo, “o encontro, a surpresa, o encantamento ou o desencanto” (IRVING, 2015, p. 52). Neste contexto, um passo importante tende a ser a imersão na literatura especializada, no sentido de se buscar apreender como o turismo vem sendo abordado pela lente da Psicossociologia, adotada nessa tese como um caminho possível para a decodificação da multidimensionalidade associada ao fenômeno.

3.2 Psicossociologia: uma via para interpretar o turismo?

Tendo como ponto de partida as premissas anteriormente delimitadas e, considerando o turismo como fenômeno social, se busca interpretar, a seguir, em que medida esse campo tem sido abordado, para que se possa aprofundar a discussão proposta.

3.2.1 A perspectiva internacional de interpretação do turismo pela perspectiva psicossocial

No caso da produção acadêmica internacional sobre o tema, o percurso metodológico escolhido envolveu um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da CAPES, conforme anteriormente detalhado. Esse esforço investigativo resultou no registro de trinta e três produções acadêmicas, publicadas entre 1997 e 2017, sendo estas distribuídas em dezoito artigos em periódicos, nove livros e seis capítulos de livros. A sistematização detalhada destes registros resultou na elaboração de uma Matriz Síntese, a partir das informações referentes aos autores, títulos e temas da literatura consultada, assim dispostos no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Matriz Síntese dos autores, títulos e temas da literatura consultada – Psicossociologia e Turismo

ARTIGOS		
Autores	Títulos	Tema
CODINA & PESTANA (2017)	<i>Two sides of time in the leisure experience of youth: Time investment and time perspectives</i>	A satisfação em relação às atividades de lazer e as percepções sobre o tempo investido nelas - grupo focal -18 e 24 anos.
GUNDERSEN (2017)	<i>Starting over: Searching for the good life? An ethnographic study of western lifestyle migration to Ubud, Bali</i>	Etnografia com mulheres migrantes em estilos de vida em Bali, Indonésia. Discussão conceitual turismo e migrantes em estilos de vida.
INGRAM (2016)	<i>Food and the autobiographical self in Harry Crews' A Childhood: The Biography of a Place</i>	Gastronomia, lugares da infância e narrativas, estudos sobre autobiografia e identidade.
BUSCEMI (2015)	<i>How 'il caffè' sospeso' became 'suspended coffee' The neoliberal re-'invention of tradition' from Bourdieu to Bourdieu</i>	Neoliberalismo e a reinvenção da tradição a partir do estudo do caso do café <i>sospeso</i> .
WEAVER et. al. (2014)	<i>Exploring the role of culture in the link between mental health and food insecurity: A case study from Brazil</i>	Insegurança alimentar e seus rebatimentos no campo da saúde física e mental a partir de estudo de caso no Brasil.
HØJLUND (2013)	<i>The flexible boundary between edible and non-edible. Experimental fieldwork in a culinary borderland</i>	O ato de comer como prática social, percepção dos participantes de festival gastronômico sobre o que é ou não comestível.
TOKAREVA (2013)	<i>Foodwastage problems in a perspective of eating habits: A review paper.</i>	Apropriações culturais, desperdício de comida e hábitos alimentares.
LARSEN (2010)	<i>Performing tasty heritage: Danish Cuisine and playful nostalgia at restaurant noma</i>	Patrimônio, gastronomia e identidade, nostalgia e inovação na culinária dinamarquesa.
KIERANS & HAENEY (2010)	<i>The 'Social Life' of Scouse: Understanding Contemporary Liverpool through Changing Food Practices</i>	Patrimônio, tradição e autenticidade a partir do olhar sobre as mudanças na cultura alimentar e gastronômica.

KORSTANJE (2009)	<i>Reconsidering the Roots of Event Management: Leisure in Ancient Rome.</i>	Prática social do lazer na época da Roma Antiga e seus rebatimentos com a geopolítica do império romano.
PUJOL (2009)	<i>Cosmopolitan Taste: The Morphing of the New Catalan Cuisine</i>	Transformações na culinária catalã - da tradição à culinária tecnológica molecular - em relação às mudanças culturais e ao cosmopolitismo.
ANDRIOLO (2009)	Entre a ruína e a obra de arte: Psicossociologia da percepção da cidade histórica turística.	Processo de significação da cidade histórica turística e discursos.
TELLSTRÖM et. al. (2008)	<i>Constructed national food and meal archetypes at international exhibitions from Paris 1867 to Aichi 2005</i>	Arquétipos da alimentação nacional como representativos da cultura nacional sueca em exposições internacionais.
GIBSON (2007)	<i>Food Mobilities: Traveling, Dwelling, and Eating Cultures.</i>	Gastronomia, consumo e mobilidades corporais, tecnológicas, imaginárias ou virtuais.
JONES (2007)	Food Choice, Symbolism, and Identity: Bread and Butter -Issues for Folkloristics and Nutrition Studies	Estudos culturais, simbolismo e identidade. Estudos nutricionais.
IGNATOV (2006)	<i>Segmenting Canadian culinary tourists</i>	Gastronomia e turismo: levantamento de perfis de turistas no Canadá.
TELLSTRÖM (2005)	<i>Local Food Cultures in the Swedish rural economy</i>	Culinária local como ferramenta de desenvolvimento da economia rural e como vantagem competitiva.
MARTÍN (1998)	<i>Aspectos psicosociales del turismo</i>	Aspectos psicosociais do turismo em estudos sobre atitudes e comportamentos dos turistas e residentes.
LIVROS		
Autores	Títulos	Tema
SUBLETTE & MARTIN (2015)	<i>Devoring cultures: perspectives on food, power, and identity from the zombie apocalypse to Downton Abbey</i>	Cultura estudada a partir da Gastronomia. Consumo e as narrativas identitárias vinculadas à culinária.
CHANSKY (2015)	<i>Kichen sink realisms: Domestic labor, dining, and drama in American theatre</i>	Discussão de gênero e trabalho doméstico.
LOICHOT (2013)	<i>The tropics Bite Back: Culinary Coups in Caribbean literature</i>	Culinária como modo de resistência e produção cultural. Influência literária e o olhar colonial.
ANDREWS (2011)	<i>The British on holiday: charter tourism, identity and consumption</i>	Etnografia de práticas de consumo dos turistas.
HO (2005)	<i>Consumption and identity in Asian American coming-of-age novels</i>	Gastronomia e formação identitária étnica, americanos com descendência asiática.
ASHLEY et al.(2004)	<i>Food and Cultural Studies</i>	Culinária como campo dos estudos culturais e das ciências humanas e sociais.
MONTEJANO (2002)	<i>Psicosociología del turismo</i>	<i>Psicossociologia do Turismo</i> e seus rebatimentos para a gestão.
GARZARELLI (2000)	<i>Psicossociología del turismo</i>	<i>Psicossociologia do Turismo.</i>
MARTÍN (1997)	<i>Psicossociologia del ocio y del turismo</i>	Psicossociologia do ócio e do turismo.

CAPÍTULOS DE LIVROS		
Autores	Títulos	Tema
HARALDSDÓTTIR & GUNNARSDÓTTIR (2014)	Pure fresh and simple: ‘Spicing up’ the New Nordic, Cuisine.	Turismo gastronômico em países nórdicos: imagens, discursos e autenticidade.
HADEN (2014)	Legend to launchpad: Le Cordon Bleu, gastronomy and the future of education.	Gastronomia e hospitalidade.
CLEAVE (2013)	The evolving relationship between food and tourism: A case study of Devon in twentieth century	Gastronomia local e turismo: culinária como atrativo, experiência e motivação dos turistas.
SLOTHOWER & SUSINA (2012)	Delicious supplements: Literary cookbooks as additives to children’s texts	Narrativas e discursos em livros de culinária e literatura infantil.
DUNN (2010)	Transforming taste(s) into sights: Gazing and grazing with television’s culinary tourists	Narrativas televisivas e autenticidade da viagem gastronômica.
BARTHES (2008)	Towards a psychosociology of contemporary food consumption	Psicossociologia do consumo gastronômico.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa bibliográfica (2018).

Nessa matriz, com relação, especificamente, aos artigos científicos registrados, dezessete deles foram publicados em língua inglesa por periódicos estrangeiros e somente um artigo em língua portuguesa foi obtido no mapeamento, em periódico nacional. Considerando a produção acadêmica publicada em livros e capítulos de livros, apenas produção em língua estrangeira foi mapeada.

A leitura analítica da literatura internacional mapeada sugere a prevalência de dois temas recorrentes: 1) *Gastronomia em suas diversas nuances interpretativas*, 2) *Dimensões teóricas e metodológicas envolvidas nos estudos sobre o turismo e o lazer*. Sendo assim, estes dois temas orientaram a interpretação do material registrado, com base em uma adaptação da técnica da *Análise de Conteúdo* (BARDIN, 2011), conforme anteriormente descrito. Este esforço de pesquisa resultou no conteúdo de análise sintetizado no Quadro 7, a seguir.

Quadro 7 - *Matriz Síntese sobre os principais temas de análise na produção acadêmica mapeada*

Tema de Análise	Descrição	Produção Acadêmica
1) Gastronomia em suas diversas nuances interpretativas	Estudos sobre o tema da gastronomia e da modalidade do turismo gastronômico, que incidem sobre a dimensão cultural do turismo.	1 - Ingram (2016); 2 - Buscemi (2015); 3 - Sublette & Martin (2015); 4 - Chansky (2015); 5 - Weaver <i>et. al.</i> (2014); 6 - Haden (2014); 7 - Haraldsdóttir & Gunnarsdóttir, (2014); 8 - Højlund (2013); 9 - Cleave (2013);

		10 - Loichot (2013); 11 - Tokareva (2013); 12 - Slothower & Susina (2012); 13 - Larsen (2010); 14 - Kierans e Haeney (2010); 15 - Dunn (2010); 16 - Pujol (2009); 17 - Barthes (2008); 18 - Tellström et. al. (2008); 19 - Jones (2007); 20 - Gibson (2007); 21 - Ignatov (2006); 22 - Tellström (2005); 23 - Ho (2005); 24 - Ashley et al. (2004).
2) Dimensões teóricas e metodológicas envolvidas nos estudos sobre o turismo e o lazer	Pesquisas variadas sobre as experiências de lazer e de turismo. Investigações voltadas para a delimitação teórica e metodológica do campo interdisciplinar da <i>Psicossociologia do Turismo</i> .	1 - Codina & Pestana (2017); 2 - Gundersen (2017); 3 - Andrews (2011); 4 - Korstanje (2009); 5 - Andriollo (2009); 6 - Garzarelli (2000); 7 - Montejano (2002) 8 - Martín (1998); 9 - Martín (1997)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa bibliográfica (2018).

Dentre os principais temas, expressos em todo material analisado, a gastronomia constituiu uma temática recorrente em vinte e quatro das trinta e três publicações registradas nesta pesquisa. Assim, ao que parece, esta temática orienta parte expressiva do debate sobre o turismo, à luz da Psicossociologia. Uma segunda vertente temática incide sobre a reflexão acerca das dimensões teóricas e metodológicas, recorrentes em estudos sobre o turismo, a partir da discussão sobre as dinâmicas sociais a ele associadas.

Considerando que a temática da gastronomia orienta o debate sobre o turismo à luz da Psicossociologia, na interface com a discussão sobre a dimensão cultural a ele associada, nesta categoria temática, foram mapeados estudos que reconhecem a gastronomia como um tema focal para interpretação das múltiplas dimensões dos fenômenos sociais, nas articulações com o consumo e com as questões das identidades culturais. Assim, hábitos, como o desperdício de alimento, por exemplo, são interpretados como aspectos vinculados ao turismo, pela perspectiva da cultura. Com base neste foco interpretativo, Ingram (2016) sugere, ainda, ser a memória gastronômica um caminho interessante para se investigar a construção da identidade relacional, em situações de interação social. Assim, tendo em vista que a dinâmica do turismo envolve quadros de interação social, esta linha interpretativa pode representar uma pista teórica interessante para os estudos a serem desenvolvidos, no futuro.

Ainda, com esse direcionamento, Barthes (2008) sugere que as práticas alimentares devem ser interpretadas como traços culturais relacionados aos elos afetivos e sociais, estes traduzidos em comportamentos, hábitos, imagens e símbolos, compartilhados socialmente. Os estudos sobre estes comportamentos envolvem, ainda, o debate sobre patrimônio, tradição e autenticidade, com expressivo reatamento no âmbito dos estudos culturais. Nesse caso, há de se considerar a produção acadêmica que versa sobre as mudanças culturais, em relação ao comportamento social cosmopolita em metrópoles, associado, inclusive, aos padrões de consumo gastronômico, em articulação ao neoliberalismo como modelo econômico e social (PUJOL, 2009; BUSCEMI, 2015).

As inúmeras dimensões culturais associadas ao turismo e, de modo expressivo, aquelas que caracterizam a modalidade do turismo gastronômico, são, também, foco de publicações que envolvem estudos acerca das percepções dos turistas sobre as destinações turísticas visitadas (CLEAVE, 2013) e sobre os atrativos turísticos ali encontrados (GIBSON, 2007) ou, ainda, sobre os eventos gastronômicos que vivenciam (HARALDSDÓTTIR & GUNNARSDÓTTIR, 2014; HØJLUND, 2013). Outra perspectiva de análise das pesquisas mapeadas se refere, também, à gastronomia e aos valores culturais como meios para a constituição de imagens-síntese das localidades turísticas, no sentido de se promover a visitação turística, por meio da produção de vídeos e clipes publicitários. Sendo assim, a gastronomia apropriada pelo marketing turístico no sentido de ampliar a visibilidade de um determinado destino (DUNN, 2010).

Além da gastronomia e seus reatamentos na perspectiva cultural sobre o turismo, uma outra abordagem emerge, também, das publicações mapeadas, envolvendo uma reflexão mais teórica e metodológica sobre o fenômeno do turismo, conforme será discutido, a seguir.

O segundo tema recorrente nas publicações mapeadas, se refere às *Dimensões teóricas e metodológicas envolvidas nos estudos sobre o turismo e o lazer*. Com relação a este foco específico, foram identificadas publicações que incidem sobre os próprios atores envolvidos nesta prática, por meio de debates epistemológicos e metodológicos sobre os horizontes possíveis de investigação, segundo uma lente interdisciplinar, o que se traduziria, de fato, segundo Martín (1997), Garzarelli (2000) e Montejano (2002), efetivamente, como o campo da *Psicossociologia do Turismo*.

Assim, com relação, especificamente, a este tema, Codina e Pestana (2017), por exemplo, discutem como as noções de tempo são construídas, de modo subjetivo, pelos jovens durante as experiências de lazer. Pela perspectiva de análise de Korstanje (2009), a partir de um estudo sobre a Roma antiga, o lazer é interpretado não apenas como um meio de expressão

de laços e valores culturais e sociais, mas sobretudo como um caminho por meio do qual o Estado pode exercer o seu poder, sendo o lazer, neste caso, traduzido como uma estratégia de reprodução ideológica dos grupos dominantes e de seus interesses.

Pela apreensão de Martín (1997), por sua vez, para se pesquisar o turismo pela lente da Psicossociologia seria necessário transpor os horizontes disciplinares. A necessidade de investigação interdisciplinar para os estudos sobre o turismo é reconhecida como essencial, também, pela perspectiva de análise de Montejano (2002). O turismo, por esta ótica, é interpretado como uma ação social na qual a interação humana é fundamental, sendo a teia de relações interpessoais de trocas aquela que caracteriza o fenômeno (MONTEJANO, 2002; GARZARELLI, 2000).

Por todos os argumentos anteriormente discutidos, a lente da Psicossociologia é reconhecida na literatura especializada como uma via potencial para as reflexões sobre o fenômeno turístico na contemporaneidade, mas a *Psicossociologia do Turismo* representa um campo ainda em construção pela perspectiva da produção do conhecimento. Com base na leitura de que é possível avançar nesse campo de debate e reflexão, esse campo é discutido, a seguir, como uma via para as reflexões sobre o fenômeno turístico na contemporaneidade.

3.2.2 A leitura no caso brasileiro

Com base no mapeamento anteriormente mencionado sobre a produção acadêmica em artigos e livros (disponibilizados nos Quadros 6 e 7), foi obtido um único artigo publicado por periódico nacional, que envolve um estudo sobre as percepções de variados atores, em âmbitos acadêmico e governamental, sobre a cidade turística e histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, Brasil, sendo essa pesquisa baseada em análise documental e histórica (ANDRIOLO, 2009). Assim, um primeiro fato a se considerar é que, no Brasil, este campo de investigação parece ainda incipiente e são praticamente inexistentes publicações em periódicos, nessa interface.

Buscando ampliar o mapeamento, com o objetivo de apreender de que maneira o turismo tem sido abordado à luz da Psicossociologia, no contexto brasileiro, foi realizado, também, o levantamento e a sistematização da produção acadêmica nacional, com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, etapa que resultou na identificação de 16 trabalhos, publicados entre 1997 e 2016. Neste exercício, foram utilizados os termos de busca *Psicossociologia* e *turismo*, conforme anteriormente detalhado. Por meio desse esforço, foram registradas 2 teses de doutorado e 14 dissertações de mestrado, defendidas no Brasil, que

abordam a temática.

A partir da leitura integral da produção mapeada em teses e dissertações, foram construídas Matrizes Sínteses. A primeira delas, contendo os autores, os professores(as) orientadores(as), as instituições de pesquisa, o título, o tema e o recorte metodológico utilizado, que pode ser visualizada por meio do Quadro 8.

Quadro 8 – *Matriz Síntese sobre teses e dissertações nacionais*

TESES		
Autores (Ano) / Professor(a) Orientador (a)	Título	Tema / Abordagem metodológica
1 – ALVES, K. S. (2016) Prof. Orient. Jose Newton Garcia de Araujo (PUC MG)	A saúde mental dos trabalhadores do turismo e da hospitalidade: profissionalismo x adoecimento Belo Horizonte	Saúde Mental dos trabalhadores; Metodologia quali-quantitativa; Grupo focal, entrevistas, questionários
2 – ALVES, M. B. (2015) Prof. Orient. Tania Barros Maciel (UFRJ)	Políticas Públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca /Minas Gerais.	Políticas públicas de turismo Entrevistas semi-estruturadas Observação não participante
DISSERTAÇÕES		
Autores (Ano) / Professor(a) Orientador (a)	Título	Tema / Abordagem metodológica
1 – LIMA, M. A. G. (2014) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Projetos de Turismo de Base Comunitária no estado do Rio de Janeiro: tecendo teias de significados em busca da dimensão cultural.	Políticas públicas de turismo de base comunitária e a dimensão cultural Entrevistas estruturadas com interlocutores, observação direta, estudo multicase
2 – PEREIRA, T. (2012) Prof. Orient. Tania Barros Maciel (UFRJ) Prof. Coorient. Samira Lima Costa (UFRJ)	Convergências e limites: discursos dos jovens da Comunidade do Horto, integrantes do Programa de responsabilidade social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre turismo sustentável	Discursos sobre turismo sustentável Diários de campo e entrevistas
3 – ALVES, M. B. (2011) Prof. Orient. Tania Barros Maciel (UFRJ)	Mudanças socioculturais advindas do turismo: uma reflexão sob a ótica dos moradores do Arraial da Conceição do Ibitipoca	Turismo e desenvolvimento local Observação participante, entrevistas e Análise de conteúdo
4 – CONTI, B. R. (2011) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ): para entender o Ecoturismo no Parque nacional da Serra da Bocaina	Ecoturismo em unidades de conservação Observação Participante Entrevistas semi-estruturadas Perspectiva institucional
5 – MORAES, E. A. (2009) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Encontro na Floresta. Interpretando o ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)	Ecoturismo sob a ótica local Observação participante e entrevistas semi-estruturadas

6 – OLIVEIRA, L. F. (2008) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande - RJ: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos badjecos	Ecoturismo em unidades de conservação Observação direta e entrevistas semiestruturadas
7 – FRAGELLI, C. (2007) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Desafios para o Turismo Inclusivo na gestão de Parques Nacionais: O Caso do Parque Nacional da Tijuca	Turismo inclusivo e gestão de Parques Observação participante e pesquisa documental
8 – SANTOS, A. S. P. (2007) Prof. Orient. Ruth Machado Barbosa (UFRJ) Prof. Coorient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Turismo: Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma Reflexão Sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil	Políticas públicas de turismo e inclusão social Análise documental e entrevista com interlocutor
9 – CORRÊA, A. M. (2007) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Discutindo a relação entre turismo rural e conservação ambiental: o caso do Circuito de Turismo Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Turismo Rural e Proteção da Natureza Entrevistas verbais e semi-estruturadas Análise de conteúdo
10 – BASTOS, C. G. (2006) Prof. Orient. Tania Barros Maciel (UFRJ)	Turismo e relações interculturais: uma viagem reflexiva com e sobre turistas independentes	Turismo e relações interculturais Observação direta e participante
11 – MENDONÇA, T. C. M. (2004) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Turismo e participação comunitária. Prainha do Canto Verde – A Canoa que não quebrou e a fonte que não secou.	Turismo e participação comunitária Abordagem qualitativa, a partir do olhar local
12 – PACHECO, A. L. C. (2003) Prof. Orient. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro (UFRJ)	Ecoturismo: articulando natureza e sociedade a partir do modelo dos coletivos.	Ecoturismo Abordagem teórica qualitativa
13 – SINAY, L. (2002) Prof. Orient. Marta de Azevedo Irving (UFRJ)	Ecoturismo e Culturas Tradicionais - Estudo de Caso Martins de Sá	Ecoturismo e culturas tradicionais Observação participante, entrevistas estruturadas e história de vida
14 – MELLO, E. A. (1997) Prof. Orient. Tania Barros Maciel (UFRJ)	Turismo e Desenvolvimento Social na Vila do Abraão. Um Estudo Sobre a modificação na Estrutura de Consumo	Contribuição do turismo para o desenvolvimento local Entrevistas, análise da dimensão social, do consumo e da qualidade de vida

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa bibliográfica (2018).

Um primeiro fato a se considerar, com relação às teses é que somente duas foram elaboradas nesta interface, ambas em um recorte recente, nos últimos cinco anos. Vale ressaltar que, em ambas as pesquisas, o balizamento teórico se situa na psicologia social comunitária (ALVES, 2015) e na psicologia do trabalho (ALVES, 2016), ou seja, não se parte do campo da Psicossociologia para a construção teórico-metodológica.

Quadro distinto daquele verificado no conjunto de dissertações registradas, este que

envolve estudos orientados pelo desenvolvimento de observação direta ou participante e de entrevistas semi-abertas ou em profundidade com balizamento teórico-metodológico no campo da Psicossociologia. Assim, a abordagem qualitativa parece ser comum, nessas dissertações. Dentre a produção acadêmica mapeada, estão estudos, que versam sobre os significados do turismo para os turistas (MELO, 2006), as múltiplas dimensões do fenômeno pela ótica dos residentes nos destinos (CORREA, 2007; MORAES, 2009; SINAY, 2002) ou, ainda, à percepção dos interlocutores institucionais sobre o planejamento turístico (LIMA, 2014; SANTOS, 2007).

Assim, ao que parece, a análise exploratória desta produção sugere que a investigação sobre o turismo à luz da Psicossociologia representa uma linha de pesquisa ainda em construção no país, o que significa dizer que essa representa uma via analítica com um potencial ainda a ser explorado na pesquisa no campo das Ciências Humanas e Sociais. Este reconhecimento tende também a reafirmar a importância de se aprimorar a produção acadêmica nacional nesta interface, tendo em vista os inúmeros desafios de se estudar o turismo por uma perspectiva interdisciplinar mediada por uma abordagem psicossociológica e crítica, em um país que enfrenta tantos problemas sociais, para os quais o turismo pode representar um caminho promissor no futuro.

Com esse direcionamento, e, tendo como objetivo de aprimorar a investigação sobre o contexto brasileiro, foram sistematizadas as informações obtidas em teses e dissertações, por programas de pós-graduação e o ano de publicação, conforme apresentado no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 – *Matriz Síntese sobre teses e dissertações – Programa de pós-graduação/Ano de defesa*

POR RECORTE TEMPORAL / ANO DE PUBLICAÇÃO	
	Quantidade
Dissertações defendidas nos últimos 5 anos (2013-2017)	1
Teses defendidas nos últimos 5 anos (2013-2017)	2
Dissertações defendidas até 2012	13
Teses defendidas até 2012	----
POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUE FOI PUBLICADO	
	Quantidade
Teses e dissertações defendidas no EICOS/UFRJ	15
Teses e dissertações defendidas em outros Programas de Pós-Graduação	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa bibliográfica (2018).

Com relação às informações registradas, um primeiro fato a se considerar é que quinze das dezesseis produções mapeadas foram desenvolvidas junto ao Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/UFRJ) e uma única tese foi elaborada no contexto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Assim, é possível afirmar que o Programa EICOS/UFRJ vem se expressando como um espaço acadêmico fértil para os estudos sobre o turismo pela perspectiva psicossociológica, no país. Neste contexto, duas pesquisadoras, vinculadas a esse programa de pós-graduação, têm se destacado pela orientação de um número expressivo de estudos com base nesta perspectiva de análise: Marta de Azevedo Irving e Tania Barros Maciel.

Em linhas gerais, foi possível verificar, também, que os estudos mapeados, no geral, se desenvolvem por meio de estudos de caso e partem da Psicossociologia como a inspiração teórica para o balizamento conceitual adotado. Assim, parece ser possível afirmar que o debate teórico e metodológico ampliado sob a lente interpretativa da *Psicossociologia do Turismo*, visando, inclusive, um avanço epistemológico no campo do turismo, tem sido exercitado, havendo um acúmulo de experiências de pesquisas sobre o turismo pela lente da Psicossociologia.

Com base nesse cenário, em que a Psicossociologia pode ser considerada uma lente interpretativa potencial para se pensar o fenômeno e reconhecendo a necessidade de avançar nesse debate, em específico, a seguir, se discute esse campo como uma oportunidade de pesquisa em turismo.

3.2.3 Defendendo a lente da Psicossociologia para a pesquisa em turismo

“Los fenómenos turísticos son fundamentalmente fenómenos humanos. Son la matéria prima de la psicología del turismo.”

(Garzarelli, 2000, p.31)

Conforme anteriormente defendido, a Psicossociologia representa uma via interpretativa potencial para a pesquisa em turismo, pois este constitui um fenômeno social contemporâneo que envolve o desejo de se conhecer indivíduos e espaços geográficos diversos dos habitualmente vivenciados, e, por esse motivo, representa uma oportunidade singular de interação social.

Nesse contexto, considerando o turismo um fenômeno social da contemporaneidade, que se expressa por meio de uma experiência subjetiva (MARTÍN, 1997) que se constitui em uma interação social e, reconhecendo essa interação como um tema prioritário na Psicossociologia (MAISONNEUVE, 1977), a lente interpretativa da *Psicossociologia do Turismo* parece representar um caminho fértil para investigá-lo.

Com esse direcionamento, em um primeiro momento, o objetivo, nesse item, é contextualizar o que poderia ser considerado como *Psicossociologia do Turismo*, um balizamento conceitual e teórico que orientou a presente tese. Como ponto de partida para essa leitura, é importante considerar algumas ponderações sobre a literatura mapeada, mencionada anteriormente, que indicam, também, ser esse ainda um campo em construção, orientado por uma perspectiva interdisciplinar de análise, sistematizada, teórica e metodologicamente, por Martín (1997, 1998), Montejano (2002) e Garzarelli (2000).

Para esses autores, esse campo se constitui na interface entre a psicologia e a sociologia e tem como objetivo interpretar o comportamento dos turistas e apreender as inúmeras dimensões e que caracterizam as práticas turísticas, com vistas a permitir uma leitura mais integral sobre a dinâmica social do turismo, conforme apreensão de Garzarelli (2000):

A psicologia e a sociologia interagem uma com a outra, trocando dinamicamente suas teorias e práticas e permitindo observar os aspectos do turismo dentro de uma perspectiva psicossocial que fornece um sentido profundamente humano e transcendental. Este fato interdisciplinar revela um fenômeno significativo em um movimento em que ambas as ciências humanas são enriquecidas, mostrando ao mesmo tempo uma versão mais integral e completa do ser humano em nosso planeta³².

Assim, em um primeiro momento, é possível afirmar ser o turismo um fenômeno social e humano e por isto, se configura como uma matéria-prima para a *Psicossociologia do Turismo* (GARZARELLI, 2000). Dessa forma, o turismo, na contemporaneidade, é interpretado como um fenômeno social caracterizado por um intercâmbio de valores e ideologias, cuja origem se situa no desejo do indivíduo em praticar o lazer e em se envolver em um diálogo com ele mesmo que o conecta com suas “aspirações e projetos pessoais”³³ (GARZARELLI, 2000, p.12). Por meio desse raciocínio, o turismo pode ser apreendido como um fenômeno subjetivo no qual o

³² Livre tradução do trecho: “ Psicología y Sociología interactúan entre sí, intercambiando dinámicamente sus teorías y prácticas y permitiendo observar los hechos turísticos dentro de una perspectiva psicossocial que le otorga un sentido profundamente humano y transcendental. De este hecho interdisciplinario se desprende un fenómeno significativo que es el que ambas ciencias humanas se enriquezcan, mostrando al mismo tiempo una versión más integral y plena sobre el devenir del ser humano en nuestro planeta” (GARZARELLI, 2000, p. 9).

³³ Livre tradução do trecho: “[...] nos sumerge en un tiempo y espacio que nos conecta con lo mejor de nosotros mismos, con nuestras aspiraciones y proyectos personales” (GARZARELLI, 2000, p.12).

sujeito define o que, como e quando estabelecerá as suas trocas e vivências por meio de seus desejos e aspirações constituídas no plano individual e subjetivo, mas também, na dinâmica social (GARZARELLI, 2000).

Essas trocas são consideradas, por alguns autores, como Garzarelli (2000), como potenciais na construção de valores cooperação e solidariedade supranacionais que demandam, por pressuposto o respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos. Por esta via de entendimento, o fenômeno turístico poderia representar, inclusive, uma oportunidade para o exercício de uma reflexão ética sobre os valores da sociedade em que se vive (IRVING, 2015).

Por meio dessa leitura, o fenômeno turístico é interpretado como uma das “mais importantes e complexas formas de comportamento”³⁴ da contemporaneidade (MARTÍN, 1997, p.14). E, o turista, por sua vez, é apreendido fundamentalmente como um sujeito em interação com outros indivíduos, que, recorrentemente, manifestam traços culturais diversos dos seus e que, por conta desse contexto específico, se lança em uma teia de relações interpessoais de trocas (GARZARELLI, 2000).

Esse campo de interação, circunscrito às viagens e ao conjunto de atividades vivenciadas durante a prática turística, é reconhecido, assim, como a base do fenômeno turístico, que envolve uma ação comunicativa estabelecida no movimento de construção de um conhecimento sobre si e sobre outros sujeitos³⁵ (MONTEJANO, 2002), fundada em um intercâmbio entre o turista e o residente (MARTÍN, 1997). Esse intercâmbio, em alguns casos, representaria uma via para a cooperação entre os sujeitos e, em âmbito global, poderia contribuir para a paz mundial (GARZARELLI, 2000). A partir desse enfoque, ainda que o turismo seja interpretado como um fenômeno social que incide tanto sobre a autorrealização humana, com rebatimentos no âmbito do bem-estar e no compromisso com o bem comum, ele também é interpretado como um fenômeno que incide sobre outros comportamentos mais conflituosos ou adversos:

É o que o turismo produz. Uma nova visão do mundo, mais aberta, expansiva, progressiva e constante, na qual o nosso ser se desdobra e se abre para novos conhecimentos. Isso aumenta nossa capacidade de conviver com o universo de formas, movimentos, cores, sons que nos foram dados por meio das paisagens do mundo e, claro, a responsabilidade de responder positivamente ao cuidado do Bem Comum que herdamos³⁶ (GARZARELLI, 2000, p.11).

³⁴ Livre tradução do trecho: “[...] el turismo conforma en la actualidad una de las más importantes y complejas formas de comportamiento de nuestro tiempo.” (MARTÍN, 1997, p. 14)

³⁵ “La actividad turística es básicamente una relación comunicativa en la que el contacto humano es fundamental y en donde se establecen unas estrechas comunicaciones y conductas psicológicas y sociológicas” (MONTEJANO, 2002, p.19).

³⁶ Livre tradução do trecho: “Es lo que turismo produce. Una nueva visión del mundo, más abierta, expansiva, progresiva y constante, en el que nuestro ser se despliega y abre a nuevos conocimientos. Estos aumentan nuestra

O turismo significa interações entre dois mundos diferentes: o do turista e o do morador. Dois mundos que têm que fazer uma série de concessões para evitar, o quanto possível, o aparecimento de conflitos e sentimentos de inferioridade. E este é, em muitos casos, o criador de estereótipos e preconceitos, embora, em outras ocasiões, possa ser um instrumento de harmonia entre os povos³⁷ (MARTÍN, 1997, p.14).

Sendo assim, na *Psicossociologia do Turismo*, um dos principais interesses é observar tanto a conduta desses sujeitos, tal como ela se manifesta, nos contextos de interação social, em que o turismo é vivenciado, como os seus rebatimentos na dinâmica social e cultural (MARTÍN, 1997).

Considerando a abordagem de Garzarelli (2000), os principais temas a serem investigados por meio da *Psicossociologia do Turismo* seriam: a percepção dos turistas em relação a suas vivências, considerando prováveis mudanças em aspectos biológicos, fisiológicos, psicológicos e sociais ao imergirem em uma realidade cultural muito diversa das suas; e as motivações, necessidades e hábitos desses turistas. Martín (1997, p.31), por sua vez, direciona esforços para investigar: "[...] mudança de atitude como consequência da realização de uma viagem turística, mapas cognitivos, avaliação do visitante, efeitos sociais do contato intercultural entre turistas e moradores, estereótipos sobre o país visitado"³⁸, entre outros temas.

Nesse movimento, se, por um lado parece haver uma tentativa de se abordar o turismo, considerando as suas múltiplas dimensões sob um enfoque interdisciplinar, por outro lado, parece haver um foco demasiadamente centrado no turista, de estudos que incidem sobre a perspectiva do residente em um lugar turístico.

Além disto, em relação às nuances metodológicas, em linhas gerais, essas possuem um arcabouço quantitativo. Essa situação decorre do estabelecimento de uma metodologia que consiste, predominantemente, na elaboração de testes que envolvem métodos estatísticos: Garzarelli (2000) sugere formulários semiabertos voltados à elaboração de estatísticas; Montejano (2002), a elaboração de testes quantitativos voltados à delimitação de perfis de turistas; e, Martín (1998), por sua vez, indica serem os questionários fechados um meio

capacidad de vivir con asombro el universo de formas, movimientos, colores, sonidos que se nos ha brindado en los paisajes del mundo y por supuesto la responsabilidad de responder positivamente al cuidado del Bien Común que hemos heredado" (GARZARELLI, 2000, p.11).

³⁷ Livre tradução do trecho: "El turismo significa interacciones entre dos mundos diferentes: el del turista y el del residente. Dos mundos que han de realizar toda una serie de concesiones para evitar, en la medida de lo posible, la aparición de conflictos y sentimientos de inferioridad. Es en muchos casos creador de estereotipos y prejuicios, aunque en otras ocasiones pueda ejercer como instrumento para la armonía entre los pueblos" (MARTÍN, 1997, p.14).

³⁸ Livre tradução do trecho: "[...] a mudança de atitude como consequência da realização de uma viagem turística, mapas cognitivos, avaliação do visitante, efeitos sociais do contato intercultural entre turistas e moradores, estereótipos sobre o país visitado, etc.

adequado para se investigar as atitudes dos turistas.

Assim, tende a ser necessário refletir sobre esses horizontes metodológicos para aprimorar a abordagem psicossocial dirigida ao turismo, em função do caráter inovador que a leitura complexa e qualitativa do turismo pode representar na área das Ciências Humanas e Sociais. Compreendendo o turismo como um fenômeno social complexo, integrado a um movimento de conhecer o outro e o mundo, parece claro que há muito o que avançar no arcabouço metodológico da *Psicossociologia do Turismo*. Esse pressuposto inspirou a construção de uma Matriz Síntese que envolveu o mapeamento de vias interpretativas possíveis para a presente tese. Diante desse desafio e com o objetivo de detalhar os aspectos temáticos, conceituais e metodológicos do campo da Psicossociologia e mais especificamente da *Psicossociologia do Turismo*, foi elaborada uma Matriz Síntese disposta no Quadro 10, a seguir.

Quadro 10 - Argumentos em favor de uma *Psicossociologia do Turismo*

Nuances teóricas e metodológicas inspiradoras	Autores de Referência	Com base nesses nuances, como o turismo poderia ser interpretado?
A interação social como dimensão prioritária para a pesquisa	Maisonneuve (1977) Martín (1997) Garzarelli (2000)	Turismo interpretado como fenômeno social, contemporâneo e complexo, constituído por um quadro de interação social entre turista e residente.
Indivíduos considerados de modo situacional, sujeitos históricos e sociais	Casadore (2003) Montejano (2002)	Turismo como experiência subjetiva estabelecida entre sujeitos dispostos a construir um conhecimento sobre si e sobre o outro, em uma dimensão relacional.
Os problemas da pesquisa orientam as escolhas metodológicas	Dubost (2001)	As múltiplas dimensões do fenômeno poderiam ser melhor interpretadas se, para cada contexto a ser investigado, for possível adequar o método.
Pesquisa participante	Lewin (1965) Mainsonneuve (1977)	Se a base do turismo é a interação, parece interessante a imersão do pesquisador na teia de relações interpessoais por meio da pesquisa-ação.

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Nessa matriz, a primeira nuance mapeada foi a interação social como uma dimensão analítica prioritária para a *Psicossociologia do Turismo*, por representar uma categoria chave na investigação dos laços interpessoais e porque, do ponto de vista psicossocial, essa interação constitui um aspecto fundamental para a pesquisa (MARTÍN, 1997). Em sintonia com esses argumentos e tendo em vista que a interação entre indivíduos delimita a base da experiência turística (MONTEJANO, 2002), essa nuance é considerada um elemento balizador da tese e, assim, fundamental para a delimitação de uma *Psicossociologia do Turismo* sintonizada com uma abordagem qualitativa.

Outra dimensão central, nesse mapeamento, foi considerar a relevância dos contextos situacionais (social, político e cultural) dos sujeitos em interação social para o campo. Tendo em vista a diversidade de contextos em que o turismo se estabelece, esse entendimento parece representar uma oportunidade para investigar as múltiplas dimensões que incidem sobre a prática turística. Um fato a se considerar, no estudo sobre estas dimensões do fenômeno, é a possível adaptação do método aos problemas da pesquisa, por meio de uma perspectiva interdisciplinar. Isto porque, a partir dessa abertura, pode ser possível construir uma lente interpretativa não simplificadora e, que, em relação aos estudos sobre o turismo, permita a emergência de caminhos inovadores para a pesquisa social.

Ainda na referida matriz, propositiva e balizadora, outro ponto de destaque envolve a metodologia da pesquisa-ação, por meio da qual a lente da *Psicossociologia do Turismo* poderia se constituir como um campo de estudos diferenciado voltado para pesquisas de cunho colaborativo, potenciais para a decodificação do fenômeno do turismo, inclusive, no contexto de desenvolvimento de tecnologias sociais participativas voltadas para o planejamento turístico.

Vale ressaltar que, por meio desse exercício, foi possível identificar, ainda que brevemente, pistas teóricas e metodológicas para se pensar caminhos inovadores para reconhecer a Psicossociologia como uma via possível para a interpretação do fenômeno. Nesse contexto, não se pode negligenciar, também, que essa perspectiva envolveu o Estudo de Caso, tendo sido necessário aprimorar uma discussão sobre essa temática no contexto de unidades de conservação. Por conta disso, os desafios inerentes à interpretação do turismo por essa via interpretativa nessas áreas, especialmente voltadas às políticas de proteção da biodiversidade, são discutidos, a seguir.

3.3 Desafios para interpretar o fenômeno turístico em unidades de conservação e para contextualizar o caso estudado

Tendo em vista os aportes anteriormente discutidos e considerando o Estudo de Caso, em uma unidade de conservação, a APAMC, o objetivo, nesse item, é argumentar, ainda que de modo exploratório e preliminar, a favor da lente da Psicossociologia como uma via interpretativa interessante para os estudos sobre o turismo em unidades de conservação (UCs).

Com esse direcionamento, cabe ressaltar, primeiramente, que o turismo, apreendido como fenômeno social da contemporaneidade, e praticado em contextos diversificados, integra uma dinâmica social complexa. Essa dinâmica tem sido orientada, em linhas gerais, por um modelo econômico de cunho capitalista centrado em uma perspectiva de crescimento ilimitado,

que tem como base o consumo e o sobreuso dos recursos naturais. Assim, um primeiro fato a se considerar na análise é que, como fenômeno social, o turismo envolve inúmeras dimensões subjetivas, sociais e econômicas que se articulam também, às inúmeras nuances do campo da sustentabilidade.

Não se pode perder de vista que inúmeras ideologias e interpretações de mundo, nas últimas décadas, tem marcado o debate nesse campo que envolve uma arena ética, política e de cidadania global na busca por caminhos e soluções para os problemas oriundos do sistema de desenvolvimento vigente (IRVING, 2014). E, de uma maneira geral, a noção de sustentabilidade parece ter origem, “na constatação da insustentabilidade dos modos de produção e consumo das sociedades industriais e pós-industriais” (IRVING, 2018, p.25).

Diante da importância desse debate, não se pode negligenciar a origem do processo de criação de espaços especialmente protegidos. Nesse movimento, um primeiro fato a se considerar é que, desde o século XIX, a busca pelo contato com uma natureza pouco transformada pelo homem, uma natureza intocada (DIEGUES, 1996) estava associada ao entendimento de que os espaços naturais protegidos poderiam atender aos anseios da contemplação da natureza por parte de uma população cada vez mais urbana³⁹.

No contexto nacional, ainda que a primeira área protegida tenha sido criada no período imperial, no século XIX, nas áreas de inserção da floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, como resposta à necessidade de se manter o abastecimento hídrico na época, a institucionalização política e administrativa das estratégias públicas voltadas à proteção da natureza no que tange as áreas protegidas teria ocorrido somente na primeira metade do século XX, com base na consolidação de um aparato jurídico voltado à criação de espaços naturais protegidos (MEDEIROS, 2004).

Não se pode, nesse contexto, deixar de mencionar que, em relação à institucionalização dessas áreas pelo Estado, muitas vezes, múltiplos interesses, vinculados inclusive à criação de reservas de recursos naturais para atender às demandas do sistema produtivo em vigor estiveram no primeiro plano das decisões políticas (BECKER, 2005) e que, com frequência, tais áreas se sobreponham a territorialidades localmente constituídas (PAES, 2015). Assim, muitas situações vivenciadas em unidades de conservação envolvem problemáticas complexas que se repercutem, inclusive, na produção de subjetividades sobre a natureza, com rebatimentos, inclusive, na prática do turismo.

Ainda com base breve nesse exercício retrospectivo, a década de 1990 constitui um

³⁹ Um dos exemplos mais conhecidos, nesse cenário, foi a criação do Parque de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos.

marco nesse debate, no plano global, considerando que, no ano de 1992, ocorreu Rio 92, conferência global das Nações Unidas em que foi estabelecida a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB/ONU), voltada à constituição de uma agenda global, dentre outras coisas, dirigida ao estímulo à criação dessas áreas como estratégia para se conter a perda de biodiversidade⁴⁰. Vale destacar que a CDB representa “um compromisso histórico no âmbito das Nações Unidas para a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável dos recursos biológicos e a repartição equitativa dos benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos” (IRVING, 2018, p. 92). Em sua dinâmica, os focos prioritários se baseiam no reconhecimento da importância da diversidade biológica para o “funcionamento de ecossistemas e a prestação de serviços ecossistêmicos essenciais ao bem-estar humano” (Lino *et al.*, 2011)⁴¹.

Não se pode desconsiderar, que, sendo um país de *megadiversidade* biológica, o tema da conservação da biodiversidade tem representado, nas últimas décadas, uma prioridade estratégica para o Brasil (IRVING, 2015). Esse compromisso pode ser observado tanto no histórico de políticas ambientais, quanto no alcance territorial de áreas protegidas no país⁴², que permitem ilustrar os avanços consideráveis em termos de alcance territorial e em relação à gestão das unidades de conservação.

Quando considerado o contexto nacional mais atual, essas áreas se estendem por 8.512.979 quilômetros quadrados em área continental e 3.642.439, em áreas marinhas (BRASIL, 2018). Vale destacar, ainda, que a rede de áreas protegidas terrestres no país corresponde à metade de toda a área protegida na América Latina e Caribe e é considerada como a maior do mundo pelas Nações Unidas (UNEP, 2016), o que chama atenção para a importância do Brasil nesse debate. Vale também destacar que determinadas tipologias de áreas protegidas são regulamentadas, no Brasil pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sendo reconhecidas, pelo Estado, como uma alternativa para a conservação *in situ* das espécies⁴³ e denominadas como unidades de conservação, na literatura nacional, excluindo-se

⁴⁰ Esta perda de biodiversidade é contabilizada anualmente pela IUCN (União Internacional de Conservação da Natureza) através da “RedList”, lista dos seres vivos em extinção no planeta Terra (ONU, 2014).

⁴¹ Um exemplo deste reconhecimento envolveu as *Metas de Aichi*, documento elaborado na décima convecção das partes da CDB, no ano de 2010, cujas sugestões têm como base combater as causas principais da perda de biodiversidade; reduzir as pressões promovendo o uso sustentável; proteger ecossistemas e a diversidade genética; além de aumentar os benefícios dos serviços ecossistêmicos.

⁴² Várias estratégias estatais configuram um aporte significativo de políticas públicas no contexto brasileiro, tais como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal 9.985 de 2000; o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), Decreto Federal 5.758 de 13 de abril de 2006; e a Política de Povos e Populações Tradicionais (PPPT), Decreto Federal 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

⁴³ “Nos termos da Convenção sobre Diversidade Biológica, conservação *in situ* é definida como sendo a conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais e a manutenção e a reconstituição de populações viáveis de

desta normatização as terras indígenas e os territórios quilombolas. Com base no SNUC (BRASIL, 2000), as unidades de conservação envolvem um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Assim, vale ressaltar que, para cada UC, há um conjunto de diretrizes voltadas a ordenar o uso e o manejo dos seus recursos naturais, consolidadas no *Plano de Manejo*. Segundo Valencio *et al.* (2009), este plano constitui um instrumento que permite equacionar os conflitos entre os atores sociais e deve ser formulado no prazo de cinco anos após a criação da UC. Nele, devem ser incluídas medidas voltadas à vida econômica e social da população, no que diz respeito à proteção de recursos naturais e culturais e à valorização de sistemas de organização e de representação social das comunidades locais (BRASIL, 2000).

Segundo a legislação em vigor (BRASIL, 2000), cada unidade de conservação deve contar com um conselho que pode ser consultivo ou deliberativo e que se constitui em um espaço de exercício da democracia, por meio de uma “gestão territorial compartilhada com a sociedade civil” (SANTOS, 2008, p.54):

Em outras palavras, as unidades de conservação são fóruns qualificados de gestão pública que, por meio de seus conselhos gestores e, tendo como referência a lei, os limites físicos do ecossistema e as demandas culturais, devem buscar a proteção da biodiversidade e o enfrentamento dos conflitos sociais que de alguma forma possam interferir na preservação da biodiversidade (SANTOS, 2008, p.54).

Vale destacar que, nesses conselhos, quadros de cooperação e/ou pactos entre grupos e atores sociais podem contribuir para as ações de proteção da natureza. Mas conflitos, divergências e disputas de diversas origens podem dificultar avanços nessa direção. Tendo em vista a importância da gestão dessas áreas para se proteger a biodiversidade, e considerando os inúmeros significados da natureza em jogo nesses conselhos, buscar interpretar a sua dinâmica que envolve conflitos, pactos e divergências por uma via analítica interdisciplinar tende a ser

espécies nos seus ambientes naturais e, no caso de espécies domesticadas e cultivadas, nos ambientes onde desenvolveram seus caracteres distintos. A conservação *in situ* apresenta algumas vantagens, tais como: (i) permitir que as espécies continuem seus processos evolutivos; (ii) favorecer a proteção e a manutenção da vida silvestre; (iii) apresentar melhores condições para a conservação de espécies silvestres, especialmente vegetais e animais; (iv) oferecer maior segurança na conservação de espécies com sementes recalcitrantes e (v) conservar os polinizadores e dispersores de sementes das espécies vegetais. Deve-se considerar, entretanto, que este método é oneroso, visto depender de eficiente e constante manejo e monitoramento, pode exigir grandes áreas, o que nem sempre é possível, além do que a conservação de uma espécie em um ou poucos locais de ocorrência não significa, necessariamente, a conservação de toda a sua variabilidade genética.” (BRASIL, 2016)

fundamental em áreas protegidas, ainda mais, considerando a importância em se buscar inovar em políticas públicas de proteção da natureza no sentido de uma gestão social da biodiversidade. Esse panorama se constituiu em uma questão de reflexão: em que medida a Psicossociologia pode se constituir em uma lente para pesquisar o turismo nessas áreas?

Nesse contexto, visando um breve exercício retrospectivo para contextualizar o turismo nessas áreas, é possível afirmar que até a década de 1980, o turismo representou uma alternativa de desenvolvimento sustentável para os países considerados periféricos (PIRES, 2002) e seu desenvolvimento se refletiu em uma dinâmica de massificação, fase essa interpretada como de expressivo impacto ambiental nas destinações turísticas (DIAS, 2003). Mas, contudo, a partir da *Rio 92*⁴⁴, a leitura do turismo como um meio possível para alcançar aprimorar ações voltadas à proteção da natureza passou a marcar o debate sobre o fenômeno (IRVING, 2018). Nesse contexto, parece ser possível afirmar, ainda que de modo preliminar, que, foi a partir da década de 1990 que o compromisso de se fazer conhecer a diversidade de naturezas e culturas por meio da prática social do turismo passou a ser compatibilizado com o entendimento de que não se poderia ultrapassar uma condição em que o alto fluxo de turistas levasse à destruição do patrimônio natural e cultural:

Qual é o interesse de se visitar lugares poluídos, destruídos, desertificados e, por vezes, perigosos? O turismo é recorrentemente tensionado entre a vontade de se descobrir lugares e situações excepcionais de beleza, o insólito ou o encantamento, mas também a necessidade constante dirigida à limitação de acesso a este patrimônio, justamente para que não seja causa da sua destruição (BOEUF, 2018, p. 15)

Por essa via de entendimento, o turismo parece ter sido, desde essa época, considerado, por alguns autores, como um elemento potencializador de ações voltadas à valorização do patrimônio natural e cultural, o que tem inspirado a sua apreensão como uma prática de baixo impacto ambiental, social e cultural (DIAS, 2005). Essa percepção é compartilhada também por Cruz (2000) e Boullón (2002), para quem a conservação das paisagens naturais constitui um elemento fundamental para a dinâmica turística. Irving *et al.* (2005) chamam ainda a atenção para o fato desse tema ter motivado a realização de inúmeros fóruns, publicações e declarações por diversos setores da sociedade em um contexto mais recente, interpretação compartilhada também por Candiottto (2009):

⁴⁴ A Rio 92 constituiu um dos mais expressivos eventos internacionais voltados à definição de uma agenda ambiental comum. É um marco para o campo de debates sobre políticas públicas de proteção da natureza, já que, a partir dessa Conferência das Nações Unidas, o desenvolvimento sustentável passou a ter um papel central na definição de protocolos e metas para a conservação da biodiversidade e enfrentamento de problemáticas ambientais no plano global.

A valorização de aspectos naturais e histórico-culturais levou instituições, políticos e empresários a divulgar a ideia de que o turismo poderia ser uma atividade sustentável, que por sua vez, contribuiria para o desenvolvimento sustentável, pois estaria fundamentado na conservação ambiental, resgate e valorização de objetos e representações culturais, e se constituiria em uma nova opção de emprego e renda para as comunidades receptoras (CANDIOTTO, 2009, p.49).

Assim, a noção de sustentabilidade, traduzida como uma ideia-força no contexto mais recente (IRVING, 2014), e o turismo, como uma prática social potencial para a valorização dos ambientes naturais, passaram a ser entendidos como temas estratégicos nas agendas voltadas à proteção da natureza (YOUNES, 2015). Assim, é compreensível que esse entendimento tenha passado a ser a base de muitas diretrizes internacionais para planejamento turístico, após a década de 1990, com destaque para a *Carta do Turismo Sustentável* publicada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 1995, os documentos publicados pela Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em 2002, *O Turismo e a Diversidade Biológica*, e em 2004, o *Diretrizes para a Biodiversidade e Desenvolvimento Turístico*. Em um cenário mais recente, este entendimento incide, também, sobre o *Guia Prático para o Desenvolvimento de Produtos relacionados à Biodiversidade* (2011) e a *Carta do Turismo Sustentável +20* (2015), ambos publicados pela OMT. Pode-se perceber, assim, que, no plano internacional, esse entendimento tem inspirado, em linhas gerais, uma agenda voltada ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis (IRVING, LIMA e MORAES, 2015; IRVING, 2018).

Essas diretrizes teriam representado um passo inicial para a internalização do debate sobre sustentabilidade pelo setor de turismo, desde essa época. E, nesse contexto, o Brasil teria assumido uma série de compromissos, o que exigiu uma nova concepção de turismo, necessária, inclusive, frente ao crescimento nacional de investimentos no setor turístico e à emergência de um novo perfil de atuação em planejamento turístico no país, na última década (IRVING *et al.*, 2018).

Portanto, no caso brasileiro, a reflexão sobre o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis, parece ser entendida, cada vez mais, como prioritária em políticas públicas, ainda mais em um quadro de crescimento do fluxo turístico em áreas naturais protegidas brasileiras, que, em 2017, atingiu um total de 10,7 milhões de visitantes, com um aumento expressivo da visitação nos últimos anos, considerando apenas as unidades de conservação federais (BRASIL, 2018), fato que pode ser verificado por meio da Tabela 1⁴⁵, a seguir.

⁴⁵ “O número total de visitantes compilados baseia-se em procedimentos de contagem que variam desde vendas de ingresso, contagem de visitantes nos portões de entrada, livro de assinatura de visitantes, agendamentos, informações das empresas de turismo e estimativas. Entre esses métodos de coleta de dados, cada UC utiliza um, ou mais, para compilar o número total de visitantes, dependendo das configurações e do nível de demanda da UC”

Tabela 1 – *Crescimento do fluxo de Visitação em Unidades de Conservação Federais – 2000 a 2017*

Ano	2000	2004	2008	2010	2012
Visitantes	1.932.085	2.673.193	3.591.620	4.187.451	5.703.706
Ano	2014	2015	2016	2017	
Visitantes	7.305.178	8.071.018	8.296.484	10.734.422	

Fonte: BRASIL (2018).

Reconhecendo essa tendência, sobretudo nessas áreas, dois bilhões de reais foram movimentados nas economias dos municípios localizados no interior dessas áreas protegidas nesse mesmo ano (BRASIL, 2018). Todavia, é evidente que essas receitas, em clara evolução, não traduzem, em si, a complexidade do fenômeno turístico, até porque existem múltiplas dimensões, que envolvem dinâmicas sociais, culturais, geográficas e políticas na escala local. E, nesse contexto, as populações residentes não podem ter um papel de “meras receptoras passivas de investimentos e ações de projetos turísticos”, mas devem ser cada vez mais, apreendidas como protagonistas de um processo que, via de regra, afeta diretamente suas vidas (IRVING, 2018, p. 51).

Com base nessa breve discussão, por que a Psicossociologia poderia representar uma oportunidade para pesquisas sobre o turismo em unidades de conservação? Primeiro porque se o turismo se expressa como uma experiência subjetiva que envolve uma dimensão relacional e, se a base do turismo é a interação, parece interessante investigar os significados de natureza e cultura por meio dessa prática social pelos que recebem e, também, pelos que são recebidos. E, assim parece, também, claro o papel do turismo como indutor de transformações irreversíveis na dinâmica social, cultural e ambiental, que podem tanto reafirmar quadros de exclusão social e concentração de renda, quanto contribuir para a melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades (IRVING, 2018). Segundo, porque, se for decodificado por uma via analítica interdisciplinar, que traduza as suas nuances internacionais, a dinâmica poderia ser apreendida de forma mais realista, o que poderia também gerar uma oportunidade para se otimizar as ações voltadas à proteção da natureza e se aprimorar, inclusive, os instrumentos de gestão. A Psicossociologia constitui uma via interpretativa potencial e um caminho possível para as pesquisas sobre turismo em unidades de conservação.

(BRASIL, 2018, p. 17). Ainda que seja importante frisar que terras indígenas e quilombolas, apesar de serem reconhecidas como fundamentais para a conservação da biodiversidade, não foram consideradas nesse levantamento publicado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) em 2018, sendo possível afirmar que esse fluxo pode ter uma maior amplitude do que a exposta na tabela.

CAPÍTULO 4

ESTUDO DE CASO: A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MACAÉ DE CIMA (APAMC)

“[...] a informação única que o caso singular nos reporta não tem outra via de legitimação que não seja sua pertinência e seu aporte ao sistema teórico que está sendo produzido na pesquisa” (GONZÁLEZ-REY, 2005, p. 11)

O objetivo, nesse capítulo, é apresentar o Estudo de Caso - a Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC), a partir das análises bibliográfica, documental e de campo. Conforme anteriormente contextualizado, a opção pelo Estudo de Caso foi orientada pelo desejo de investigar o cotidiano dos grupos sociais locais e, desse movimento, buscou-se um exercício para a interpretação do turismo pela lente da Psicossociologia.

A APAMC constitui uma unidade de conservação considerada de uso sustentável, ou seja, constitui uma categoria de manejo estabelecida para a proteção, em geral, de áreas extensas, nas quais ocorre determinado grau de ocupação humana (BRASIL, 2000). Diferentemente das UCs consideradas como de proteção integral, o uso direto e indireto dos recursos naturais é permitido, assim como a existência de propriedades privadas em seu interior:

[...] dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais [...] [sendo] constituída por terras públicas ou privadas [...] [nas quais], respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada [...] [onde] as condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade [e] nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público (BRASIL, 2000).

Quando considerado o quadro específico das APAs, no contexto brasileiro, o papel dessa categoria de UC para a proteção da natureza tem sido foco de debates tanto pelos órgãos ambientais, quanto pela sociedade, como um todo. Isto porque, ainda que sua efetividade para a conservação em biomas como a mata atlântica seja reconhecida, em outras regiões, como o cerrado, essa categoria tem sido considerada como pouco eficaz (PRATES e SOUZA, 2014).

Com base nesse breve panorama e, considerando a importância de se pensar as múltiplas dimensões do turismo na APAMC pela via da *Psicossociologia do Turismo*, se busca, nesse capítulo, contextualizar geograficamente e historicamente a UC, apresentar a revisão da literatura acadêmica, além de discutir os horizontes da gestão, da agricultura familiar e dos conflitos.

4.1 Contexto geográfico

Para iniciar a contextualização geográfica, é importante mencionar que o Estudo de Caso envolveu uma área de proteção ambiental (APA), criada via decreto estadual número 29.213 de 14 de setembro de 2001⁴⁶, com extensão de 350,37 km², localizada, majoritariamente, no município de Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Todavia, é necessário destacar que uma pequena parte da área protegida se situa em Casimiro de Abreu, município da região das baixadas litorâneas, do mesmo Estado, se estendendo por 1.045 hectares no distrito-bairro de Vila São Romão, nesse município (INEA, 2014).

Não se pode perder de vista que uma Área de Proteção Ambiental (APA) constitui uma categoria de manejo de unidades de conservação estabelecida para a proteção, em geral, de áreas extensas, nas quais ocorre determinado grau de ocupação humana, sendo admitida em seus limites, a presença de propriedades privadas (BRASIL, 2000). Assim, a APA é uma unidade de conservação de uso sustentável, ou seja, em sua área de inserção é permitido o uso direto dos recursos naturais, de acordo com diretrizes dispostas no *Plano de Manejo* da referida unidade de conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). No caso específico da APAMC, essa é uma unidade de conservação de uso sustentável, sob a gestão da esfera estadual, do Instituto Estadual do Ambiente (INEA- RJ)⁴⁷, órgão estadual voltado à integração da política ambiental do estado do Rio de Janeiro⁴⁸, sendo sua sede administrativa localizada no centro do distrito de Lumiar, em Nova Friburgo⁴⁹.

Desde a criação, sua delimitação territorial permanece inalterada. Caracteriza-se fundamentalmente por paisagens rurais que apresentam floresta primária e secundária de remanescentes do bioma Mata Atlântica que recobrem o alto curso do Rio Macaé. A produção rural está relacionada a produtos como inhame, feijão, milho, banana, jiló, repolho, pepino, tomate, entre outras (SANTOS, 2009). A localização da UC pode ser visualizada por meio da Figura 4, a seguir.

⁴⁶ O Decreto estadual 29.213 de 14 de setembro de 2001 está disponibilizado no Anexo 1, conforme mencionado anteriormente.

⁴⁷ Que, na época, era denominado Instituto Estadual de Florestas (IEF).

⁴⁸ “O Governo do Estado do Rio de Janeiro criou por meio da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), submetido a regime autárquico especial e vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente, com a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado. O Inea foi instalado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 12 de Janeiro de 2009, por meio do Decreto nº 41.628, a partir da fusão de três órgãos: Feema (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente), Serla (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) e IEF (Instituto Estadual de Florestas)” (INEA, 2016).

⁴⁹ Rua Moacir K. Brust, nº 11 - Lumiar - Nova Friburgo - CEP 28616-970

Figura 4 - Localização da APA Macaé de Cima (APAMC) no estado do Rio de Janeiro.

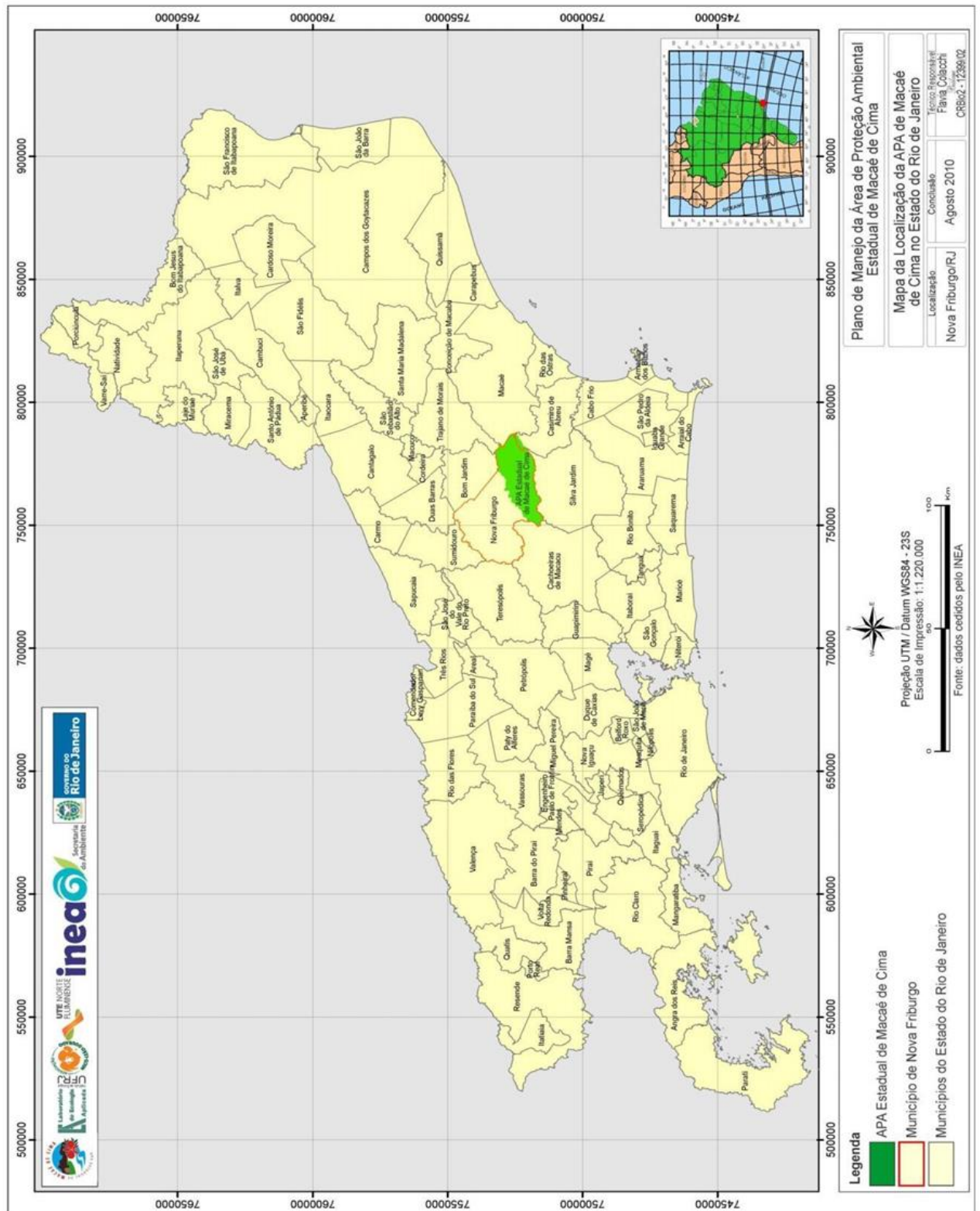


FIGURA 1.1 Localização da Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima no Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: INEA, 2014.

Além disso, sua área integra o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense⁵⁰, sendo uma UC importante, sobretudo no cenário da conservação da biodiversidade no contexto fluminense. No plano local, a UC abarca uma área contínua ao Mosaico Mico-Leão-Dourado⁵¹, esse relevante para a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica de baixada no interior do Estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar, ainda, que a APAMC integra áreas florestadas cuja altitude varia de 191 metros a 1892 metros acima do nível do mar, tendo um papel fundamental para o fluxo gênico entre espécies da floresta atlântica montana e das florestas de baixada, em sua área de inserção (INEA, 2014).

Assim, parece claro que o objetivo de criação da APAMC foi a conservação da Mata Atlântica Ombrófila Densa, reconhecida, inclusive, como Patrimônio Nacional desde 1988⁵² (INEA, 2014). Pode-se afirmar que, além desse objetivo, outras justificativas basearam a criação da unidade de conservação (UC), como a proteção das bacias dos mananciais do rio Macaé, rio Bonito, rio das Flores, rio Santo Antônio e demais afluentes; a manutenção da qualidade e da disponibilidade de água por meio da mitigação dos impactos das atividades econômicas; e, a manutenção da qualidade de vida da população residente.

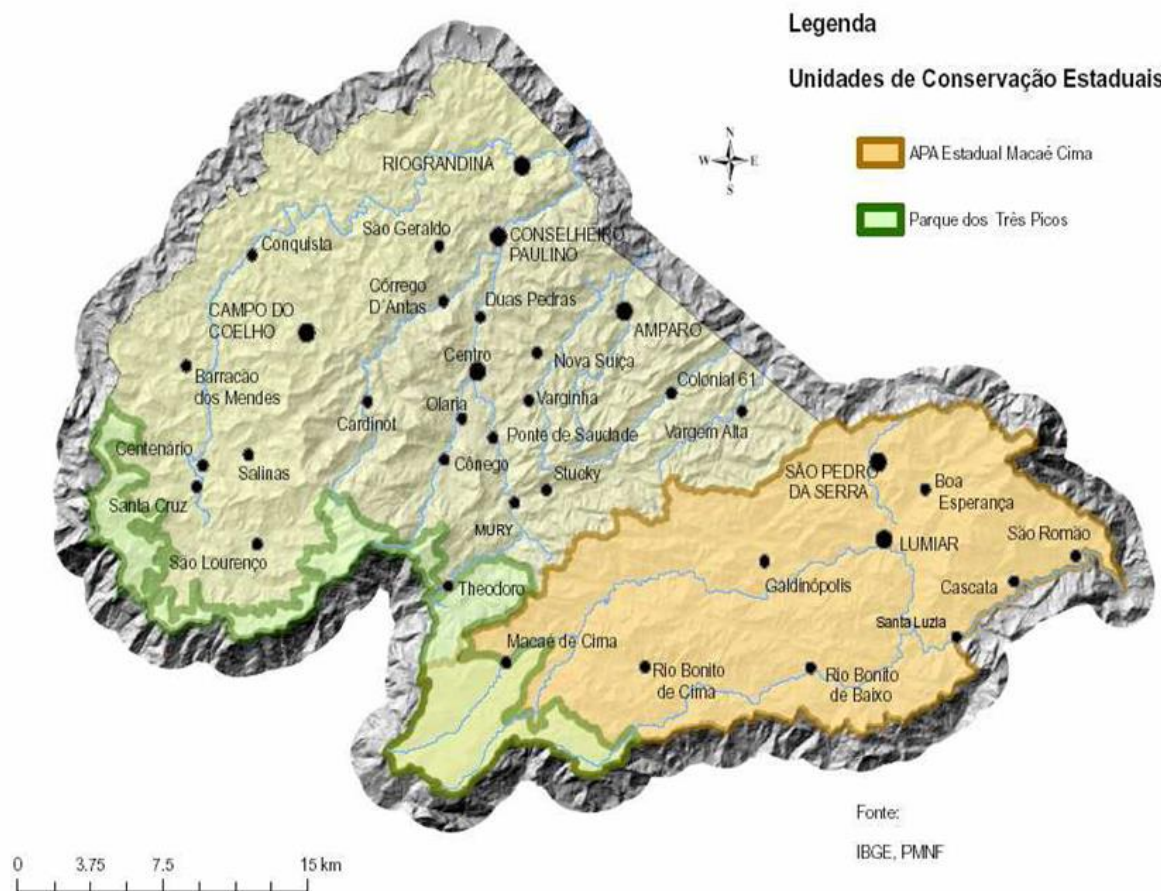
Segundo o Plano Diretor de Nova Friburgo, instituído através da lei complementar número 24 de 28 de dezembro de 2007 (NOVA FRIBURGO, 2007), a APA está inserida na Área Especial de Interesse Ambiental do Rio Macaé, onde se localizam duas zonas urbanas: Lumiar e São Pedro da Serra, cujo adensamento urbano deve ser continuamente controlado por meio da ação do poder público municipal devido ao interesse público voltado à proteção da natureza. Vale destacar, ainda, que a APAMC abrange outras localidades, a saber: Galdinópolis, Macaé de Cima, Rio Bonito, Benfica, Bocaina, Boa Esperança, Santiago, Cascata, São Romão, Santa Luzia e Toca da Onça, algumas dessas mapeadas na Figura 5, a seguir.

⁵⁰ O Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense foi criado em 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente com o foco no estímulo da gestão integrada entre várias unidades de conservação que abrigam remanescentes de Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro (INEA, 2014). O Mosaico está inserido na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, instituída pela UNESCO: “A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA - cuja área foi reconhecida pela UNESCO, em seis fases sucessivas entre 1991 e 2008, foi a primeira unidade da Rede Mundial de Reservas da Biosfera declarada no Brasil. É a maior reserva da biosfera em área florestada do planeta, com cerca de 78.000.000 hectares, sendo 62.000.000 em áreas terrestres e 16.000.000 em áreas marinhas, nos 17 estados brasileiros onde ocorre a Mata Atlântica, o que permite sua atuação na escala de todo o Bioma” (RBMA, 2016). O mapa sobre a inserção da APAMC nesse Mosaico é disponibilizado no Anexo 3 - *Inserção da APAMC no Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense*.

⁵¹ O Mosaico Mico Leão-Dourado (MMLD) abrange uma área com cerca de 209.000 hectares, em oito municípios, tendo sido criado pelo Ministério do Meio Ambiente da Portaria no 481 em 14 de dezembro de 2010 (REDEMOSAICOS, 2011).

⁵² Art 225, parágrafo 4 da Constituição “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, 1988).

Figura 5 - Localidades na APA Macaé de Cima e arredores.



Fonte: Adaptado de ARAUJO e LIMA (2006).

Dentre os cursos de água, o Rio Macaé representa o principal eixo hídrico na configuração da APAMC, sendo, portanto, reconhecido como um elemento geográfico focal para as estratégias de conservação da biodiversidade, com sua nascente localizada no município de Nova Friburgo (RJ) e a foz no litoral em outro município, a cidade de Macaé (RJ) e um expressivo percentual de áreas cobertas por formações florestais⁵³ (ARAUJO e LIMA, 2006; ANA, 2015).

Não se pode perder de vista que sua bacia hidrográfica está situada na Região Hidrográfica VIII, denominada como “Macaé Ostras”, de acordo com a Resolução 107 de 2013⁵⁴ do Conselho Estadual Recursos Hidrográficos⁵⁵. E, que, ela constitui, também, um

⁵³ Percentual de cerca de 50% de áreas florestadas em bom estado de conservação.

⁵⁴ Vide Anexo 4 - Resolução 107/2013 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

⁵⁵ “O território do Estado do Rio de Janeiro é dividido em Regiões Hidrográficas para fins de gestão.” (PRH – Macaé Ostras, 2014, p.3)

recurso hídrico fundamental para o abastecimento humano, para termoeletricas e para parte significativa das instalações de um expressivo complexo petrolífero⁵⁶ situado em Macaé (RJ).

Além disso, o Rio Macaé perpassa um relevo sinuoso, com expressivo desnível altimétrico (1350 metros em 72 quilômetros de extensão), e, por consequência, apresenta, em seu alto curso, um leito rochoso, com ambientes de cachoeiras e outros tipos de balneários integrados a uma paisagem, em geral, com natureza conservada, visualizada por meio das Figuras 6 e 7, disponibilizadas a seguir.

Figura 6 – *Alto curso do Rio Macaé*



Fonte: INEA, 2014.

Figura 7 – *Rio Macaé encachoeirado na localidade de Cascata*



Fonte: Elaboração Própria (2018)

⁵⁶ Complexo industrial voltado à exploração de petróleo na bacia de Campos, mantido pela empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás), sociedade anônima de capital aberto, cujo maior acionista é o Governo Federal do Brasil (PETROBRAS, 2018). Vale destacar que outras empresas *offshore* atuam também na Bacia de Campos.

Dessa forma, parece claro que a bacia do Rio Macaé constitui um elemento fundamental para as estratégias de proteção da natureza, para a manutenção das atividades de petróleo e gás em Macaé (RJ) e, também, para a prática do turismo na APAMC, já que, nas últimas décadas, esses balneários constituem uma das principais motivações para a visita à área de inserção da UC.

A população residente nos limites da APAMC foi estimada em 2010, em 7.878 indivíduos que residem em São Pedro da Serra e Lumiar, distritos de Nova Friburgo (IBGE, 2010). Vale destacar, ainda, que esse município é o segundo mais populoso da região serrana fluminense, com população estimada em 190.084 mil habitantes (IBGE, 2018), tendo destaque os 22.710 residentes que constituem sua população rural, uma das mais expressivas do Estado. A cidade também se destaca por apresentar quase 40% de seus domicílios em duas categorias: não ocupados e de uso ocasional (IBGE, 2010), fato que por si só permite situar a relevância das segundas residências e do turismo de veraneio na região.

Além disso, nessa breve contextualização, não se pode negligenciar que a rodovia estadual, denominada RJ 142, constitui a principal via de acesso à UC, com sessenta e um quilômetros asfaltados que ligam o município de Nova Friburgo (RJ) ao município de Casimiro de Abreu (RJ) e corta a APAMC diagonalmente, sendo essa um elemento significativo na dinâmica social e geográfica. Isto porque há, nessa via, um expressivo fluxo de veículos, principalmente durante o verão e em finais de semana, já que muitos moradores da região serrana utilizam a via para ter acesso aos municípios turísticos no litoral, na região turística da Costa do Sol (INEA, 2014).

Além disso, ainda que a via apresente estrutura deficiente em relação à pontos de parada, acostamento, sinalização e locais de circulação para pedestres, é fundamental para a existência de linhas de transporte regulares que ligam várias localidades da APAMC ao centro da cidade de Nova Friburgo e aos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé, além de ter um papel central no escoamento de produtos agrícolas da região, sendo, inclusive a principal via de acesso para os turistas. Podem ser visualizados, a seguir, por meio da Figura 8, a localização da RJ 142 e do alto curso do Rio Macaé.

Figura 8 – Vias de Acesso e Rio Macaé nas áreas de inserção da APAMC

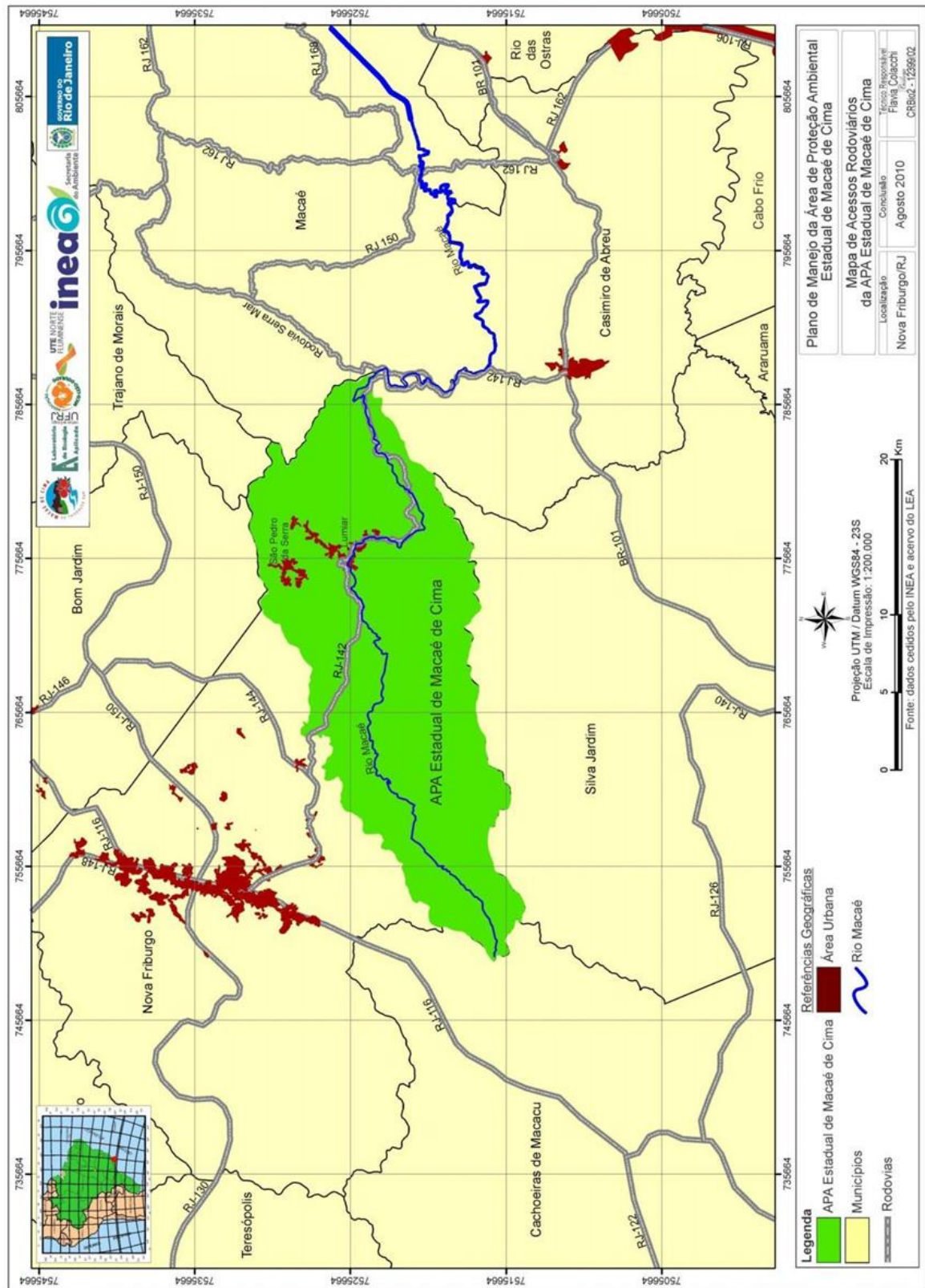


FIGURA 1.9 Mapa dos Acessos Rodoviários da APA Estadual de Macaé de Cima.

Fonte: INEA (2014)

Um outro fato a se considerar, nessa breve contextualização geográfica, é a expressiva sobreposição de UCs no interior da APAMC, a saber, com a APA Municipal do Rio Bonito, a APA Municipal de Macaé de Cima e o Parque Estadual dos Três Picos (INEA, 2014)⁵⁷. Além disso, também estão localizadas, em seu interior, nove Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), sendo quatro dessas criadas em âmbito federal e cinco, em âmbito estadual⁵⁸. Esse quadro de sobreposição tende a reafirmar a importância da área para as políticas de proteção da natureza, pois sua área de inserção abriga expressiva cobertura florestal, com inúmeras espécies de fauna e flora em risco de extinção ou endêmicas (RIO DE JANEIRO, 2001).

4.2 Perspectiva Histórica

A ocupação da região da APAMC teve início a partir de 1823, quando a área passou a ser colonizada por imigrantes suíços (MAYER, 2011). Esses colonos, artesãos e agricultores, na origem do processo, foram destinados, pelo então governo imperial, ao vale do Rio Santo Antônio, em 1818, onde atualmente se localiza o centro do município de Nova Friburgo. A motivação para emigrar de seu país de origem, a Suíça, foi um quadro de miséria, que assolava algumas regiões desse país, decorrente, sobretudo, dos problemas socioambientais suscitados por um inverno rigoroso, ocorrido em 1817 (MAYER, 2011). Vale ressaltar que o governo imperial recrutou, também, imigrantes alemães, naquela época, para fortalecer a dinâmica da então colônia suíça e esses também passaram a receber terras no vale do Rio Macaé. Isso porque muitas das terras do vale do Rio Santo Antônio foram abandonadas pelos colonos suíços e alemães em decorrência da inapropriação destas para o cultivo agrícola (MAYER, 2011).

Esse processo inicial de ocupação da região se deu por meio do estabelecimento de pequenas propriedades rurais com mão-de-obra exclusivamente familiar (PERES *et al.*, 2004).

⁵⁷ A APA Municipal de Macaé de Cima espraia-se na área onde se localizava a antiga Reserva Ecológica de Macaé de Cima, criada pelo decreto municipal nº 156 de 03/01/1990. Para fins de adequação ao SNUC, se tornou uma UC de Uso Sustentável cuja gestão fica a cargo da Prefeitura de Nova Friburgo, apresentando 7.200 hectares na porção Oeste da APAMC, apresentando áreas sobrepostas também ao Parque Estadual dos Três Picos (INEA, 2014). Já a APA Municipal do Rio Bonito está integralmente sobreposta à APAMC e foi criada pelo decreto municipal 443 de 06 de setembro de 1996, com cerca de 6.700 ha. A APA Municipal do Rio Bonito localiza-se na porção oeste da APAMC, na localidade denominada Sertão do Rio Bonito, fazendo limite com a APA Municipal de Macaé de Cima (INEA, 2014). A última sobreposição é a com o Parque Estadual dos Três Picos, criado pelo Decreto-Lei nº 31.343 de 05 de junho de 2002, com 65.113 hectares, ele representa a maior Unidade de Conservação ambiental do grupo de Proteção Integral estadual do Rio de Janeiro em termos de extensão territorial (INEA, 2014). Estas sobreposições estão disponíveis em mapa no Anexo 5 - *Principais UCs sobrepostas à APAMC*.

⁵⁸ O mapa detalhado sobre essas sobreposições, além de um quadro descritivo sobre as RPPNs disponibilizado no Anexo 6 - *Reservas Particulares de Proteção da Natureza (RPPN) na APAMC*.

Esse modelo perdurou por todo o século XIX, pois, ainda que alguns poucos colonos tenham passado a adequar as suas propriedades ao formato de latifúndios⁵⁹ para a monocultura cafeeira, a maior parte deles manteve sítios de subsistência voltados à produção de alimentos com base na policultura (MAYER, 2011). E, vale enfatizar, que a prática da queimada já era, desde então, recorrente, entre esses primeiros colonos que, em função de estarem distanciados geograficamente da administração da colônia, teriam perdido traços culturais europeus de origem, passando a produzir milho, aipim, e recorrendo aos recursos florestais para assegurar a saúde de suas famílias e para a construção de suas moradias⁶⁰ (MAYER, 2011).

Esse isolamento teria marcado a região até meados da década de 1950. Mas foi a partir dos anos 1970, no entanto, com a abertura e melhoria de estradas ligando a região ao centro do município de Nova Friburgo, que as características agrícolas iniciais teriam sido modificadas com o uso intensivo de insumos agrícolas e com a subordinação à economia de mercado, o que passou a envolver uma elevada produção de olerícolas, tomate, pimentão e couve-flor, apenas para citar os principais itens na produção de alimentos. E, por conta desse uso intensivo de insumos agrícolas, inúmeros problemas de saúde e degradação ambiental representam, também, o legado desse período (PERES *et al.*, 2004). É possível afirmar, ainda, que, a partir desse momento, uma economia local, de base fundamentalmente agrícola, passou a se desenvolver em novas bases, o que teria viabilizado, a própria “existência social da comunidade”, que envolvia uma dinâmica social de casamentos interfamiliares (MAYER, 2011, p.20).

Para além da consolidação de uma economia agrícola local, vale destacar que essa década, de 1970 também se constituiu como um período inicial de ascensão do turismo como uma prática social na região (AMADOR, 1997). Mas, no início desse processo, o turismo envolvia um perfil de turistas que viajavam em grupos ou em um contexto familiar, dispostos a enfrentar acessos precários e falta de energia elétrica e que, por essa razão, eram considerados “pioneiros” ou “aventureiros”, segundo a leitura de Amador (1997). Cabe ressaltar a percepção negativa dos moradores em relação ao uso de drogas, ao pernoite em barracas de acampamento e a realização de festas nas praças pelos turistas, nessa época, o que teria originado um cenário inicial de tensão (REGO, 1988; AMADOR, 1997).

No plano da conservação ambiental, não se pode negligenciar que, a partir dessa década, muitos pesquisadores passaram a realizar inúmeros levantamentos no alto curso do Rio Macaé,

⁵⁹ Mayer (2011) destaca Carlos Maria Marchon como um proprietário de terras cuja produção agropecuária se baseava na mão-de-obra escrava em um sistema de monocultura do café.

⁶⁰ A criação de São Pedro da Serra, uma das localidades da APAMC, foi realizada, nesta época, mediante autorização expressa de D. Pedro I, “daí resultando provavelmente o nome da localidade de São Pedro” (MAYER, 2011).

sobretudo na localidade de Macaé de Cima, vinculados ao Instituto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IJBRJ), movimento esse que resultou em uma expressiva literatura acadêmica, fundamentalmente de cunho florístico e taxonômico, ilustrada pelos cinquenta artigos publicados pelo referido instituto, entre 1977 e 1998⁶¹. É evidente, pelo exposto, que o interesse em proteger a biodiversidade da região ocorreu sobretudo pela relevância acadêmica dessas pesquisas. Iniciadas a partir de 1977, tais iniciativas teriam sido, também, intensificadas na década de 1980, em decorrência do asfaltamento do trecho Mury–Lumiar (RJ 142)⁶² (MENDES, 2010). Esse esforço científico culminou na elaboração de dois grandes estudos: *Reserva Ecológica de Macaé de Cima: Aspectos Florísticos das Espécies Vasculares* (1994, 1996) e *Serra de Macaé de Cima: Diversidade florística e Conservação e Mata Atlântica* (1997), que consolidaram os dados levantados e as análises florísticas acumuladas por quase 20 anos.

Com base nos argumentos apresentados, parece claro que a área do alto curso do Rio Macaé foi prioritária para estudos botânicos, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (REGO, 2010; MENDES, 2010), por conta de contar com um expressivo percentual de cobertura florestal. Fato curioso é que esse contexto se traduziu na construção de laços de proximidade entre os pesquisadores do IJBRJ e alguns proprietários de sítios na localidade de Macaé de Cima⁶³, o que, anos mais tarde, culminou em um movimento que impulsionou tanto a institucionalização da *Sociedade Macaé de Cima* (em 1984, hoje denominada *Associação Macaé de Cima*), quanto a criação da Reserva Ecológica de Macaé de Cima, em 1990.

O interesse voltado à conservação da biodiversidade na região da APAMC também inspirou, na década de 1980, o zoneamento urbano-ambiental do município de Nova Friburgo (NOVA FRIBURGO, 1988)⁶⁴, em que prevalecia o interesse ecológico e ambiental em detrimento do incentivo ao adensamento urbano, sendo a área considerada como “zona de proteção natural”.

Não se pode perder de vista que, também na década de 1980, houve um declínio da produção agrícola, em toda a região resultante da mudança de comportamento das gerações

⁶¹Constantes na biblioteca do IJBRJ. Pode-se afirmar que os poderes executivo e legislativo do município de Nova Friburgo revelam-se como facilitadores das pesquisas florísticas capitaneadas pelo Instituto Jardim Botânico – RJ.

⁶² Principal via de acesso da região da APAMC ao centro de Nova Friburgo e, à região metropolitana do Rio de Janeiro.

⁶³ “A equipe do IJBRJ ficou hospedada, por cerca de 5 anos, na casa de David Miller, que vive em Macaé de Cima, desde o início dos anos 1960. Lá ele desenvolve projetos de pesquisa, conservação e regeneração de Mata Atlântica Pluvial, junto com sua esposa, Isabel Moura Miller, que faz o registro fotográfico das espécies, com destaque para as orquídeas” (REGO, 2010, p.127).

⁶⁴ Esse zoneamento pode ser visualizado no Anexo 7 – *Zoneamento Urbano-Ambiental do Município de Nova Friburgo de 1988*.

mais jovens que teriam começado a procurar atividades não-agrícolas para sua subsistência devido aos altos custos iniciais da lavoura resultantes da subordinação aos insumos e ao baixo valor dos alimentos produzidos (PERES *et al.*, 2004). E, é preciso destacar, ainda nessa reflexão, que o processo de modernização da agricultura e da sociedade brasileira, de um modo geral, contribuiu para gerar a “diminuição dos postos de trabalho na agricultura e uma ampliação das atividades não-agrícolas em territórios rurais”, nessa década (CARNEIRO, 2008, p. 14), que também pode ter tido rebatimento na dinâmica de pluriatividade⁶⁵ que passou a caracterizar a região desde então.

Importante enfatizar, também, que o declínio da atividade rural em pequena escala, perdurou, também, durante a década de 1990 e foi decorrente de uma política de barateamento dos alimentos no mercado e da vinculação dos insumos agrícolas ao dólar americano, em todo o país (LOPES, 1996)⁶⁶. Essa tendência caracterizou, notadamente, a dinâmica socioeconômica da área atualmente ocupada pela APAMC, em meados da década de 1990, sendo que o alto preço dos insumos teria sido o principal responsável pela continuidade da queda da produção agrícola na região (PERES *et al.*, 2004).

Nessa época, se observou, também, uma mudança no perfil de turistas que ali chegavam, reconhecidos pelos moradores locais como *hippies*, ou adeptos do *camping* selvagem (AMADOR, 1997). Nesse momento, região já se configurava como uma nova fronteira para o turismo estadual e, desde então, a atividade turística passou a estar na origem de inúmeros conflitos com os interesses dos agricultores e dos atores articulados com os compromissos de proteção ambiental (AMADOR, 1997, p.1). É também nessa época que a rede de telefonia alcança a região, fato que também contribuiu para induzir o aumento do preço da terra e a expansão do turismo (MAYER, 2011). Essa conjuntura, associada ao asfaltamento da estrada entre Lumiar e São Pedro da Serra, em 1995, teria ocasionado um crescimento, ainda mais evidente, do turismo na região, atraindo, cada vez mais, um público urbano em busca de uma experiência bucólica junto à natureza conservada (AMADOR, 1997).

Todo este processo teria motivado muitos agricultores a abandonarem o lugar em que viviam para se tornar caseiros, em áreas que antes lhes pertenciam (MAYER, 2011; REGO, 2010). Rocha (2012, p. 21) sugere, ainda, que, nesse momento, o modo de vida rural teria sofrido modificações com a emergência do turismo na região, tendo em vista a mudança da

⁶⁵ A pluriatividade decorre de situação em que, nas famílias rurais, ao menos um membro exerça atividade extra agrícola.

⁶⁶ Sendo assim, entre 1986 e 1996, Lopes (1996, p.18) afirma que a produtividade por hectare foi drasticamente reduzida em termos de áreas de cultivo em todo o país, o que, nesta época, teria causado “irreparáveis danos ao emprego e à renda rurais”.

função social da terra “na medida em que casas de veraneio ocupam espaços antes agricultáveis”.

Nesse breve exercício retrospectivo, vale destacar, ainda, que a primeira iniciativa do poder público voltada à proteção da natureza ocorreu nessa década, resultado da aproximação entre pesquisadores do IJBRJ, a *Sociedade Macaé de Cima* e o poder público local. Assim, em 1989, o IJBRJ encaminhou um pedido ao poder executivo municipal de Nova Friburgo voltado à criação de uma área protegida no alto curso do Rio Macaé⁶⁷. Sendo deferido em 1990, foi instituída a Reserva Ecológica de Macaé de Cima (REMC) por meio do Decreto Municipal no. 156 de 03 de janeiro de 1990, assinado por Paulo Azevedo, então prefeito do município de Nova Friburgo (RJ)⁶⁸. UC de proteção integral, abarcava uma área de 71.033.333m², entre 1990 e 1996, cerca de um quinto da área atualmente protegida pela APAMC (350.000.000 m²). Nesse momento, a REMC cobria uma área com baixa densidade populacional, com presença de espécies endêmicas. Entre 1990 e 1996, ainda que fosse necessário ter realizado um processo de regularização fundiária, foram poucas as ações efetivas da gestão (MENDES, 2010), que, naquele momento, estava sob a responsabilidade do IJBRJ:

Considerando que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, reconhecendo cientificamente a importância ecológica da região de Macaé de Cima, aí desenvolve grande parte do Projeto Institucional Mata Atlântica, implantando, na mesma, sua Base Física de Pesquisas. [...] No que tange a realização de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro será o órgão coordenador desta área devendo ser ouvido e caso a proposta tenha parecer favorável do mesmo, lavrado o competente instrumento legal pela direção do Jardim Botânico, devidamente comunicado a Secretaria de Meio Ambiente do Município Pesquisas (NOVA FRIBURGO, 1990).

A REMC perdurou como uma área protegida municipal até o ano de 1997, ano em que

⁶⁷ Este pedido encaminhado pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro à Prefeitura de Nova Friburgo para criação da Reserva Ecológica de Macaé de Cima em novembro de 1989 está disponibilizado no Anexo 8 e o Mapa da Reserva Macaé de Cima, no Anexo 9.

⁶⁸ Este decreto é disponibilizado no Anexo 10 - *Decreto Municipal 156 de 03/01/1990 que cria a Reserva Ecológica de Macaé de Cima*. Vale ressaltar que o texto do decreto de criação da REMC está amparado na legislação municipal de Nova Friburgo da época, referente ao zoneamento urbano, sancionada em dezembro de 1988. Nesta época, São Pedro da Serra e Lumiar, que hoje respondem como as principais áreas urbanizadas da APAMC, faziam parte do mesmo distrito, o quinto distrito denominado Lumiar. O texto da Lei Municipal 2249 de 22 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano e rural do município de Nova Friburgo, apresenta o distrito de Lumiar como parte da terceira região denominada como de “Interesse Ambiental e Ecológico”, delimitada pela bacia do rio Macaé, “constituída por uma única Zona de Proteção Natural e de Interesse Ecológico, comporta Núcleos Especiais e Núcleos Urbanos” (NOVAFRIBURGO, 1988, p. 4). De acordo com o estabelecido na época, a expansão urbana de Lumiar e vilas próximas não poderiam ultrapassar a cota de 700 metros de altitude e o limite máximo da foz do Rio Bonito. O tamanho mínimo das glebas permito era de 20 mil metros quadrados e taxa de ocupação máxima de até 10 por cento da área, o que, em parte, demonstra interesse do poder público municipal ainda na década de 1980 em limitar a ocupação urbana na área (NOVAFRIBURGO, 1988).

foram revogados tanto o decreto de criação quanto o plano de zoneamento da área⁶⁹ (INEA, 2014). Tal revogação foi resultante de um cenário de disputas relacionado à instalação de um empreendimento turístico (que previa a construção de cinquenta unidades habitacionais), em desacordo com o zoneamento da REMC, pela leitura de Mendes (2010). Nesse contexto, o poder público municipal revogou o decreto que havia criado a REMC para, assim, liberar a construção desse empreendimento. Mas, não se pode perder de vista que oito anos mais tarde, em 2005, o poder público municipal instituiu uma nova área protegida nessa mesma região, a APA Municipal Macaé de Cima, uma UC de uso sustentável que, por pressuposto, não incorria em desapropriações, restrita aos limites da antiga REMC⁷⁰.

Nessa área, em específico, delimitada como a porção mais conservada do alto curso do Rio Macaé, um “reduto de diversidade e endemismo do ecossistema Mata Atlântica” (BAUMGRATZ *et al.*, 2007, p.1), a atuação da *Associação Macaé de Cima* vem adquirindo destaque, desde a década de 1980 (SÁ, 2009). Criada em 1984, teve um papel impulsionador em relação às ações voltadas à proteção ambiental⁷¹, representando o principal coletivo, que, na década de 1990, teve uma posição favorável à criação de uma APA, com jurisdição estadual, movimento este que, posteriormente, ficou conhecido como o movimento *Pro-APA* (REGO, 2010). Uma ação desse movimento ocorreu em 1999, quando foi oficializado como um grupo de trabalho na FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) com o objetivo de instituir a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, na esfera estadual. No pano de fundo, nos anos subsequentes, parece que o interesse da referida associação em se manter no movimento *Pro-APA* estava associado à defesa de suas terras, tendo em vista que não se desejava uma regularização fundiária característica de unidades de proteção integral⁷².

Como resposta a essas iniciativas, a APAMC foi institucionalizada por meio do Decreto Estadual No. 29.213, de 14 de setembro de 2001, sancionado pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (RIO DE JANEIRO, 2001). Esse momento foi

⁶⁹ Esse zoneamento foi instituído pelo Decreto Municipal 442/1996, de 06 de setembro de 1996.

⁷⁰ Instituída pelo Decreto Municipal 116/2005, de 08 de agosto de 2005. Esta APA municipal possui território sobreposto à área da APAMC.

⁷¹ Com um perfil de ações voltado, desde a sua origem, à proteção da natureza, até 2006, por exemplo, para ser admitido e aceito como um associado o indivíduo teria que, necessariamente, comprovar a sua atuação em projetos e/ou ações relacionadas à conservação ambiental. De 2006 até os anos atuais, passou a se estruturar como uma associação de moradores. Por conta dessa mudança, desde 2006, passou a ser denominada como Associação Macaé de Cima.

⁷² Pela leitura de Botelho (2009), esse teria sido o motivo dessa organização ter tido uma postura crítica e austera no Conselho Consultivo do Parque Estadual dos Três Picos, nos anos iniciais de institucionalização desta UC, defendendo seus direitos em relação à propriedade privada da terra. Na pesquisa documental, pôde-se perceber que, nas reuniões internas da Associação Macaé de Cima, nessa época, entre 2002 e 2006, pareceu clara, também, a preocupação coletiva com o aumento do fluxo de turistas que a criação do referido parque poderia ocasionar na localidade Macaé de Cima e os impactos ambientais a ele associados.

interpretado por muitos agricultores e outros atores sociais locais, como uma vitória dos grupos vinculados aos interesses de sitiantes⁷³, turistas, ambientalistas e pessoas “de fora” (REGO, 2010).

Além de ser reconhecida como área de elevada biodiversidade, inúmeras outras motivações inspiraram a criação da APAMC em 2001: a sua importância para a manutenção da qualidade da água na região do entorno; a sua relevância para a preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e dos campos de altitude; e o seu papel para a proteção das bacias dos mananciais do Rio Macaé, Rio Bonito, Rio das Flores, Rio Santo Antônio e demais afluentes (INEA, 2014)⁷⁴.

Neste sentido, não se pode perder de vista que uma Área de Proteção Ambiental (APA) constitui uma categoria de manejo estabelecida para a proteção, em geral, de áreas extensas, nas quais ocorre determinado grau de ocupação humana (BRASIL, 2000). Assim, não seria de se estranhar que a maior parte das localidades, em seu interior, na época e hoje ainda, seja constituída por paisagens rurais com predominância de floresta primária e secundária e remanescentes de Mata Atlântica.

O ambiente social, nos primeiros cinco anos após a criação da unidade de conservação, se caracterizou por um contexto recorrente de embates e conflitos entre os agricultores e demais atores locais e o órgão gestor da APAMC (REGO, 2010), o Instituto do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA-RJ). A origem desses conflitos parece ter sido a desinformação e a incipiente comunicação entre os órgãos públicos e a população local, o que teria criado “um clima tenso e de revolta” (CARNEIRO *et al.*, 2010, p. 49).

Nesse contexto, os agricultores se organizaram em um movimento denominado *União das Famílias da Terra* (UFT), com o objetivo de contestar a criação da APAMC. Isso porque parte da população rural local se sentiu prejudicada em seus interesses com a efetivação dessa área protegida, principalmente porque, as premissas da agricultura familiar passaram a estar articuladas com as inúmeras normas e restrições referentes ao uso do solo, que, na região, resultaram diretamente na repressão à prática da queimada e do pousio⁷⁵, conforme discutido

⁷³ Indivíduos que possuem casas de veraneio na região.

⁷⁴ No texto do decreto de criação da APAMC o fato da área ser coberta por “Floresta ombrófila densa em ótimo estado de conservação” somada à existência de inúmeras espécies de fauna e flora em extinção ou endêmicas na área é apontada como principal justificativa para a efetivação da UC (INEA, 2001). Dentre as justificativas, também consta a indicação da Mata Atlântica ser considerada Patrimônio Nacional na Constituição Brasileira de 1988 (INEA, 2001). Como a APAMC foi criada no momento em que se completava um ano de publicação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000, a unidade adequou-se à referida lei no que tange a definição relacionada ao tipo de proteção mais adequada à área.

⁷⁵ O pousio constitui uma prática tradicional de manejo do solo que incorpora a queimada e o corte da capoeira como práticas agrícolas, tendo sido a fonte de muitos conflitos entre agricultores e órgão ambiental. Relacionado à agricultura migratória e também a tradições de manejo indígena, estudos apontam que a “utilização do sistema

por Carneiro (2010). Além disto, proprietários de terras também tiveram que se adequar às restrições quanto ao parcelamento do solo e à construção civil, o que tornou o quadro de conflitos mais acirrado⁷⁶.

Esses conflitos se concretizaram, inclusive, porque os agricultores percebiam a equipe da gestão da APAMC como a origem do processo de coerção às suas práticas tradicionais de manejo da terra (TEIXEIRA, 2009)⁷⁷. E, nessa conjuntura, pode-se afirmar que esse teria sido o marco referencial dos conflitos entre agricultores familiares e os grupos e interesses vinculados à gestão da APAMC e/ou aos movimentos ambientalistas, na região, contexto esse que se mantém até os dias atuais.

Mas, apesar desse cenário de conflitos, parece claro que, nesta época, nos anos 2000, algumas melhorias relacionadas à infraestrutura - acessos terrestres às localidades da região, a ampliação da energia elétrica, a instalação de postos de saúde, escolas e unidades de comércio – passaram a ser percebidas, pelos moradores, sobretudo agricultores, como elementos positivos associados, inclusive, ao avanço do turismo, na região, conforme discutido por Teixeira (2009). No entanto, muitos deles passaram a associar a emergência do turismo na região ao aumento da violência, ao incremento do uso de drogas pelos jovens e ao acirramento da disputa pela posse da terra (TEIXEIRA, 2009)⁷⁸.

Nessa década, houve continuidade na dinâmica de expansão do turismo, da

de pousio pode trazer uma economia de 540 reais em adubo por hectare”, podendo ser adaptado em termos de sustentabilidade da vegetação às condições do solo (CARNEIRO *et al.*, 2010, p. 44-45).

⁷⁶ Em julho de 2017, durante uma reunião da Associação de Moradores de Lumiar, em que o IEF e a EMATER estavam presentes, um membro da UFT fez um depoimento, transcrito por Rego, (2010, p.179): “Sou da família Ouverney, que está nessa região há 150 anos. Há 30 anos eu tô revoltado com o que vejo acontecendo por aí. O povo, que só quer trabalhar e viver em paz, sendo tratados como marginais. Nunca gostei de me envolver em política, não gostava de reunião e agora mudei. Tô tentando fazer a minha parte. Botaram a corda no nosso pescoço e começaram a apertar; a APA foi o nó final. Resolvemos criar a UFT para preservar, unir o povo. Nós temos condições para preservar, mas preservar geral, inclusive o ser humano, não só os bichos. O ideal da UFT é unir o povo, conscientizar o povo pra não deixar fazer o que querem com a gente. São hipócritas, estão defendendo o interesse próprio (se referindo ao grupo Pró-APA). Eles botam trator, fazem gramados. Eles conhecem a lei, pessoas influentes e a gente só vai se ferrando. Hoje temos que mudar: um por todos e todos por um e Deus ajuda. Temos responsabilidade com o futuro de nossos filhos, que estão indo embora, e os velhos estão ficando sozinhos, abandonados.”

⁷⁷ Ainda, que, desde 2006, a Lei Federal nº 11.428 (BRASIL, 2006), conhecida como lei da mata atlântica, restrinja qualquer tipo de queimada e, assim, a proibição do pousio em áreas desse bioma, agricultores percebem, até os dias de hoje, a gestão da APAMC como o principal instrumento coercitivo em relação às suas práticas convencionais de manejo da terra.

⁷⁸ Com base na leitura de Teixeira (2009), entre 1998 e 2008, expansão do acesso ao telefone foi a melhor mudança sinalizada por 60 por cento dos agricultores. Em seguida, outro cenário positivo de mudanças foi a ampliação do trabalho não agrícola associado ao turismo assim como as melhorias relacionadas à infraestrutura (acessos terrestres às localidades, ampliação da energia elétrica, postos de saúde, escola e comércio). Apesar disto, muitos deles associaram a emergência do turismo ao aumento da violência e ao incremento do uso de drogas pelos jovens. A percepção dos agricultores foi de que, durante esta década foi intensificada a disputa pela terra. A autora sinaliza que “A principal queixa foi a atuação repressora e fiscalizadora do IBAMA na região, sobretudo a partir da criação da APA de Macaé de Cima no ano de 2001” (TEIXEIRA, 2009, p.189).

desvalorização das práticas agrícolas e do avanço de outras atividades não-agrícolas na região, com destaque para as confecções do ramo têxtil de moda íntima (ROCHA *et al.*, 2011). E, nesse quadro mais recente, não é de se estranhar que estratos mais jovens da população local não mais se identifiquem com a prática da agricultura familiar (ROCHA, 2012).

Mais recentemente, nos últimos dez anos, a UFT deixou de ser atuante em função de terem sido malsucedidas as tentativas de revogar o Decreto Estadual que criou a APAMC, realizadas entre 2006 e 2009, considerada como a principal bandeira do movimento. A gestão da UC parece ter aprimorado ambientes de maior participação social, tendo em vista que Conselho Consultivo da APAMC, instituído em 2005 e, renovado em 2009, 2012 e 2018, tem mantido reuniões bimestrais ordinárias nos últimos anos⁷⁹.

Em linhas gerais, a dinâmica social da APAMC caracterizou-se, historicamente, por uma tensão entre os objetivos de conservação da biodiversidade e o manejo da terra tradicional, além de uma expressiva pluriatividade, que envolve principalmente o turismo, o ramo têxtil e a construção civil. Com base nessa breve retrospectiva, pode-se afirmar, ainda, que o turismo vem se expressando como uma prática em expansão, desde a década de 1970 e que, por isto, deve ser interpretada com a profundidade necessária, considerando suas múltiplas dimensões. Mais recentemente, não se pode perder de vista que as localidades de São Pedro da Serra e Lumiar apresentaram um incremento de suas áreas urbanas, com intenso parcelamento irregular do solo, associadas, sobretudo, ao crescimento do veraneio e do turismo, na região.

4.3 Revisão da literatura

A escolha do Caso envolveu a análise do material levantado junto ao catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com a expressão “Macaé de Cima”. Como anteriormente mencionado, este material foi filtrado a partir da leitura de resumos das investigações realizadas, excluindo-se da amostra, os trabalhos de cunho biológico, taxonômico, botânico, hidrológico, geológico ou focados em modelagem computacional. O levantamento realizado envolveu o registro de

⁷⁹ Vale destacar que outras esferas de participação social caracterizam, também, o ambiente social atual da APAMC como o Comitê das Bacias Hidrográfica do Macaé e das Ostras. Este Comitê tem capitaneado Encontros da Juventude anuais, além de ter financiado projetos, como o “Águas para o Futuro”, realizado no Colégio Estadual José Martins da Costa em São Pedro da Serra entre 2014 e 2015. Nesse, em específico, o foco das iniciativas foi o monitoramento da qualidade da água da microbacia do rio São Pedro, com oficinas de comunicação, geoprocessamento, análise de solos e educação ambiental. Vale destacar que em 2013, foram realizadas consultas para a construção do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Macaé/Ostras e, também, para reconstrução do Plano Diretor de Nova Friburgo, o que parece ter fortalecido a participação social na região. Vale destacar, ainda, que, nos últimos anos, teve origem um movimento denominado Rio Macaé Livre, com o objetivo de impedir a instalação de três hidrelétricas na área da APAMC, propostas em 2016 por uma empresa da iniciativa privada.

nove teses e dissertações e esse universo foi complementado mediante o registro de outras publicações, tais como: monografias, livros e diagnósticos. Assim, um conjunto de vinte e oito publicações foi obtido nesta busca, tendo sido os dados obtidos, nessa etapa, posteriormente sistematizados em uma Matriz Síntese contendo os autores, títulos, ano, temas e abordagens da literatura consultada, disponibilizada no Quadro 11, a seguir.

Quadro 11 - *Matriz Síntese da produção acadêmica mapeada sobre a APAMC*

Monografias – Graduação			
	AUTOR / ANO / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TEMAS / ABORDAGEM DA PESQUISA
1	NASRI, YASMIN XAVIER GUIMARÃES. 2015 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	TURISMO RURAL EM ÁREAS PROTEGIDAS: O CASO DO ROTEIRO DE AGROTURISMO DE SÃO PEDRO DA SERRA E ARREDORES.	Turismo rural Gestão de UCs Análise SWOT Entrevistas Observação direta
2	CORDEIRO, DAN GABRIEL D'ONOFRE ANDRADE SILVA 2010 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO TURISMO RURAL NOS DISTRITOS DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA EM NOVA FRIBURGO (RJ)	Turismo rural Histórico do turismo em Lumiar e São Pedro Agricultura e pluriatividade Entrevistas com moradores, percepções sobre o turismo
3	SILVA, BRUNO MESCHESI 2007 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	DAS MUDANÇAS DE SABORES, DE SABERES E FAZERES NA AGRICULTURA: O CASO DOS AGRICULTORES DE SÃO PEDRO DA SERRA	Agricultura familiar Segurança alimentar Entrevistas com agricultores
4	AMADOR, ANDRÉ BITTENCOURT 1997 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	O TURISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS EM LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA, NOVA FRIBURGO – RJ	Turismo, atrativos turísticos, contexto socioambiental da região, percepção dos moradores sobre o desenvolvimento do turismo. Entrevistas com moradores
Monografias - Especialização (Lato Sensu)			
	AUTOR / ANO / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TEMAS / ABORDAGEM DA PESQUISA
1	AZEVEDO, ALICE SÁ REGO DE 2017 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS: UMA POSSIBILIDADE DE GESTÃO INTEGRADA – O CASO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL MACAÉ DE CIMA	Instrumentos de gestão Planos de Manejo da APAMC e Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica Macaé Ostras Pesquisa documental
2	BRAGA, CARLA PERRONE MUNIZ. 2012 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	DO DECRETO AO CONCRETO: COMPREENDENDO A INFLUÊNCIA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA APA ESTADUAL DE MACAÉ DE CIMA E DO SEU CONSELHO CONSULTIVO NO PROCESSO DE GESTÃO	Metodologias participativas na gestão de unidades de conservação Dinâmica do Conselho

		PARTICIPATIVA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	Consultivo Pesquisa documental
Dissertações			
	AUTOR / ANO / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TEMAS / ABORDAGEM DA PESQUISA
1	PORTO, PHILIPPE SEYFARTH DE SOUZA 2017 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	DO “AMBIENTAL RURAL” AO “AMBIENTAL URBANO”: (NOVAS) RURALIDADES E A QUESTÃO AMBIENTAL EM SÃO PEDRO DA SERRA.	Conflitos socioambientais rurais Agricultura Percepções sobre a dinâmica social
2	HERINGER, GLEICI 2018 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ÁREA DE PROTEÇÃO À EXPRESSÃO: UM ESTUDO DE RELAÇÕES DISCURSIVAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL'	Análise do discurso Conflitos socioambientais Estudos linguísticos
3	CALDAS, LIA CALDAS CARNEIRO 2014 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	ROTEIRO DE AGROTURISMO DE SÃO PEDRO DA SERRA E ARREDORES, NOVA FRIBURGO, RJ.	Agricultura Roteiros de agroturismo Entrevistas com produtores, levantamento de oferta turística.
4	SILVA, MILENA ALVES DA 2013 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA APA DE MACAÉ DE CIMA/RJ'	Agricultura em unidades de conservação Identificação das práticas agrícolas e rebatimentos com o manejo da UC Entrevistas com agricultores da AFASPS
5	CRISTO, JULIANA NUNES 2013 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DO BRASIL A MACAÉ: UM OLHAR ACERCA DO PROCESSO DE ENQUADRAMENTO DE CORPOS HÍDRICOS E DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS ASSOCIADOS À CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS	Gestão de recursos hídricos Pagamento por serviços ambientais Pesquisa documental e observação participante Métodos participativos
6	ROCHA, AUREA PINHEIRO 2012 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	A ESCOLA ESTÁ INSERIDA NA APA? PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DENTRO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA	Percepção Ambiental Educação Ambiental Questionários com alunos das escolas públicas
7	BRANT, FRANCISCO FORMAGINI 2011 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE	VALORAÇÃO ECONÔMICA AMBIENTAL COMO ESTRATÉGIA DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MACAÉ – UMA PROPOSTA METODOLÓGICA	Mediação de conflitos socioambientais Pagamentos por serviços ambientais Conservação dos recursos hídricos Questionários, abordagem quantitativa
8	MENDES, STELLA PERES 2010 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVALIAÇÃO DA PAISAGEM DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA (RJ)	Ecologia da paisagem Conflitos e instrumentos de gestão da UC Geoprocessamento
9	VIANA, VALERIA COSTA ROCHA 2010 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	ENTRE REZAS, CURAS E PLANTAS: UM OLHAR SOBRE UM SABER LOCAL NA APA ESTADUAL MACAÉ DE CIMA, NOVA FRIBURGO, RJ	Saberes locais Salvaguarda Plantas Medicinais Entrevistas
10	SANTOS, WALISON BOY DOS 2010	DOS LUGARES DE CONSERVAÇÃO: O DIÁLOGO DE SABERES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL	Instrumentos de gestão Conselho Consultivo Participação Social

	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	NA APA ESTADUAL DE MACAÉ DE CIMA	Observação direta
11	MOTE, FABRICIO DE OLIVEIRA 2008 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM NA BACIA DO RIO MACAÉ(RJ) COMO PROPOSTA METODOLÓGICA AO PLANEJAMENTO AMBIENTAL	Ecologia da paisagem Planejamento ambiental Gestão de bacias hidrográficas Geoprocessamento
12	NATAL, CAROLINE BESERRA 2004 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.	O MUNDO RURAL NA VITRINE: O TURISMO E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM SÃO PEDRO DA SERRA, RJ	Turistificação dos espaços Transformações socioespaciais Análise geográfica e espacial
13	AMADOR, ANDRE BITTENCOURT 2003 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	QUALIDADE DAS ÁGUAS DA BACIA DO ALTO RIO MACAÉ, NOVA FRIBURGO – RJ	Gestão de recursos hídricos Contexto socioambiental Hidrologia aplicada ao monitoramento ambiental
14	REGO, VIRGINIA VILLAS BOAS SÁ. 1988 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.	MUNDOS EM CONFRONTO. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A EDUCAÇÃO NUMA COMUNIDADE CAMPONESA. DISSERTAÇÃO	Educação Transformações / Modo de Vida Turismo Reprodução social do campesinato
Teses			
	AUTOR / ANO / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TEMAS / ABORDAGEM DA PESQUISA
1	REGO, VIRGINIA VILLAS BOAS SÁ 2010 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PARAÍÇOS PERDIDOS OU PRESERVADOS: OS MÚLTIPLOS SENTIDOS DA CIDADANIA EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL'	Cidadania, Participação Conselhos consultivos Gestão de unidades de conservação Abordagem multicaso (APA do SANA e APAMC) Observação direta
2	TEIXEIRA, VANESSA LOPES. 2009 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	NOVOS CONTORNOS OCUPACIONAIS NO MEIO RURAL FLUMINENSE: UM ESTUDO SOBRE A PLURIATIVIDADE ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES	Pluriatividade e renda das famílias rurais Percepção sobre as condições de vida Entrevistas com agricultores e observação direta
Diagnósticos e livros			
	AUTOR / ANO / INSTITUIÇÃO	TÍTULO	TEMAS / ABORDAGEM DA PESQUISA
1	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) 2015 COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA MACAÉ OSTRAS	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL E PROJETO TÉCNICO DE AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO SOLO E DA ÁGUA DA SUB BACIA DO ALTO CURSO DO RIO MACAÉ.	Diagnóstico socioambiental Inventário turístico Gestão de recurso hídricos
2	CARNEIRO, MARIA JOSÉ; PALM, JULIANO LUIS. 2015 INSTITUTO IMAGEM E	AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO, VENDA E CONSUMO.	Dinâmica da produção/escoamento Percepção dos agricultores sobre a

	CIDADANIA		agricultura, natureza, manejo do solo e UC
3	INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE (INEA-RJ) 2014 INEA-RJ	PLANO DE MANEJO DA APA MACAÉ DE CIMA	Diagnóstico ampliado da UC Mapeamento do uso do solo Manejo
4	MAYER, JORGE MIGUEL. 2011 INSTITUTO IMAGEM E CIDADANIA	PRESENÇA SUÍÇA E ALEMÃ NA REGIÃO SERRANA FLUMINENSE. IN: PAOLINO, CLAUDIO; BOTELHO, MARJORIE (ORGS). AGRICULTORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.	Resgate histórico Retrospectiva da dinâmica social e econômica do vale do Rio Macaé
5	SÁ, GUILHERME LEITE DA COSTA 2009 ASSOCIAÇÃO MACAÉ DE CIMA	REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MUNICIPAL FLORES-MACAÉ DE CIMA. PROPOSTA, DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA	Diagnóstico socioambiental do alto curso do Rio Macaé Proposta de recategorização da área das Cabeceiras, nascente e Macaé de Cima
6	SCHIAVO, SYLVIA FRANÇA. 1997 EDUFF	SENDAS DA TRANSIÇÃO: DESCENDENTES DE SUÍÇOS EM NOVA FRIBURGO	Abordagem histórica Benfica (São Pedro da Serra) Entrevistas, memória oral Etnografia

Fonte: Elaboração própria (2018)

Nesse exercício, foi possível mapear temas, abordagens prioritárias, recortes e lentes interpretativas referentes à pesquisa social já desenvolvida nas áreas de inserção da APAMC. Mas, é importante mencionar que, em parte significativa do universo pesquisado, o turismo é apontado como uma prática relevante na dinâmica social da área de estudo (REGO, 1988, 2010; AMADOR, 1997, 2003; NATAL, 2004; TEIXEIRA, 2009; CORDEIRO, 2010; BOY, 2010; MENDES, 2010; VIANA, 2010; MAYER, 2011; BRAGA, 2012; ROCHA, 2012; CALDAS, 2014; INEA, 2014; AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2015; CARNEIRO e PALM, 2015; AZEVEDO, 2017; PORTO, 2017).

A análise do material obtido permite afirmar que sete trabalhos mapeados estão voltados aos estudos sobre agricultura familiar e a problemática camponesa (REGO, 1988; CARNEIRO, 2001; SILVA, 2007; TEIXEIRA, 2009; SILVA, 2013; CARNEIRO e PALM, 2015) e outros três estão voltados à discussão sobre a gestão da UC e seus instrumentos normativos, como os conselhos ou planos de manejo (BOY, 2010; BRAGA, 2012; AZEVEDO, 2017). E, nesse percurso, outros temas foram também abordados: educação ambiental (ROCHA, 2012), gestão dos recursos hídricos e cobertura do solo (MOTE, 2008; MENDES, 2010; BRANT, 2011; CRISTO, 2013; AMADOR, 2013; ANA, 2015), uso de plantas medicinais (VIANA, 2010), narrativas sobre o conflito ambiental (HERINGER, 2016) e história da região (MAYER, 2011;

SCHIAVO, 1997).

Em relação à escala espacial, é importante ressaltar que os estudos, que apresentam o turismo como elemento central de análise, foram realizados com base em recortes espaciais que não abrangem a totalidade da área da unidade de conservação. São exemplos desses estudos, aqueles realizados por Natal (2004), Caldas (2014), Nasri (2015) e Porto (2017) com foco no Distrito de São Pedro da Serra, na relação do turismo com a agricultura, e aqueles realizados por Amador (1997) e Cordeiro (2010), com foco nas localidades urbanas de São Pedro da Serra e Lumiar.

Além disto, há, na literatura pesquisada, investigações sobre as implicações dos *neo-rurais*⁸⁰ e do agroturismo (CALDAS, 2014; NASRI, 2015; PORTO, 2017), mas é importante que se mencione que apresentam recorte circunscrito ao Distrito de São Pedro da Serra. Também se constatou que poucos estudos foram orientados por uma abordagem qualitativa envolvendo uma variedade de atores sociais residentes no território da APAMC, o que foi interpretado, portanto, como uma oportunidade de pesquisa para a tese.

Vale destacar que alguns desses trabalhos acadêmicos discutem questões relativas à gestão da unidade de conservação e aos horizontes de participação e de cidadania (BRAGA, 2012; REGO, 2010 e BOY, 2010)⁸¹. E, não se pode negligenciar que a discussão sobre os conflitos entre os agricultores e o órgão ambiental (REGO, 2010; BOY, 2010; HERINGER, 2016) parece ser tema de frequente interesse nas pesquisas mapeadas. Até porque, estes conflitos se expressam nos tipos de manejo do solo, sobretudo devido à prática tradicional do pousio e da queimada, realizada, ainda nos dias de hoje, por uma quantidade expressiva de agricultores. Esse quadro emblemático de conflito, com origem na época da criação da unidade e de sua implantação, decorre, em parte, de ações de fiscalização da gestão da UC, entre 2001 e 2006, realizadas de modo arbitrário e com raras consultas à população local (BOY, 2010; REGO, 2010; ROCHA, 2012).

A análise realizada com relação à produção acadêmica sobre essa UC traduz, portanto, um conteúdo inspirador, uma vez que tornou possível identificar que, ainda que o turismo seja recorrentemente apontado como um fenômeno relevante nas áreas de inserção da APAMC, parece haver inúmeros desafios ainda a serem superados tanto em relação à abordagem e quanto

⁸⁰ “[...] são justamente aqueles indivíduos cujas histórias particulares mais se distanciam das localidades rurais (diríamos, os ‘neo-rurais’) os mais mobilizados em torno de um rural ideal reconhecido em práticas ou formas de vida tidas como “típicas” de uma tradição local” (CARNEIRO, 2008, P.29).

⁸¹ Reconhecendo a necessidade de aprofundar uma análise a partir da ótica da Gestão da UC, os indivíduos que atuaram como gestores, entre 2007 e 2017, foram entrevistados no percurso da tese, como forma de discutir as múltiplas dimensões do turismo inclusive a partir do olhar destes sujeitos, tema até então dotado de certa invisibilidade.

à escala adotada.

4.4 Gestão da UC

“[...] a APA é catalisadora ... ela pode ser um instrumento catalisador de políticas públicas ... né ... que tragam benefícios para a sociedade ... só que as pessoas não conseguem enxergar e o gestor sozinho não consegue fazer tudo ... o ideal é que esses grupos de trabalho e essas câmaras temáticas provocassem essa canalização de ações positivas mas a gente vai chegar lá um dia”
(Entrevistado G4, 2017)

O principal objetivo, nesse item, foi descrever, de modo exploratório, alguns acontecimentos relevantes para se contextualizar as ações realizadas pela gestão da UC. Para tal, foi construída uma Matriz Síntese sobre as principais ações da gestão. Disponibilizada no Quadro 12, essa matriz será discutida a seguir.

Quadro 12 – *Matriz Síntese das ações da gestão da APAMC*

Acontecimento	Ano
.É criada, via decreto estadual, a APAMC, sem consulta pública à população residente	2001
.É instituído oficialmente o Conselho Consultivo da APAMC que não engloba parte das associações de moradores, como a UFT (União das Famílias da Terra)	2005
Criação de Projeto de Lei na ALERJ que revoga o decreto de criação da APAMC, sendo arquivado no ano seguinte	2006
Audiência Pública na Comissão de Agricultura da ALERJ referente ao pedido de revogação do decreto de criação da APAMC	2007
.Primeira renovação do Conselho Consultivo da APAMC	2009
Oficinas participativas ocorrem no interior da APAMC vinculadas à confecção do <i>Plano de Manejo</i> da unidade, além do I Seminário de Iniciativas Sustentáveis da APAMC	2010-2013
.Segunda renovação do Conselho da APAMC	2012
.Publicação do <i>Plano de Manejo</i> da APAMC	2014

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Em um primeiro momento, vale enfatizar que o primeiro instrumento de gestão da APAMC se baseou no seu próprio decreto de criação, já que nele estavam previstas as atividades socioeconômicas e as práticas de manejo a serem fiscalizadas pelo órgão gestor até

a publicação do *Plano de Manejo*⁸². Sendo assim, a caça, o desmatamento em áreas de matas ciliares, o parcelamento do solo voltado à urbanização, a abertura de logradouros, as queimadas, a extração de madeira e a terraplanagem, só para dar exemplos de algumas atividades, tornaram-se foco prioritário das ações da gestão nesse período.

Em 2005, a gestão institucionalizou o Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima (CONAPAMC) (RIO DE JANEIRO, 2005)⁸³, por meio da delimitação de algumas Câmaras Temáticas⁸⁴. Com a missão de propor planos, programas e projetos “com o objetivo de garantir os atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção dos recursos naturais da APA de Macaé de Cima, visando ao desenvolvimento sustentável da região”(RIO DE JANEIRO, 2005), a formação do CONAPAMC não contemplou a UFT, o que parece ter se traduzido, na época, em um aumento da mobilização contrária à criação da UC.

Vale destacar, ainda, que entre 2006 e 2007, inúmeras movimentações sociais pediram a revisão e/ou à extinção do Decreto de criação da APAMC. Nesse período, o IEF (Instituto Estadual de Florestas) assumiu a gestão da UC com o apoio da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado do Rio de Janeiro) como resposta a essa mobilização (CARNEIRO *et al.*, 2010). Esse quadro de tensão⁸⁵ foi acentuado quando, em 08 de agosto de 2006, o projeto de Decreto Legislativo 71/2006⁸⁶, que previa revogar o decreto de criação da APAMC, foi protocolado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)⁸⁷. Tendo parecer contrário da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da ALERJ⁸⁸, o mesmo foi arquivado (ALERJ, 2007).

Apesar desse arquivamento, percebido como uma derrota por parte da população residente, a mobilização contrária à APAMC ainda permaneceu com uma força considerável, o

⁸² Pelo referido decreto, o *Plano de Manejo* deveria ser publicado 120 dias após a data de criação da APAMC. No entanto, ele só foi publicado após treze anos de existência da UC, em 2014.

⁸³ O Decreto Estadual 38.234 / 2005 está disponibilizado no Anexo 11, em que constam as instituições e associações que compunham sua primeira formação.

⁸⁴ Regimento interno, do Plano Diretor e Zoneamento, Sócio Ambiental, de Pesquisa e Documentação e, de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável.

⁸⁵ Rego (2010) relata fatos ocorridos numa reunião em julho de 2007, presenciada pela autora durante sua pesquisa de doutoramento, na Escola Municipal São Pedro da Serra, localizada no centro do distrito de São Pedro da Serra, convocada pela Associação de Moradores de Lumiar (AMOLA) por exigência do Ministério Público para que o IEF e a EMATER esclarecessem as populações locais sobre a APA e suas regulamentações. Em sua descrição, fica claro que as lideranças locais demonstraram repúdio em relação à APA, além do papel da UFT como um movimento de resistência e embate junto aos órgãos ambientais.

⁸⁶ Disponibilizado no Anexo 12 – *Proposta de Decreto Legislativo 71/2006* com o objetivo de revogar a criação da APAMC.

⁸⁷ O referido decreto era de autoria do deputado Alessandro Calazans.

⁸⁸ Parecer assinado pelo então deputado relator Paulo Melo em 21 de agosto de 2007. De acordo com o referido parecer “Por entender que a proposição encontra óbices constitucionais à sua tramitação, considero prejudicada qualquer análise quanto ao seu mérito. À vista do exposto, meu parecer é CONTRÁRIO ao Projeto de Decreto Legislativo nº 71/2006. Sala das Comissões, 28 de junho de 2007. (a) Deputado PAULO MELO – Relator” (ALERJ, 2007).

que culminou em uma audiência pública, ocorrida na ALERJ, no dia 17 de outubro de 2007. Convocada por meio de requerimento da Ação Rural de São Sebastião de Lumiar, da Associação de Moradores de Lumiar, da Igreja Presbiteriana de Lumiar, do Sindicato Rural de Nova Friburgo e da Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra (AMASPS) ao então deputado estadual Rogério Cabral⁸⁹, o objetivo era discutir a efetivação da APAMC na região. Estando presentes naquela ocasião, André Ilha, representando o IEF, além de inúmeros atores locais, as discussões, fundamentalmente, foram relacionadas ao pedido de revogação do decreto de criação da APAMC, constando como principais reivindicações:

[...] a rediscussão da criação da APA de Macaé de Cima, com a participação da sociedade organizada de Lumiar e São Pedro da Serra; a discussão de criação da citada APA precedida de estudo de impacto social; a realização de estudo econômico na região que aponte soluções para a geração de emprego e renda para os pequenos agricultores e seus filhos; a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades locais, tais como saúde, educação, lazer e cultura, e, em especial, um programa de combate ao uso de drogas (ALERJ, 2007).

Nessa movimentação, no ano subsequente, em 2008, teve início a reestruturação do CONAPAMC, por meio de reuniões com expressiva participação de inúmeras associações locais, inclusive daquelas contrárias à criação da UC.

Com base nesse breve exercício retrospectivo, é possível afirmar que um cenário de tensão caracterizou a fase de implementação da unidade, que perdurou até o ano de 2007. Pela apreensão de Boy (2010), nesse período, a atuação do órgão gestor teria sido orientada, fundamentalmente, pelas ações de fiscalização ambiental, quadro esse modificado a partir de 2007, tendo em vista a mudança para um modelo de gestão mais participativo⁹⁰. Esse modelo teria se traduzido, por exemplo, nessas ações voltadas à reestruturação do Conselho Consultivo, que, na leitura de Carneiro *et al.* (2010, p.50) teriam tido um rebatimento positivo “ao estimular a organização e a participação da população nas decisões públicas que lhes dizem respeito”.

Não se pode perder de vista que, em 22 de abril de 2009, através da Portaria do INEA número 35⁹¹, o CONAPAMC foi reestruturado. Das vinte cadeiras para conselheiros (em 2005), o Conselho passou a ser constituído por quarenta e duas. A entrada dos novos conselheiros teria possibilitado um ambiente diferenciado, tendo em vista que os coletivos organizados contrários à implementação da UC passaram a ter representatividade, o que pode ter contribuído para que o quadro de tensão fosse abrandado, atenuando iniciativas populares voltadas à revogação do

⁸⁹ Rogério Cabral, na época, presidia a Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira da ALERJ.

⁹⁰ Vale destacar que a partir de 2007, a UC passou a ter, pela primeira vez, um gestor-chefe, dedicado estritamente à gestão da APAMC, Carlos Henrique Martins Gomes.

⁹¹ Disponibilizado no Anexo 13 - Portaria do INEA número 35, de 22 de abril de 2009.

decreto de criação da APAMC nos anos subsequentes.

Ainda no âmbito da gestão, é importante enfatizar, também, que, entre 2010 e 2013, o *Plano de Manejo*⁹² foi elaborado pela Associação Mico Leão Dourado (AMLD)⁹³. Durante esse processo, várias oficinas foram realizadas nas mais diversas localidades da APAMC, das quais se destaca o I Seminário de Iniciativas Sustentáveis na APA Macaé de Cima, ocorrido em junho de 2011⁹⁴, que representou uma ação importante do CONAPAMC, pois seu objetivo foi divulgar informações sobre a UC e discutir questões de manejo na APAMC. Em 2012, outro processo representou um aprimoramento dos instrumentos de gestão participativa na UC, a segunda reestruturação do Conselho Consultivo da APAMC, que ocorreu através da Portaria INEA/DIBAP (Diretoria de Áreas Protegidas) no. 25, de 28 de maio de 2012⁹⁵, por meio da qual o número de conselheiros foi reduzido de quarenta e dois para trinta e dois (INEA, 2012).

Cabe ressaltar que, ainda que o texto do decreto de criação da APAMC, em 2001, indicasse que, em 120 dias o *Plano de Manejo*⁹⁶ seria publicado, o mesmo só foi finalizado 13 anos depois, no ano de 2014. Seu processo de construção envolveu inúmeras estratégias participativas, tendo sido, pela percepção de alguns entrevistados, um meio para o fortalecimento da UC, tendo representado, à época, um aperfeiçoamento metodológico para o órgão gestor, conforme apreensão de alguns atores:

o plano de manejo abriu uma situação que foi única dentro do INEA ... a gente trouxe a sociedade civil para dentro da sede da unidade onde a gente tinha a sede em dois mil e doze ... [...] e isso foi extraordinário dentro do INEA porque nunca tinha acontecido isso ... o zoneamento é feito dentro do escritório (G4)
porque eu efetivamente entendi qual é o conflito na época do zoneamento não estava resolvido e foi quando as pessoas exigiram que nós fossemos nas quinze comunidades para conversar e mostrar o zoneamento que as pessoas iam e queriam ver o limite da sua propriedade e aquilo pra mim foi assim muito difícil de conciliar porque isso já estava muito discutido tecnicamente com as duas equipes e isso já tinha sido apresentado no Conselho (C9)

⁹² Este é um documento técnico caracterizado como componente fundamental à gestão de todas as UCs. Tal plano deve ser formulado no prazo de cinco anos após a criação da UC, incluindo medidas para sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, à proteção de seus recursos naturais e culturais e a valorização de sistemas de organização e de representação social das comunidades locais (BRASIL, 2000).

⁹³ Trata-se de uma Organização Não-Governamental. “A Associação Mico-Leão-Dourado tem caráter científico-sócio-educacional e sua missão é promover a conservação da Mata Atlântica, situada na baixada costeira do estado do Rio de Janeiro, e toda sua fauna característica, em particular o Mico-Leão-Dourado (*Leontopithecus rosalia*). Com isso, a AMLD contribui também para assegurar a qualidade de vida de toda a população da região” (AMLD, 2016). A organização ganhou processo licitatório para a construção do Plano de Manejo da APAMC, tendo, anteriormente, feito o plano da Reserva Biológica de Poço da (AMLD, 2016).

⁹⁴ O folder desse seminário está disponibilizado no Anexo 14 – *Folder do I Seminário de Iniciativas Sustentáveis da APAMC*. Pela programação do evento, é possível perceber que o conselho buscou aproximar a população da gestão da unidade de conservação por meio de uma programação variada, que contou com oficinas, debates e mostra de filmes, entre outras iniciativas.

⁹⁵ Vide Anexo 15 - *Portaria INEA/DIBAP número 25, de 28 de maio de 2012*.

⁹⁶ Vale destacar que o Plano de Manejo foi publicado em seis módulos: Módulo 1 - *Plano de Manejo*, Módulo 2 - *Contextualização e Análise Regional*, Módulo 3 - *Análise da UC*, Módulo 4 - *Zoneamento*, Módulo 5 - *Planos Setoriais*, Módulo 6 - *Monitoramento e Avaliação*.

na época do plano de manejo ... assim ... buscou-se um processo mais participativo [...] houve aquelas oficinas algumas reuniões ... de alguns grupos né ... pra se discutir alguns aspectos do plano de manejo (C11)

Aprovado por meio da Resolução INEA no. 101, de 19 de novembro de 2014, percebe-se, nele, a noção da UC como um meio para a melhoria da qualidade de vida da população residente. Dentre as principais ações previstas, nesse instrumento de gestão, estão aquelas voltadas à educação ambiental, à fiscalização e ao fomento de pesquisas realizadas fundamentalmente em parceria com o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense (UFF).

De acordo com o *Plano de Manejo*, as ações também deveriam envolver o monitoramento de pontos turísticos com belezas naturais, ainda que esses fossem majoritariamente localizados em áreas privadas. É possível afirmar, tendo como base a pesquisa documental e a observação participante, que esse tipo de ação ocorreu de modo muito incipiente, nesses últimos quatro anos, entre 2014 e 2018⁹⁷. Nesse instrumento, vale destacar que foi previsto um Plano Setorial de Turismo voltado ao ordenamento das atividades e ao aprimoramento do turismo de base comunitária.

É evidente, pelas informações obtidas, que o período de 2007 a 2014, ainda que tenham ocorrido diversas ações voltadas à estruturação e renovação do CONAPAMC, é percebido ainda como um período em que as principais ações da gestão estiveram demasiadamente voltadas à fiscalização, conforme ilustra o depoimento a seguir:

a visão por um histórico em passado da APA ... a visão na região aqui ... da APA Macaé de Cima ... é de muita fiscalização ... entendeu? de uma coisa assim muito restritiva em termos de fiscalização ... isso afastou um pouco as pessoas de uma forma geral ... tanto o agricultor quanto o operador de turismo ... tanto como sitiante ou a pessoa do Rio que vem morar aqui por opção ... afastou um pouco aqui da nossa sede ... e é muito difícil você mudar um quadro ruim que foi plantado no passado (G3)

Além disso, é importante enfatizar a permanência de um gestor por sete anos à frente da UC, entre 2007⁹⁸ e 2014 e, na sequência, uma expressiva alternância de pessoas no cargo de chefe da UC, a partir de 2014. Nesse processo, em 2016, o CONAPAMC se posicionou contrário à exoneração de um desses gestores, cuja gestão envolveu muitas ações de planejamento territorial que visavam fortalecer o diálogo, a educação ambiental e a participação

⁹⁷ De acordo com a pesquisa documental das atas do CONAPAMC.

⁹⁸ Até esse ano, não havia um gestor específico para a APAMC. Isto é, entre 2001 e 2006, havia uma única pessoa no INEA-RJ (na época, IEF), que respondia pela gestão de todas as APAS estaduais fluminenses. Nesse contexto, o que se percebeu, inclusive na pesquisa de campo, é que no imaginário dos atores locais, o primeiro gestor e responsável pela APAMC teria sido o Carlos Henrique.

popular, conforme ilustrado pelo depoimento de uma conselheira:

na última gestão a APA chegou junto da escola sabe ... tanto levando os alunos para fazer oficina dentro da APA quanto levando oficinas pra dentro da escola quanto pegando aluno e fazendo tipo uma saída de campo entendeu? Visitas guiadas e tipo o gestor e os analistas ambientais saindo de trás das mesas onde só fica respondendo processo ... uma coisa completamente burocrática e indo conversar com as crianças e tendo assim ... como eu posso dizer? se despiando daquele rigor e daquele uniforme para poder falar de igual para igual (C12)

Além disto, era comum, nessa época, entre maio de 2014 e março de 2016, a presença do gestor da UC em reuniões de inúmeras associações locais⁹⁹. Além disso, um outro fato a se considerar, nessa breve contextualização, é que, desde a efetivação da UC, não se implementou, por parte da gestão da APAMC, um programa de ações estritamente voltado ao turismo, nem por meio da criação de Câmaras Temáticas ou Grupos de Trabalho no CONAPAMC. Mas, alguns eventos de turismo foram apoiados e/ou incentivados pela gestão, visando a proteção da natureza, e parece claro que o Conselho já atuou, ainda que pontualmente, em 2015, em uma ação voltada à melhora da paisagem turística em Lumiar, como ilustram os depoimentos a seguir:

a região é muito propícia ao turismo por conta da ... de tudo o que já falei ... o clima ... beleza cênica paisagística ... recursos naturais ... pessoal que pratica esporte ... a gente estava sempre apoiando os eventos ligados ao ciclismo ... as corridas rústicas ... eventos que não promoviam tanto impacto ambiental [...] eu acho que ainda se faz muito pouco pelo que sei pelo turismo daquela região (G4)
... um exemplo clássico que a gente tinha ... chegada da cidade em Lumiar a placa Lumiar cachoeira canoagem do lado ... de uma caçamba transbordando de lixo colocada na beira do rio ... porque as estradas são todas na beira do rio então os pontos são poucos ... de certa forma muitos pontos de coleta de lixo estão na beira do rio ... o *marketing* negativo daquilo ... você chega na cidade transbordando de lixo ... então teve essa tentativa também mas mexer com esse assunto mexe com a concessionária com a Prefeitura e interesses fortes também ... não é a coisa mais simples do mundo ... mas foi feito um mapeamento da disposição dessas lixeiras foi motivado provocada a concessionária aí o prefeito fez algumas ações tirou essa caçamba que tava lá nesse local (C8)

Nos últimos dois anos, a gestão da UC continuou a desenvolver inúmeras ações de fiscalização, sendo relevante destacar o programa “Olho no Verde”, voltado ao monitoramento ambiental da região com base em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) que emite alertas para que a gestão possa realizar vistorias mais precisas a fim de efetuar possíveis autuações. Além disso, nesse período, houve uma flexibilização do órgão gestor em relação à fiscalização do pousio, sendo permitido esse manejo mediante cadastro gratuito na sede da UC.

⁹⁹ O CONAPAMC se posicionou, oficialmente, por meio de carta direcionada ao INEA-RJ. Esse documento está disponível no Anexo 22 – *Carta de Repúdio à Exoneração de Victor Urzua do cargo de Gestor da APAMC*. Infelizmente, o pedido não foi deferido e a exoneração foi mantida.

As reuniões do CONAPAMC têm ocorrido com frequência bimestral, sendo sua renovação um dos assuntos em pauta, nos últimos meses.

4.5 Conflitos

Para se contextualizar brevemente os conflitos na APAMC, é fundamental, em um primeiro momento, reconhecer que a divergência de interesses entre distintos atores sociais caracteriza o ambiente social de qualquer área protegida, constituindo-se como um desafio permanente para articular a proteção da natureza às demandas sociais. Sendo assim, não é de se estranhar que estratégias de resolução e explicitação de conflitos, sobretudo as relacionadas à governança democrático-participativa, têm constituído temática recorrente no plano das políticas públicas voltadas a essas áreas (COZZOLINO, IRVING e SOARES, 2015).

É importante enfatizar, ainda, que, pela lente das Ciências Humanas e Sociais, os conflitos podem ser apreendidos como parte de um contexto de interação social entre grupos (TAJFEL, 1982)¹⁰⁰, considerando que “a percepção da realidade é diversa” para cada indivíduo (PLATIAU *et al.*, 2005, p.65)¹⁰¹. Quando a esta diversidade de percepções somam-se interesses divergentes entre indivíduos ou grupos, os conflitos emergem (PLATIAU *et al.*, 2005).

No contexto da APAMC, esses conflitos teriam sido originados no processo de criação da UC (MENDES, 2010)¹⁰², conforme anteriormente mencionado, por não ter sido realizada “consulta pública à população diretamente atingida e interessada nesse processo” (TEIXEIRA, 2009, p. 161). Além disso, uma limitada disseminação de informações sobre a UC e seus instrumentos de gestão, somada às autuações por crimes ambientais, teria originado um

¹⁰⁰ É relevante destacar os grupos sociais podem ser apreendidos como “conjuntos concretos que mediam a vida pessoal dos indivíduos e são por esses criados, geridos e transformados” (MACHADO e ROEDEL, 2001), sendo relevantes na interação entre os indivíduos. Isto porque os grupos sociais envolvem uma “interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum” (JOHNSON, 1997, p.217), ainda que esta identidade coletiva possa não ser amplamente reconhecida pelos próprios indivíduos. Tajfel (1982) define que os grupos podem ser delimitados com base em designações advindas de outros grupos, isto é, ao modo como um grupo é observado pelos demais grupos sociais, ou, ainda, com base no modo com o qual o grupo se identifica internamente (TAJFEL, 1982).

¹⁰¹ Sobre os conflitos sociais, Barbanti Jr (2002, p.2) menciona a existência de duas principais correntes principais de pensamento. Sob a égide marxista, “a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si”. Em contraposição a essa leitura, a “visão funcionalista credita a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível ‘resolver’ conflitos por meio da mudança nessas relações”. Neste sentido, para de buscar alinhar, brevemente, o entendimento sobre conflito, optou-se por compreendê-lo como um elemento constitutivo da existência humana, aproximando-se da “visão funcionalista”.

¹⁰² “Sua criação deu-se em cenário de conflitos e interesses divergentes, sem participação ativa de grande parcela da população local, que a veem como imposições governamentais de restrição aos seus direitos tradicionais. Tentou-se contornar os conflitos gerados mediante negociações políticas entre os diversos agentes envolvidos, porém sem obter muito sucesso, o que resultou num quadro permanente de tensões que perduram até hoje, oito anos após a sua criação” (MENDES, 2010, p.2).

ambiente de tensão em que “grupos interessados em assegurar a conservação do patrimônio natural conseguiram impor seus interesses e visão de mundo com a criação da APA em detrimento dos agricultores e pecuaristas, que passaram a ter de enquadrar suas atividades econômicas a normas até então inexistentes” (MENDES, 2010, p.9). Nesse processo, agricultores e outros atores sociais organizaram a *União das Famílias da Terra* (UFT), nesses anos iniciais, conforme anteriormente mencionado, com o objetivo de contestar a criação da APAMC:

[...] os agricultores assumiram a identidade de 'população tradicional'; passaram a lutar em defesa do 'direito de decisão' em relação às suas propriedades e ao território por eles ocupado há muitas gerações, garantia da reprodução de sua condição de produtores rurais. Organizaram movimentos reivindicatórios junto aos representantes políticos dos legislativos municipais e estaduais; criaram um movimento social - a 'União das Famílias da Terra (UFT)', que se autoproclama a 'a voz da população tradicional' em adesivos e em placas afixadas em vários 100 pontos das estradas; moveram ação junto ao Ministério Público contra o governo estadual e acionaram seus representantes na Assembleia Legislativa. Desta maneira, conseguiram suspender o processo de implantação da UC, tal como vinha sendo conduzido pelo órgão gestor estadual e buscaram adequá-lo a sua perspectiva (REGO, 2012, p.100)

É importante enfatizar que esses grupos interessados na conservação se organizaram em um coletivo denominado *Pro-APA*, conforme anteriormente contextualizado, que teve, também, um papel fundamental na fase de implementação da UC, agindo de modo a auxiliar a gestão da UC por meio, inclusive, de reuniões e oficinas na região para debater a importância da APAMC¹⁰³.

Vale ressaltar que, nesse contexto inicial de implementação, o conflito entre o órgão gestor (INEA-RJ) e a população local é evidenciado na medida em que iniciativas de fiscalização ambiental passam a se tornar mais frequentes no cotidiano, sendo a dinâmica do conflito variável de acordo com a mudança dos perfis dos chefes da UC.

Com base nesse panorama histórico inicial, um esforço de mapeamento dos conflitos

¹⁰³ Rego (2010, p.26) narra sua experiência em uma dessas reuniões, ocorrida em 2006: “Somente em janeiro de 2006 soube da existência da APA estadual de Macaé de Cima – criada por decreto do governador, em 2001 – numa reunião promovida pelo “Grupo Pró-APA de Macaé de Cima”, realizada no CEJMC [Colégio Estadual José Martins da Costa]. Nesta reunião presenciei, também, pela primeira vez uma situação demonstrativa do sério conflito entre os agricultores da região do 5º e 7º distritos de Nova Friburgo e os defensores da APA – autodenominado Grupo Pró-APA MC. Cerca de 10 moradores da localidade de Rio Bonito interromperam a reunião, manifestando sua desaprovação em relação à criação desta UC. Eles afirmavam que a APA estava provocando o empobrecimento e o esvaziamento de sua localidade. Reclamaram que os jovens estavam indo embora, pois não tinham condições de estudo nem de trabalho, e que eles não podiam mais plantar. Segundo eles, a preservação ambiental impedia a melhoria das estradas e dos serviços de transporte coletivo, assim como a expansão da eletrificação, deixando a localidade sem perspectivas de futuro. Disseram que lá só iriam ficar “os velhos e as crianças”. Depois de se manifestarem, provocando intenso e acalorado debate, marcado por troca de mútuas acusações entre os dois principais grupos envolvidos na disputa, eles se retiraram, mas suas divergências em relação à APA MC e ao Parque Estadual dos Três Picos (PETP), ao qual a APA MC se sobrepõe parcialmente, ficaram bem evidentes. E, a partir de então, se tornaram uma referência constante e determinante no processo de implantação desta UC”.

mais marcantes no contexto da UC foi realizado, tendo objetivo sistematizá-los, pela ótica local, ou seja, com base no material obtido durante a pesquisa de campo, disponibilizado no Quadro 13 – Matriz Síntese dos Conflitos na APAMC, a seguir.

Quadro 13 – *Matriz síntese sobre os conflitos na APAMC*

Descrição do Conflito	Depoimentos ilustrativos
Gestão da UC X População local Contexto de criação e implementação da APAMC, entre 2001 e 2007	”quem teve mais atuante, no começo, atuante negativamente ... foi o pessoal “ que levava na época o UFT ... União das Famílias da Terra ... aquilo foi uma pedra no sapato ... aquilo ali foi muito difícil né ... conflitos ... que levaram até em determinados momentos à agressão física ... isso na época do pro APA [...] Teve uma vez que nós fizemos umas oficinas ainda antes da APA do que/que era do quê que deveria ser a APA promovidas pela FEEMA na época [...] e o que o pessoal da UFT fazia? Piquetes ... pra não deixar as pessoas entrarem na reunião ” (C11) a partir do momento em que eu crio a Unidade de Conservação e proíbo -- você sabe disso... proíbo o uso do fogo por parte dos agricultores automaticamente eu estou -- e aí com isso eu cumpro eu estou cumprindo os objetivos por uma via coercitiva eu estou cumprindo os objetivos que são proteger a mata e as nascentes que é evitar incêndios florestais sim no papel e até na prática mas automaticamente que eu faço se eu faço isso numa região de agricultura como a APA Macaé de Cima né principalmente já na parte de baixo da bacia principalmente do Rio São Pedro por exemplo? Automaticamente eu induzo o agricultor ao uso de defensivos agrícolas né agrotóxicos... e aí eudescumpro o objetivo principal da Unidade de Conservação [risos] (G1) A capina né... a gente capina e não queima o cisco deixa ele apodrecer “ entendeu? É um meio de proteger a natureza e mesma coisa vem a Lei do Pousio da época dos nossos pais é um meio de proteger a natureza a gente já vai largando o brotinho pra criar uma capoeira para daqui a dez anos cinco anos cortá-la novamente. Respeitando os vinte por cento lá em cima na cabeceira das encostas né? É isso que eu vejo” (L3) chegou uma hora que o conflito aparece o conflito aparece porque os “ agricultores não se consideravam ouvidos não se consideravam ouvidos” (C9)
”TURISTAS e os “de fora X Moradores que se percebem como os “de dentro”, “da terra”, agricultores Diferentes modos de vida e práticas culturais, sendo o mais emblemático o uso de drogas pelos “de fora”. Conflito que se estabeleceu antes da efetivação da UC e que está menos acirrado .atualmente	o pessoal de fora foi na época eu acho também dessa década né setenta“ oitenta ... quando fizeram assim estrada vinha toda aquela questão do consumo ... as pessoas vinham e achavam que essas pessoas que vinham -- realmente devia haver consumo de drogas-- Isso também era muito chocante né pro pessoal da região né ... a época mais <i>hippie</i> né ... então acho que assim ... nessa época vinha essa galera também consumir drogas lícitas e ilícitas ... então eu acho que no início houve um conflito muito grande com os costumes ... a cultura local de quem vinha de fora” (C12)
Empreendedores turísticos e gestão da UC X Agricultores Parte dos agricultores percebem como positiva a pavimentação e a	a discussão... que não foi muito desenvolvida... mas que tava presente mesmo “ que assim subliminarmente é o conflito entre turismo e agricultura... [...] por exemplo... no caso... iam asfaltar uma estrada...[...] o pessoal éh... ambientalista... vamos dizer assim... que são de fora... que são neo-rurais... não quer asfaltar... porque tem uma percepção ambiental sobre o asfalto e a conservação do espaço e da vegetação... os agricultores... que são moradores ali da bocaina queriam o asfalto... isso não foi colocado como uma discussão de turismo x população local mas o não asfalto respondia também a uma imagem dos turistas que iam pra lá também como lugar de roça [...] eles não querem ver

ampliação da infra-estrutura urbana, enquanto outros atores, na contramão desse processo, parecem apoiar estratégias em relação ao controle dessa	asfalto em tudo que é lugar e que os neo-rurais -- que eu chamo neo-rurais todos os que moram lá e que não são de lá -- meio que comungam desse mesmo universo simbólico sobre o espaço... essa mesma valorização do espaço... como espaço roça... como espaço natural... como espaço verde... então aí que eu vejo um conflito... por exemplo turismo e população local...” (C1) está você vê aqui pra entrar uma torre de celular foi muito difícil as pessoas “ não queriam não queriam e existe os benefícios e... a parte boa e a parte ruim né” (C7) mas a especulação imobiliária eu acho que ainda é o maior problema APA “ Macaé de Cima [...] Eu cheguei a ter uma situação lá que o cara tinha o terreno de trezentos e sessenta metros ... e ele dividiu em três de cento e vinte ... aí eu falei ... mas o parcelamento mínimo aqui é de trezentos e sessenta ... ‘ah mas a gente faz um contrato de gaveta ... pô mas ninguém nunca vai conseguir vender’ ... ‘consegue sim ... vende de gaveta..’ ele ia construir três casas ... botar três relógios ...quer dizer ... aí começa aquela ocupação de forma aglomerativa ... aí fica igual uma favela” (G4) A especulação imobiliária entendeu que aí já vem outros fatores... o que acontece no turismo as pessoas vem pra cá respiram esse ar ficam maravilhadas e querem ter sua terrinha aqui sua casinha aqui na beira do rio todo mundo quer isso mas consequentemente isso acaba gerando impactos negativos para região” (L4)
Empresas de instalação de Centrais hidrelétricas X Associações de moradores (AMALUMIAR e ACISPS) e empresas de turismo de aventura População residente contrária às empresas que desejavam instalar de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) no Rio Macaé (2016-2017)	a criação das (PCHs) que ia acabar realmente com o turismo dentro do rio “ Macaé ... e houve uma mobilização muito grande ... éh ... da sociedade de uma forma em geral e principalmente das pessoas que operam o turismo ... na cara do rio Macaé ...” (G3) recentemente a gente também foi assolado por uma notícia horrorosa de intenção de construção de pequenas centrais hidrelétricas no Rio ... duas delas eram projetadas para serem construídas dentro da unidade de conservação ... e então foi feita uma ... vieram apresentar na APA ... e teve uma ampla negativa da comunidade ... a comunidade foi lá e disse não a esse empreendimento e de certa forma parte dele foi cancelado a empresa desistiu (C8)

Fonte: Elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa (2018).

Dentre todos os conflitos mapeados, os interesses divergentes entre o órgão gestor e os agricultores, que envolvem diferentes leituras sobre o manejo do solo, constitui o mais significativo, tanto na literatura acadêmica mapeada sobre a APAMC, quanto nas narrativas dos conselheiros, gestores e lideranças entrevistados em campo¹⁰⁴. No cenário atual, não se pode negligenciar que, esse conflito, originado no processo de criação da APAMC, passou a ser menos acirrado nos últimos anos, conforme ilustra o depoimento, a seguir:

Logo que o INEA se formou o termo INEA pra uma parte dos agricultores era como uma ameaça ...passar um carro do INEA era uma ameaça ...houveram várias reuniões na APA que os agricultores foram lá pra dizer que eles não eram bandidos que eles eram agricultores mas que estavam sendo tratados como bandidos pela polícia florestal que era ligada ao INEA secretaria de estado e tiveram casos muito

104 Parece haver, também, uma dinâmica interessante no CONAPAMC, verificada por meio da pesquisa documental e da observação participante, quando há um conflito mais acirrado ou latente, as reuniões do conselho ficam cheias, se o conflito não está explícito, há um esvaziamento.

emblemáticos de agricultores mais velhos estarem sujeitos a multas altíssimas que teriam que vender propriedade pra pagar e tal então isso teve muito hoje eu acho que mudou bastante as pessoas... e eu percebo isso quando eu estou lá durante dias de semana ...que as pessoas vão lá pra perguntar se pode fazer isso ou pode fazer aquilo isso é um avanço que eu considero imenso deles terem a consciência que é preciso se informar do que eles podem ou não podem fazer (C6)
pelo menos hoje nós encontramos mecanismos de convivência de ideias e propostas e projetos ... e me parece que a ideia de preservação do meio ambiente através de uma ferramenta como a APA está mais digerida por essa população (C11)

Talvez esse processo envolva, sobretudo nos últimos quatro anos, uma postura do órgão gestor diferente, com tolerância e maior flexibilidade em relação às atividades de fiscalização na área da UC, na medida em que foram pactuadas novas condutas, conforme descrito por um dos gestores:

hoje em dia existe uma visão do órgão ... não digo mais liberal ... em relação a fiscalização ... não é essa a palavra ... até difícil de encontrar ... mas existe uma visão mais educacional em relação a fiscalização ... no passado contava muito o número de autos de constatação que o fiscal dava ... era a meta que você tinha que cumprir ... hoje em dia não ... existe outros mecanismos legais que você pode impedir um delito ambiental sem que isso cause um conflito muito grande [...] o alicerce que foi criado no passado ... vai dar chance pra gente fazer um trabalho aí ... mais a nível de educação ambiental ... visando o menor conflito possível ... entre as pessoas que moram dentro da Unidade ... no caso ... uma Unidade sustentável e a própria Unidade ... trazendo as pessoas pra gente ... de uma forma que ... a gente tá aqui não é pra prejudicar ninguém ... muito pelo contrário (G3)

Mas, não se pode perder de vista que, ainda que os agricultores e demais moradores tendam a reconhecer a gestão e a sede física da UC como um meio para aquisição de informações em relação ao uso e manejo do solo, alguns atores percebem serem ainda incipientes as iniciativas de diálogo em relação aos programas de fiscalização, como o “Olho no Verde”. A maneira como esse programa tem sido implementado é percebido por alguns conselheiros como limitada em relação à necessidade de se aprimorar o diálogo com os agricultores, ilustrado pelo depoimento, a seguir:

[...] agora esse projeto novo “olho verde” ou “olho vivo” o que acontece:: vêm implementam uma medida ...uma medida que é fiscalizadora sem dialogar com quem vai ser fiscalizado e eles não querem nem dialogar... eu já fui lá e já perguntei eu já estava sem frequentar as reuniões quando eu soube do negócio do projeto e eu fui lá eu falei “gente eu quero um prospecto alguma coisa que me fale do que é esse projeto” “ah não temos” como não tem? “Ah isso aqui você vem na reunião que você vai saber” eu não quero ir pra reunião pra saber eu saber o que vocês estão fazendo aqui eu que fui conselheira quantos anos desde a formação desse Conselho não tenho como ter acesso ao projeto se eu quiser eu vou lá no site pra procurar? Isso é também com os agricultores daqui? E aí entra uma medida fiscalizadora sem mais uma vez sem conversar com a comunidade (C5)

Outras nuances também marcaram a dinâmica social da UC, como uma interação

conflituosa entre moradores e turistas, mais notável nas décadas de 1970 e 1980, com relação ao uso de drogas pelos visitantes em espaços públicos.

Considerando, ainda, o contexto da busca por poços de banho, a cobrança tornou-se, nos últimos anos, um tema de divergência de interesses, notadamente na esfera do CONAPAMC, cujo exemplo mais recente foi a implementação de uma guarita na entrada do Encontro dos Rios¹⁰⁵, que um dos principais e mais visitados pontos turísticos. Esse cenário ilustra uma realidade de conflito sobre o acesso aos balneários (beiras de rios).

Com base nesse breve mapeamento e, considerando a agricultura familiar como uma das práticas mais relevantes na UC, é descrito, a seguir, o contexto dessa atividade na região estudada.

4.6 Agricultura familiar

Reconhecendo que os agricultores familiares representam um grupo social relevante tanto no histórico de ocupação da região quanto na configuração socioespacial atual, nesse item será contextualizada essa prática na APAMC, por meio da interpretação da dinâmica da agricultura familiar pelo olhar dos atores sociais pertencentes à Associação dos Agricultores Familiares de São Pedro da Serra e Adjacências (AFASPS), único coletivo organizado de agricultura familiar, no território de abrangência dessa unidade de conservação, o que justificou, inclusive, a escolha desse ambiente para as estratégias de observação participante.

Assim, tendo em vista que os hábitos e experiências dos agricultores fornecem pistas para se interpretar essa atividade (CHEUNG, 2013), o objetivo, nesse item, é interpretar os significados na agricultura familiar pela ótica local, por meio da análise do material obtido durante as estratégias de observação participante na AFASPS e as entrevistas narrativas realizadas com três agricultores familiares que desempenham papéis relevantes na diretoria da referida associação, a fim de melhor descrever o ambiente social da UC.

Com esse direcionamento, primeiramente, cabe ressaltar, que, no âmbito das políticas públicas nacionais (BRASIL, 1996), os agricultores familiares são reconhecidos como aqueles indivíduos que desenvolvem atividades agrícolas em pequenas propriedades, menores do que quatro módulos fiscais¹⁰⁶; que utilizam, de modo predominante, mão-de-obra da própria

¹⁰⁵ O Encontro dos Rios situa no encontro do Rio Macaé com o Rio Bonito de Lumiar, ou seja, no ponto geográfico em que o Rio Bonito deságua no Rio Macaé e tem acesso facilitado pela RJ 142. Distante seis quilômetros do centro de Lumiar e com boa balneabilidade, constitui um dos principais pontos turísticos da região.

¹⁰⁶ “Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida

família; cuja renda do estabelecimento rural correspondente e a, pelo menos, metade do total da renda da família. Vale destacar, ainda, que silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária, nessas condições são, também, considerados como agricultores familiares pela ótica governamental, no Brasil (BRASIL, 1996)¹⁰⁷.

A região em que se insere a APAMC apresenta um panorama agrário com origem no estabelecimento da pequena propriedade agrícola, conforme anteriormente contextualizado. Além disto, os espaços rurais vêm sendo fortemente influenciados por novas formas de sociabilidade e de relações, decorrentes de um expressivo crescimento de atividades não-agrícolas no campo, tais como o turismo, que acabam por ressignificar o rural (MARAFON e RIBEIRO, 2006; CARNEIRO, 2008).

Além disso, não se pode perder de vista que a institucionalização da AFASPS ocorreu em 2011, em decorrência do interesse dos agricultores em ter acesso aos recursos do Programa Rio Rural (CALDAS, 2014), uma política do governo estadual, iniciada em 2008, com o objetivo de financiar projetos voltados à agricultura familiar, com recursos do Banco Mundial (RANGEL et al., 2016)¹⁰⁸, o que foi alcançado pelos associados, após a criação da Associação.

Sendo assim, a motivação para o estabelecimento da AFASPS decorreu, também, do desejo de alguns agricultores, à época, de assegurarem a sua representação junto às esferas da gestão da referida área protegida, mais notadamente, ao próprio Conselho Consultivo da APAMC, uma instância deliberativa de participação social (CALDAS, 2014).

Mas não se pode negligenciar, nessa breve análise, que, na região, desde a década de 1950, já havia uma cultura de associativismo dos agricultores mediada pela influência das comunidades eclesiais de base (entre os quais, merece destaque a comunidade paroquial

no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares" (BRASIL, 2018).

¹⁰⁷ No contexto brasileiro, vale ressaltar que a agricultura familiar representa uma prática essencial para o abastecimento de alimentos no plano nacional, sendo, portanto, um setor chave para o mercado interno, uma vez que responde por 50% da produção de alimentos que compõem a cesta básica do país (BRASIL, 2017). Além disso, a atividade constitui a principal ocupação em postos de trabalho no campo, sendo, também, fundamental à geração da renda para a população rural brasileira (BRASIL, 2017) e, por consequência, para o desempenho do país com relação ao processo de desenvolvimento humano e social (GUANZIROLI, 2001).

¹⁰⁸ Este programa esteve orientado pelo compromisso de apoiar práticas sustentáveis em território fluminense, para que os agricultores pudessem desenvolver ações para a preservação de nascentes, a proteção de matas ciliares, a conservação da biodiversidade, entre outras ações (RIO DE JANEIRO, 2018). Implementado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (SEAPE) e, da Superintendência de Desenvolvimento Sustentável (SDS), este Programa vem sendo desenvolvido desde 2007, em parceria com Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-Rio) e tem representado um caminho inovador para o desenvolvimento de novas práticas agrícolas em território fluminense.

católica denominada Ação Rural de São Sebastião de Lumiar¹⁰⁹, criada em 1953, segundo Schiavo (1997)), associadas à Igreja Católica e, também, aos movimentos de alfabetização e escolarização da população rural. Mas, apesar desses antecedentes, vale destacar que a AFASPS não possui vínculo direto com nenhuma organização de cunho religioso desde a sua fundação. Além disso, abriga, em sua composição, a representação do sindicato rural do município de Nova Friburgo, podendo, inclusive, emitir declarações voltadas aos direitos trabalhistas e previdenciários para os associados.

Um ponto importante a ser enfatizado é que, desde a época de seu estabelecimento, a referida organização passou a contar com uma adesão expressiva de agricultores, que, atualmente, somam oitenta associados e, que, em linhas gerais, desenvolvem práticas convencionais de produção agrícola, pautadas pelo uso de insumos e agrotóxicos, em uma lavoura mercantil de pequena escala, com destaque para as raízes, como a batata-inglesa, o inhame, a batata-baroa, além de couve-flor, batata-doce, banana, entre outros itens agrícolas. Estes escoam a sua produção principalmente para entrepostos agrícolas regionais, situados no município de Nova Friburgo (RJ).

Vale destacar, ainda, que a maioria dos sócios cultiva alimentos para o próprio consumo, como feijão, aipim, e milho, além de verduras e ervas medicinais. E, nessa dinâmica, a construção civil figura como uma segunda ocupação de parcela significativa dos associados, sendo, também, uma característica comum, na região, a pluriatividade, com a atuação de membros da família em atividades não agrícolas, como as de apoio em pousadas ou restaurantes, ou, ainda, na indústria de confecções, que vem se expandindo na região. Além disso, os próprios associados reconhecem que a associação é amplamente conhecida em sua região de atuação, além de atribuírem a ela um papel fundamental para a continuidade das atividades agrícolas em toda a região, conforme ilustrado pelos depoimentos, a seguir:

A associação é famosa. Todo mundo sabe que tem a associação (L5)
Se não tivesse a associação, agricultura teria acabado (L2)

Assim, para a investigação da agricultura pela ótica local foram delimitados três temas focais de análise, estabelecidos *a posteriori* da leitura em profundidade do material obtido, com o objetivo de se buscar interpretar, ainda que preliminarmente, os significados da agricultura familiar pela ótica dos próprios agricultores por meio da adaptação da técnica da *Análise de Conteúdo* (BARDIN, 2011), a saber: 1) *Nuances religiosas associadas às práticas da*

¹⁰⁹ Esta associação permanece até os dias de hoje vinculada à Paróquia Católica de São Sebastião de Lumiar, sendo ativa nos limites da APAMC.

agricultura familiar local, 2) Vínculo com a natureza e, 3) Contexto de interação com o turista. A síntese da análise realizada está no Quadro 14, a seguir.

Quadro 14 - *Matriz Síntese da análise das narrativas dos agricultores sobre a agricultura familiar*

Tema de Análise	Descrição	Depoimentos ilustrativos
<i>1) Nuances religiosas associadas às práticas da agricultura familiar local</i>	A noção de agricultura familiar traduzida em uma leitura de base cristã.	“é para você ter uma ideia outro dia tinha uma pessoa que ia... eu falei que eu ia colher o açaí ali né aí ela... eu ia cortar o palmito ia cortar mesmo “ah não que não-sei-o-quê que o senhor não pode fazer isso!”... eu falei “como não posso? Se eu plantei eu posso colher eu já plantei já semeei lá para os altos agora eu vou e corto aquela ali ué é assim que funciona” não é? É bíblico... “crescei e multiplicai-vos” “dominai todos os peixes todas as árvores” (L3)
<i>2) O vínculo com a natureza</i>	A natureza é entendida como parte da vida e do cotidiano do agricultor.	“e só ficou na lavoura quem amava de verdade... aquele cara que não amava a planta que não conversa com a planta que não conversa com a natureza ele simplesmente ele saiu...” (L5) “nós estamos dentro da natureza e a natureza ela está aqui para todos viverem dela” (L3) “se não fosse ... se o agricultor da região nossa fosse um agricultor devastador num teria se criado a APA de Macaé de Cima na nossa região por que ninguém ia começar a comprar sítio e plantar árvore criou-se a APA por que já existia uma preservação de mata muito grande como existe e uma preservação de nascente de rio e tudo mais que eu concordo que deve ser preservada e deve continuar essa preservação” (L5) “a área de preservação que sempre existiu meu avô preservava uma mata não deixava ninguém derrubar e a mata tá lá até hoje eu nunca vou ter vontade de derrubar ela por que é uma mata bonita eu gosto preservo a nascente pra quê que eu vou fazer isso?” (L5) “eu cada vez mais eu respeito a natureza tudo eu acabei de falar com você eu já venho nisso então eu já estou... eu converso com a natureza eu estudo a natureza eu tenho dias em que eu vejo coisas incríveis que ela oferece para a gente então cada vez eu respeito ela mais entendeu? Cada vez eu respeito ela mais” (L2)
<i>3) Contexto de interação com o turista</i>	A agricultura familiar interpretada como elemento de resistência cultural, em um contexto de interação com o turista.	“desde criancinha os pais da gente já sempre ensinaram a gente a gente já planta o inhame o milho o broto de um camboatá ou de um jacateirão aí a gente já vai mantendo ele crescendo... aí já vai vindo a capoeira a gente mesmo vai fazendo a capoeira e o turista não sabe disso ele não está aí no dia-a-dia para saber disso...(L3)” “eu acho que o turismo é uma forma só de aumentar a renda das pessoas na região aí o agricultor fica meio receado que o turista pode denunciar ou o que o turista pode falar ou você tá queimando alguma coisa que a queimada no Estado do Rio de Janeiro é proibida aí você vê um turista você vê que é uma pessoa que não é morador você também fica receado pô ... será que ele não vai me denunciar? Será que ele acha essa prática.. será cumé que ele entende a prática de queima?” (L5) “eles vão logo pegam o celular e denunciam a gente que está roçando mas a gente não sabem que a gente está precisando na

	verdade ...” (L2) “deixem a gente plantar é só o que a gente sabe fazer se a gente for retirado daí a gente vai morrer de fome é igual tirar o peixe fora da lagoa” (L2) “convivi com o turismo desde quando eu era criança eu estudava aí durante a semana eu estudava na escola aí depois da escola eu ajudava o meu pai na roça aí final de semana do lado da minha casa tem casa de turista aí eu tinha amigos né que eram do Rio de Janeiro e que vinham para cá quase todo final de semana aí eu já tinha contato com esses turistas desde criança” (L5)
--	---

Fonte: Elaboração própria (2018).

Por meio dessa síntese, é possível afirmar que o conteúdo expresso pelos agricultores envolve inúmeras nuances relacionadas à dinâmica sociocultural local, como a religiosidade cristã, o elo afetivo com a natureza e, a relação com o turismo. No quadro anterior, estão apresentados alguns dos trechos obtidos de depoimentos ilustrativos para cada um desses temas. Nesses fragmentos, em linhas gerais, se percebe a referência a textos sagrados pela ótica cristã, o reconhecimento da relação estreita dos agricultores com a natureza protegida da região e, a percepção do agricultor como detentor do conhecimento da dinâmica local em contraste com o turista que visita a região.

Por meio desse exercício de interpretação, os significados sobre a agricultura familiar parecem estar associados a inúmeras dimensões do cotidiano dos próprios agricultores como acontece com a religiosidade. Por exemplo, é comum nas falas dos agricultores familiares a menção a versículos da Bíblia. Além disso, a oração do Pai-Nosso constitui um momento prioritário para a abertura e o fechamento de todas as reuniões da Associação. A religiosidade é também expressa em *banners*, placas e *slogans* de camisetas produzidas, atualmente, pela referida Associação, tais como “Agricultor: instrumento que Deus deu para manter a vida” e “Família: instituição divina”, sobretudo quando relacionada a uma leitura cristã, inspirada no catolicismo ou no pentecostalismo, o que pode ter tido origem no histórico associativo dos agricultores, relacionado às antigas comunidades eclesiais de base, iniciado na década de 1950, conforme anteriormente contextualizado. Essa tendência está articulada com o sentido de religiosidade que se expressa, também, pelo significado da família para a coesão dos laços sociais locais.

Nesse movimento, um segundo fato a se considerar, na análise, é que a leitura local sobre a agricultura familiar parece transcender a sua percepção apenas como prática produtiva, traduzindo, inclusive, o próprio vínculo com a natureza da região. Foi possível perceber que a agricultura familiar é entendida como uma prática cuja vitalidade depende do laço afetivo entre o agricultor e a própria natureza. Assim, os agricultores se reconhecem, de certa maneira, como

guardiões da natureza e não apenas como usuários de recursos naturais da região.

Não se pode perder de vista, também, que essa atividade representa pela ótica dos agricultores da AFASPS, um caminho de resistência cultural aos processos de mudanças e transformações regionais principalmente associados à expansão do turismo, o terceiro tema focal de análise. Considerando-se o turismo como um fenômeno social relevante e complexo na dinâmica social local, sobretudo a partir da década de 1970, conforme anteriormente mencionado, pelas narrativas dos agricultores, é possível se perceber que, algumas vezes, o significado de agricultura familiar parece estar sendo construído como um contraponto à presença do próprio turista, aquele que vem “de fora”. Mas é importante também enfatizar que, em linhas gerais, esse turista é contraditoriamente percebido como um ator que contribui positivamente para a geração de renda e também, negativamente, como um ator exógeno que contribui para o acirramento de conflitos.

Em linhas gerais, a análise realizada, ainda que preliminar sobre a dinâmica local, parece indicar que os significados compartilhados com relação à agricultura familiar se traduzem por meio da religiosidade, do vínculo afetivo com a natureza e, das contradições reconhecidas na interação dos moradores locais com os turistas que visitam a região. Esse contexto percebido nos limites da APAMC traduz as múltiplas dimensões interpretativas e subjetividades associadas à prática agrícola.

CAPÍTULO 5 – AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MACAÉ DE CIMA (APAMC)

*“Então, o desenvolvimento da ciência segue este princípio espantoso: nunca encontramos o que procuramos. Acreditamos ter encontrado a chave, acreditamos encontrar o elemento simples e encontramos alguma coisa que relança ou reverte o problema”
(Morin, 2007, p.107)*

Para entender e refletir sobre o turismo na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APAMC), nesse capítulo, são discutidas as dimensões do fenômeno investigado, considerando a análise preliminar das informações obtidas na pesquisa de campo, tais como entrevistas e cadernos de campo. Desse modo, vale ressaltar, também, que os resultados são apresentados com base em grupos anteriormente mencionados no capítulo de metodologia, a saber, os conselheiros do CONAPAMC e demais lideranças que atuam na região da APAMC, os agricultores familiares¹¹⁰ e os cinco últimos gestores da UC.

5.1 Para orientar a análise

Em um primeiro momento, com base no contexto geográfico e histórico anteriormente mencionado, parece claro que a dinâmica social da UC tem sido marcada pela prática do turismo, desde a década de 1970. Não se pode negligenciar que no município de Nova Friburgo, como um todo, o turismo tem gerado divisas essenciais para a economia local, nas últimas décadas, o que resultou em uma expressiva rede de hotéis, além de atrativos turísticos consolidados (CEPERJ, 2012). Por essa razão, e, em decorrência do papel catalisador do município no plano regional, Nova Friburgo tem sido considerado, no âmbito das políticas públicas de turismo, como uma área estratégica, estando, atualmente, integrado a uma região turística denominada Serra Verde Imperial (TURISRIO, 2018)¹¹¹.

Assim, reconhecendo a importância dessa prática no plano local e, também, regional, é importante enfatizar que, na área de inserção da APAMC, a expansão do turismo envolveu fases distintas, delimitadas, no percurso investigativo, com base em um exercício retrospectivo, na revisão da literatura anteriormente mencionada e, nas informações obtidas durante o campo. Essas fases foram sistematizadas em uma Matriz Síntese, disponibilizada no Quadro 15, a

¹¹⁰ Não se pode perder de vista que os agricultores familiares foram identificados como lideranças, mas em decorrência da expressiva quantidade de informações obtidas por meio da imersão junto à AFASPS, esse recorte foi priorizado nas análises.

¹¹¹ Anexo 16 – Folder turístico da Serra Verde Imperial

seguir.

Quadro 15 - *Matriz síntese sobre o turismo na APAMC*

Década	Fases / Contexto
1970	Tendo em vista as péssimas condições para acessar a região, os turistas eram, sobretudo, aventureiros que acampavam em praças e demais espaços públicos. Havia um cenário conflituoso na interação entre turistas e moradores por conta da realização de festas, do <i>camping</i> em praças e coretos e do uso de drogas.
1980	Com a melhoria das rodovias, da rede elétrica e da telefonia, o perfil do visitante se modifica para grupos que realizam menos <i>camping</i> em áreas comuns e são percebidos pelos moradores como <i>hippies</i> e adeptos de uma cultura alternativa. Impactos ambientais começam a ser acentuados por conta da expansão das construções (casas, pousadas, restaurantes e equipamentos turísticos).
1990	O asfaltamento de algumas vias e a abertura de pousadas e restaurantes permite a chegada de um público diferenciado, com perfil de consumo mais urbano e que demanda maior infraestrutura, o que induziu uma especulação imobiliária com expansão de segundas-residências. Ascensão da pluriatividade entre os agricultores. Expressivos impactos ambientais como rebatimento da expansão urbana.
2000	O processo de expansão de residências secundárias é acentuado e os impactos ambientais, decorrentes do processo, se intensificam. A criação da APAMC é percebida, por parte da população, como uma vitória de turistas e ambientalistas (os “de fora”). As principais vilas (São Pedro da Serra e Lumiar) passam por um processo expressivo de crescimento da malha urbana.
2010 a 2018	Algumas iniciativas de planejamento do turismo, como o Circuito de Ecoturismo e Artes ¹¹² (em 2010), marcaram o período. Além das reformas das praças de São Pedro e de Lumiar, finalizadas em 2015 por meio do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo) ¹¹³ . A Gastronomia e os eventos culturais se destacam como novos fatores de atratividade e a dinâmica social se modifica com o recebimento de fluxos de turistas e de novos moradores/empreendedores da região dos Lagos ¹¹⁴ , o que resultou em um perfil de turista mais plural.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa (2018)

Por meio dessa sistematização, a primeira fase ocorreu na década de 1970, momento em que havia pouca estrutura urbana, viária e turística na região da UC, conforme ilustra o depoimento a seguir:

começa por Lumiar ... com aquela história da descoberta nos anos setenta ... hipongos... não sei que mais ... e aí quem era estrutura onde eles se apoiavam era pessoa local ... uma pousada como essa que eu acho que era a mais antiga de Lumiar ... aquela que fica bem no centrinho ali ... a Klein ... eu me lembro de vir pra ela ... no começo da década de oitenta ... ela era a única (L6)

É possível perceber que, a medida em que a infraestrutura urbana foi sendo ampliada, o perfil do turista foi passando por transformações, deixando de ser um público de mochileiros para um visitante mais urbano, oriundo, sobretudo, das regiões mais urbanizadas do Estado do

¹¹² Folheto desse circuito está disponibilizado no Anexo 23 – *Folheto com o mapa turístico de Nova Friburgo (2010)*.

¹¹³ Uma reportagem com informações sobre essas obras é disponibilizada no Anexo 24 - *Reportagem sobre a obra de Revitalização turística de Lumiar e São Pedro da Serra (2013)*.

¹¹⁴ A região dos Lagos é uma noção popular

Rio de Janeiro. E, que, a partir do asfaltamento da RJ 142, em 2006, entre Lumiar e Casimiro de Abreu, trecho conhecido popularmente como Serramar, moradores da região dos Lagos passaram não só a frequentar a UC como turistas, mas também a empreender e a se instalar na área da APAMC, fato descrito por alguns entrevistados:

quando a ligação de Lumiar pra Casemiro de Abreu foi feita ... em termos de asfalto ...
[...]
sem dúvida nenhuma foi um grande diferencial em termos de turismo pra região da APA ... tanto da pessoa que mora em Friburgo e que tem casa na praia ... como eles chamam? ... em Rio das Ostras ... ou qualquer cidade daquela ... que deixou de dar a volta toda e passou a descer por Lumiar e isso faz com que ela pare pra comprar alguma coisa no mercado ... pra levar lá pra baixo ... éh ...o turismo começou a ser desenvolvido nesse sentido de captar esse tipo de pessoa ... e vice versa ... do pessoal que sobe do litoral pra conhecer a serra (G3)
na época da construção da Serra-mar quando asfaltaram foi uma loucura ninguém queria aquela coisa e tal exatamente o medo era esse de chegar uma demandaE.... no entanto foi muito pelo contrário... o turismo na região só melhorou fortaleceu o turismo na região o turismo de qualidade você tem hoje um pessoal da Região dos Lagos baixada litorânea que procura ... que vem pela estrada Serra-mar (L4)

Além disso, o processo de expansão do turismo, em linhas gerais, esteve associado à conformação de um quadro social em que “os de dentro” se reconhecem como os residentes nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra, descendentes das famílias que tradicionalmente colonizaram a região, e os “de fora” seriam todos os demais grupos que passaram a influenciar a dinâmica social da UC, incluídos turistas, novos moradores, *neo-rurais* e pessoas interessadas na conservação, depreendida da leitura de REGO (2010) e, também, da percepção de uma conselheira:

então eu acho que o turismo tem que ser visto nessa interface aí de conflito que é uma coisa bem local... como se fosse a convivência de dois códigos... você tem o código da população local e o código do turista que é também visto como o código da conservação ambiental... o código do INEA... então o pessoal local meio que vê todo mundo junto né... são os turistas e os ambientalistas... o INEA (C1)

Não se pode perder de vista, também, que a expansão do turismo, nessas diferentes fases, envolveu significativas transformações na agricultura praticada na região, em diversos âmbitos: na questão fundiária, em relação ao parcelamento do solo, e, na ascensão e fortalecimento da pluriatividade (CARNEIRO, 1998; 2010; 2015). Parece claro que, a partir de 1980, “ampliaram-se as possibilidades de mercado para a produção agrícola na região e da oferta de trabalho para os jovens, com a expressiva ampliação da rede de restaurantes e pousadas”¹¹⁵ (CARNEIRO e PALM, 2015, p.7). Nesse contexto, os agricultores se envolveram com o

¹¹⁵ A rede de pousadas e restaurantes da época está ilustrada no Anexo 18.

turismo, sobretudo, por meio da criação de pousadas, da construção de casas para aluguel ou, ainda, prestando serviços como caseiros de casas de veraneio e/ou segunda residência, jardineiros ou pedreiros, conforme ilustrado pelo depoimento a seguir:

o turismo está tomando conta das atividades na região ... pequeno agricultor ... tem tanto assim? Já foi muito maior sem dúvida nenhuma ... e hoje em dia você sabe que você tá vendo muito mais o sujeito dividindo o terreno dele em cinco pedaços ... colocando cinco casas e alugando do que ... tramping na lavoura com enxada e seja lá com que for ... porque? porque ele tem mercado pra alugar ... e o que que gera o mercado pra alugar? é o turismo ... é a pessoa que vem no final do semana (G3)

Mas, também, não se pode perder de vista que alguns percebem que foram sobretudo os atores “de fora” que passaram a lucrar mais com a atividade, a partir da década de 1990, conforme ilustra o depoimento de uma conselheira, a seguir:

justamente por quem veio de fora ... que abriu um restaurante ... que abriu uma pousada ... ou que faz um serviço de eco turismo ... de rafting ... de caminhada ... (C12)

Com o objetivo de seguir contextualizando o turismo na UC, é importante ressaltar que o incremento da construção nas encostas e o aumento de efluentes domésticos *in natura* nos rios da região, a partir de década de 1980, resultaram em impactos ambientais significativos (CARNEIRO e PALM, 2015), ilustrado pelo depoimento de uma liderança entrevistada, a seguir:

a região cresceu nos últimos 20 (vinte) anos pra cá deu um bug no crescimento exatamente por isso porque todo mundo queria ter a sua casinha aqui... então começaram a se vender a especular e jogar um pouco isso na mídia mostrando que o lugar era belo... lindo e maravilhoso e acabou criando núcleos de crescimento não é nem da população não são as vezes pessoas que vem morar aqui é só ...pra ter casa aqui mesmo e isso é um grande perigo e ai você também não tem um sistema de tratamento de esgoto necessário pra poder preservar nossas águas porque aqui o maior tesouro é água (L4)

Associado à procura por casas para veraneio, ao parcelamento do solo, à especulação imobiliária¹¹⁶, o resultado dessa expansão urbana foi a emergência de inúmeros novos atores sociais que passaram a residir na região da APAMC, conforme ilustra o depoimento a seguir:

aqui é meio esquina do mundo ... você encontra pessoas das mais variadas matizes e naturezas por aqui ... desde pesquisadores até o viajante de estrada o artesão ... o estrangeiro ... isso é muito interessante a diversidade cultural que acontece aqui nessa região né ... agora que estão por exemplo um circuito de tem uma água muito boa e tem uma galera fazendo cervejas artesanais ... então aqui já foi de certa forma

¹¹⁶ No Anexo 19 – *Mercado imobiliário aquecido pelo imaginário da “natureza bucólica”*, são disponibilizadas imagens que sintetizam os principais elementos associados à especulação imobiliária e ao parcelamento do solo associados à expansão do turismo na APAMC.

integrado no circuito do turismo cervejeiro de pessoas que apreciam artesanais (C8)

No âmbito econômico, é importante ressaltar que projetos voltados ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais organizados pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), com origem nos anos 2000, acabaram por fortalecer roteiros e circuitos. Um resultado foi a criação do Circuito Turístico de “Ecoturismo e Artes”¹¹⁷ por meio das ações voltadas ao marketing turístico e à sinalização das vilas urbanas de Lumiar e São Pedro da Serra, em 2010, havendo, nessa época, um clima de entusiasmo em relação à expansão do turismo por parte dos donos de pousadas e demais equipamentos turísticos¹¹⁸.

Cabe ressaltar, também, que, entre 2014 e 2015, obras de revitalização turística dos principais equipamentos urbanos das vilas de Lumiar e São Pedro foram realizadas com verbas do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento do Turismo). Como não houve consulta à população, movimentações contrárias ao projeto ocorreram. Além disso, donos de pousadas perceberam uma queda no fluxo turístico durante a realização das obras. Mas, após a inauguração, o que se percebeu foi um crescimento expressivo do fluxo de turistas nessas áreas, com a abertura de novos comércios, sobretudo em Lumiar, o que pode ser percebido pelo seguinte depoimento:

tem um pessoal de Búzios também quer dizer... com essas obras... eu não vou colocar tudo na conta daquela obra mas aquela obra de fato ela atraiu um outro público né então com a atração de um novo público você tem novos empresários ocupando os espaços anteriormente tradicionais (G1)

Pode-se afirmar, ainda, que, nos últimos anos, o contato com a natureza, a procura por banhos de rios, cachoeiras (Figura 9, a seguir) e esportes aquáticos, a observação de pássaros e a prática de esportes radicais, como canoagem *rafting*, *trecking*, *mountain bike*, rapel e arvorismo constituem as principais nuances do turismo na APAMC, sendo os meses de maior visitação: janeiro, fevereiro, junho, julho e dezembro (INEA, 2014).

¹¹⁷ O principal *slogan* era “Visite Lumiar e São Pedro da Serra – Muita natureza e toda a paz do universo”. Informações básicas sobre esse circuito podem ser visualizadas no Anexo 23 – *Folheto com o mapa turístico de Nova Friburgo* (2010).

¹¹⁸ Algumas reportagens ilustram esse clima, como a disponibilizada no Anexo 20 – *Empresários investem no potencial turístico de São Pedro e Lumiar*

Figura 9 – Foto do Poço Feio em Lumiar.



Fonte: A VOZ DA SERRA, 2017.

Nesse contexto, é possível afirmar, ainda, que o rio Macaé representa um elemento fundamental para o turismo, não somente pela balneabilidade de vários trechos, mas também pela prática de canoagem nos meses em que o leito do rio está cheio (após período chuvoso), como sinalizado por um dos gestores entrevistados:

o rio Macaé é a grande artéria do turismo aqui (G3)

Mesmo considerando que parte do fluxo de turistas tenda a se interessar, prioritariamente, pelos poços de banho¹¹⁹ e áreas naturais, é importante enfatizar que a paisagem e o modo de vida rural representam, também, na atualidade, uma motivação, assim como o clima mais ameno característico da serra fluminense, como se pode perceber, pelos seguintes depoimentos:

A principal motivação eu acho que é a questão da natureza né... o frio... a natureza... a mata atlântica... junto com a região serrana né... toda essa questão... mesmo... paisagística né... uma paisagem bonita... zona rural... uma coisa meio bucólica... (C2) existe um turismo independente do rio Macaé em Lumiar ... por Lumiar ser Lumiar ... existe essa cultura que vem lá dos anos setenta ... tendeu ... que traz as pessoas pra cá ... aquela coisa do misticismo de Lumiar ...que bem ou mal é um viés de turismo (G3)

Sendo assim, ao que parece, as características urbanísticas de Lumiar e São Pedro também atraem visitantes, conforme é ilustrado na Figura 10, disponibilizada a seguir.

¹¹⁹ O mapa do Circuito das Águas com a indicação sobre os principais poços de banho procurados pelos turistas é disponibilizado no Anexo 21.

Figura 10 – Foto do Centro de Lumiar



Fonte: Elaboração própria (2018)

Ainda em relação às razões que têm motivado a visitação turística na APAMC, pode-se afirmar que, os turistas, estiveram, na origem do processo, motivados pelo desejo de vivenciar a natureza protegida e, que, até os dias de hoje, esse aspecto ainda representa uma das principais motivações para a visitação na região, como pode ser percebido em alguns depoimentos:

as pessoas buscam quando vão visitar a região... é a natureza preservada (C3)
 porque o turista que frequenta a nossa região... ele busca geralmente isso ele quer um lugar protegido bonito um lugar onde ele seja bem acolhido... onde ele possa apreciar a beleza que é a natureza em que ele já não encontra onde ele reside por isso ele frequentemente vêm visitar a nossa área, a nossa região (C4)
 o turismo que a gente vê aqui é basicamente ligado a natureza (G3)
 característica da região ela é a beleza cênica paisagística ... os esportes ao ar livre e ... a condição do clima da região muito propício ao turismo (G4)
 região as pessoas já procuravam aqui desde a década de 70 quando aqui era um colônia meio que hippie e tudo mais isso já era uma forma de turismo... e até mesmo essas pessoas que vieram nesse momento se instalaram na região foram montando suas pousadas e restaurantes e ainda mais se estruturou o turismo na região que é na verdade um turismo de natureza aqui a gente tem claro gastronomia e tal mas o forte aqui é a natureza (L4)

Teixeira (1998) sugere, ainda, que a canção de Beto Guedes, denominada “Lumiar”¹²⁰, elaborada na década de 1970, cuja letra exalta o caráter pacato, bucólico e rural da localidade de Lumiar, tenha sido um elemento de atratividade turística, nessa época. Tal leitura também foi compartilhada por um dos atores entrevistados:

houve um grande *boom* em Lumiar ... depois que o Beto Guedes gravou aquela música Lumiar ... que não tem anda a ver com a cidade de Lumiar ... ele já falou isso ... é uma

¹²⁰ A letra dessa música é disponibilizada no Anexo 16 – *Lumiar, Beto Guedes*.

outra situação em Minas mas que ... se adequaram ... e ... incrível mas é verdade ... éh ... e isso gerou um turismo (G3)

Assim, em linhas gerais, a busca pela natureza e, também, pelo modo de vida rural e “místico” foi fundamental para a expansão do turismo, nessas últimas cinco décadas. Nesse processo, e considerando, um recorte mais atual, ainda que em São Pedro da Serra e em Lumiar, o fluxo de pessoas seja expressivo aos finais de semanas e feriados prolongados, não parece ter se configurado um turismo de massa, sendo incipiente, por exemplo, a presença de ônibus fretados. Além disto, mais recentemente, os turistas que procuram a UC tendem a ser, cada vez mais, ecléticos em relação às motivações ou desejos, com um perfil mais plural, conforme ilustra o depoimento a seguir:

tem o sujeito que vem pra aventura do *rafting* ou da canoagem ...que é um público extremamente específico ... mesmo sujeito que vem pro passeio *offroad* ... que é outro público mas que pode se conjugar com o *rafting* ... mais ou menos o mesmo perfil ... e vem ... o ... o ...o ... é meio que um rótulo mas que exemplifica bem ... vem o bicho grilo ... que não tá afim de entrar num bote e descer o rio Macaé ... não tá afim de entrar num jipe e ficar sacudindo ... cheirando a diesel ... tá afim de ficar curtindo a natureza ... escutando os grilos entendeu ... ficando em Lumiar ... então ... aqui nessa reunião é muito eclético ... entendeu? ... tem o cara que vem que vai ter um show e ... ele vem só pra ver o ... é muito eclético (G3)

Mas, vale destacar que em localidades da UC, tais como Macaé de Cima, Galdinópolis, Rio Bonito, só para citar algumas delas, o turista tem de enfrentar acessos terrestres ainda não asfaltados e, além disso, não encontra infraestrutura turística (serviços de apoio, restaurantes, pousadas, dentre outros), o que resulta em um perfil diferenciado daquele percebido em São Pedro e Lumiar, mais restrito, direcionado também à observação de aves, conforme ilustrado por alguns depoimentos:

Macaé de Cima é um público mais direcionado à conservação ... pessoal que gosta de observar a área ... os pássaros ... é um turismo importante (G4)
o nosso negócio que é montado aqui em Rio Bonito de Lumiar é um lugar distante a estrada é ruim as pessoas que vem pra cá elas procuram uma outra coisa que não é aquele que vai pra Lumiar[...] Macaé de Cima eu acho que é ainda mais ainda que aquilo ficou meio que como um refúgio você ficar mesmo totalmente conectado ao *wi-fi* natural você desconecta e conecta... aqui em Rio Bonito você ainda tem uma vilinha uma coisa e tal agora tem um público que quer realmente o isolamento mas com conforto tranquilidade (L4)

Mas, ainda que existam especificidades do turismo nas inúmeras localidades da APAMC, é importante enfatizar, que, em linhas gerais, esse perfil poderia ser delimitado como a de um turista que reside em áreas urbanas e busca a região pelo desejo de vivenciar um cotidiano pacato, típico do interior, com uma exuberante natureza protegida, conforme pode ser apreendido pelo depoimento, a seguir:

o perfil do turista que vai pro território da APA de Macaé de Cima como aquela pessoa que tem o perfil que quer sair dos grandes centros que procura calma paz tranquilidade um local que relembre cidade do interior então assim uma pessoa que quer agito não procura o território da APA eu acho que são pessoas que procuram mais um descanso esse é o perfil que eu vejo agora em relação aquelas pessoas que compraram sítios para fazer pousadas hotel aí eu vejo que muitas dessas pessoas são pessoas que se aposentaram ou senão que resolveram realmente mudar de vida e pontualmente alguns novos rurais que já queriam almejavam já uma coisa mais ligada a terra então eles reúnem um capital e fazem esse tipo de investimento (G2)

Pode-se afirmar que, atualmente, o fenômeno do turismo dinamiza residências secundárias e pequenas pousadas com um público que, sobretudo, se constitui por casais e famílias que se organizam, em linhas gerais, para passar de dois a três dias na UC, conforme ilustrado pelo depoimento de uma liderança do setor de comércio de São Pedro da Serra:

a gente tem um turismo ... basicamente um turismo de descanso ... um refúgio de quem vive o estresse das regiões metropolitanas próximas que foge pra gente como foge pra Petrópolis ... pra Itaipava ... na linha mais da gente ... foge mais pra Mauá ... são os lugares pra onde o grande rio foge quando precisa mudar um pouco ... dá uma resetada no sistema ... faz um passeio de dois dias no máximo ... a gente raramente tem hospedagem superiores a esse tempo (L6)

Assim, de um modo geral, foram descritas algumas nuances para contextualizar o turismo praticado na UC, de modo a orientar a análise, que será apresentada a seguir.

5.2 A leitura local

Tendo como objetivo exercitar o que poderia ser reconhecido como *Psicossociologia do Turismo*, se buscou apreender as inúmeras dimensões do turismo, pela ótica local, com vistas a permitir uma compreensão mais integral sobre sua dinâmica na APAMC. Para tal, a interpretação envolveu uma investigação detalhada, a partir da leitura integral das informações obtidas por meio das entrevistas. Esse esforço de pesquisa permitiu sistematizar as narrativas em temas focais de análises. Nesse percurso, foram construídas Matrizes Sínteses, contendo os temas de análise, a descrição de cada tema, e os depoimentos ilustrativos, para cada grupo focal (conselheiros e lideranças, agricultores e gestores).

5.2.1 Pela perspectiva dos conselheiros e demais lideranças

A análise das narrativas dos atores locais que exercem representação junto ao

CONAPAMC e, também, daqueles que atuam em associações na região da UC¹²¹, foram essenciais para desvendar os significados do turismo pela perspectiva local. Nesse contexto, não se pode perder de vista que o CONAPAMC constitui um espaço de participação social significativo no contexto da UC, tendo sido efetivado em 2005 e, nele, parece ter havido, nesses 13 anos, uma incipiente discussão voltada ao turismo, conforme a apreensão de alguns conselheiros e gestores:

sobre o turismo... eu não lembro de ter uma discussão específica... sobre o turismo como uma atividade relacionada a conservação ambiental... eu acho que esse é um ponto chave que eu acho que não foi discutido...[...] depois da implementação tinham vários pousadeiros... não vários mas... uns dois ou três presentes lá né... éh... então... éh.... eles traziam o viés do turismo né... nas discussões que eram feitas dentro do plano mas eles não traziam a proposta de pensar o turismo local (C1)

na verdade eu vi a agricultura sendo discutida né mas o turismo não ... eu vi pouca representatividade assim dos empresários no conselho ... era praticamente inexistente (C12)

a questão do turismo no Conselho Consultivo não aparecia muito não... a discussão estava muito polarizada na questão da relação com os agricultores né eu não sei se os gestores anteriores trabalharam essa questão do turismo... eu posso te dizer que eu recebi a gestão não houve uma transição né e mesmo sem transição não havia ou não identifiquei nenhum programa anterior relacionado ao turismo que tivesse funcionado ou que estivesse em funcionamento eu não identifiquei pode ser que tenha tido alguma atividade eu realmente não sei. (G1)

muitas vezes essa questão do turismo eu acho que fica no inconsciente coletivo dos conselheiros e sempre não importando se é agricultor que está representando um setor da agricultura ou de uma Universidade sempre alguém comentava alguma questão do turismo (G2)

Para aprimorar a interpretação do turismo pela ótica dos conselheiros e das lideranças da APAMC, foram delimitados três temas focais de análise, estabelecidos *a posteriori* da leitura do material obtido, a saber: 1) *Religação com a natureza*; 2) *Encontro*; 3) *Geração de renda*. A síntese da análise realizada está disponibilizada no Quadro 16, a seguir.

Quadro 16 - *Matriz Síntese sobre turismo pela leitura dos Conselheiros*

Tema de Análise	Descrição	Depoimentos ilustrativos
1) <i>Religação com a natureza</i>	Como uma via para o fortalecimento da Educação Ambiental e da proteção da natureza na UC	“o turismo é um dos grandes contribuidores para que a gente possa trabalhar com nossos alunos a proteção da natureza se não se entende que proteger a natureza é algo necessário para a vida ao menos que se perceba que essa proteção ela é necessária por uma questão econômica porque as pessoas não vêm para cá por outros motivos senão apreciar essa área protegida que nós temos apreciar as nossas águas que são limpas há essa questão econômica e quando a gente traz isso e mostra pro aluno, que os pais estão relacionados economicamente com esse

¹²¹ Cabe ressaltar que as lideranças entrevistadas constituem atores locais que dirigem movimentos associativos na região da UC, mas não possuem cadeiras junto ao CONAPAMC.

		turismo, eles passam a olhar com outros olhos aquilo que eles tem sabem que é importante mas muitas das vezes não tem essa atenção devida porque o jovem vive num meio de Mata Atlântica preservada e ele pode achar que isso é natural quando na verdade é uma pequena parte que é protegida e nós tivemos a alegria de nascer nela e por isso que a gente precisa cada vez mais protege-la pra nossa vida e pra vida do que traz a economia o que movimenta a economia que é esse turista e essa é a pessoa que vai contribuir para a formação das novas gerações” (C4) “tanto com as pessoas que estão te recebendo quanto que a própria natureza proporciona ... a energia do local ... você volta melhor e com aquele sentimento de querer proteger [...]esse turismo de contemplação né esse turismo que a gente fala de atividades contemplativas de você olhar para o verde e olhar pra natureza isso já causa um bem né ... enorme no indivíduo” (C12) “Eu acho que a questão mais positiva é o turista se colocar em contato com os recursos naturais que são belíssimos naquela região... tanto de águas como de floresta e também essa diversidade de cultivo... tem gente que vai lá e nunca tinha visto uma lavoura de inhame até come inhame mas nunca tinha visto... eu acho que essa experiência com a natureza é que eu considero mais positiva” (C6)
2) Encontro	Na interação com o turista, o turismo é percebido como um encontro na diversidade.	“Eu acho que é uma oportunidade incrível das pessoas de trocarem de conhecerem de visitarem de terem novas experiências de conhecerem novas culturas outra natureza eu sou uma turista bem humorada apesar do turista sofrer bastante mas eu acho assim o turismo é uma coisa essencial na vida das pessoas porque vem da coisa da gente ter sido nômade durante muitos anos durante milhares de anos e eu acho que a gente ainda tem esse espírito de turista de gostar de conhecer de ter novas experiências então eu acho que o turismo na vida de uma pessoa também é uma coisa muito importante até para uma renovação o mundo é feito de uma forma de uma diversidade enorme então eu acho que o turismo propicia essa visão de diversidade de conhecer coisas diferentes pessoas diferentes culturas diferentes naturezas diferentes formas de agir diferentes” (C5) “os jovens da escola eu percebo que eles não valorizam esse patrimônio como quem vem de fora valoriza ... eles não tem noção da riqueza ... então eles sempre assim enxergam que o de fora é melhor [...]eu já fui adolescente aqui e sei que a programação cultural não é voltada para eles ... esse nada ... eles começam a ver que é tudo porque tem gente vindo de fora e valorizando ... a água ... a natureza ... a tranquilidade que é você dormir de porta aberta deixar seu carro aberto e não acontecer nada ... então eles não tem noção disso porque eles não viveram o outro lado [...]o turismo como um todo é muito mais abrangente do que só uma atividade econômica” (C12)
3) Geração de renda	Turismo percebido como atividade econômica	“o turismo é uma das alternativas de desenvolvimento da região” (C8) “eu vejo o turismo como uma grande opção pra uma atividade econômica pra região em que você consiga gerar uma sustentabilidade para que você consiga fixar mais o homem à terra e que você tenha nas características naturais da região um atrativo que faça com que as pessoas tenham o interesse de preservar aquela área ... pela sua própria beleza natural ... pela sua característica [...] aliás eu vejo como a única alternativa viável que combine uma atividade econômica ... geração de renda com preservação do meio ambiente” (C11) “e sempre achei o turismo uma atividade relevante mas o meu olhar era

		muito mais pra parte econômica né ... porque sempre achei que o turismo pudesse ser assim uma solução pra região [...] quer coisa melhor você poder morar e viver né gerar renda ali dentro não precisar sair dali ... e ao mesmo tempo você promovendo a proteção desses recursos você vai estar permitindo que o turismo se mantenha” (C12) turismo pra mim é uma forma de fomentar trabalho e renda [...] hoje Lumiar hoje sem turismo não é nada... o que sustenta economicamente Lumiar? Comércio? Sim mas porque é que se sustenta no comércio é o turismo... é a agricultura? Não se sustenta... talvez sustente até a própria agricultura talvez o turismo sustente a própria agricultura interna aqui (L4)
--	--	---

Fonte: Elaboração própria (2018)

O primeiro tema de análise, *Religação com a natureza* se refere à leitura do turismo como uma via para se atribuir valor e significado à natureza, o que parece ser uma dimensão relevante do turismo vivenciado na APAMC. É importante ressaltar ainda que a prática do turismo se traduz como um meio para que sejam fortalecidas estratégias de educação ambiental na UC.

O segundo tema de análise, *Encontro* se refere à percepção de que o fenômeno turístico envolve o encontro entre atores sociais diferentes, no qual os sonhos, as expectativas e os imaginários estão em jogo, assim como evidencia a dimensão relacional do turismo na UC. Ou seja, a percepção do turismo como um fenômeno que se traduz em movimentos culturais que tendem a transformar, significativamente, o cotidiano dos moradores.

Nesse movimento de reflexão, é importante enfatizar ainda que, para uma liderança da localidade de Macaé de Cima, o turismo é percebido como um fenômeno cujo resultado foi a ruptura dos laços de coesão social, sobretudo na localidade de Macaé de Cima, conforme ilustrado pelo depoimento a seguir:

a população local tradicional de Macaé de Cima, a população tradicional de Macaé de Cima está desaparecendo. Macaé de Cima é como se fosse um cemitério, quase. É tudo [faz gesto e som de sopro com a boca]. É uma área muito grande. Aqueles núcleos familiares se fragmentaram, né, começaram a se dispersar, e as áreas foram ocupadas por pessoas de fora (L1)

Além disso, com relação ao terceiro tema de análise, *Geração de Renda*, esse se refere a uma leitura do turismo como um fator de geração de divisas. Nesse contexto, parece haver uma percepção muito voltada à lógica do mercado, principalmente das lideranças do setor do turismo. Para esses atores, o turismo é uma atividade econômica que deve ser melhor planejada na UC, com o objetivo de gerar renda para a população residente.

5.2.2 Pela ótica dos agricultores familiares

Conforme contextualizado anteriormente, o turismo impacta, também, a dinâmica da agricultura na região, sendo a pluriatividade no campo uma das características mais notáveis na UC. Cabe ressaltar que turismo é percebido, pelos agricultores, como um elemento essencial para a renda, tendo em vista que eles têm se envolvido com a construção civil, com a dinâmica das pousadas, com os aluguéis de casas de veraneio, com os restaurantes e, ainda, com o comércio varejista. Com base no esforço de análise das informações registradas durante a pesquisa de campo, foram delimitados três temas de análise: 1) *Expropriação de territórios*; 2) *O encanto pela natureza*; e 3) *Geração de renda*, descritos no Quadro 17, a seguir:

Quadro 17 - *Matriz Síntese sobre turismo pela leitura dos Agricultores*

Tema de Análise	Descrição	Depoimentos ilustrativos
<i>Expropriação de territórios</i>	A noção do turismo como uma prática que levou muitos agricultores a perderem suas terras	“Benfica... São Pedro... Bocaina essas áreas para aqui Santo Antônio Barra Alegre não foram vendendo... e em Rio Bonito e Macaé eles foram comprando as terras oferecendo empregos para os jardins... mais do que dava a lavoura e eles foram se entregando e nisso eles foram comprando e os outros agricultores pequenos eles foram dominando... aonde aqui eles não tiveram essa chance né entendeu? (L3) o turista negativo é aquele grandão que compra aí cerca o terreno dele entendeu ninguém entra mais ali vou preservar isso aqui e pronto e começa a denunciar os outros esse é o negativo esse é triste o que aconteceu em Rio Bonito e Galdinópolis e naquela área para lá... mas aqui eu tenho fé em Deus que não vai acontecer isso não...(L2)
<i>2)O encanto pela natureza</i>	Deslumbramento pela natureza, vinculado ao imaginário urbano	“quem vem quem vem uma vez não esquece jamais eles vão voltar sempre essas matas que nós preservamos tá que já foi dito: nós preservamos isso aí porque hoje quase que digamos 80% dos sítios está trabalhando só em 20% 80% (oitenta por cento) já virou reserva entendeu? Já quase não tem mais ninguém trabalhando então ele chega aqui e ele vê uma paisagem dessa aí minha filha... mexe com a alma mexe com o coração mexe com a mente mexe com ele por todo ele ele já quer ficar aqui...” (L2) para eles é um divertimento aquilo colher a laranja lá no pé...(L3)
<i>3)Geração de renda</i>	Turismo percebido como atividade econômica	“É... o forte do positivo aí é a construção civil porque a maioria dos turistas ele vem gosta compra um pedacinho de terra e constrói a sua casinha aqui entendeu? Esse é o turista positivo” (L2) “nunca tive problema com turismo aqui na região eu vejo o turismo na região como uma forma de ... aumentar aumentar a população e também aumentar a renda de pessoas né conheço várias pessoas e também eu e meu pai a gente trabalha e constrói casa às vezes até para alugar para turista então no meu pensamento o turismo em São Pedro da Serra e ... pelo menos em São Pedro da Serra que é um distrito que está dentro da APA Macaé de Cima o turismo ajudou a crescer muito o lugar” (L5)

Fonte: Elaboração própria (2018)

Parece claro que os agricultores percebem ter havido um processo de expropriação de territórios dos agricultores tradicionais no alto curso do rio Macaé, nas localidades de Macaé de Cima e Cabeceiras. Pois, pela ótica desses atores, em Lumiar e São Pedro da Serra, poucos deles teriam vendido suas terras para “os de fora”, estando as famílias tradicionais até hoje no controle da dinâmica econômica, sendo os principais donos de empresas, comércios e indústrias. Nessas localidades, os agricultores teriam elaborado seus próprios meios de “controle” dos aluguéis, selecionando, inclusive, o tipo de turista que desejam receber em sua região.

Com base na análise realizada, parece haver uma percepção de que o turismo constitui uma fonte de renda fundamental para os agricultores da região. Além disto, vivenciar a natureza seria uma das principais nuances da prática do turismo na UC. E, um outro tema de análise foi o acesso à terra, sendo o turismo apreendido como um fenômeno de expropriação de territórios, quando envolve a ruptura do modo de reprodução cultural e social dos agricultores, como ocorrido na localidade de Macaé de Cima.

5.2.3 Pela percepção dos gestores

Para investigar as dimensões do turismo pela ótica dos gestores da APAMC, foram delimitados cinco temas focais de análise, estabelecidos *a posteriori* da leitura das informações obtidas, a saber: 1) *Expropriação de territórios*; 2) *Via possível para o desenvolvimento sustentável na UC*; 3) *Desafio para implementar os objetivos da UC*; 4) *Geração de renda*. A síntese da análise realizada está disponibilizada no Quadro 18, a seguir.

Quadro 18 – *Matriz Síntese do turismo pela ótica dos gestores*

Tema de Análise	Descrição	Depoimentos ilustrativos
1) <i>Expropriação de territórios</i>	Prática que intensifica mudanças culturais complexas que envolvem, inclusive, a expropriação de territórios e a ruptura na reprodução	“O fato de você ter lá na bacia do Rio Bonito praticamente todos os terrenos vendidos para gente de fora e você ter uma população que mora agora que antes tinha terra pra burro e hoje em dia tem uma hortinha de 3 X 4 (três por quatro) isso deve ser horrível para a pessoa... e as novas gerações que não tem não vão ter nada... os filhos dessas pessoas não vão ter absolutamente nada que dizer os filhos já não têm nada os netos não vão ter” (G1) “eu observo que atualmente nos últimos anos a maioria dos empreendedores no setor de turismo eles são de fora a maioria são de fora e muitos desses empreendedores eles adquiriram sítios fazendas principalmente dos moradores historicamente de lá e que a maioria virou caseiro ou funcionários das pousadas... eu acho que é importante refletir sobre essa questão de que

	social de alguns grupos	turismo que se quer pra APA onde as pessoas que já estão lá há mais de 100 (cem) anos tornaram-se funcionários das pessoas de fora... isso a gente pode considerar como um desenvolvimento sustentável?” (G2) “Se as pessoas têm o quê? Têm uma moto um carro... enchem a cara de cachaça... assim falando “grosso modo”... por quê? Porque eles entram em contato com uma cultura que não é deles e que eles querem ser iguais... isso não fui eu quem disse não foi morador de lá.[Rio Bonito de Lumiar].. “a gente quer ser que nem esse pessoal de Niterói... que chega com um carrão e não sei o que...”... só que eles e não têm... “as mulher vêm aqui não sei o quê...” na palavra dos caras lá dos caboclos lá... “Ah as mulher vêm aqui fica bêbada perde a linha aí a gente fica bêbado também”... as crianças de dez anos onze anos doze anos bebendo pinga sábado meio-dia... eu prefiro que a mata... assim não sei se você vai botar isso aí mas entre uma criança de onze anos bêbada na sarjeta numa comunidade rural moradora local eu prefiro que queime dez hectares... prefiro... porque a mata ela volta ela regenera mas a comunidade não.” (G1)
2) Via possível para o desenvolvimento sustentável na UC	A noção do turismo como uma solução para a gestão da UC	“... a partir do projeto Caminhos da Serra do Mar a gente poderia integrar todos os outros planos setoriais que estão no plano de manejo da Unidade de Conservação né sobretudo a agroecologia a cultura trabalho e renda né e restauração e aí criar cadeias né e fluxos de pessoas e mercadorias e produtos que retroalimentassem então a pessoa ao mesmo tempo que ‘descolar’ um dinheiro né um ‘extra’ ela também estaria se adequando fazendo a adequação ambiental da sua propriedade estaria reduzindo a quantidade de veneno ou não utilizando” (G1) “o turismo já falei eu acredito como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável agora é uma questão que leva tempo principalmente de conscientização” (G2) “o motor do turismo aqui ... na APA de Macaé de Cima é ligada à natureza ... então não existe um interesse em ferrar com a proteção ambiental visando o turismo” (G3) “Tudo de bom porque quando você tem um turista que tem sensibilidade com as questões ambientais ... que sabe dos problemas ambientais que o planeta está passando ... e tá sensível a essa situação ... éh::: ... o turista vamos supor fazendo uso público da Unidade caminhando nas trilhas e nas estradas ele acaba inibindo práticas danosas ao meio ambiente porque passa a ser olhos da Unidade no campo já que a gente não tem essa quantidade de olhos necessário para estar em todos os lugares ...” (G4) “um caminhante que pode pernoitar a casa dele e agregar valor ao que ele já faz ... ele não precisa parar o que ele já faz ... ela pode continuar produzindo agricultura ... enfim mel ... pode agregar valor e até o desenvolvimento de práticas sustentáveis de agricultura né ... porque aí você ... melhora o solo ... enfim ... água e floresta” (G4)
3) Desafio para implementar os objetivos da UC	Fenômeno considerado como um problema para a proteção da natureza	“o outro turismo é o turismo desenraizado vou chamar de desenraizado que é o turismo de fim de semana e o turismo do pessoal dos carros é o turismo do pessoal dos restaurantes é o turismo do pessoal que não tem vínculos que não cria laços com o local que vai consome o local e vai embora a experiência dele é uma experiência muito superficial e parcial esse turismo esse tipo de turismo o meu interesse nesse tipo de turismo era me articular

		era articular com a Secretaria Municipal de Turismo um ordenamento junto com os operadores das diversas atividades sentar... gestão da Unidade de Conservação Secretaria Municipal de Turismo operadores... vamos organizar? “operadores o que que está faltando?”... “operadores a gente precisa que vocês não façam mais isso”... “operadores vamos pactuar vamos organizar?”[...] se não favorecer o protagonismo dos atores locais a gente vai estar reproduzindo mais um modelo perverso de turismo (G1) “o operador do turismo que muitas vezes ... toma alguns certos tipos de atitude que o operador acha que é bom mas que foge um pouco do parâmetro de lei ... mas cabe a nós orientá-lo pra ele continuar exercendo a função dele ... continuar ganhando dinheiro e ao mesmo tempo jogar junto ... fazer um trabalho em conjunto com a APA visando sempre a linha principal que é proteção ambiental [...]tem muita gente ... muito empreendedor que sabe muito bem o que tá fazendo ... que sabe muito bem que ali existe uma faixa marginal por exemplo ... que ele pode ou não pode construir e que ele constrói e vê o que que acontece ... e aí quando a ação de fiscalização acontece ... ele chora ... é muito comum acontecer isso ...” (G3) “o turismo ordenado direcionado eu acho que é muito positivo ... o desordenado é um risco muito grande você ... a gente tinha lá ... entre aspas informações de turismo de caça ... esse turismo é pernicioso ... esse turismo não é desejável em Unidade nenhuma [...] Na área de Rio Bonito de Lumiar ... a gente combateu isso durante um tempo ... chegou a conduzir infratores à delegacia mas é muita gente praticando a caça e pouca gente para inibir isso” (G4)
4) Geração de renda	Turismo percebido como atividade econômica	“a APA Macaé de Cima ela pode ser uma marca que valorize os produtos locais e o turismo local também...” (G1) “o turismo pode ser uma atividade econômica que gera emprego e renda pro território da APA Macaé de Cima” (G2) “eu vejo como uma grande saída pra Unidade e pra comunidade do entorno [...]... então gera uma roda na economia no desenvolvimento local muito grande ... muito grande ...” (G3)” “eu enxergo o turismo é uma oportunidade de geração de emprego e renda de forma sustentável para aquela região [...]geralmente nos sertões geralmente tem as pessoas que moram nos sertões ... eles podiam ter um ambiente que abrigasse esse turista né ... e essas pessoas que abrigassem esses turistas iam ter uma nova forma de geração de renda ... não precisava nada excepcional mas se tivesse um quartinho ... um ambiente dentro da casa dessa pessoa que ou do lado de fora que abrigasse esse turista seria mais uma forma de geração de renda” (G4)

Fonte: Elaboração própria (2018)

Com base nesse esforço de sistematização, foi possível perceber que os gestores da UC expressam diferentes olhares sobre o turismo. Um primeiro tema focal mapeado se refere à noção do turismo como um vetor de expropriação de territórios, que incide negativamente na reprodução social de diversos grupos que residem na região, sobretudo, dos agricultores nas localidades do alto curso da bacia do Rio Macaé (localidade de Macaé de Cima e de Rio Bonito

de Lumiar).

Outro fato a se considerar nessa análise é que parece claro haver uma leitura contraditória sobre o papel do turismo na gestão da UC. Isso porque o fenômeno turístico ora é percebido como um vetor para a efetivação de estratégias voltadas à conservação da biodiversidade, ora é apreendido como um obstáculo para o manejo sustentável da APAMC. Por último, cabe ressaltar que os gestores também percebem a importância do turismo como atividade econômica na região.

5.3 Decodificando o turismo na APAMC

A análise realizada nesse capítulo se inspirou na apreensão de que o turismo envolve inúmeras dimensões da vida social e que, por isso, se traduz em uma dinâmica complexa. Essa dinâmica envolve as expectativas dos turistas, que na APAMC se referem, sobretudo, à natureza protegida, e, também, as subjetividades produzidas sobre o turismo pelos inúmeros atores locais.

Nesse percurso, algumas reflexões parecem ter sido relevantes. A primeira delas é que, em linhas gerais, a reprodução social das famílias rurais parece estar associada à dinâmica econômica e de geração de renda do turismo, principalmente nas áreas mais ocupadas, notadamente São Pedro da Serra, Lumiar, Benfica e Boa Esperança, uma vez que, nessas áreas, de modo geral, a população local manteve-se como proprietárias das terras.

Outra questão a se considerar é que a maneira como o turismo se expandiu está associada a alguns aspectos percebidos como negativos pela maior parte dos atores locais, tais como a expressiva quantidade de resíduos despejados nos poços de banho, os problemas relacionados ao tráfego nas áreas urbanas, a frequência de eventos culturais que promovem ruídos indesejáveis no cotidiano local, além do crescimento da construção civil em áreas de mata ciliar, só para citar alguns exemplos. Esses problemas teriam sido resultado da ausência de planejamento do setor, por parte tanto do poder executivo municipal, quanto da gestão da UC, pela leitura dos atores locais.

Além disso, outro fato a se considerar é que, ainda que o comportamento dos turistas tenha sido percebido, na origem do processo, como exótico na dinâmica local, muitos atores vêm compreendendo o turista como um ator relevante para um diálogo e, também, para a construção de pactos sociais que visem o planejamento do turismo em bases sustentáveis.

Considerações Finais

POR UMA LEITURA MULTIDIMENSIONAL DO TURISMO: ARGUMENTOS EM FAVOR DE UMA *PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO*

“ [...] a matéria-prima do turismo é o sonho”
(IRVING, 2015, p.52)

A tese representou um exercício de reflexão acadêmica no sentido de se buscar gerar subsídios teóricos e, também, metodológicos, em bases interdisciplinares, para o estudo do turismo como fenômeno social, contemporâneo e complexo. Para tal, se buscou argumentar em favor do fenômeno turístico como objeto das Ciências Humanas e Sociais. E, com esse entendimento, a Psicossociologia representou uma lente privilegiada para a apreensão do objeto de estudo.

A interpretação do turismo, por essa perspectiva, representou, também, uma aventura acadêmica para se pensar caminhos inovadores na pesquisa acadêmica para a decodificação desse fenômeno multifacetado, e contribuiu, também, para refirmar a premissa da interdisciplinaridade como uma via essencial para a produção de conhecimento nesse campo.

E, desvendar o turismo por essa lente, parece ter representado um caminho promissor para se discutir os processos subjetivos inerentes ao fenômeno turístico sob diversos ângulos, e, também, as inúmeras nuances que o constituem, de difícil apreensão pelas abordagens tradicionais que reduzem o fenômeno a uma leitura reducionista, baseada na perspectiva de mercado.

E, assim, por essa escolha, a Psicossociologia representou o ponto de partida e a inspiração para se pensar a pesquisa e as políticas públicas relacionadas ao turismo, em bases sustentáveis. Com esse viés, a discussão do referencial teórico selecionado para ancorar a investigação possibilitou compreender que a *Psicossociologia do Turismo* pode se constituir em uma via interpretativa inovadora para o planejamento turístico integrado aos princípios de coresponsabilidade, participação social e governança democrática.

Considerando ter esse exercício envolvido, também, um Estudo de Caso – A APAMC, unidade de conservação (UC) de uso sustentável, a investigação qualitativa proposta foi orientada pela interpretação das múltiplas dimensões do turismo nesse contexto socioespacial,

em particular. Vale ressaltar, ainda, que a APA, assim como outras unidades de conservação do país, representa, para além de seu enquadramento formal, uma construção social complexa e que, por essa razão, o desenvolvimento da pesquisa representou um passo importante para se pudesse desvendar algumas dimensões da dinâmica social local. E, a inserção no campo revelou pistas importantes com relação a esse debate complexo no contexto socioespacial em foco por meio da interpretação da dinâmica do turismo nessa área protegida, em particular, assim como possibilitou a expressão de diversas vozes e leituras locais sobre o fenômeno.

Além disso, parece claro que a escolha de uma unidade de conservação para o Estudo de Caso representou uma oportunidade ímpar para se buscar ultrapassar uma mera discussão teórica sobre a *Psicossociologia do Turismo* e para que se pudesse avançar com relação aos possíveis rebatimentos da reflexão conduzida no âmbito das políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro. Isso porque, no plano estadual, ainda são incipientes as iniciativas públicas voltadas à gestão do turismo nas APAs, que tendam a mobilizar múltiplos atores sociais locais em prol do planejamento turístico regional em bases sustentáveis. Nesse cenário, a *Psicossociologia do Turismo* parece representar, também, um campo potencial para ampliar esse debate no plano estratégico de políticas públicas de turismo.

Ainda com relação ao Estudo de Caso, o que se pôde perceber, no exercício acadêmico da tese, é que, no âmbito local, a prática do turismo vem sendo consolidada desde a década de 1970, e se expressa por meio de mudanças culturais, territoriais, econômicas, ambientais e sociais na região. Com um potencial socioeconômico ainda pouco explorado para o uso turístico regional no âmbito da APA pesquisada, parece essencial que se pense em caminhos com esse direcionamento que possam articular o planejamento turístico com o compromisso de melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades na região de inserção da UC. Isso se torna ainda mais relevante considerando o quadro atual de expressivo engajamento de variados atores sociais no âmbito de associações, conselhos e coletivos diversos, o que tende a fortalecer a construção de pactos e ações estratégicas para o turismo, em bases sustentáveis, na APAMC.

Além disso, tendo por base uma abordagem qualitativa e participante, o caminho investigativo teve rebatimentos diretos, não só na minha própria vida como pesquisadora, como, também, no ambiente no qual a pesquisa foi realizada. Isto porque houve, no próprio processo, um envolvimento expressivo em inúmeros espaços de participação social, de associações locais e conselhos populares, por meio de uma postura cidadã e engajada no processo de transformação do lugar onde vivo. Não se pode negligenciar, também, que em virtude desse engajamento, o compromisso com a restituição da pesquisa se tornou ainda mais necessário e

irá acontecer certamente em 2019, por meio de inúmeros encontros que comporão a minha própria dinâmica de moradora da APA, no futuro.

Por todas as razões previamente discutidas e com base na discussão proposta decorrente dos resultados obtidos nessa aventura acadêmica, é possível afirmar que a lente da Psicossociologia representou uma via inovadora para a interpretação do turismo na APAMC, uma vez que possibilitou a tradução e a decodificação do fenômeno, para além das abordagens até então adotadas para a interpretação da dinâmica socioespacial na UC. E, considerando os desafios ainda ilimitados para o planejamento turístico no contexto das áreas protegidas no caso brasileiro, a Psicossociologia representa um campo potencial para a pesquisa em turismo nesse contexto, inclusive, em função do debate em curso sobre o compromisso de valorização do patrimônio cultural e natural, para as gerações presentes e futuras, no âmbito da Agenda 2030.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Diagnóstico SocioAmbiental e Projeto Técnico de Ações de Conservação do Solo e da Água da Sub Bacia do Alto Curso do Rio Macaé**. Produtor de Água. Comitê de Bacia do Rio Macaé. Lumiar, Nova Friburgo, Agosto, 2015.
- ÁGUAS PARA O FUTURO. **Perfil institucional do Projeto Águas para o Futuro na rede social Facebook**. (online). S.d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aguasparaofuturo>> Acesso em: 06 dez. 2016.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Ata da 3ª Audiência Pública da Comissão de Agricultura Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira**. Realizada em: 17/10/2007. 2007. [Arquivos legislativos informatizados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ]. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/compcom.nsf/e36c0566701326d503256810007413ca/94727ea055a720938325738500757c4c?OpenDocument>>. Acesso em: 06 dez. 2016.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Parecer da Comissão de Defesa do Meio Ambiente ao projeto de Decreto Legislativo nº 71/2006**, que Susta os efeitos do decreto nº 29.213, de 14 de setembro de 2001, que cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, no município de Nova Friburgo e dá outras providências. 2007. [Arquivos legislativos informatizados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ]. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/09d3496190887a09832572f00076e336?OpenDocument1>> Acesso em: 06 dez. 2016.
- ALERJ. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Proposta de Decreto Legislativo 71/2006 com o objetivo de revogar a criação da APAMC**. Arquivos legislativos informatizados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. 2006. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/e00a7c3c8652b8a83256cca00646ee5/9d88ee4f898b256f832571bf005ccea7?OpenDocument&ExpandSection=-1>> Acesso em: 06 dez. 2016.
- ALVES, Eliseu. Agricultura Familiar. **Revista de Política Agrícola**. Ano XV, n. 04, p. 3-4. Out, Nov, Dez, 2006.
- ALVES, Kerley dos Santos. **A saúde mental dos trabalhadores do turismo e da hospitalidade: profissionalismo x adoecimento**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica – PUC. Belo Horizonte. 2016.
- ALVES, Monalisa Barbosa. **Políticas Públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca /Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.
- ALVES, Monalisa Barbosa. **Mudanças socioculturais advindas do turismo: uma reflexão sob a ótica dos moradores do Arraial da Conceição do Ibitipoca**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de

Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

- AMADOR, André Bittencourt. **Qualidade das águas da bacia do alto Rio Macaé, Nova Friburgo, RJ.** Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia) Instituto de Geociências. Universidade Federal Fluminense. 2003.
- AMADOR, André Bittencourt. **O turismo e as transformações sócio-espaciais em Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo - RJ.** Monografia (Monografia de conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.
- AMBROZIO, Julio Cesar Gabrich. **O presente e o passado no Processo Urbano da Cidade de Petrópolis – Uma história Territorial.** Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana). Departamento de Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- AMBRÓZIO, Júlio. Viagem, turismo, vilegiatura. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, p. 105-113, 2005.
- AMLD, **Associação Mico-Leão Dourado.** Sítio da internet institucional. (online). S.d. Disponível em: < <http://www.micoleao.org.br/> > Acesso em: 06 dez. 2016.
- ANDREWS, H. **The British on holiday: charter tourism, identity and consumption.** Bristol: Channel View Publications, 2011.
- ARAÚJO, Marcelo Castañeda de; LIMA, Pedro Higgins Ferreira. **Diagnóstico Sócio-Ambiental de Nova Friburgo.** 2006.
- ANDRIOLO, Andriolo, A (2009). Entre a ruína e a obra de arte: Psicossociologia da percepção da cidade histórica turística. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 14(2), 159-166.
- ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. **Psicologia social. Tradução de Geraldo José de Paiva.** 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.
- ASHLEY, B.; HOLLOWS, J.; TAYLOR, B.; JONES, S. **Food and Cultural Studies.** Psychology Press, 2004.
- AVOZDASERRA. Apa de Macaé de Cima: criação, importância e problemas até para ser implementada em definitivo. (Online). **Jornal A Voz da Serra.** Nova Friburgo, 16 fev. 2012. Disponível em: <<http://avozdaserra.com.br/noticias/apa-de-macaee-de-cima-criacao-importancia-e-problemas-ate-para-ser-implantada-em-definitivo>> Acesso em: 06 dez. 2016.
- AZEVEDO, Alice Sá Rego de. **Unidades de Conservação e Recursos Hídricos: uma possibilidade de gestão integrada – o caso da Área de Proteção Ambiental Estadual Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ.** Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Análise Ambiental e Gestão do Território). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais [para o planejamento e a compreensão do turismo]. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.
- BARTHES, R. Towards a psychosociology of contemporary food consumption. In: C. Counihan & P. Van Esterick (eds.) **Food and culture: a reader.** 2nd edition. New York: Routledge, p. 28-35, 2008.

- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 3ª ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.
- BARUS-MICHEL, J.; ENRIQUEZ, E. e LÉVY, A. (Orgs.). Introdução. **Dicionário de Psicossociologia**. p. IX-XXII. Lisboa: CLIMEPSI, 2005.
- BASTOS, Cecília dos Guimarães. **Turismo e relações interculturais**: uma viagem reflexiva com e sobre turistas independentes. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006.
- BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: perspectivas em análise da narrativa e da interação. 1ª ed. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2013.
- BAUMGRATZ, Maria Leonor D'El Rei Souza; TAVARES, Rafael dos Anjos Mendes. Melastomataceae na Reserva Ecológica de Macaé de Cima, Nova Friburgo, Rio de Janeiro. **Brasil I - Tribos Bertolonieae, Merianieae e Microlícea Rodriguésia**. V. 58, n. 4, p. 797-822. 2007.
- BECKER, Bertha. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados** 19, n. 53, p. 71-86. 2005.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; DELGADO, Guilherme Costa. Apresentação. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; DELGADO, Guilherme Costa (orgs.). **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf> Acesso em: 11 mar. 2018.
- BOEUF, Gilles. A biodiversidade e o desafio do turismo. In: IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Folio digital, 2018.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano-compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, Leonardo. **Ecologia**: grito da Terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BOTELHO, Eloise Silveira. **Conflitos na Gestão de Parques**: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ). Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social-EICOS. Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2009. 204 f.
- BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. São Paulo: EDUSC, 2002.
- BOY, Walinson. **Dos lugares de conservação**: o diálogo dos saberes e a democratização da gestão ambiental na APA Estadual de Macaé de Cima. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Geografia). Instituto e Geociências, Universidade Federal Fluminense. 2010.
- BRAGA, Carla Perrone Muniz. **Do decreto ao concreto**: compreendendo a influência histórica da criação da APA Estadual de Macaé de Cima e do seu Conselho Consultivo no processo de gestão participativa da unidade de conservação. Trabalho de conclusão de

curso (Especialização em Gestão Sanitária e Ambiental). Escola Politécnica da UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Diário de Campo: a Antropologia como Alegoria**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Casa Civil. **Plano Safra da Agricultura Familiar – Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil 2017/ 2020**. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/plano-safra-da-agricultura-familiar-20172020>, Acesso em 13 Jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Conservação in situ, ex situ e on farm**. (online). Sítio institucional do Ministério do Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conservacao-e-promocao-do-uso-da-diversidade-genetica/agrobiodiversidade/conserva%C3%A7%C3%A3o-in-situ,-ex-situ-e-on-farm>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Dados de visitação em unidades de conservação federais, 2007-2015**. (online). S.d. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/Dados_de_visita%C3%A7%C3%A3o_DCOM.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. i3GEO, Sistema de Geoprocessamento. **Mapeamento das áreas protegidas no Brasil**. (online). 2014. Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/mma/openlayers.htm?qdsqrr2l2d2i3ju14da2kslqv6>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012**. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Disponível em: <<http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/pngati/legislacao/decreto/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012** do Conselho. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em 26 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Caderno de Segmentações Turísticas - Ecoturismo**, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Ecoturismo_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 5.758, de 13 de abril de 2006**. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/205/_arquivos/planonacionaareasprotegidas_205.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

- BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/ind.asp>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- BUSCEMI, F. How 'il caffè' sospeso' became 'suspended coffee' The neoliberal re-'invention of tradition' from Bourdieu to Bourdieu. **European Journal of American Culture**, V. 34, n. 2. Intellect Ltd Article. 2015.
- CALDAS, Lia Caldas Carneiro. **Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores, Nova Friburgo, RJ**. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Considerações sobre o conceito de turismo sustentável. **Formação** (Online). v. 1, n. 16. 2009.
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**. V. 2. n. 1. p. 9-38. Março 2008. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf> Acesso em 11 mar. 2018.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.
- CARNEIRO, Maria José; BERTOLINO, Valéria Freire Allemão; BERTOLINO, Luiz Carlos. **Agricultores e território: práticas e saberes**. Rio de Janeiro: Trasso Comunicação/CNPq/Faperj, 2010.
- CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis. **Agricultura Familiar: produção, venda e consumo**. Nova Friburgo: Instituto de Imagem e Cidadania, 2015.
- CASADORE, M. M.. Psicossociologia e intervenção psicossociológica: alguns aspectos da pesquisa e da prática. In: EMIDIO, Thassia Souza e HASHIMOTO, Francisco. (Org.). Psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas. **Cultura Acadêmica (Unesp)**, São Paulo, 1ª ed., v. 1, p. 163-182. 2013.
- CBHMO. **Comitê das Bacias Hidrográficas do Macaé e das Ostras**. (online). 2016. Disponível em: <<http://cbhmacae.eco.br/site/index.php/mapas/unidades-de-conservacao-2/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- CEPERJ. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro 2012**. (online). Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2012/ApresentacaoDivisaoTerritorial.html>>. Acesso em: 12 jul. 2013.
- CHANSKY, D. **Kichen sink realisms: Domestic labor, dining, and drama in American theatre**. New York: University of Iowa Press, 2015.
- CHEUNG, Thelma Lucchese. Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terrenos, MS. **Interações**. Campo Grande, v. 14, n.2, p. 189-195, 2013. Disponível em <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/202>>. Acesso em 13 Jul. 2018.
- CLEAVE, P. The evolving relationship between food and tourism: A case study of Devon in twentieth century. In: HALL, C. M.; GOSSLING, S. Sustainable Culinary Systems: local foods, innovation, tourism and hospitality. **Routledge, Taylor and Francis Group**, New York, 2013.
- CODINA, N.; PESTANA J. V. Two sides of time in the leisure experience of youth: Time investment and time perspectives, **Loisir et Société / Society and Leisure**, v. 40, n. 3, p. 310-323, 2017.

- COLTRO, Alex. **A Escola das Relações Humanas**. Universidade de São Paulo. Escola Superior de Economia, Administração e Sociologia. Piracicaba, 2005. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/3077155/mod_resource/content/1/A%20Ap%20ostila%2003.pdf> Acessado em: 08 out. 2017.
- CONTI, Bruna Ração. **Proteção da natureza e qualidade de vida em Trindade (Paraty-RJ): para entender o Ecoturismo no Parque nacional da Serra da Bocaina**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.
- COOPER, Chris; HALL, C. Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. Turismo contemporâneo. **Elsevier Brasil**, 2011.
- CORDEIRO, Dan Gabriel D’Onofre Andrade Silva. **Hospitalidade de Famílias Rurais da Serra Fluminense: olhares de anfitriões**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79054/000896794.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- CORDEIRO, Dan Gabriel D’Onofre Andrade Silva. **Análise da situação do turismo rural nos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra em Nova Friburgo (RJ)**. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2010.
- CORRÊA, André Micaldas. **Discutindo a relação entre turismo rural e conservação ambiental: o caso do Circuito de Turismo Tere-Fri e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- CORRÊA, Frances Vivian. **O parque nacional da Serra dos Órgãos: entendendo a dinâmica do conflito na gestão**. 2009. 252 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SÁ, Guilherme Leite da Costa. Refúgio da Vida Silvestre Municipal Flores-Macaé de Cima. **Proposta, Diagnóstico e Justificativa**. Nova Friburgo, Associação Macaé de Cima, 2009.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura; OLIVEIRA, Alexandro Magno de; RAMOS, Marcelo Viana. População, Turismo e Urbanização: Conflitos de Uso e Gestão Ambiental. **GEOgraphia**, Niterói, ano V, n. 10, p. 93-112, 2003.
- COZZOLINO, Luiz Felipe; IRVING, Marta de Azevedo; SOARES, David Gonçalves. Gestão de Áreas Protegidas: análise dos marcos legais à luz dos princípios de governança democrática. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, n. 1, p. 138-156, jan./jun. 2015.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da; YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo, Hucitec, 1996.

- DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DUBOST, Jean. As origens técnicas da intervenção psicossociológica e algumas questões atuais. In: LÉVY, André *et al.* **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DUNN, D. Transforming taste(s) into sights: Gazing and grazing with television's culinary tourists. In: BURNS, P. M.; PALMER, C.; LESTER, J. **Tourism and visual culture**. Vol. 1 theories and concepts. CPI Antony Rowe Ltd, United Kingdom, 2010.
- ECOLUMIAR. Mapa do Circuito das Águas. Publicidade turística. **Jornal Ecolumiar**. Ano 5. n. 51. p. 06. Setembro de 2011.
- ENRIQUEZ, Eugène. **As solidariedades estão voltando**. **Notícias da UFMG**. S.d. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/012658.shtml>> Acesso em: 03 ago. 2017. Belo Horizonte, 2009.
- FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FRAGELLI, Claudia. **Desafios para o Turismo Inclusivo na gestão de Parques Nacionais: O Caso do Parque Nacional da Tijuca**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- GARZARELLI, Jorge. **Psicossociología del turismo**. Buenos Aires: Universidadlibros, 2000.
- GIBSON, S. Food Mobilities: Traveling, Dwelling, and Eating Cultures. **Space and culture**, v. 10, n. 1, p. 4-21. Fev. 2007.
- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- GOMES, João Carlos (Org). **Caderno de turismo do estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010.
- GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. Tradução: Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Ed. Pioneira Thomson Learning. 2005.
- GUANZIROLI, Carlos E; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio M.; SABBATO, Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Garamond, Rio de Janeiro, 2001.
- GUATTARI, Félix. **As 3 ecologias**. Campinas: Papirus editora. 1993.
- GUATTARI, Félix. Linguagem, consciência e sociedade. In: GUATTARI, Felix; FUGANTI, Luiz Antonio; DELEUZE, Gilles; BAREMBLITT, Gregorio F.; FRAYZE-PEREIRA, João; PELBART, Peter Pál; LANCETTI, Antonio. **Saúde e Loucura**. n. 2. São Paulo:

- Editora Hucitec. 1990.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- GUNDERSEN, A. Starting over: Searching for the good life? An ethnographic study of western lifestyle migration to Ubud, Bali. **New Zealand Sociology**. Vol 32, Iss 2. Pp. 157-171. 2017.
- HACON, Vanessa; LOUREIRO, Carlos Frederico B. A Centralidade do Território e a Posição do Estado nos Conflitos pela Apropriação da Natureza: o caso do Parque Estadual de Itaipu. **Terra Livre**. São Paulo, ano 27, v. 1, n. 36, p. 229-251, jan./jun 2011.
- HADEN, R. Legend to launchpad: Le Cordon Bleu, gastronomy and the future of education. In: DREDGE, D; AIREY, D.; GROSS, M. J. **The Routledge Handbook of Tourism and Hospitality Education**. New York: Taylor & Francis Group, 2014.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Ed. Vozes, Petrópolis, 1987.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.
- HARALDSDÓTTIR, L. GUNNARSDÓTTIR, G. P. Pure fresh and simple: 'Spicing up' the New Nordic, Cuisine. In: JOLLIFFE, L. **Spices and Tourism**: Destinations, Attractions and Cuisines. Channel View Publications, 2014.
- HERINGER, Gleice. **Área de Proteção à Expressão**: um estudo de relações discursivas em área de proteção ambiental. (Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Estudos de Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, 2016.
- HO J. A. **Consumption and identity in Asian American coming-of-age novels**. Routledge New York and London, 2005.
- HØJLUND, S. The flexible boundary between edible and non-edible. Experimental fieldwork in a culinary borderland. **Tidskriftet Antropologi**, pp. 111-129. 2013.
- HOEFFEL, João Luiz; SORRENTINO, Marcos; MACHADO, Micheli K. Concepções sobre a natureza e sustentabilidade um estudo sobre percepção ambiental na bacia hidrográfica do Rio Atibaia – Nazaré Paulista/SP. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. S.d. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/luis_hoffel.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- IBGE, 2010. **Estimativa populacional do município de Nova Friburgo, RJ, em 2010**. (online). S.d. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330340>>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- IBGE, 2018. **Estimativa populacional do município de Nova Friburgo, RJ**. (online). S.d. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330340>>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- IGNATOV, E. Segmenting Canadian culinary tourists. **Current Issues in Tourism**. Vol 9. Pp. 235-255. 2006.
- INEA, Instituto Estadual do Ambiente. **Áreas de Proteção ambiental- APA**. (Online). S.d. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/apamacaedecima.asp>>. Acessado em: 22 de

abril de 2016.

- INEA, Instituto Estadual do Ambiente. **Plano de Manejo da APA Macaé de Cima**, Módulo 1. Rio de Janeiro, INEA/DIBAP, 2014. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdgz/~edisp/inea0083753.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- INGRAM, S. Food and the autobiographical self in Harry Crews' *A Childhood: The Biography of a Place*, **Food and Foodways**, v. 24, n.1-2, p. 30-47, 2016.
- IRVING, Marta; AZEVEDO, Julia; LIMA, Marcelo A. G. **Turismo: ressignificando sustentabilidade**. Folio digital. Letra e Imagem, Rio de Janeiro, 2018.
- IRVING, Marta de Azevedo; LIMA, Marcelo A. G.; MORAES, Edilaine Albertino. Turismos, naturezas e culturas: para se pensar políticas públicas e interdisciplinaridade em pesquisa. In: IRVING, Marta de Azevedo; CALABRE, Lia; BARTHOLO, Roberto; LIMA, Marcelo A. G.; MORAES, Edilaine Albertino; EGREJAS, Marisa; LIMA, Deborah (orgs). **Turismo, natureza e cultura**. Interdisciplinaridade e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.
- IRVING, Marta de Azevedo. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M. A; RODRIGUES, C. G. de O; RABINOVICI, Andrea; COSTA, H. A.. (Org.). **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social: Diálogos entre saberes e fazeres**. 1ª ed. v. 1, p. 51-80. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2015.
- IRVING, Marta de Azevedo. Sustentabilidade e o “futuro que não queremos”: polissemias, controvérsias e tendências para a construção de sociedades sustentáveis. In: **Revista Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v. 9 n. 26, p. 13-38, set./dez. 2014.
- IRVING, Marta de Azevedo. Governança democrática e gestão participativa de áreas protegidas. In BENSUAN, Nurit; PRATES, Ana Paula (orgs.) **A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil**. Brasília: IEB, 2014.
- IRVING, Marta de Azevedo; CORRÊA, Frances Vivian; CONTI, Bruna R.; BOTELHO, Eloise Silveira; PEIXOTO, Sonia. Corcovado: reflexões sobre imaginários e impressões dos turistas no Parque Nacional da Tijuca (RJ, Brasil) no contexto de valorização da cidade pela UNESCO. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 5, n. 3, p.464-481. Set./dez., 2012.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**. Diversidade de Olhares e experiências brasileiras. 2009.
- IRVING, Marta de Azevedo. **Ecoturismo em áreas protegidas: da natureza ao fenômeno social**. Pelas Trilhas do Ecoturismo. p. 3-15. São Carlos: Rima, 2008.
- IRVING, Marta de Azevedo; MATTOS, Flavia Ferreira; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Rede TAPIS (Rede Turismo, Áreas Protegidas e In
- clusão Social). Inovando na construção compartilhada de conhecimento. In: IRVING, Marta de Azevedo, RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI, Andrea; COSTA, Helena Araújo (orgs). **Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão Social**.

- Diálogos entre saberes e fazeres. p. 21-50. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2015.
- IRVING, Marta de Azevedo; MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE), Rio de Janeiro, **Caderno Virtual de Turismo**, V. 4, n. 4. 2006.
- JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Zahar, 1997.
- JONES, M. O. Food Choice, Symbolism, and Identity: Bread and Butter -Issues for Folkloristics and Nutrition Studies. **American Folklore Society**. University of Illinois Press, 2007.
- JORNAL IDEIAS E NEGOCIOS. Anúncios de imóveis. **Jornal Ideias e Negócios**. Ano XXII. Edição 133. Fevereiro de 2013.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. Entrevista narrativa. In. BAUER, Martin W; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi, Ed. Vozes, 2002.
- KIERANS, C. HAENEY, J. The 'Social Life' of Scouse: Understanding Contemporary Liverpool through Changing Food Practices. **Cultural Sociology**, v. 4, n. 1, p. 101-122. March, 2010.
- KNAFOU, Rémy. **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo**. 1996.
- KORSTANJE, M. E. Reconsidering the Roots of Event Management: Leisure in Ancient Rome. **Event Management**, v. 13, n. 3, p. 197-203. Nov, 2009.
- LARSEN, H. Performing tasty heritage: Danish Cuisine and playful nostalgia at restaurant noma. **Ethnologia Europea**; Vol 40 Iss 2. pp. 90-102
- LEAL, Rosana Eduardo da Silva. O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico. In: BARTHOLO, Roberto. BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária**. Diversidade de Olhares e experiências brasileiras, 2009.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- LÉVY, André. Psicossociologia: crise ou renovação? In: LEVY, André; NICOLAÏ, André; ENRIQUEZ, Eugène; DUBOST, Jean. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1994.
- LIMA, Haroldo Cavalcante, GUEDES-BRUNI, Rejan R. (eds). **Serra de Macaé de Cima, Diversidade Florística e Conservação em Mata Atlântica**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas, Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1997.
- LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. Projetos de turismo de base comunitária no Estado do Rio de Janeiro: tecendo teias de significados em busca da dimensão cultural. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.
- LIMA, Marli Pires Morim, GUEDES-BRUNI, Rejan R. **Reserva ecológica de Macaé de**

- Cima, Nova Friburgo, RJ:** aspectos florísticos das espécies vasculares. V. 3. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1994.
- LITTLE, P. E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política.** A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. p. 107-122. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- LITTLE, P. E; THEODORO, Suzi Huff. Uma crise anunciada. In: THEODORO, Suzi Huff. **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.
- LOICHOT V. **The tropics Bite Back:** Culinary Coups in Caribbean literature. Minneapolis: University of Minnesota Press. 2013.
- LOPES, Mauro de Rezende. Política agrária – uma década de deterioração. **Agroanalysis.** p. 18-20. Abril 1996. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/48188/46098>> Acesso em 11 mar. 2018.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: ASOCIACIÓN CANARIA DE ANTROPOLOGIA. **Prepublicación de Guize,** 1998.
- MACHADO, Maria Novaes da Mata; ROEDEL, Sonia. Prefácio. In: MACHADO, Maria Novaes da Mata; CASTRO, Eliana de Moura; ARAÚJO, José Newton Garcia de; ROEDEL, Sonia (orgs). **Psicossociologia.** Análise Social e intervenção. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2001.
- MACHADO, Marília Novaes da Mata; ROEDEL, Sonia. Prefácio. In: LÉVY, André *et al.* **Psicossociologia:** análise social e intervenção. Petrópolis: Ed. Vozes, 2001.
- MAISONNEUVE, J. A. **Introdução à Psicossociologia.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1977.
- MARAFON, Gláucio J.; RIBEIRO, Miguel A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro,** n. 18-19, p. 111-130, 2006.
- MARTIN, J. E. S. Aspectos psicosociales del turismo. **Revista de Psicologia Social.** v. 13, n. 2, p. 297-302. 1998.
- MARTIN, J. E. S. **Psicosociologia del ocio y del turismo.** Madrid: Ed. Aljibe. 1997.
- MARTINS, Carlos Benedito. **O que é Sociologia.** Coleção Primeiros Passos, n. 57. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- MAYER, Jorge Miguel. Presença suíça e alemã na região serrana fluminense. In: PAOLINO, Claudio; BOTELHO, Marjorie (orgs). **Agricultores do estado do Rio de Janeiro. Instituto de Imagem e Cidadania.** Memória Fluminense – Pesquisa e Publicações. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://issuu.com/sobradocultural/docs/www.imagemcidadania.blogspot.com>> Acesso em 11 mar. 2018.
- MEDEIROS, Márcio B.; NASCIMENTO, Elimar P. Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo,** v. 10. n. 3. 2010.
- MEDEIROS, Rodrigo. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.** p. 601-611. 2004.

- MELLO, Erika Alves de. **Turismo e Desenvolvimento Social na Vila do Abraão**. Um Estudo Sobre a modificação na Estrutura de Consumo. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1997.
- MELO, Armando Sérgio Emerenciano de Melo; MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana. Lewin e a pesquisa-ação: gênese, aplicação e finalidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 153-159, jan./abr. 2016.
- MELO, Erik Silva Omena. Aprofundando o olhar do turista: considerações acerca de suas determinantes sociais. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 2. 2009.
- MELO, Gustavo Mendes; IRVING, Marta de Azevedo. Interpretação dos conflitos como elemento para gestão de PARNAS na região de fronteira da Amazônia: temas de conflito no caso Vila Brasil. In: **III Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social**. 2007.
- MENDES, Stella Peres. Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): um confronto entre a função social da propriedade e o direito ao meio ambiente ecologicamente preservado. **V Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-640-642-20100903213802.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- MENDES, Stella Peres. **Identificação e avaliação da paisagem da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.
- MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. **Turismo e participação comunitária. Prainha do Canto Verde** - a canoa que não quebrou e fonte que não secou. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Sítio eletrônico do Cadastro de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente**. (online). S.d. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- MONTEJANO, Jordi Montaner. **Psicosociología del turismo**. Madrid: Síntesis. 2002.
- MORAES, Edilaine Albertino de. **Encontro na floresta...** interpretando o ecoturismo sob a ótica local na reserva extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil). Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para uma educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva. Jeanne Sawya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho, 1ª Ed. São Paulo: Cortez. Brasília: DF, UNESCO, 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=9cnFAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=por+uma+educa%C3%A7%C3%A3o+do+futuro&ots=ugy5MSdqXz&sig=tZdGvq9fSq2UNfFg2ELbB61TCaY&redir_esc=y#v=onepage&q=por%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20futu>

- ro&f=false>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 2011.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MORIN, Edgar. **O método: a natureza da natureza**. Portugal: Edições Europa-América, 2. ed., 1983.
- MORIN, Edgar. **Le paradigme perdu: La nature humaine**. Paris: Editions Du Seuil, 1973.
- MOSCOVICI, Serge. **A Invenção da Sociedade: Sociologia e Psicologia**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- MOSCOVICI, Serge. **Natureza: Para Pensar a Ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- NAGEM, Vania de Oliveira. **O mapa como Expressão de conflitos e mobilização social: um caminho para a justiça ambiental?** Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS)) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- NASCIMENTO, Daniel Trento do; BURSZTYN, Maria Augusta Almeida Almeida. Análise de conflitos socioambientais: o caso da comunidade rural de Rio Maior, município de Urussanga, Santa Catarina. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 2. 2012.
- NASRI, Yasmin Xavier Guimarães. **Turismo Rural em Áreas Protegidas: o caso do Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores**. Monografia (Graduação em Gestão de Turismo) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ, Nova Friburgo, 2015.
- NATAL, Caroline Beserra. **O Mundo Rural na Vitrine: O Turismo e as Transformações Socioespaciais em São Pedro da Serra, RJ**. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2004.
- NOVA FRIBURGO. **Folder turístico municipal de Nova Friburgo**. 2010. [Arquivo pessoal da autora].
- NOVA FRIBURGO. **Lei complementar nº 24 de 28 de dezembro de 2007**, que trata do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo. 2007. Disponível em: <<http://documentslide.com/documents/plano-diretor-nova-friburgo.html>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- NOVA FRIBURGO. **Decreto Municipal 156 de 03/01/1990**, que cria a Reserva Ecológica de Macaé de Cima. 1990. Disponível em: <http://www.cea.xpg.com.br/apas_macaee.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- NOVA FRIBURGO. **Lei Municipal 2249 de 22 de dezembro de 1988**. Disponível em: <<http://www.planodiretornf2014.org/legislacao>>. 1988. Acesso em: 10 dez. 2016.
- OLIVEIRA, Larissa Fernandes de. **Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande - RJ: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos badjecos**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008
- PACHECO, Ana Lucia Camphora. **Ecoturismo: articulando natureza e sociedade a partir do**

- modelo dos coletivos. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2003.
- PAES, Maria Tereza Duarte. Entre a natureza e a cultura – a patrimonialização das paisagens naturais. In: IRVING, Marta de Azevedo; CALABRE, Lia; BARTHOLO, Roberto; LIMA, Marcelo A. G.; MORAES, Edilaine Albertino de; EGREJAS, Marisa; LIMA, Deborah Rebello. **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas**. pp. 23-27, 2016. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2016.
- PENA-VEGA, Alfredo. **O despertar ecológico**: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- PEREIRA, Thati. **Convergências e limites**: discursos dos jovens da Comunidade do Horto, integrantes do Programa de responsabilidade social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre turismo sustentável. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.
- PERES, Frederico; LUCCA, Sérgio Roberto de; PONTE, Luciana Muller da; RODRIGUES, Karla Meneses; ROZEMBERG, Brani. Percepção das condições de trabalho em uma tradicional comunidade agrícola em Boa Esperança, Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1059-1068. Jul./ago. 2004.
- PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- PLATIAU, Ana Flavia Barros; SAYAGO, Dóris Aleida V.; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro; MOTA, Jose Aroudo; DRUMMOND, Jose Augusto; MOURAO, Laís; DUARTE, Laura Maria Goulart; WEHRMANN, Eva de S. Faria, BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta/ LITTLE, Paul Elliot; THEODORO, Suzi Huff. Uma crise anunciada. In: THEODORO, Suzi Huff. **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.
- PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, n. 6. 2009.
- PORTO, Philippe Seyfarth de Souza. **Do “Ambiental Rural” ao “Ambiental Urbano”**: (novas) ruralidades e a questão ambiental em São Pedro da Serra. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Sociologia e Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, 2017.
- POZZANA, Laura. A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 25, n. 2, p. 323-338, 2013.
- PRADO FILHO, Kleber. Para uma arqueologia da Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 464-468. 2001. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3093/309326607003/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- PRATES, Ana Paula. SOUZA, Nadinni Oliveria de Matros. Panorama Geral das áreas protegidas no Brasil: desafios para o cumprimento da Meta 11 de Aichi. BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na unidade. Áreas protegidas do**

- Brasil.** Brasília: Mil Folhas, 2014.
- PRETI, Dino. (Org). **O Discurso Oral Culto**. São Paulo Humanitas, FFLCH/USP, 1997.
- PUJOL, A. Cosmopolitan Taste: The Morphing of the New Catalan Cuisine. **Food Culture and Society An International Journal of Multidisciplinary Research**, v. 12, n. 4, p. 437-455. December, 2009.
- RANGEL, Ana Rita Moreira; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos de; MOREIRA, Marcos Antonio Cruz. O programa Rio Rural no estado do Rio de Janeiro: a experiência na microbacia Canal Jurumirim, município de Macaé. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**. Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria. v. 15, n. 1, p.302-322. Jan./abr. 2016, Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/19948/pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- RBMA, **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. (Online). S.d. Disponível em: <<http://www.rbma.org.br/index.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- REDE MOSAICOS. **Fortalecimento dos Mosaicos de Unidades de Conservação do Corredor da Serra do Mar Projeto de Apoio do reconhecimento e implementação do Mosaico Mico-Leão-Dourado**. (online). 2011. Disponível em: <http://www.redemosaicos.com.br/arquivos_dados/arq_downloads/mmidia-id-106.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- REGO, Virginia Villas Boas Sá. Reflections on policies for water resources in the state of Rio de Janeiro based on the implementation of Committees of Basin. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 6, p. 137-155. 2012.
- REGO, Virginia Villas Boas Sá. **Paraísos Perdidos ou preservados: os múltiplos sentidos da cidadania em áreas de proteção ambiental**. 2010. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- REGO, Virginia Villas Boas Sá. **Mundos em Confronto**. O desenvolvimento do capitalismo e a educação numa comunidade camponesa. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.
- RIO DE JANEIRO, Governo do Estado do Rio de Janeiro, **Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas**. Sítio Institucional. Disponível em < <http://www.microbacias.rj.gov.br/> > Acesso em 13 Jul. 2018.
- RIO DE JANEIRO, **Portaria INEA/DIBAP número 25 de 28 de maio de 2012**, Estabelece a composição do Conselho da APA Macaé de Cima. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ano XXVIII, num 106, parte 11, p.21, 11 de junho de 2012.
- RIO DE JANEIRO, **Decreto número 38.234 de 2005**, Cria o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima.
- RIO DE JANEIRO, **Decreto Estadual 29.213/ 14/09/2001**, cria Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2001.
- RIO MACAÉ LIVRE**, Perfil institucional do Movimento Rio Macaé Livre, em defesa do Rio Macaé. (online). Facebook. S.d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Movimento-em-Defesa-do-Rio-Maca%C3%A9>> Acesso em: 06 dez. 2016.

- ROCHA, Aurea Pinheiro. **A escola está inserida na APA?** percepção socioambiental dentro da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.
- ROCHA, Aurea Pinheiro; DI MAIO, Angelica Carvalho; CAMPOS, Leonardo Gama. Percepção ambiental na Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima: perspectivas para o ecoturismo. In: Revista Brasileira de Ecoturismo. Anais do VIII Congresso Nacional de Ecoturismo e do IV Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. São Paulo, v. 4, n. 4. 2011.
- RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec. 1996.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, V. 20, n. 02. Abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002007000200001&script=sci_arttext&tlng=p t>. Acesso em: 29 mar. 2018.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável** – A proteção do meio ambiente. São Paulo: Ed. Papirus. 1999.
- SANTOS, Altair Sancho Pivoto dos. **Turismo:** Alternativa Efetiva de Inclusão Social? Uma Reflexão Sobre as Políticas Públicas de Turismo no Brasil. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- SANTOS, Anthony Állison Brandão. **Conselhos gestores de unidades de conservação**. 2008. (186 f.) Tese (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SANTOS, Carla Norma Correia dos; VILAR, José Wellington Carvalho. Litoralsul de Sergipe elitoral norte da Bahia: apropriação, use e conflitos. **Seminários Espaços Costeiros 2**. 2013.
- SANTOS, Walison Boy dos. A Gestão de unidades de conservação: a busca por um diálogo de saberes na APA Macaé de Cima. In: **Anais do 12º Encontro de Geógrafos Latino-americanos, EGAL 2009**. Montevideo, Uruguai, 2009. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7593_Boy_dos_Santos_Walison.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.
- SANTOS, Walison Boy dos. **Dos lugares de conservação:** o diálogo de saberes e a democratização da gestão ambiental na APA Estadual de Macaé de Cima. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Ano. 1, n. 1. 2009.
- SCHIAVO, Sylvia França. **Sendas da Transição:** descendentes de Suíços em Nova Friburgo, RJ. Niterói: Ed. EDUFF. 1997.

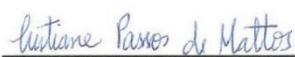
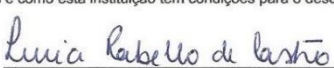
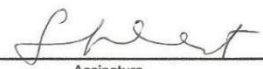
- SEABRA, Lília. Turismo sustentável: planejamento e gestão. p. 153-189. In: **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SECULO XXI, Notícia sobre as obras de revitalização das Praças de Lumiar e São Pedro pelo PRODETUR. **Jornal Século XXI**. Nº. 140, Setembro de 2013.
- SERRA LITORAL. Empresários investem no potencial turístico de São Pedro da Serra e Lumiar. **Serra Litoral**. Ano 9. N. 404. 07- 20 out. 2011.
- SILVA, Bruno Meschesi. **Das mudanças de sabores, de saberes e fazeres na Agricultura: o caso dos agricultores de São Pedro da Serra, Nova Friburgo, RJ**. Orientadora: Ana Maria Motta Ribeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- SILVA, José Graziano da; GROSSI, Mario Del; CAPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan./abr. 2002. Disponível em <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/ct/article/view/8795>>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- SILVA, Milena Alves da. **Desenvolvimento Agrícola e Área de Proteção Ambiental: o caso da APA de Macaé de Cima**. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.
- SILVA, Nilza. Subjetividade. In: STREY, Marlene Neves. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SIMONETTI, Susy Rodrigues; DA SILVA, Glaubécia Teixeira. Percepção dos Conflitos Socioambientais Gerados pelo Turismo na Vila de Paricatuba (Irاندوبا-AM). **Desafio Online**, v. 2, n. 1, p. 29-43. 2013.
- SINAY, Laura. **Ecoturismo e Culturas Tradicionais** - Estudo de Caso Martins de Sá. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa EICOS de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2002.
- SLOTHOWER, J.; SUSINA, J. Delicious supplements: Literary cookbooks as additives to children's texts. In: Keeling, K. Pollard, S. *Critical Approaches to Food in Children's Literature*. Routledge, New York and London, 2012.
- STRONZA, A.. Anthropology of tourism: Forging New Ground for Ecotourism and Other Alternatives: **Annual Review of Anthropology**, Vol. Vol. 30: 261-283, 2001.
- SUBLETTE, C. MARTIN, J. **Devoring cultures: perspectives on food, power, and identify from the zombie apocalypse to Downton Abbey**. Arkansas: University of Arkansas Press. 2015.
- TAJFEL, H. Social Psychology of Intergroup Relations: **Annual Review of Psychology**, 1982.
- TASSARA, Eda T. de O. **A psicologia social e o enfrentamento da crise ambiental**. Texto apresentado em Prova de Erudição para obtenção de título de professora titular junto ao PST-IP-USP, 2006.
- TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um**

- estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- TELLSTRÖM, R.; GUSTAFSSON, I.; LINDGREN, H. Constructed national food and meal archetypes at international exhibitions from Paris 1867 to Aichi 2005. **National Identities**, v. 10, n. 3, p. 313-327. September, 2008.
- TELLSTRÖM, R. Local Food Cultures in the Swedish rural economy. **Sociologia Ruralis**. Vol 45. Iss 4. Pp. 346-359. 2005.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. Editora Cortez, São Paulo, 1998.
- TOKAREVA, T. Foodwastage problems in a perspective of eating habits: A review paper. In: **Research for Rural Development**, v. 2, p. 215-220. 2013.
- TURISRIO, Secretaria Estadual de turismo**. (online). Sítio Institucional da Internet. S.d. Disponível em: <<http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/serraverdeimperial.asp>>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.
- UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro**. (online). Site institucional do Conselho de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas. Disponível em: <<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/comite-de-etica>> Acesso em: 12 dez. 2016.
- UNWTO, World Tourism Organization. **A Organização Mundial do Turismo (OMT). AJONU**. (online). S.d. Disponível em: <<https://ajonu.org/2012/10/17/organizacao-mundial-do-turismo-omt/>>. Acesso em: 30 mai. 2017. 2012
- UNWTO, World Tourism Organization. **UNWTO Tourism Highlights 2017 Editions**. (online). 2017. Disponível em: <<https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>>. Acesso em: abr. 2018. 2017.
- URRY, John. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC, 2001.
- VALENCIO, Norma; MARCHEZINI, Victor; GERALDI, Débora; SIENA, Mariana. Plano de Manejo de Resex-Mar: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. **Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca no Brasil**, v. 3, 2009.
- VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 153-155. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000100012&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 11 mar. 2018.
- VASCONCELOS, Eduardo M. **Abordagens Psicossociais: História, teoria e trabalho no campo**. v. 1. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.
- VASCONCELOS, Eduardo M. **Pós-modernidade, complexidade e estratégias epistemológicas para práticas interdisciplinares e interparadigmáticas**. Complexidade e Pesquisa-Interdisciplinar-Epistemologia e Metodologia Comparativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
- VASCONCELOS, Fabio Perdigão; CORIOLANO L. N. M. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. **RGCI-Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 8, n. 2. 2008.

- VELHO, Gilberto. O Observador participante. In: WHYTE, William Foote. **Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2005.
- VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista Socerj**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.
- VIANA, Valeria Costa rocha. **Entre rezas, curas e plantas: um olhar sobre um saber local na APA Estadual Macaé de Cima**, Nova Friburgo, RJ. Dissertação (Mestrado – Pós-Graduação em Ciência Ambiental). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
- WEAVER, L. J; MEEK, D.; HADLEY, C. Exploring the role of culture in the link between mental health and food insecurity: A case study from Brazil. **Annals of Anthropological Practice**. V. 38, n. 2. 2014
- WHYTE, William Foote. **Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2005.
- YOUNÈS, Chris. Por uma nova cultura do turismo. In: IRVING, Marta de Azevedo; CALABRE, Lia; BARTHOLO, Roberto; LIMA, Marcelo A. G.; MORAES, Edilaine Albertino; EGREJAS, Marisa; LIMA, Deborah (orgs). **Turismo, natureza e cultura**. Interdisciplinaridade e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2016.
- ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 02. 2008.
- ZBOROWSKI, M. **Conflitos ambientais na Baía de Sepetiba: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA)**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Documentos encaminhados para autorização e parecer final do Comitê de Ética e Pesquisa da UFRJ

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: UM CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO E OS CONFLITOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, RJ, BRASIL.			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 50			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas, Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Feminino			
6. CPF: 108.686.007-17		7. Endereço (Rua, n.º): R Dias da Cruz LUMIAR SEM NÚMERO RIO DE JANEIRO RIO DE JANEIRO 28616970	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 22981016688	10. Outro Telefone:
11. Email: CRISPASSINHOS@GMAIL.COM			
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprerei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: 09 / 03 / 2017		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: Instituto de Psicologia (UFRJ)
15. Telefone: (21) 3938-5336		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprerei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: 		CPF: 385.030.857-04	
Cargo/Função: Diretora			
Data: 13 / 03 / 2017		 Assinatura Lucia Rabello de Castro	
PATROCINADOR PRINCIPAL		 Diretora Instituto de Psicologia SIAPE: 2172493	

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: UM CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO E OS CONFLITOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, RJ, BRASIL.

Pesquisador: Feminino

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 66470417.6.0000.5582

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia (UFRJ)

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.070.664

Apresentação do Projeto:

O projeto foi apresentado pelo pesquisador nos seguintes termos:

Refletir sobre as interfaces entre turismo e natureza no campo da psicossociologia requer um exercício de desconstrução de um olhar fragmentado e disciplinar acerca da relação sociedade-natureza. Considerando a psicossociologia como uma transdisciplina que possibilita à pesquisa um enfoque relacional através do estudo dos grupos, organizações e comunidades, o projeto de tese considera o campo psicossocial como lócus privilegiado

para o estudo das interfaces entre turismo e natureza. Fenômeno complexo e plural, o turismo é uma prática social recorrente nas áreas protegidas.

O objeto da pesquisa fundamenta-se na discussão da psicossociologia do turismo como campo para se pensar o papel do turismo nos conflitos em áreas protegidas. Sendo assim, as interações sociais relacionadas a quadros de conflitos internos aos grupos sociais ou entre distintos grupos sociais residentes nestas áreas, envolvidos em situações em que há a prática do turismo, delimitam o problema da tese. Para tal, os caminhos metodológicos, ancorados na perspectiva do pensamento complexo, envolvem pesquisa documental, estudo de caso numa unidade de conservação, entrevista narrativa e observação participante. A investigação parte do pressuposto de que os quadros de conflito possam ser decorrentes do turismo. Nesta direção, a opção pelo

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.070.664

estudo de caso se deu, em primeiro lugar, pela necessária observação das condutas psicossociais a serem observadas, o que seria facilitado a partir de um estudo in loco numa unidade de conservação. Tal unidade é a Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ, Brasil, localizada em região turística estratégica para políticas públicas de interesse turístico no contexto estadual fluminense.

Objetivo da Pesquisa:

Para o pesquisador os objetivos são os seguintes:

Objetivo Primário:

A questão central a ser investigada na tese refere-se à interpretação psicossocial sobre o papel do turismo no quadro de conflitos entre os grupos sociais. Para tal, será realizado um estudo de caso numa unidade de conservação, criada no âmbito do poder público do estado do Rio de Janeiro, em 2001, denominada Área de Proteção Ambiental Estadual de Macaé de Cima (APAMC), município de Nova Friburgo, estado do Rio de

Janeiro. Partindo desta afirmação e da dimensão do problema, o papel do turismo será investigado através de pesquisas envolvendo associações de agricultores, turistas, empresários do trade turístico, associações de moradores das vilas situados nas áreas de inserção da APAMC. Além disto, será foco da investigação tanto a relação entre os indivíduos no interior dos grupos, destacando-se conflitos internos, no sentido de investigar as interações indivíduo-grupo, quanto os conflitos externos, ou seja, os que ocorrem entre os grupos sociais. O estudo de tais conflitos, entre os indivíduos em espaços nos quais a relação com a natureza delimita a prática turística, é tido como primordial para o projeto de tese. Isto porque para se pensar o papel do turismo há de se investigar como os grupos sociais constroem subjetividades, compreendidas como um produto cultural, inerentes à produção do mundo e relacionadas às individualidades – “suportes físicos, biológicos, psíquicos, verbais, econômicos, estéticos, éticos, políticos” – e às relações de alteridade (SILVA, 1998, p.175). Na presente tese, um dos focos de investigação será a interpretação dos processos de construção de imagens e de discursos sobre si mesmos e sobre grupos sociais. Um exemplo podem ser situações em que imagens positivas construídas pelo próprio grupo entram em conflito com discursos construídos por outros grupos (TAJFEL, 1982). A relação entre estas situações e a emergência de conflitos sociais será um dos caminhos da pesquisa da tese. Sobre os conflitos sociais, Barbanti Jr (2002, p.2) menciona a existência de duas principais correntes principais de pensamento. Sob a égide marxista, “a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si”. Em contraposição, a “visão funcionalista credita a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.070.664

possível 'resolver' conflitos por meio da mudança nessas relações". Neste sentido, em termos de alinhar o conceito de conflito ao campo psicossocial, optou-se por compreender o conflito como um elemento constitutivo da existência humana, aproximando-se da "visão funcionalista". Para tal, o conflito é considerado como um fenômeno psicossocial que decorre do fato "de que a percepção da realidade é diversa" (PLATIAU et al., 2005, p.65) entre indivíduos ou grupos. Em muitas situações, ciente de que "os conflitos caracterizam mais os diferentes grupos sociais de uma comunidade que o consenso" (SEABRA, 2003, p.185), optou-se por delimitar os grupos sociais a serem estudados através do levantamento do histórico de conflitos na área de estudo. Considerando o turismo como uma prática social, o

objetivo primário da pesquisa é investigar o papel que o turismo possui/possuiu na construção, manutenção, extinção dos conflitos entre/intra os grupos sociais na APAMC.

Objetivo Secundário:

O objetivo secundário da pesquisa é demonstrar a relevância de se pensar em instrumentos de gestão do turismo em áreas protegidas sob o enfoque psicossocial. Além disto, a tese se constrói com base na aposta de estruturar teoricamente uma psicossociologia do turismo que possa dar conta dos desafios de se pensar o turismo em áreas protegidas, notadamente no Brasil. Exemplificar como a lente da psicossociologia pode ser interessante para se repensar o quadro referencial de políticas públicas voltadas ao uso público com enfoque prioritário em unidades de conservação de uso sustentável também consta como objetivo secundário. Em se tratando do estudo de caso, são objetivos específicos da pesquisa da tese: investigar a percepção do turismo pelos grupos sociais na referida área; mapear os conflitos junto aos grupos; sistematizar os conflitos nas discussões do Conselho Consultivo da APAMC; sistematizar conflitos internos nas associações representativas; e descrever e analisar como foi interpretado o papel do turismo nos conflitos pelos grupos sociais, pela gestão da APAMC e pelo poder público municipal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios descritos pelo pesquisador são:

Sabendo-se que toda a pesquisa oferece riscos aos seus participantes, ainda que possam ser mínimos, identificam-se a seguir algumas estratégias que minimizem os riscos, principalmente em se tratando de sujeitos em quadros de conflito, como é o caso do objeto central da tese.

Na pesquisa qualitativa, o desconforto que um participante pode sentir decorre, em alguns casos, de um incômodo durante o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais. A fim de minimizar este risco, a anuência do participante em qualquer fase da pesquisa envolve a

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.070.664

confidencialidade de sua identificação e a decisão, por parte dele, sobre o caráter público ou privado das informações que fornecerá à pesquisadora.

A confidencialidade será protegida de modo cuidadoso através da organização numérica da identificação dos entrevistados.

Ainda em relação às entrevistas, a pesquisadora deixará claro para cada participante os motivos pelos quais foi selecionado para ser entrevistado.

Além disto, haverá o detalhamento de todos os procedimentos que serão realizados a todos os participantes, com explicações sobre a utilização de gravadores ou máquinas fotográficas, a forma de ocultação das identidades, o tempo de arquivamento dos arquivos de áudio, a transcrição e o tipo de análise que será realizada com os dados recolhidos.

Durante as entrevistas, será ressaltado que o participante não precisa responder a qualquer pergunta caso sinta algum desconforto para falar. Além disto, não haverá incentivo ou reembolso de despesas a nenhum participante da pesquisa.

Quanto à observação participante, a fim de evitar que o compartilhamento de algumas informações possa abalar quadros de conflitos entre grupos sociais, a pesquisadora não possuirá, durante o período de campo, atuação com peso decisório, como o voto, nas instâncias observadas, a saber, Conselho Consultivo da APA Macaé de Cima, Conselho Municipal de Turismo e Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra,

buscando sempre uma postura ética para evitar o trânsito de informações recolhidas dos diferentes ambientes observados. Isto é, ao grupo observado, será informado que as informações recolhidas não serão compartilhadas com pessoas de fora do grupo foco da observação, durante a fase de campo, e que somente as informações descritas como públicas poderão ser divulgadas junto aos resultados da pesquisa. Em relação a riscos voltados à integridade física dos participantes, por exemplo, não haverá qualquer tipo de coerção que decorra das ações de pesquisa.

Considerando que a ética na pesquisa envolve a proteção dos participantes no que tange o respeito pela dignidade humana, os procedimentos metodológicos deste projeto parecem indicar riscos baixos dentre os supracitados.

Benefícios:

Em se tratando dos benefícios diretos aos participantes da pesquisa, com o objetivo de não se perder de vista o compromisso com a construção de conhecimento compartilhado, será realizada a restituição de pesquisa sistemática. No bojo desta atividade, alguns parâmetros da pesquisa participante serão utilizados, tais como a comunicação diferencial, a simplicidade de comunicação

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO



Continuação do Parecer: 2.070.664

e a popularização técnica (FALS BORDA, 1981).

Na comunicação diferencial, a regra é restituir os materiais "de forma adaptada e adequada de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação, ou com quem o estudo foi realizado" (FALS BORDA, 1981, p.51). Tal restituição deve utilizar recursos escritos ou áudio-visuais bem ilustrados e simples, sendo os grupos investigados os primeiros a receberem os resultados da

pesquisa. A simplicidade de comunicação refere-se à necessidade dos resultados serem expressos em uma linguagem acessível, exigindo um estilo diferente do modelo científico de apresentação. O último elemento a ser incorporado à restituição de pesquisa é a popularização técnica, tendo em vista a busca por técnicas de pesquisa mais simples e mais acessíveis aos grupos pesquisados, procurando "romper com sua dependência frente

aos intelectuais e realizar mais facilmente sua própria pesquisa" (FALS BORDA, 1981, p.53). Pretendemos também disponibilizar os dados obtidos através de artigo científico publicado no período 2018-2019 e também durante seminários/oficinas no segundo semestre de 2018 em relação aos benefícios para a sociedade como um todo, a pesquisa contribuirá para o monitoramento das áreas protegidas no estado do Rio de Janeiro, já que a

mesma também será cadastrada junto ao INEA RJ, Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, antes de iniciadas as fases de campo. Isto porque, há um direcionamento da gestão do referido órgão para controle e registro de pesquisas realizadas em todas as unidades de conservação do estado, de uso sustentável e de proteção integral, visando aprimorar os instrumentos de gestão da biodiversidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está correto de acordo com as determinações do CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O RCLE está de acordo com os critérios do CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora deve se atentar ao fato de que, no cadastro junto à Plataforma Brasil, está constando o nome "Feminino" ao invés do nome da pesquisadora (Cristiane Passos de Mattos). Provavelmente deve se tratar de um erro no preenchimento em seu cadastro pessoal junto à Plataforma.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240

UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 2.070.664

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_862970.pdf	22/04/2017 13:52:31		Aceito
Cronograma	cronograma.docx	22/04/2017 13:50:25	Feminino	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOS_CONSENTIMENTO.docx	22/04/2017 13:50:02	Feminino	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoedetalhado.pdf	20/03/2017 18:17:35	Feminino	Aceito
Brochura Pesquisa	brochuraCristianeMattos.docx	20/03/2017 18:11:04	Feminino	Aceito
Folha de Rosto	folharostoCristianeMattos.pdf	20/03/2017 18:09:03	Feminino	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 18 de Maio de 2017

Assinado por:

Fátima da Silva Grave Ortiz
(Coordenador)

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Informado

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa para o projeto *PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: UM CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO E OS CONFLITOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, NOVA FRIBURGO, RJ, BRASIL*. Esta pesquisa tem como objetivo o estudo das interfaces entre turismo e natureza, investigando as interações sociais relacionadas a quadros de conflitos internos aos grupos sociais ou entre distintos grupos sociais residentes na área de Proteção ambiental de Macaé de Cima, Nova Friburgo, RJ.

Para participar deste estudo não haverá nenhum custo, nem se receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Esta entrevista será filmada, gravada e/ou registrada por escrito.

Este projeto não apresenta nenhum risco para você a não ser o tempo dispensado em responder a entrevista. Este projeto não trará benefícios diretos a você, mas uma vez que concluído estará à sua disposição. Pretendemos também disponibilizar os dados obtidos através de artigo científico publicado no período 2018-2019 e também durante seminários/oficinas em 2018.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UFRJ e a outra será fornecida a você.

--

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo *PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: UM CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO E OS CONFLITOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, NOVA FRIBURGO, RJ, BRASIL* de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2017.

Nome Assinatura participante Data

Nome Assinatura pesquisador Data

Nome Assinatura testemunha Data

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa Eicos - Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
Endereço: Instituto de Psicologia da UFRJ - Pavilhão Newton Campos
Av. Pasteur, 250. Praia Vermelha. Rio de Janeiro. CEP 22290-240
Tel:(21) 3938-5348 E-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

APÊNDICE 3 – Termo de Autorização de Uso de Imagem

Termo de Autorização de Uso de Imagem

Eu,

_____ (nome completo), _____ (nacionalidade), _____ (estado civil) portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, AUTORIZO a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – por meio dos Programas de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Inclusão Social (EICOS\P\UFRJ) e Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED\IE\UFRJ), a utilizar minha imagem e voz para o projeto de pesquisa *PSICOSSOCIOLOGIA DO TURISMO: UM CAMINHO PARA SE PENSAR O TURISMO E OS CONFLITOS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, NOVA FRIBURGO, RJ, BRASIL*, sem qualquer ônus para a UFRJ, e para os Programas EICOS\IP e PPED\IE.

Esta autorização inclui o uso de todo material criado que contenha as imagens filmadas, fotografadas e voz cujo uso ora é cedido, da forma que melhor aprouver a UFRJ e aos Programas EICOS\IP e PPED\IE, notadamente para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como apresentações, palestras, exposições, material impresso, CD, DVD, rádio, televisão, bem como sua disseminação via internet, sem limitação de tempo ou número de exposições. A presente autorização de uso de imagem se faz a título gratuito, abrangendo inclusive a licença a terceiros, de forma direta ou indireta, e está vinculada unicamente a utilização da(s) imagem (ns) identificada no presente Instrumento, as quais serão utilizadas na publicação e veiculação já citadas. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

_____, _____ de _____ de 2017.

Telefone fixo: _____

Telefone celular: _____

Email: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE 4 - Fotos da 5ª. EXPO AFASPS – 17/06/2017

Fonte: Elaboração própria (2017)

APÊNDICE 5 - Roteiro de entrevista dirigido ao Gestor APAMC

QUESTÃO GERATIVA

COMO O TURISMO É/FOI PERCEBIDO PELA GESTÃO DA APAMC? QUAL O PAPEL DO TURISMO NO COTIANO DA APAMC? QUAL É A RELAÇÃO DO TURISMO COM OS QUADROS DE CONFLITO?

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado: _____

Local da Entrevista: _____

Data: _____

Duração do áudio: _____

2. SIGNIFICADO da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC)?

O que é a APAMC para você?

O que ela representa para os moradores da área?

O que acha positivo na APAMC?

O que acha negativo na APAMC?

O que significa ser/ter sido o gestor da APAMC para você?

3. OS DESAFIOS DA GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

- No contexto da gestão da unidade, o que se faz/fez na APAMC para proteção da natureza?
- Quais são as ações mais significativas para a conservação dos recursos naturais da APAMC?
- Há algum(ns) lugar(es) na APAMC que especificamente tenha(m) maior apelo voltado à proteção da natureza? Qual(ais)? Por quê?
- Como gostaria que as ações de conservação dos recursos naturais fossem desenvolvidas na APAMC? Quais?
- Quem deveria/poderia ser envolvido nestas ações? Por quê?
- Quais os principais desafios pelos quais a gestão da APAMC passa/passou?

4. MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS E CONFLITOS

- Para você o que é conflito?
- Quem são as pessoas/grupos/associações das populações residentes na APAMC que, em sua opinião, foram expoentes atuando em consonância com os objetivos da criação da unidade de conservação? Por quê?
 - a) No momento de implementação da unidade
 - b) Nos últimos 5 anos
- Quem são as pessoas/grupos/associações das populações residentes na APAMC que, em sua opinião, foram expoentes atuando em conflito com os objetivos da criação da unidade de conservação? Por quê?
 - a) No momento de implementação da unidade

b) Nos últimos 5 anos

- O que acha que o Conselho Consultivo representa para a população residente na APAMC?
- Quais os grupos sociais foram/são mais atuantes no conselho da unidade de conservação? Por quê?
- Pra você, quais são os principais conflitos que marcaram os 15 anos de existência da APAMC?

5. O TURISMO

- Para você, o que é turismo?
- Quais são os grupos sociais que se envolvem/envolveram com o turismo na APAMC?
- Quais são as principais características do turismo na APAMC?
- Que papel o turismo tem em relação aos objetivos de criação da unidade?
- Como o turismo aparece/aparecia nas discussões do Conselho Consultivo?
- Qual a principal motivação dos turistas para visitarem a APAMC?
- O que é positivo no turismo na APAMC?
- O que é negativo no turismo na APAMC?
- Você gostaria que o turismo fosse fortalecido como estratégia de desenvolvimento e geração de renda na APAMC? Por quê?
- Que papel o turismo tem/teve no quadro de conflitos entre grupos sociais na APAMC?

APÊNDICE 6 - Roteiro de entrevista dirigido às lideranças

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado: _____

Local da Entrevista: _____

Data: _____

Duração do áudio: _____

QUESTÃO GERATIVA:

COMO O TURISMO É PERCEBIDO POR VOCÊ? QUAL O PAPEL DO TURISMO APRESENTA NO COTIANO DO GRUPO SOCIAL (A QUE PERTENCE)?

2. SIGNIFICADO da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC)?

O que é a APAMC para você?

O que ela representa para os moradores da área?

O que acha positivo na APAMC?

O que acha negativo na APAMC?

3. A CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

- O que se faz/fez na APAMC para proteção da natureza?
- Quais são as ações mais significativas para a conservação dos recursos naturais da APAMC?
- Há algum(ns) lugar(es) na APAMC que especificamente tenha(m) maior apelo voltado à proteção da natureza? Qual(ais)? Por quê?
- Como gostaria que as ações de conservação dos recursos naturais fossem desenvolvidas na APAMC? Quais?
- Quem deveria/poderia ser envolvido nestas ações? Por quê?

4. MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS E CONFLITOS

- Para você o que é conflito?
- Para você, existiram conflitos na época de criação da APAMC? Quais?
- No seu cotidiano, como o turismo se relacionou com estes conflitos?

5. O TURISMO

- Para você, o que é turismo?
- Quais são os grupos sociais que se envolvem/envolveram com o turismo na APAMC?
- Quais são as principais características do turismo na APAMC?
- Qual a principal motivação dos turistas para visitarem a APAMC?
- O que é positivo no turismo na APAMC?
- O que é negativo no turismo na APAMC?
- Você gostaria que o turismo fosse fortalecido como estratégia de desenvolvimento e geração de renda na APAMC? Por quê?

APÊNDICE 7 - Roteiro de entrevista dirigido aos Conselheiros da APAMC

QUESTÃO GERATIVA:

COMO O TURISMO É PERCEBIDO POR VOCÊ? QUAL O PAPEL DO TURISMO APRESENTA NO COTIDIANO DO GRUPO SOCIAL (A QUE PERTENCE)? COMO O TURISMO FOI/É DISCUTIDO NAS REUNIÕES DO CONSELHO CONSULTIVO?

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do entrevistado: _____

Local da Entrevista: _____

Data: _____

Duração do áudio: _____

2. SIGNIFICADO da Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima (APAMC)?

O que é a APAMC para você?

O que ela representa para os moradores da área?

O que acha positivo na APAMC?

O que acha negativo na APAMC?

O que significa ser conselheiro da APAMC para você?

3. OS DESAFIOS DA GESTÃO E A CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

- No contexto da gestão da unidade, o que se faz/fez na APAMC para proteção da natureza?
- Quais são as ações mais significativas para a conservação dos recursos naturais da APAMC?
- Há algum(ns) lugar(es) na APAMC que especificamente tenha(m) maior apelo voltado à proteção da natureza? Qual(ais)? Por quê?
- Como gostaria que as ações de conservação dos recursos naturais fossem desenvolvidas na APAMC? Quais?
- Quem deveria/poderia ser envolvido nestas ações? Por quê?
- Quais os principais desafios pelos quais a gestão da APAMC passa/passou?

4. MAPEAMENTO DOS GRUPOS SOCIAIS E CONFLITOS

- Para você o que é conflito?
- Quem são as pessoas/grupos/associações das populações residentes na APAMC que, em sua opinião, foram expoentes atuando em consonância com os objetivos da criação da unidade de conservação? Por quê?
 - a) No momento de implementação da unidade
 - b) Nos últimos 5 anos
- Quem são as pessoas/grupos/associações das populações residentes na APAMC que, em sua opinião, foram expoentes atuando em conflito com os objetivos da criação da unidade de conservação? Por quê?

- a) No momento de implementação da unidade
- b) Nos últimos 5 anos

- O que acha que o Conselho Consultivo representa para a população residente na APAMC?
- Quais os grupos sociais foram/são mais atuantes no conselho da unidade de conservação? Por quê?
- Pra você, quais são os principais conflitos que marcaram os 15 anos de existência da APAMC?

5. O TURISMO

- Para você, o que é turismo?
- Quais são os grupos sociais que se envolvem/envolveram com o turismo na APAMC?
- Quais são as principais características do turismo na APAMC?
- Que papel o turismo tem em relação aos objetivos de criação da unidade?
- Como o turismo aparece nas discussões do Conselho Consultivo?
- Qual a principal motivação dos turistas para visitarem a APAMC?
- O que é positivo no turismo na APAMC?
- O que é negativo no turismo na APAMC?
- Você gostaria que o turismo fosse fortalecido como estratégia de desenvolvimento e geração de renda na APAMC? Por quê?
- Que papel o turismo tem/teve no quadro de conflitos entre grupos sociais na APAMC?

ANEXOS

Anexo 1 – Decreto Estadual 29.213/ 14/09/2001, cria APAMC

Decreto nº 29.213 de 14 de setembro de 2001.

CRIA a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA de Macaé de Cima), no município de Nova Friburgo e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º E-07/201.327/99 e

CONSIDERANDO o patrimônio inestimável representado pela Floresta Ombrófila Densa em ótimo estado de conservação, considerada de preservação permanente e responsável pelo abrigo de inúmeras espécies da fauna e da flora nativas, muitas delas endêmicas e raras, outras ameaçadas de extinção, protegidas por legislação específica;

CONSIDERANDO a necessidade de proteção das bacias dos mananciais existentes (Rio Macaé de Cima, Rio Bonito, Rio das Flores, Rio Santo Antônio e demais afluentes) e de manutenção da qualidade da água;

CONSIDERANDO tratar-se de uma das áreas remanescentes da vegetação que outrora recobria toda a Serra do Mar, em prol de cuja proteção diversas Unidades da Federação já vêm se manifestando;

CONSIDERANDO que a área está contida na Mata Atlântica;

CONSIDERANDO que a Mata Atlântica é reconhecida como patrimônio nacional pelo art. 225 § 4º, da Constituição da República, protegida pelo Decreto Federal nº 750, 10/02/93 e considerada área de relevante interesse ecológico pelo art. 266, I da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO que a Mata Atlântica é provisoriamente tombada pelo Estado, através de Edital do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, publicado em 06/03/91, e foi homologada como Reserva da Biosfera do Programa MaB (*Man and Biosphere*) da UNESCO e

CONSIDERANDO a Resolução nº 10 do CONAMA, de 14/12/88, que dispõe sobre as Áreas de Proteção Ambiental,

D E C R E T A

Art. 1º. Fica criada a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, Iccalizada no município de Nova Friburgo, com limites determinados com base nas cartas de Nova Friburgo (folha SF-23-Z-B-II-4), Quartéis (folha SF-23-Z-BIII-3) e Casimiro de Abreu (folha AF-23-Z-B-III-4), em escala 1:50.000 do IBGE.

Art. 2º. A Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima tem seus limites definidos pela poligonal que tem início no ponto P01 (787750E e 7523750N) localizado no encontro do Rio Macaé com o Rio Sana, no bairro do Sana; daí segue no sentido Noroeste, até o ponto P02 (787250E a 7524000N), localizado na RI-142, depois segue em direção Oeste, acompanhando o divisor de águas até o pico com 648 metros de altitude, no ponto P03 (786150E e 7523600N) localizado a montante da Fazenda Santo Antônio; daí segue pela cumeada da serra, limite da bacia do Rio Macaé, seguindo em direção geral Sudoeste, passando pela Fazenda Quilombo, até o ponto P04 (782600E e 7522050N), localizado na estrada existente; daí segue sempre acompanhando o divisor de água, limítrofe da bacia do rio Macaé, na direção Sudoeste até o ponto P05 (776100E e 7517850N), localizado no pico de altitude de 1109 metros; daí segue pela cumeada da Serra da Boa Vista, em direção Oeste passando pelas Serras dos Pilões e do Taquaruçu, até encontrar o ponto P06 (757600E e 7516800N), localizado no pico de altitude de 1273 metros; daí segue na direção Sudoeste, sempre seguindo o limite da bacia hidrográfica, passando pela Serra São João, até encontrar o ponto P07 (749400E e 7516300N), localizado em Macaé de Cima, a montante da nascente do rio Macaé, em um pico cuja altitude é de 1.616 metros; daí segue em direção geral Nordeste, seguindo pela linha de cumeada e divisor de águas da bacia hidrográfica do rio Macaé, acompanhando a Serra de Macaé de Cima, até encontrar o ponto P08 (757700E e 7524400N), localizado na estrada existente do Mirandela; daí segue pelo divisor de águas passando pelos picos de 1471 metros, 1400 metros e 1609 metros, seguindo em direção geral Nordeste, cruzando a estrada do Sitio Azul no ponto P09 (759150E e 7525900N); daí continuando pela Serra de São Bernardo passando pe1os picos de 1557 metros e 1500 metros de altitude, seguindo pelo divisor de águas até cruzar a estrada Alto dos Cinquenta, no ponto P10 (761150E e 7527100N); daí seguindo pela linha limítrofe da bacia hidrográfica até cruzar a RJ-142 no ponto P11 (763950E e 7528350N), daí seguindo em direção Nordeste, acompanhando o divisor de águas, passando pela Serra da Sibéria até o ponto P12 (773450E e 7530900N), localizado na estrada Lumiar, São Pedro e Vargem Alta; daí prossegue em direção Nordeste, sempre acompanhando a linha de cumeada da Serra de Macaé, limítrofe da bacia hidrográfica, seguindo por esta linha divisória, em direção Sudeste, até encontrar o ponto inicial P01.

Art. 3º. No território da APA de Macaé de Cima são vedados:

- I - caça, perseguição, aprisionamento e apanha de animais da fauna indígena;
- II - implantação e funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras (Lei Federal nº 6.902, de 27/04/81, art. 9º, “a”);
- III - o exercício de atividades que ameacem extinguir, na área protegida, as espécies raras da biota regional (Lei Federal nº 6.902 de 27/04/81, art.9º, “d”);
- IV - desmatamento e/ou ocupação nas faixas marginais de proteção dos corpos d'água.

Art. 4º. Com base na Lei Federal nº 6.902/81, são vedados, até a publicação do Plano Diretor da APA de Macaé de Cima:

I - desmatamento, abate de árvores, extração de madeira, retirada de material vegetal ou espécimens vegetais nativos da Mata Atlântica, e promoção de queimadas;

II - parcelamento da terra, para fins de urbanização;

III - alterações do modelado do perfil natural dos terrenos;

IV - abertura de logradouros, estradas e canais de drenagem;

V - obras de terraplanagem e aberturas de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais (Lei Federal nº 6.902/81, art.9º, “b”);

VI - atividades capazes de provocar erosão acelerada das terras e/ou acentuado assoreamento das coleções hídricas (Lei Federal nº 6.902/81, art.9º, “c”);

VII - atividades de mineração, dragagem e escavação que venham a causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para as pessoas ou para a biota (Resolução nº 10 do CONAMA, de 14/12/1988, artigo 6º).

Art. 5º. O Plano Diretor será elaborado dentro de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de criação da APA, por equipe constituída nos moldes da Lei Estadual nº 1.681, de 19/07/90.

§ 1º - A elaboração do Plano Diretor poderá ter a participação de outras instituições a serem indicadas pela CECA, observado o disposto na Lei nº 1.681/90.

§ 2º - Para os núcleos urbanos existentes na área da APA, o Plano Diretor estabelecerá mecanismos de compatibilização do zoneamento ambiental com o zoneamento urbano, de acordo com a Lei nº 2.244, de 08/12/88, do Município de Nova Friburgo.

Art. 6º. As infrações ao disposto neste Decreto sujeitarão o infrator às sanções administrativas previstas na Lei Estadual nº 3.467, de 14/09/2000, e demais diplomas legais atinentes à espécie, sem prejuízo da reparação e indenização dos danos e da aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2001

ANTHONY GAROTINHO

Anexo 2 – Cartaz de divulgação da 5ª. EXPO AFASPS

5ª EXPOSIÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES
AFASPS
DESDE 2011
DE SÃO PEDRO DA SERRA E ADJACÊNCIAS

SÁBADO
17/JUN/2017
À PARTIR DAS 17 HS

Local: QUADRA
POLIESPORTIVA DE
SÃO PEDRO DA SERRA

BARRAQUINHAS COM COMIDAS
TÍPICAS DA REGIÃO

EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

FEIRINHA

LEILÃO

CALDO DE CANA COM PASTEL

SHOW FORROZÃO
ESTRELAS DA TERRA

“AGRICULTURA FAMILIAR. QUEM NÃO VIVE DELA, PRECISA DELA PRA VIVER!”

Fonte: AFASPS, 2018.

Anexo 4 – Resolução 107/2013 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

RESOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 107 DE 22 DE MAIO DE 2013

APROVA NOVA DEFINIÇÃO DAS REGIÕES HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E REVOGA A RESOLUÇÃO CERHI Nº 18 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2006

O **CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**, instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- a Resolução CERHI-RJ nº 18, de 08 de novembro de 2006;
- a divisão municipal do Estado do Rio de Janeiro, em vigor (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - Ceperj 2010);
- a base cartográfica do Estado do Rio de Janeiro na escala 1:50.000, atualmente disponível;
- o desenvolvimento do primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, que identificou a necessidade de correções e a oportunidade de ajustes nas Regiões Hidrográficas definidas pela Resolução nº 18 de 08 de novembro de 2006, permitindo otimizar a gestão das águas no território fluminense e readequar a área de abrangência dos comitês de bacias hidrográficas;

RESOLVE:

Art. 1º - O território do Estado do Rio de Janeiro, para fins de gestão de Recursos Hídricos, fica dividido em 09 (nove) Regiões Hidrográficas (RHs) abaixo elencadas:

- I - RH I: Região Hidrográfica Baía da Ilha Grande;
- II - RH II: Região Hidrográfica Guandu;
- III - RH III: Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul;
- IV - RH IV: Região Hidrográfica Piabanha;
- V - RH V: Região Hidrográfica Baía de Guanabara;
- VI - RH VI: Região Hidrográfica Lagos São João;
- VII - RH VII: Região Hidrográfica Rio Dois Rios;
- VIII - RH VIII: Região Hidrográfica Macaé e das Ostras; e
- IX - RH IX: Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.

Parágrafo Único – A abrangência e os limites das Regiões Hidrográficas, relacionadas nos incisos I a IX deste artigo, são os constantes dos Anexos I e II desta Resolução.

Art.2º - As áreas de atuação dos comitês de bacias hidrográficas estaduais deverão coincidir com a respectiva região hidrográfica, inclusive no caso de comitês já constituídos.

Art. 3º - O Instituto Estadual do Ambiente - INEA realizará as adequações que se fizerem necessárias, sempre que houver atualização da base cartográfica oficial do Estado do Rio de Janeiro e/ou alterações nas suas divisões político-administrativas.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

Parágrafo Único - As atualizações de que trata o artigo anterior deverão ser homologadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI-RJ.

Art. 4º - Revogar a Resolução CERHI-RJ nº 18, de 08 de novembro de 2006.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2013

Luiza Cristina Krau de Oliveira

Luiza Cristina Krau de Oliveira
Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Publicada no Diário Oficial de 12/06/2013, pág. 35/36

ANEXO I

Divisão territorial em Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

Regiões Hidrográficas	Municípios	Principais Bacias Hidrográficas
RH-I Baía da Ilha Grande	Total: Paraty e Angra dos Reis; Parcialmente: Mangaratiba.	Bacias Contribuintes à Baía de Parati, Bacia do rio Mambucaba, Bacias Contribuintes à Enseada de Bracuí, Bacia do Bracuí, Bacias Contribuintes à Baía da Ribeira, Bacias da Ilha Grande, Bacia do rio Conceição de Jacareí
RH-II Guandu	Total: Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica. Parcialmente: Barra do Piraí, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Piraí, Rio Claro, Rio de Janeiro e Vassouras	Bacia do Santana, Bacia do São Pedro, Bacia do Macaco, Bacia do Ribeirão das Lajes, Bacia do Guandu (Canal São Francisco), Bacia do Rio da Guarda, Bacias Contribuintes à Represa de Ribeirão das Lajes, Bacia do Canal do Guandu, Bacia do Guandu-Mirim, Bacias Contribuintes ao Litoral de Mangaratiba e de Itacurussá, Bacia do Mazomba, Bacia do Piraquê ou Cabuçu, Bacia do Canal do Itá, Bacia do Ponto, Bacia do Portinho, Bacias da Restinga de Marambaia, Bacia do Piraí.
RH-III Médio Paraíba do Sul	Total: Itatiaia, Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa, Volta	Bacia do Preto, Bacias do Curso Médio Superior do Paraíba do Sul



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

Regiões Hidrográficas	Municípios	Principais Bacias Hidrográficas
	Redonda, Pinhal, Valença, Rio das Flores, C. Levi Gasparian. Parcialmente: Mendes, Rio Claro, Pirai, Barra do Pirai, Vassouras, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Paraíba do Sul e Três Rios.	
RH-IV Piabanha	Total: Areal, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis. Parcialmente: Carmo, Petrópolis, Paraíba do Sul, Três Rios, Paty do Alferes.	Bacias da Margem Direita do Médio Inferior do Paraíba do Sul, Bacia do Piabanha, Sub-Bacias dos Rios Paquequer e Preto.
RH-V Baía de Guanabara	Total: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis; Parcialmente: Maricá, Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.	Bacias contribuintes às Lagunas de Itaípu e Piratininga, Bacia do Guaxindiba-Alcântara, Bacia do Caceribu, Bacia do Guapimirim-Macacu, Bacia do Roncador ou Santo Aleixo, Bacia do Iriri, Bacia do Surui, Bacia do Estrela, Inhomirim, Saracuruna, Bacias Contribuintes à Praia de Mauá, Bacia do Iguaçu, Bacia do Pavuna-Meriti, Bacias da Ilha do Governador, Bacia do Irajá, Bacia do Faria-Timbó, Bacias Drenantes da Vertente Norte da Serra da Carioca, Bacias Drenantes da Vertente Sul da Serra da Carioca, Bacias Contribuintes à Praia de São Conrado, Bacias Contribuintes ao Complexo Lagunar de Jacarepaguá.
RH-VI Lagos São João	Total: Silva Jardim, Araruama, Cabo Frio, Armação de Búzios, Saquarema, Iguaçu Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo; Parcialmente: Rio Bonito, Cachoeira de Macacu, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Maricá.	Bacia do São João, Bacia do Una, Bacia do Canal dos Medeiros, Bacias Contribuintes ao Complexo Lagunar de Saquarema Jacaré e Araruama, Bacias do Litoral de Búzios.
RH-VII Rio Dois Rios	Total: Bom Jardim, Duas Barras, Cordeiro, Macuco, Cantagalo, São	Bacia do Rio Negro e Grande/Dois Rios, Bacia do Ribeirão do Quilombo, Bacia do Ribeirão das Areias, Bacia do



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

Regiões Hidrográficas	Municípios	Principais Bacias Hidrográficas
	Sebastião do Alto, Itaocara; Parcialmente: Carmo, Nova Friburgo, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena, São Fidélis.	Rio do Colégio.
RH- VIII Macaé e das Ostras	Total: Macaé. Parcialmente: Carapebus e Conceição de Macabu, Casimiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio das Ostras	Bacia do Jundiá, Bacia do Macaé e Bacia do Imboacica
RH- IX Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	Total: Quissamã, São João da Barra, Cardoso Moreira, Italva, Cambuci, Itaperuna, São José de Ubã, Aperibé, Santo Antônio de Pádua, Natividade, Miracena, Laje do Muriaé, Bom Jesus do Itabapoana, São Francisco do Itabapoana, Porciúncula, Varre-Sai Parcialmente: Trajano de Moraes, Conceição de Macabu, Carapebus, Santa Maria Madalena, Campos dos Goytacazes e São Fidélis	Bacia do Muriaé, Bacia do Pomba, Bacia do Pirapetinga, Bacia do Córrego do Novato e Adjacentes, Pequenas Bacias da Margem Direita e Esquerda do Baixo Paraíba do Sul, Bacia do Jacaré, Bacia do Campelo, Bacia do Cacimbas, Bacia do Muritiba, Bacia do Coutinho, Bacia do Grussaí, Bacia do Iquipari, Bacia do Agu, Bacia do Pau Fincado, Bacia do Nicolau, Bacia do Preto, Bacia do Preto Ururaí, Bacia do Pernambuco, Bacia do Imbé, Bacia do Córrego do Imbé, Bacia do Prata, Bacia do Macabu, Bacia do São Miguel, Bacia do Arrozal, Bacia da Ribeira, Bacia do Carapebus, Bacia do Itabapoana, Bacia do Guaxindiba, Bacia do Buena, Bacia do Baixa do Arroz, Bacia do Guriri



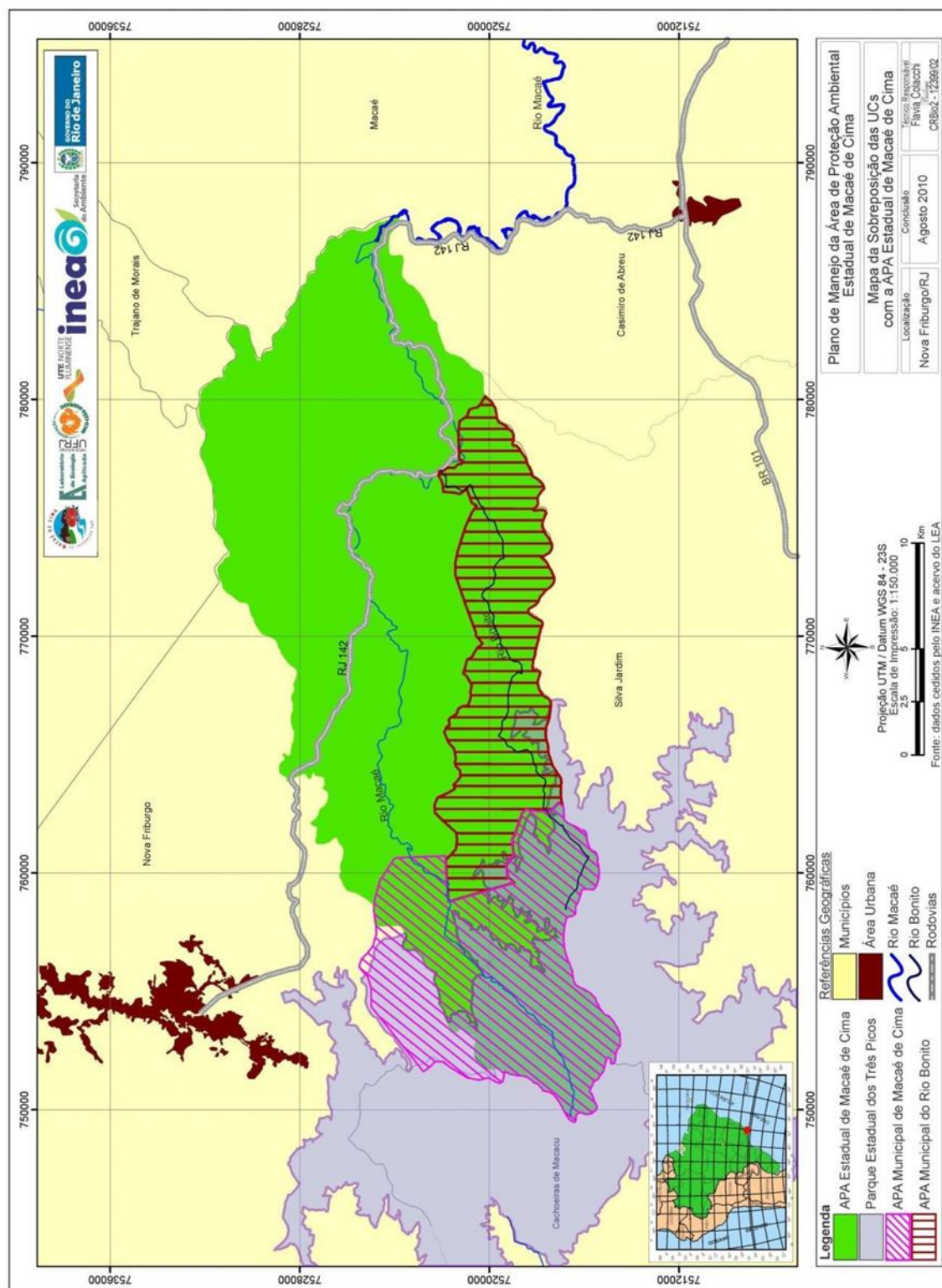
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERHI

ANEXO II – MAPA



Anexo 5 – Principais UCs sobrepostas à APAMC

Fonte: INEA, 2014



- R

Anexo 6 - Reservas Particulares de Proteção da Natureza (RPPN) na APAMC

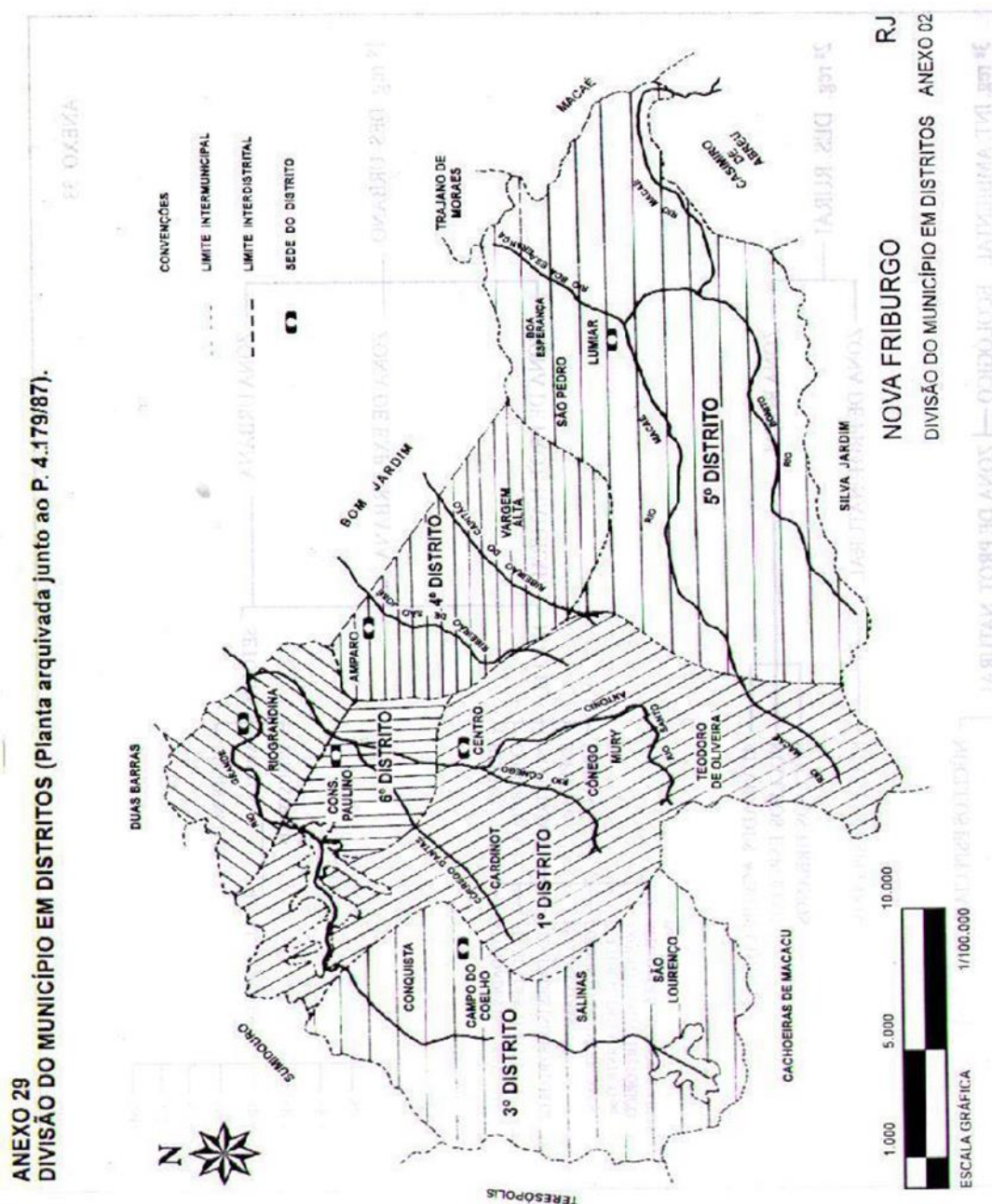
Relação das RPPN inseridas na APA.

Relação das RPPN Inseridas dentro do Limite da APA			
Nome da RPPN	Tamanho (ha)	Portaria	Âmbito
Jardim das Delícias	20.42	04 de 13/12/2009	Federal
Villa São Romão	50.02	73 de 04/09/2009	Federal
Reserva do Sossego I	1.02	35 de 02/05/2007	Federal
Reserva do Sossego II	1.04	36 de 20/04/2007	Federal
Panapanã	17.25	INEA/RJ/PRES 71 de 20/10/2009	Estadual
Vale do Paraíso	84.99	INEA/RJ/PRES 77 de 12/11/2009	Estadual
Bacchus	101.73	INEA/RJ/PRES 81 de 01/12/2009	Estadual
Sítio da Luz	14.77	INEA/RJ/PRES 101 de 08/02/2010	Estadual
Terra do Sol e da Lua	10,78	INEA PRES Nº 431 DE 10-04-13	Estadual

FONTE: Site do INEA, 2013 / Site do ICMBio, 2013

Fonte: INEA (2014)

Anexo 7 – Zoneamento Urbano-Ambiental do Município de Nova Friburgo



Fonte: NOVA FRIBURGO(1988)

Anexo 8 – Pedido encaminhado pelo Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro à Prefeitura de Nova Friburgo para criação da Reserva Ecológica de Macaé de Cima em novembro de 1989



(F)

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UMA RESERVA ECOLÓGICA EM MACAÉ DE CIMA
FRIBURGO-RJ

INTRODUÇÃO

A Mata Atlântica é uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo, sendo internacionalmente reconhecida como uma prioridade no que diz respeito à conservação. No passado, esta região florestal ocupava 1,5 milhões de km², através de 13 Estados brasileiros e com larguras que variavam de 100 - 200 km. Atualmente, ca. de 4% desta floresta sobrevive, geralmente sob a forma de vestígios.

Reconhecida assim sua importância, que através da Constituição da República Federativa do Brasil, foi declarada Patrimônio Nacional (§4º, art. 225, capítulo VI - Do Meio Ambiente).

PROGRAMA MATA ATLÂNTICA - JBRJ

O Programa Mata Atlântica, dentro dos objetivos e prioridades estabelecidos pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tem como finalidade principal promover o conhecimento e a consequente conservação deste ecossistema, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, um dos principais centros de endemismos da Floresta Atlântica, estabelecendo a integração das iniciativas de conservação, dentro de um plano de ação com enfoque regional.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

(F)²

Objetiva também, de um modo abrangente, promover o conhecimento da Floresta Atlântica através do desenvolvimento de pesquisas integradas e multidisciplinares dos recursos naturais envolvidos, visando a conservação e o desenvolvimento sustentado do ecossistema, fomentando a formação e o treinamento dos recursos humanos envolvidos com este Projeto, como também a coleta, a manutenção e a organização das informações científicas sobre a Floresta Atlântica, através da formação de um banco de dados sobre os recursos naturais.

Várias instituições e organismos nacionais e internacionais têm se esforçado para conservar os remanescentes da Floresta Atlântica. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado em 1808, está há muitas décadas integrado nestes esforços para a conservação da Floresta Atlântica e consciente da dificuldade para a conservação desta floresta, devido às poucas informações disponíveis sobre os recursos florísticos envolvidos. Cumprindo o seu papel fundamental para a efetiva conservação da Floresta Atlântica, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro vem participando tanto na criação das unidades de conservação hoje existentes, como também desenvolvendo pesquisas científicas e um intenso trabalho de campo nas áreas da Floresta Atlântica, visando a coleta, o conhecimento e a organização das informações com o objetivo de confeccionar e aprimorar os planos de manejo das áreas já protegidas, assim como identificar e propor a inclusão de áreas remanescentes ainda não incluídas no sistema de unidades de conservação, uma vez que as áreas atualmente protegidas não são suficientes para conservar os recursos genéticos envolvidos na grande diversidade biológica

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO



3.
(F)

existente na Floresta Atlântica. Por isto, é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro a instituição que possui um maior número de informações relativas a este ecossistema.

ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA

Estado do Rio de Janeiro, Município de Nova Friburgo, Macaê de Cima, nascentes do Rio das Flores e Rio Macaê, lat. $43^{\circ}32'20''S$ e long. $22^{\circ}27'30''W$ de Gr. (Fase I).

A escolha da área de atuação dos Projetos, foi baseada na criteriosa seleção de áreas remanescentes da Floresta Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a prioridade em termos de conservação, através de mapas cartográficos (IBGE, 1974; FUNDREN 1976), imagens interpretadas (BND/INTELSAT II) e de um intensivo trabalho de campo. A metodologia utilizada para o Programa foi a de se obter informações científicas básicas, através do desenvolvimento de projetos integrados e multidisciplinares, cujos resultados possam ser utilizados nas ações necessárias a efetiva conservação das áreas remanescentes da Floresta Atlântica, no mais curto espaço de tempo possível, tendo em vista a urgência nas ações de conservação.

CONSERVAÇÃO DA REGIÃO DE MACAÊ DE CIMA - FRIBURGO/RJ

JUSTIFICATIVA:

A cobertura florestal do Estado vem apresentando reduções alarmantes de ano para ano. Dos 97% existentes à

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO



(F)

época do descobrimento, as florestas cobrem hoje apenas aproximadamente 8% do território Estadual. Os estudos revelam ainda inúmeros focos de degradação, seja para aumento das áreas cultivadas, seja para expansão urbana.

A situação se agrava na medida em que são destruídas e substituídas por pastagens, as florestas situadas em áreas íngremes e margens dos rios o que resulta em desequilíbrios ambientais, alterações climáticas, destruição de flora e fauna, enchentes e deslizamentos, além da erosão e empobrecimento de solos potencialmente férteis.

Desta forma, as intervenções conservacionistas devem ser voltadas para ações que garantam a consecução integral das amostras representativas de ecossistemas ou o pleno desenvolvimento urbano/turístico e/ou agropecuário do Estado sem que haja desmatamento indiscriminados. Neste sentido recomenda-se a proteção de todas as grandes massas florestais remanescentes, principalmente as situadas no maciço atlântico da Serra do Mar, abrangendo as áreas já protegidas por lei e incorporando-se ao sistema, as florestas dos municípios de Teresópolis, Friburgo e Cachoeira de Macacu até a Serra de Macaé.

PROPOSTA:

A conservação de amostras representativas dos principais ecossistemas brasileiros faz parte da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º item IV da Lei 6.938/81).

Neste artigo é citada a criação de Reservas Ecológicas (item VI) como um dos Instrumentos da Política, po-

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

5.
(F)

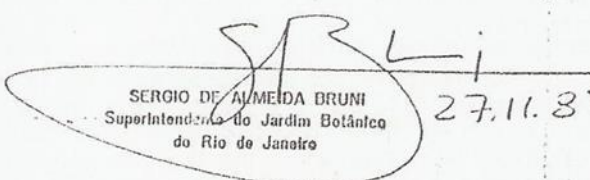
dendo ser executada pelo Poder Público Municipal.

São consideradas RESERVAS ECOLÓGICAS as áreas de preservação permanente mencionadas no art. 18 da Lei nº 6.938/81, bem como as instituídas por ato do Poder Público (art. 1º do Decreto nº 89.336, de 31.01.84).

A definição de RESERVAS ECOLÓGICAS foi baixada pela Resolução nº 04, de 18.09.85 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Ainda o CONAMA reconhece as RESERVAS ECOLÓGICAS como uma das categorias de "Sítios Ecológicos de Relevância Cultural" para efeito da Portaria nº 181/87 do Ministério da Cultura (Resolução CONAMA nº 11/87).

Assim, propomos que seja declarada a região de Macaé de Cima - Friburgo/RJ como uma RESERVA ECOLÓGICA, tendo em vista sua importância ecológica e científica.


SERGIO DE ALMEIDA BRUNI
Superintendente do Jardim Botânico
do Rio de Janeiro

27.11.87

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

Anexo 10 - Decreto Municipal 156 de 03/01/1990 que cria a Reserva Ecológica de Macaé de Cima

Decreto n 156 de 03 de Janeiro de 1990

" Cria a Reserva Ecologica de Macae de Cima - Nova Friburgo/RJ".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, no uso de suas atribuicoes legais, e
Considerando o inciso VI, artigo 3, da Politica Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispoe inclusive, sobre a criacao de Reservas Ecologicas pelo Poder Publico Municipal;

Considerando os artigos 1 e 3 do Decreto n 89.336, de 31 de janeiro de 1984, que dispoe que as Reservas Ecologicas criadas pelo Poder Publico, bem como as mencionadas no artigo 18 da Lei 6.938/81 sao consideradas areas de preservacao permanente, devendo a protecao ter como finalidade manter os ecossistemas naturais de importancia regional ou local e regular o uso admissivel dessas areas, de modo a compactibiliza-lo com os objetios da conservacao ambiental;

Considerando o uso inadequado dos recursos naturais, causado, inclusive, pela ausencia nos planejamentos territoriais e municipais da criacao de Unidades de Conservacao, acarreta problemas ambientais para o proprio Municipio;

Considerando que, atualmente, encontra-se no Pais, somente 1/ um por cento de vestigios de Mata Atlantica, quando originalmente era encontrado este ecossistema, recobrando cerca de 10/ dez por cento;

Considerando que na regioao de Macae de Cima e encontrado o ecossistema Mata Atlantica em situacao primitiva, declarada e confirmada esta condicao pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, atraves de pesquisas desenvolvidas ao longo de dois anos;

Considerando que, de acordo com disposto na Constituicao Federal, impoe-se ao Poder Publico o dever de definir espacos territoriais a serem protegidos, vedada qualquer utilizacao que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua protecao; e

Considerando, especialmente, que o art. 225 P 4 da Constituicao Federal definiu a Mata Atlantica como Patrimonio nacional, devendo sua utilizacao ser feita na forma da lei, dentro das condicoes que assegurem a preservacao do meio ambiente, inclusive quanto ao uso do recursos naturais;

DECRETA:

Art. 1 - Fica Criada, no Municipio de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, a RESERVA ECOLOGICA DE MACAE DE CIMA, com objetivo de proteger amostra representativa do ecossistema Mata Atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos naturais.

Art. 2 - A RESERVA ECOLOGICA DE MACAE DE CIMA, superficie estimada em 71.033.333m², compreende as areas situadas dentro do seguinte perimetro: principia na divisa entre os Municipios de Cachoeira de Macacu e Nova Friburgo, em Theodoro de Oliveira, no ponto P-01 de coordenadas geograficas Longitude 751.650 E e Latitude 7.523.200 N; seguindo em direcao a Nova Friburgo, na margem direita da Rodovia RJ 116 ate o encontro do Rio Santo Antonio com o Rio Debossan no ponto P-02 coordenadas geograficas Longitude 754.540 E Latitude 7.525.130 N; deste ponto subindo o Rio Debossan, margeando o lado esquerdo, numa largura de 30m, incluindo afluentes ate chegar a vertente da Pedra de Sao Joao no ponto P-03 de coordenadas geograficas Longitude 755.300 E e Latitude 7.523.100 N; dai descendo o Corrego Fundo ate encontrar o Rio Macae no ponto P-04, de coordenadas geograficas Longitude 758.825 E e Latitude 7.521.780 N ; em seguida escendo o Rio Macae ate encontrar o ponto sobre o referido Rio no ponto P05 de coordenadas geograficas Longitude 758.840 E e Latitude 7.521.770 N; deste ponto seguindo em linha reta ate chegar a nascente do Corrego do Sertao, no ponto P06 de coordenadas geograficas Longitude 759.520 E e Latitude 7.518.880 N; em seguida, descendo as margens do lado esquerdo, numa margem de 30 metros, inclusive seus afluentes ate chegar ao Rio Bonito; no ponto P07 de coordenadas geograficas Longitude 762.300 E e Latitude 7.517.430 N; deste ponto seguindo a linha reta ate chegar a vertente da Serra de Taguarucu na Divisa de Casimiro de Abreu e Silva Jardim, no ponto 08 de coordenadas geograficas Longitude 763.260 E e Latitude 7.516.850 N; dai seguindo as vertentes da Serra do Taguarucu e Sao Joao, divisa com Cachoeiras de Macacu ate Theodoro de Oliveira no ponto P01 de coordenadas geograficas Longitude 751.650 E e Latitude 7.523.200 N, consoante planta elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente.

Art. 3 - Ressalvas as atividades cientificas que deverao ter tratamento especifico atraves das autoridades competentes a nivel federal e municipal, sao proibidas, dentro do perimetro que compoe a Reserva Ecologica de Macae de Cima, Quaisquer atividades de utilizacao, perseguicao, caca, apreencao ou introducao de especies da flora e da fauna silvestres, bem como aquelas que, a qualquer titulo pretendido, implicarem em modificacoes do ambiente.

Art. 4 - Na Reserva Ecologica de Macae de Cima devera ser observado, no que lhe for aplicavel, o que dispoe a seguinte legislacao federal: Lei 4771, de 15/09/65 (Codigo Florestal); Lei 5.197 de 03/01/67 (Lei de Protecao a Fauna); Lei 6936, de 31/08/81 (Politica Nacional do Meio Ambiente); Decreto n 88.351, de 01/06/83; Decreto n 89.352, de 31/01/84; Decreto n 89.532 de 06 de abril de 1984; Resolucao CONAMA n 04, de 18/09/85; e demais normas vigentes.

Art. 5 - Cabera a Secretaria de Meio Ambiente, do Municipio, administrar e zelar pelo cumprimento da destinacao da Reserva Ecologica de Macae de Cima. Paragrafo Primeiro - No que tange a realizacao de programas, projetos e atividades no campo da pesquisa, o Jaedim Botanico do Rio de Janeiro sera o orgao coordenador desta area devendo ser ouvido e caso a proposta tenha parecer favoravel do mesmo, lavrador o competente

instrumento legal pela direcao do Jardim Botanico, devidamente comunicado a Secretaria de Meio Ambiente do Municipio.
Paragrafo Segundo - Para o melhor cumprimento do presente Decreto, a Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo podera firmar convenios, Acordos e Ajustes com Orgaos e entidades governamentais, visando a implantacao da Reserva Ecologica de Macae de Cima, ouvido o Prefeito Municipal.
Art. 6 - As despesas recorrentes para aplicar do presente Decreto correrao a conta de verbas proprias.

Art. 7 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicacao.
Art. 8 - Revogam-se as disposicoes em contrario.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Palacio Barao de Nova Friburgo, 03 de Janeiro de 1990.

Paulo Azevedo

Prefeito

Anexo 11 – Decreto Estadual 38.234 / 2005 – Criação do Conselho Estadual da APAMC

DECRETO Nº 38.234 DE 14 DE SETEMBRO DE 2005

INSTITUI O CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-07/203.068/2004,

CONSIDERANDO o valor inestimável representado pelo patrimônio natural da Mata Atlântica, localizado no Município de Nova Friburgo;

CONSIDERANDO que o § 4º do art. 225 da Constituição Federal declara que a Mata Atlântica é Patrimônio Nacional;

CONSIDERANDO que o inciso I do art. 14 e o art. 15 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, considera a Área de Proteção Ambiental como Unidade de Uso Sustentável, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais; e

CONSIDERANDO que o § 5º do art. 15 da Lei 9985, de 18 de julho de 2000 e o art. 17 do Decreto nº 4340, de 22 de agosto de 2002, estabelecem a necessidade das áreas de proteção ambiental disporem de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Instituído o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima, órgão consultivo, integrante da estrutura administrativa da Área de Proteção Ambiental - APA de Macaé de Cima, composto por entidades governamentais e não governamentais, cujas áreas de atuação compreendem também os limites da APA de Macaé de Cima.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima tem as seguintes finalidades:

I - propor planos, programas, projetos e ações à órgãos públicos; entidades governamentais e empresas privadas com o objetivo de garantir os atributos ambientais, culturais e paisagísticos e a proteção dos recursos naturais da APA de Macaé de Cima, visando ao desenvolvimento sustentável da região;

II - acompanhar o desenvolvimento dos planos, programas, projetos e ações propostas;

III - promover articulações e estabelecer formas de cooperação entre órgãos públicos e sociedade civil para a realização dos objetivos da gestão da APA de Macaé de Cima;

IV - manifestar-se sobre documentos e propostas apresentadas pela comunidade;

V - manifestar-se sobre questões ambientais que envolvam a proteção e a conservação da APA de Macaé de Cima, ressalvadas as competências institucionais fixadas em lei;

VI - divulgar ações, projetos e informações sobre a APA de Macaé de Cima;

VII - acionar as Câmaras Técnicas para a discussão de políticas e propostas de estudos;

VIII- estimular o processo participativo com municípios, empresas, associações, universidades, entre outros;

IX — propor ao Poder Público a revisão do Plano Diretor da APA de Macaé de Cima;

X - fomentar a captação de recursos financeiros.

Art. 3º - O Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima será integrado por um representante de cada um dos seguintes órgãos ou instituições:

I - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA;

II - Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF;

III - Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA;

IV - Batalhão de Polícia Florestal e Meio Ambiente;

V - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro — TURISRIO;

VI - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-RIO;

VII - Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ.

§ 1º- Serão, também, convidados a integrar o Conselho Consultivo, um representante dos seguintes órgãos ou instituições:

I - Município de Nova Friburgo;

II - Município de Casimiro de Abreu;

III - Associação de Engenheiros e Arquitetos de Nova Friburgo;

IV - Ordem dos Advogados Brasil — OAB - Subseção Nova Friburgo;

V - CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura/Delegacia de Nova Friburgo;

VI - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis — IBAMA;

VII - Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

VIII - Associação dos Hoteleiros de Nova Friburgo;

IX - Associação Comercial e Industrial de São Pedro e Lumiar;

X - Associação de Pequenos Produtores Rurais e Proprietários do Córrego do Macuco e Macaé de Cima;

XI - Conselho dos Dirigentes das Organizações dos Agricultores Familiares de Nova Friburgo — CONRURAL;

XII - Sociedade dos Amigos de Macaé de Cima;

XIII - Associação de Moradores e Amigos de Rio Bonito;

XIV - Associação de Moradores e Produtores de Rio Bonito;
XV - Associação dos Amigos do Rio Bonito;
XVI - Associação de Moradores de Lumiar;
XVII - Ação Rural de Lumiar;
XVIII - ONG Pensamento Ecológico;
XIX - Centro de Estudos e Conservação da Natureza — CECNA;
XX - Instituto Bioacqua de Promoção de Desenvolvimento. Sustentável e Defesa do Meio Ambiente.

§ 2º - Caberá ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano proceder à designação e posse dos membros do Conselho Consultivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da entrada em vigor deste Decreto.

Art. 4º - O Presidente do Conselho Consultivo será o representante do órgão responsável pela administração da APA de Macaé de Cima, que será designado pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Art. 5º - O Secretário Executivo do Conselho Consultivo será o administrador da APA de Macaé de Cima, a ser designado pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Art. 6º - O Conselho Consultivo de APA de Macaé de Cima reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros.

§ 1º - As reuniões do Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima são públicas.

§ 2º - As decisões das reuniões serão lavradas em atas aprovadas e assinadas pelos membros presentes, na reunião subsequente.

§ 3º - Qualquer membro poderá apresentar matéria para a apreciação do Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima, enviando-a para inclusão na pauta da reunião seguinte.

Art. 7º - A competência, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão fixados em regimento interno, a ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação deste Decreto, e aprovado em reunião do Conselho Consultivo da APA de Macaé de Cima convocada para esta finalidade.

Art. 8º - As funções dos membros do Conselho Consultivo não serão remuneradas, sendo reconhecidas como de interesse público e de relevante valor social.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2005
ROSINHA GAROTINHO

Anexo 12 – Proposta de Decreto Legislativo 71/2006 com o objetivo de revogar a criação da APAMC e Ata da Audiência Pública de 17 de outubro de 2007 da Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 71/2006

EMENTA:

SUSTA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 29.213, DE 14 DE SETEMBRO DE 2001, QUE CRIA A ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE CIMA (APA DE MACAÉ DE CIMA), NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Autor(es): Deputado ALESSANDRO

CALAZANS

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º - Fica sustado o Decreto nº 29.213, de 14 de setembro de 2001, do Poder Executivo, publicado no Diário Oficial do Executivo de 17/09/2001, que "Cria a Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima (APA de Macaé de Cima), no município de Nova Friburgo e dá outras providências.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 08 de agosto de 2006.

Deputado ALESSANDRO CALAZANS

JUSTIFICATIVA

Há mais de 20 anos, a região em que se localiza a Apa de Macaé de Cima é ocupada por agricultores que tiram o seu sustento da região sem representar qualquer ameaça à preservação do meio ambiente. O Projeto de Decreto Legislativo que ora apresento aos meus pares não tem por objetivo ir de encontro a um instrumento de proteção ambiental, mas propõe-se, tão somente, a priorizar a defesa da cidadania dos moradores que, forma legal, cultivam a terra e através dela garantem a sua sobrevivência. O Estado é responsável pela manutenção dos direitos destes cidadãos e de seus familiares, que, presentes na área mencionada, coíbem a interferência da especulação imobiliária, contribuindo para manter intacta a região.

ATA DA 3ª Audiência Pública

**Da Comissão de Agricultura Pecuária e Políticas Rural Agraria e Pesca
REALIZADA EM 17/10/2007**

ATA DA 3ª Audiência Pública

**Da Comissão de Agricultura Pecuária e Políticas Rural Agraria e Pesca
REALIZADA EM 17/10/2007**

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesca no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, Palácio Tiradentes, com a presença do Senhor Deputado ROGÉRIO CABRAL – Presidente da Comissão. **I - ABERTURA:** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Audiência Pública, conforme edital publicado no Diário Oficial em 11.10.2007 e informou que esta Audiência Pública tem como tema “APA de Macaé de Cima e a relação com produtores familiares da região”. Prosseguindo, o Deputado ROGÉRIO CABRAL informou ter convocado esta audiência a pedido das Entidades “Ação Rural de São Sebastião de Lumiar; Associação de Moradores de Lumiar; Igreja Presbiteriana de Lumiar; Sindicato Rural de Nova Friburgo e Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra”, que destacam como principais reivindicações a revogação dos Decretos Estaduais nº 29.213 e 38.234; a rediscussão da criação da APA de Macaé de Cima, com a participação da sociedade organizada de Lumiar e São Pedro da Serra; a discussão de criação da citada APA seja precedida de estudo de impacto social; a realização de estudo econômico na região que aponte soluções para a geração de emprego e renda para os pequenos agricultores e seus filhos; a implementação de políticas públicas que atendam as necessidades locais, tais como saúde, educação, lazer e cultura, e, em especial, um programa de combate ao uso de drogas. Em seguida, Sua Excelência anunciou a presença das seguintes autoridades e comunidades representadas: Deputado JOÃO PEIXOTO, membro efetivo desta Comissão, e Deputado ANDRÉ DO PV - Presidente da Comissão do Meio Ambiente, que por motivos pré-agendados não puderam permanecer nesta Audiência; Deputado ALESSANDRO CALAZANS – Presidente da Comissão de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários; Deputado GLAUCO LOPES – Presidente da Comissão de Minas e Energia; os Vereadores Grimaldino Narciso e Nami Nassif, ambos da Câmara Municipal de Nova Friburgo; Sr. Justino Antônio da Silva - Superintendente de Agronegócios do Estado, representando o Secretário Estadual de Agricultura; Sr. Sílvio Montenegro - Secretário Municipal do Pró-Cidade de Nova Friburgo, responsável pela elaboração do Plano Diretor de Nova Friburgo; Sr. Affonso Henrique de Albuquerque Júnior – Supervisor Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER em Nova Friburgo; Sr. Elcimar Reis de Melo – Presidente do Conselho de Dirigentes das Associações Produtoras Rurais – CONRURAL; Sr. André Silva Ilha - Presidente da Fundação Instituto Estadual de Floresta – IEF; 5º Distrito (Lumiar) de Nova Friburgo: Rio Bonito, Paineiras, Toca da Onça, Córrego dos Patos, Novo Destino, Galdinópolis, Santo Daime, Conceição, Posse, Santiago, Ribeirão das Voltas, Grota Funda, Pedra Riscada, Ponte dos Alemães, Novo Destino, Boa Esperança de Cima, Córrego Vermelho, Boa Esperança de Baixo, Buraco Amargoso, Alto de Boa Esperança, Córrego Santa Catarina, Cascata, São Romão, Santa Margarida, São Simão e Santa Luzia; 7º Distrito (São Pedro da Serra) de Nova Friburgo: Sibéria, Bocaína dos Blaudt, Bocaína dos Mafort, Estrada de Boa Esperança, São Pedro da Serra, Benfica, Colonial 61, Alto da Tapera; 8º Distrito (Mury) de Nova Friburgo: Theodoro de Oliveira, Serra Nevada, Macaé de Cima, Rio das Flores, Stucky, Colonial 30, Cidade das

Pirâmides, Córrego do Macuco; Sr. José Antônio Ouverney, pequeno agricultor; Sr. Manoel Ouverney, pequeno agricultor rural; e Sr. Sérgio Marçal, pequeno produtor rural. Dando Prosseguimento, Sua Excelência justificou a ausência dos Deputados, membros efetivos desta Comissão, acrescentando que os mesmos estão sendo representados por seus assessores, presentes nesta reunião. **II - ORDEM DO DIA:** Sua Excelência convidou para compor a Mesa os Senhores: Justino Antônio da Silva; André Silva Ilha; Sílvio Montenegro; José Antônio Ouverney; Manoel Ouverney; Sérgio Marçal, e o Vereador Grimaldino Narciso. Em seguida, Sua Excelência discorreu sobre o tema em pauta, destacando a importância da agricultura familiar no cenário econômico nacional, defendeu o direito dos agricultores de cultivarem suas terras com sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, apresentou projeto em desenvolvimento de defesa dos interesses dos pequenos agricultores cujas propriedades estejam situadas nas áreas do entorno das APP's. A seguir, Sua Excelência franqueou a palavra aos presentes quando fizeram uso da mesma os Senhores: Justino Antônio da Silva que parabenizou a Comissão de Agricultura, na pessoa do Deputado ROGÉRIO CABRAL, pela realização da Audiência Pública, comunicando a disponibilidade do Governo do Estado na busca de soluções que atendam à proteção do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da região, respeitando-se as comunidades locais; Sílvio Montenegro que discorreu sobre as etapas de elaboração do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo e sugeriu maior disponibilidade de todos, agricultores e entidades governamentais na busca de soluções que contemplem o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente; José Antônio Ouverney que defendeu a revogação dos decretos estaduais de instalação da Área de Proteção Ambiental – APA de Macaé de Cima, enumerando as dificuldades enfrentadas pelos produtores na região e a postura dos fiscais do Instituto Estadual de Florestas – IEF; Manoel Ouverney que defendeu também a revogação dos decretos que instituíram a citada APA de Macaé de Cima, relatando ainda as dificuldades enfrentadas pelos agricultores; Sérgio Marçal que enfatizou a necessidade de renegociação da área de zoneamento da APA em questão, além da revogação dos decretos, e que sejam respeitados os direitos dos agricultores e suas famílias; André Ilha que explanou sobre a atual administração do IEF e a conseqüente mudança de atuação da fiscalização, defendendo maior entrosamento dos agricultores com os responsáveis pela manutenção da APA, mencionando ainda a necessidade de observação da legislação em vigor, adaptando-a aos diversos casos e realidades encontradas na região, além de se colocar à disposição de todos para quaisquer ações que promovam a conciliação; o Vereador Grimaldino Narciso que defendeu a revisão do Plano Diretor de Nova Friburgo e o zoneamento da APA de Macaé de Cima, discorrendo ainda sobre a atuação desumana dos fiscais do IEF e demais entidades responsáveis pela aplicação da legislação ambiental na área; ainda fizeram uso da palavra os Deputados ALESSANDRO CALAZANS e GLAUCO LOPES, o Vereador Nami Nassif de Nova Friburgo, os Srs. Naim Pedro e Elcimar Melo, todos destacando o trabalho desta Comissão na busca por uma solução viável para todas as partes. Concluindo, o Deputado ROGÉRIO CABRAL solicitou ao Presidente do IEF, Sr. André Ilha, que o Instituto elabore um estudo sobre a situação na região. Anunciou, ainda, a criação de uma Comissão formada por representantes dos diversos segmentos envolvidos para acompanhamento das ações do IEF e a apresentação de alternativas e propostas para a solução das questões apresentadas. **III - ENCERRAMENTO:** A seguir, como não houvesse nada mais a tratar, e como ninguém quisesse mais fazer uso da palavra, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que eu, Rogério Vieira de Castro, Secretário, matrícula nº 201.603-8, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a Ata lida, aprovada, tendo sido assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala da Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira, em dezessete de outubro de dois mil e sete.

(a) Rogério Vieira de Castro – matrícula nº 201.603- 8 e Deputado ROGÉRIO CABRAL - Presidente

Obs: Ata Publicada no D.O. de 01/11/2007

Anexo 13 – Portaria INEA – Recomposição do Conselho APAMC**GOVERNO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO
DO AMBIENTE INSTITUTO ESTADUAL
DO AMBIENTE**

**PORTARIA INEA/PRES/ Nº 35 DE 22 DE
ABRIL DE 2009**

**ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DO
CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE
PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MACAÉ DE
CIMA**

**- APA MACAÉ DE CIMA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO RIO DE
JANEIRO INEA/RJ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno,**

**CONSIDERA
NDO:**

- a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que define as competências dos conselhos de unidade de conservação; e - a Portaria IEF-RJ nº 260/2008 que estabelece diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos Conselhos das Unidades de Conservação administradas pela Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a composição do **Conselho Consultivo da Área** de Proteção Ambiental de Macaé de Cima - APA Macaé de Cima, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua proteção e efetiva implantação.

Art. 2º - O Conselho Consultivo terá a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos, entidades da sociedade civil e empresas:

I - Instituto Estadual do Ambiente - INEA - RJ;

II - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RIO - Escritório Local de Nova Friburgo;

III - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - Secretaria de Agricultura;

IV - Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Macaé;

V - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Programa de Pós Graduação de

Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ/CPDA;
VI - Conselho dos Dirigentes das Org. de Agricultores Familiares de Nova Friburgo;
VII - Conselho Rural -
 CONRURAL;
VIII - OAB 9ª Subseção (Nova Friburgo) - Seção do Rio de Janeiro;
IX - Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz - RJ;
X - Agenda 21 de Nova Friburgo;
XI - Campus Regional da UERJ - Instituto Politécnico;
XII - EMBRAPA Agrobiologia - NPTA;
XIII - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ;
XIV - Associação de Apoio à E. M. Laper Lyra Fagundes;
XV - Associação de Apoio à Escola do C.E. José M. da Costa;
XVI - Associação de Pais e Mestres da E.M.B.Bardy;
XVII - Associação dos Amigos do Rio Bonito;
XVIII - Associação de Moradores e Amigos do Rio Bonito;
XIX - Associação do Comércio e Indústria de São Pedro da Serra - ACISPS;
XX - Associação dos Moradores de Lumiar e Adjacências;
XXI - Ação Rural São Sebastião de Lumiar;
XXII - Associação de Pequenos Produtores Rurais e Proprietários de Macaé de Cima e Córrego do Macuco;
XXIII - Associação dos Agricultores Familiares de Benfica;
XXIV - Associação Friburguense de Canoagem - África;
XXV - Associação do Circuito de Ecoturismo e Artes de Lumiar e São Pedro da Serra;
XXVI - Centro de Estudos e Conservação da Natureza - CECNA;
XXVII - Instituto BioAcqua de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e Defesa do Meio Ambiente;
XXVIII - Associação Teias da Serra;
XXIX - Centro Eclético da Fluente Luz Universal Mário Rogério da Rocha- CEFLUMAR;
XXX - Instituto Rio Bonito de Lumiar;
XXXI - Sociedade Musical Euterpe Lumiareense;
XXXII - Associação Macaé de Cima;
XXXIII - Associação de Pequenos Proprietários e Amigos de Santa Luzia e Adjacências - AMAL UZ;
XXXIV - Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra;
XXXV - Oficina Escola As Mãos de Luz;
XXXVI - Associação de Moradores, Produtores, Agricultores Familiares e Amigos de Galdinópolis -

AMPAFA;

XXXVII - Associação de Moradores de Ribeirão das Voltas;

XXXVIII - Associação de Moradores de Boa Esperança - AMOBES;

XXXIX - União Famílias da

Terra;

XL - Associação dos Moradores Santiago;

XLI - Associação dos Moradores Toca da Onça;

XLII - ONG

Educari.

Parágrafo Único - O Conselho Consultivo será presidido pelo administrador da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima – APA Macaé de Cima.

Art. 3º - O mandato dos Conselheiros será de (02) dois anos, renovável por igual período.

Parágrafo Único - As atividades exercidas pelos Conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º - As entidades participantes terão o prazo de 40 (quarenta) dias, contados da publicação desta Portaria, para indicar formalmente seus representantes, efetivos e suplentes, no Conselho Consultivo.

Art. 5º - As atribuições dos membros, a organização e forma de funcionamento do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima serão fixadas em Regimento Interno a ser aprovado pelos seus membros, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Portaria

Art. 6º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deverá ser registrada em Ata da Reunião e submetida à análise do INEA-RJ.

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2009

LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA

Presidente

Publicada em 14.05.09

Anexo 14 – Folder do I Seminário de Iniciativas Sustentáveis da APAMC

Vivemos um momento especial na APA de Macaé de Cima, com a elaboração do seu Plano de Manejo. O INEA contratou a Associação Mico Leão Dourado que está fazendo um amplo diagnóstico para caracterização de toda região de forma a serem apontadas possibilidades para o desenvolvimento local e as formas de ocupação e uso de cada área. Para que esse Plano seja bem realizado e assumido pelas comunidades, ele deve ser feito de forma participativa. Deve englobar os conhecimentos tradicionais de nosso povo, agregar novas experiências e apontar eventuais correções para melhoria da qualidade de vida da população e preservação da natureza. Em sua elaboração temos que contar com o envolvimento da comunidade para que seu resultado preveja ações possíveis e sustentáveis para geração de renda na agricultura, no turismo e para outras iniciativas. Enfrentaremos, também, grandes desafios, como a limpeza dos rios, a conservação das matas e das nascentes, os conflitos históricos da região, os loteamentos irregulares, o turismo depredador, etc. Pensando em tudo isso, o Conselho Consultivo da APA propõe a realização do SEMINÁRIO INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS NA APA MACAÉ DE CIMA – CONSTRUÇÃO DO PLANO DE MANEJO, com o objetivo de criar um bom ambiente para ampla divulgação de informações, troca de experiências e debate, visando a formulação de sugestões que venham a servir de base a estruturação do Plano de Manejo.

Construção do Plano de Manejo

Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima

Seminário de Iniciativas Sustentáveis na APA de Cima

dias 4 e 5 de junho de 2011
na Ação Rural e Colégio Estadual
Carlos Maria Marchon
Lumiar - RJ

Impressão: UFRRJ - Imprensa Universitária

Realização: Conselho Consultivo da APA Macaé de Cima
Apoio: Inea, PMNF, UFRRJ, Embrapa, Ação Rural, CECMM

Seminário Iniciativas Sustentáveis na Apa Macaé de Cima - Subsídios para o Plano de Manejo

Programação

dia 4/6/2011		dia 5/6/2011	
9 h	Oficina sobre serviços ambientais - PSA Água MAURÍCIO RUIZ (Instituto Terra de Preservação Ambiental) Oficina sobre ecoturismo e ervas medicinais VALDIR FEIJÃO (Guia de Ecoturismo-FUNBIO, erveiro e produtor local) Oficina sobre o projeto Meu Querido Pau Brasil nas Escolas MARIA LUIZA FERREIRA (Instituto Casa do Pau Brasil)	13:30 h	MESA 2 – GERAÇÃO DE RENDA – MEIOS SUSTENTÁVEIS Mediador ROBSON HERINGER (Comerciante local, líder distrital) Iniciativas na região de produção familiar de alimentos MARCOS CUNHA (Sítio Terra Romã) Turismo Sustentável – experiências e resultados EDVANDRO RIBEIRO (Pousada El Nágual Santo Aleixo) Economia Solidária – estruturando redes solidárias de comércio e cooperativismo GENEROSA (Presidente CEDRO) E CLAUDIA SCHMITT (CPDA/UFRRI)
10 h	Oficina sobre políticas públicas para venda de produtos da agricultura familiar/PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) ALEXANDRE GOLLO (CEDRO) e CLAUDIA SCHMITT (CPDA/UFRRI) Oficina sobre atividades de educação ambiental focadas para professores FERNANDO GUERRA (Professor da rede pública municipal do Rio de Janeiro)	13:30 h	MESA 3 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL – COTIDIANO ESCOLAR Mediador JOSÉ FERNANDO SILVA MELLO (Diretor CEIMC) A educação ambiental praticada pelas escolas da região VIRGINIA VILLAS BOAS SA REGO (UERJ – CEIMC) Subsídios para educação ambiental DECLEV REYNIER DIB FERREIRA (professor de Ciências da FME-Niterói) Implantando a educação ambiental nas escolas FERNANDO GUERRA (professor da rede pública municipal do Rio de Janeiro)
11 h	Oficina sobre agroecologia CLAUDEMAR MATTOS (CEDRO) e JOSÉ FERREIRA (Agricultor Paraty) Oficina sobre mudas e sementes de espécies nativas MARCOS CUNHA (Sítio Terra Romã, produtor mudas e gêneros alimentícios) Oficina de reciclagem de resíduos orgânicos ADRIANA MARIA AQUINO (Embrapa Agrobiologia) Oficinas de artesanato e produtos alimentícios	16 h	Café, chás, cervejas e bebidas artesanais produzidas na região
12 h	Almoço, feira e exposição	17 h	Apresentação de filmes - <i>Caminhos da Rio, experiências agroecológicas e Caminhos para transição agroecológica</i> - mediação de RENATO L. DE ASSIS (Embrapa Agrobiologia)
13:30 h	MESA 1 – CONCILIANDO AGRICULTURA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA Mediador PAULO PETERSEN (Diretor ASPTA) Resultados obtidos com o levantamento promovido pela Câmara Temática de Levantamento de Dados sobre a agricultura local JAILTON BARROSO (CONRURAL) A experiência com a criação do Parque da Serra do Brigadeiro, os conflitos e as soluções encontradas pela comunidade – acordos firmados IVO (UFV) A experiência agroflorestal da Associação dos Quilombolas de Paraty: estratégia de conservação da palmeira Juçara como protagonista social FABIO (Presidente da Associação Quilombolas Paraty)	9 h	Café com broa
		10 h	PLENÁRIA FINAL - Mediadora MARIA JOSE CARNEIRO (UFRRI) Homenagem ao Dia do Meio Ambiente Apresentação dos trabalhos/resultados pelos mediadores das mesas 1, 2 e 3 Apresentação dos módulos do Plano de Manejo pela equipe executora – Associação Mico Leão Dourado Leitura de tópicos para elaboração de documento a ser entregue ao INEA
		13 h	Lanche e encerramento

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2018)

Anexo 15 - Portaria INEA/DIBAP número 25 de 28 de maio de 2012

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS
ATO DO DIRETOR**

PORTARIA INEA/DIBAP Nº 25 DE 28 DE MAIO DE 2012

**ESTABELECE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL DE MACAÉ DE CIMA - APA
ESTADUAL DE MACAÉ DE CIMA.**

O DIRETOR DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA/RJ, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009 e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que define as competências dos conselhos das unidades de conservação, e a Portaria IEF-RJ nº 260/2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para composição e funcionamento dos conselhos das unidades de conservação administradas pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA/RJ, órgão sucessor do extinto IEF/RJ,

RESOLVE:

Art. 1º- Estabelecer a composição do Conselho Consultivo da APA Estadual de Macaé de Cima, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à sua proteção e efetiva implantação.

Art. 2º- O Conselho terá a participação de representantes dos seguintes órgãos públicos e entidades da sociedade civil:

- I.** Assessoria e Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa (AS-PTA)
- II.** Associação de Agricultores Familiares de São Pedro da Serra - AFASPS
- III.** Associação de Apoio a Escola Estadual José Martins da Costa (AAEJMC)
- IV.** Associação de Apoio à Escola Municipal Laperlyra Fagundes
- V.** Associação Friburguense de Canoagem- AFRICA
- VI.** Agenda 21 Nova Friburgo
- VII.** Associação de Indústria e Comércio de São Pedro da Serra
- VIII.** Associação dos Amigos do Rio Bonito - AARB
- IX.** Associação Cultural Cineclubes Lumiar
- X.** Associação de Moradores e Amigos de São Pedro da Serra - AMASPS
- XI.** Associação de Pequenos Produtores Rurais e Proprietários de Macaé de Cima e Córrego do Macuco
- XII.** Centro Espírita Beneficente União do Vegetal.
- XIII.** Circuito de Ecoturismo e Artes de Lumiar e São Pedro da Serra
- XIV.** Cooperativa de Consultoria, Projeto e Serviços em Desenvolvimento Sustentável - CEDRO
- XV.** Colégio Estadual Carlos Maria Marchon
- XVI.** EDUCARI - Kid's New Education
- XVII.** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do R.J. - EMATER
- XVIII.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro Nacional de Pesquisa de Agrobiologia - EMBRAPA

- XIX.** Instituto BIOACQUA de Promoção de Desenvolvimento Sustentável e Defesa do Meio Ambiente - Instituto BIOACQUA
- XX.** Instituto Casa Pau Brasil
- XXI.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense **XXII.** Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro
- XXIII.** Instituto Pindorama - Preservação Ambiental e Educação Eco-lógica e Védica
- XXIV.** Ordem dos Advogados do Brasil - OAB 9ª Subseção **XXV.** Instituto Estadual do Ambiente - INEA
- XXVI.** Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu- Secretaria do Meio Ambiente
- XXVII.** Prefeitura Municipal de Nova Friburgo- Secretaria do Meio Ambiente
- XXVIII.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Instituto Politécnico Campus Regional
- XXIX.** Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
- XXX.** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.
- Parágrafo Único** - O Conselho Consultivo será presidido pelo Chefe da APA Estadual de Macaé de Cima e seu vice-presidente será o titular da Superintendência Regional.
- Art. 3º**- O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, renovável por igual período.
- Parágrafo Único** - As atividades exercidas pelos conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de relevante interesse público.
- Art. 4º**- As atribuições dos membros, a organização e forma de funcionamento do Conselho Consultivo da APA Estadual de Macaé de Cima serão fixados em Regimento Interno, a ser aprovado pelos seus membros, no prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da publicação desta Portaria.
- Art. 5º**- Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho deverá ser registrada em Ata de Reunião e submetida à análise do INEA-RJ.
- Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2012

ANDRÉ ILHA

Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas

Anexo 16 – *Lumiar, Beto Guedes (1977)*

Anda, vem jantar, vem comer, vem beber, farrear
até chegar Lumiar
e depois deitar no sereno
só pra poder dormir e sonhar
pra passar a noite
caçando sapo, contando caso
de como deve ser Lumiar

Acordar, Lumiar, sem chorar, sem falar, sem querer
acordar em Lumiar
levantar e fazer café
só pra sair, caçar e pescar
e passar o dia moendo cana, caçando lua
clarear de vez Lumiar

Amor, Lumiar, pra viver, pra gostar, pra chover
pra tratar de vadiar
descansar os olhos, olhar e ver e respirar
só pra não ver o tempo passar
pra passar o tempo
Até chover, até lembrar
de como deve ser Lumiar

Anda, vem cantar, vem dormir, vem sonhar,
pra viver até chegar em Lumiar
Estender o sol na varanda
até queimar só pra não ter mais nada a perder
pra perder o medo, mudar de céu, mudar de ar
clarear de vez Lumiar

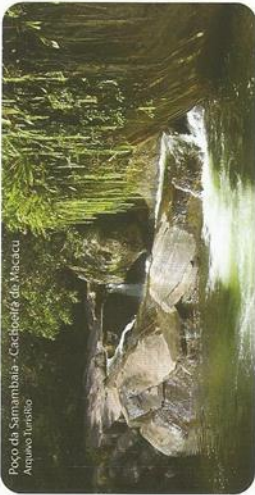
Anexo 17 - Folder turístico da Serra Verde Imperial

SERRA VERDE IMPERIAL

CACHOEIRAS DE MACACU

Um local onde você pode praticar esportes de aventura, onde a Mata Atlântica é preservada, onde há monumentos históricos e onde a hidrografia é privilegiada. Esse lugar só pode ser especial. Cachoeiras de Macacu é um local da região serrana do Estado do Rio de Janeiro de muita beleza e de muitas opções para você e sua família.

Informações Turísticas:
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Cultura, Indústria e Comércio
Endereço: Rua Plínio Casado, 303
Tel: +55 21 2649 6393 / 2649 6740



Poço da Samambala - Cachoeira de Macacu
Arquivo Turismo

NOVA FRIBURGO

Nova Friburgo é a Sulca brasileira, um lugar que vai fazer você voltar sempre. Pode ser pelo clima, pelas belezas naturais como a Pedra do Cão Sentado, que é símbolo da cidade, pela hospitalidade de sua gente, pelos restaurantes acolhedores, pelo comércio intenso ou pelos esportes radicais.

Informações Turísticas:
Secretaria Municipal Turismo
Endereço: Av. Alberto Braune, 224
Tel: +55 22 2522 8051 / 2533 1811



Dedo de Deus - Guapimirim
Alexandre Costa

GUAPIMIRIM

As leis ambientais protegem grande parte do território de Guapimirim. E não poderia ser diferente. Guapimirim, além de ser um lugar ideal para quem aprecia a natureza em todas as suas formas, tem o bonito Parque Nacional da Serra dos Órgãos e, dentro dele, destacando-se por sua beleza e importância, o Pico Dedo de Deus.

Informações Turísticas:
Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer
Endereço: Av. Dedo de Deus, 820
Tel: +55 21 2632 2067



Quilandinha - Petrópolis - foto Alexandre Pinheiro

TERESÓPOLIS

Teresópolis é uma belíssima cidade, que você deve visitar sempre que puder. Ela oferece de tudo. Desde o clima, sempre excelente, a natureza rica, exuberante e preservada do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, os vários hotéis e restaurantes de qualidade e os incríveis passeios ecológicos até um simples passeio de charrete e compras na feirinha. Não é à toa que a Seleção Brasileira de futebol treina na Granja Comary, em Teresópolis.

Informações Turísticas:
Secretaria Municipal do Turismo
Endereço: Av. Botariana, s/nº
Tel: +55 21 2644 4182 / 2644 4095



Mercado das Flores - Nova Friburgo
Arquivo Turismo

PETRÓPOLIS

Petrópolis é simplesmente encantadora. Para você descrevê-la, o imponente título de ser a única cidade imperial das Américas não basta. É preciso percorrer seus palácios, visitar as casas de ilustres brasileiros como Rui Barbosa, Barão de Mauá e Santos Dumont e ver de perto os espetáculos grandiosos e as inúmeras atrações emocionantes que a cidade oferece para começar a contar sua história, que é a própria história do Brasil Imperial.

Informações Turísticas:
Fundação de Cultura e Turismo
Endereço: Pç. Visconde de Mauá, 305
Tel: +55 24 2233 1218 / 0800 241516



Parque do NFE - Nova Friburgo
Arquivo Turismo

SERRA VERDE IMPERIAL

Se existe uma categoria para turismo gastronômico, Itaipava, Correas, Nogueiras e Araras se destacam por sua cozinha requintada e de altíssimo nível. Visitar Itaipava e arredores só por causa da comida já vale a pena, mas essa região tem muito mais para oferecer a você e sua família, como turismo rural, caminhadas, trilhas, escaladas, rapel, cavalgadas, cachoeiras e boas compras.



Museu Imperial de Petrópolis - Arquivo Turismo

SERRA VERDE IMPERIAL

A Serra Verde Imperial conjuga a beleza de sua vegetação com o charme de sua gastronomia requintada, atrativos culturais e oportunidade de compras. Subir a serra é prazer em qualquer época do ano.

O clima convida aos prazeres da boa mesa e a região é famosa pelos excelentes restaurantes, hotéis e pousadas aconchegantes.

Os festivais de inverno são sempre um grande acontecimento. Para os mais aventureiros, a região é berço do montanhismo nacional e ainda possui a travessia mais famosa do país, a Petrópolis - Teresópolis no Parque Nacional da Serra dos Órgãos. A natureza lhe convida com límpidas cachoeiras, trilhas e mata exuberante. Irresistível!

Prça. Getúlio Vargas - Nova Friburgo - Arraial do TurisRio



SERRA VERDE IMPERIAL

1 CACHOEIRAS DE MACACU

2 GUAPIMIRIM

3 NOVA FRIBURGO

4 PETRÓPOLIS

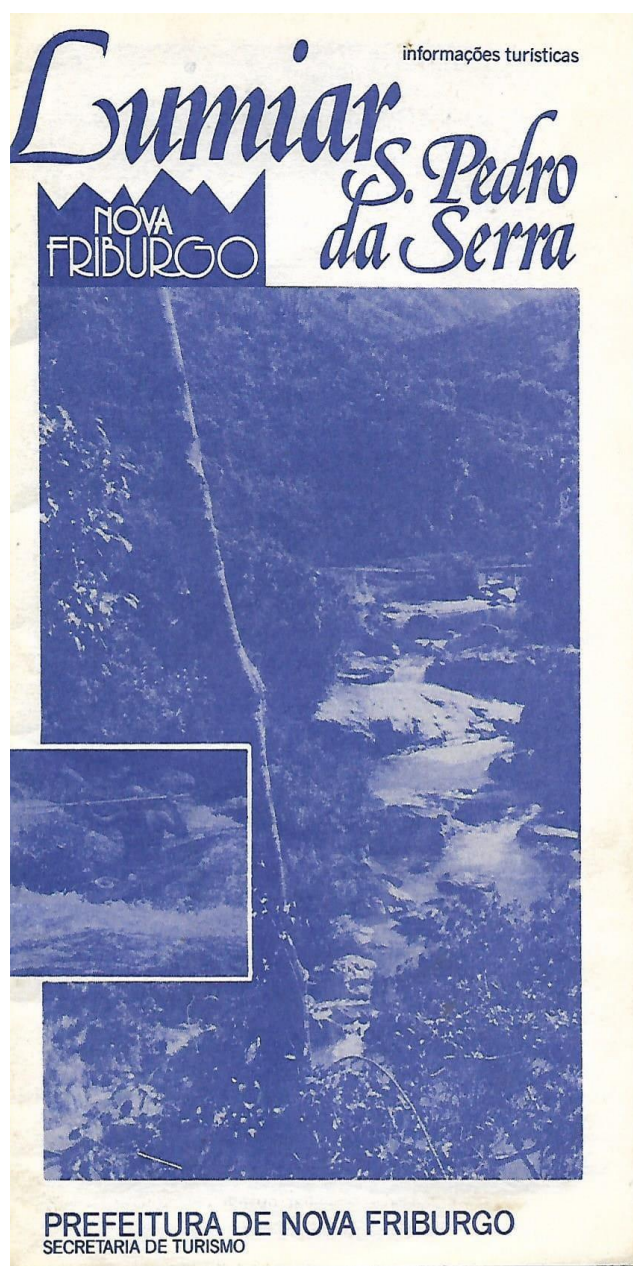
5 ITAIPAVA E ARREDORES

6 TERESÓPOLIS



marketing@turisrio.rj.gov.br

Anexo 18 – Folder de divulgação turística da década de 1980/1990





lhas levam aos mais pitorescos recantos.

MONTANHISMO E CAMINHADAS — Através das caminhadas você poderá conhecer melhor os atrativos naturais da região, onde a cada instante se encontram lugares maravilhosos. Entre tantos locais sugerimos alguns:

Pedra Riscada — Formação rochosa com furnas. De Lumiar aproximadamente 3 km por estrada de terra. Caminhada íngreme até o topo. Uma dica: para visitar suas furnas é aconselhável ir com alguém que conheça bem a região, levar cordas, lanterna e botas de borracha. Passeio imperdível, vale a pena conhecer e fotografar.

Toca da Onça — Dista de Lumiar aproximadamente 21 km. Acesso pela Ponte dos Alemães em direção à Quartéis. Vila-rejo bucólico, parque com cachoeira, campo de futebol. Ideal para passar o dia, fazer um piquê, tomar um banho de rio.

BOIAGEM — Esporte muito praticado na região. Em câmaras de ar, pode-se descer as corredeiras do rio Macaé. Uma maneira fácil de se divertir.

hospedagem

Em Lumiar e São Pedro da Serra, as Pousadas e Pensões oferecem um bom atendimento e a comida em fogão à lenha é sempre saborosa. Para quem preferir hospedar-se em Hotéis, a dica são os localizados na estrada. A maioria tem piscina, sauna e área de lazer. As reservas podem ser feitas por telefone ou telegrama.

PENSÃO KLEIN

Rua Julio Palmery, 38 s/tel — Lumiar.

Restaurante: comida caseira em fogão à lenha.

PENSÃO BELA VISTA

Centro de Lumiar, s/tel.

Restaurante: comida caseira em fogão à lenha.

POUSADA ILKA'S

Rua Rodrigues Alves, s/tel — São Pedro da Serra.

Restaurante: comida caseira em fogão à lenha.

POUSADA SÃO PEDRO

Praça João Heringer — São Pedro da Serra. Tel/Res. (021) 241-1248 e 287-3737 c/Sr. Paulo.

Restaurante: comida caseira. Bar com música ao vivo.

POUSADA NOSSO CANTO

Rua Paulo Frez, s/tel. São Pedro da Serra.

Restaurante: comida caseira.

POUSADA RECANTO

Rua Rodrigues Alves, s/nº — São Pedro da Serra. Tel/Res. (021) 710-0985. Possui camping anexo. Bar.

Restaurante: comida caseira.

POUSADA DA SERRA

Av. Rodrigues Alves s/nº — São Pedro da Serra. Tel/Res. (021) 205-3390.

Restaurante: comida caseira. Bar.

HOTEL DOS ALPES

RJ 142 — Alto dos 50. Tel/Res. (0245) 42-1353. Área de lazer, piscina, sauna. Bar.

Restaurante: Especialidades Italianas.

VILA RICA MOTEL COUNTRY CLUB

RJ 142, nº 2.562 — Alto dos 50. Tel/Res. (0245) 421465.

Área de lazer, piscina, sauna. Bar.

Restaurante: comida caseira.

HOTEL MONT SOLAR

RJ 142, nº 701. Tel/Res. (0245) 42-1435. Área de lazer, piscina. Bar.

Restaurante: comida caseira.

HOTEL FAZENDA SÃO JOÃO

Rua Hans Garlipp, s/nº — Macaé de Cima. Tel/Res. (0245)

42-1304. Área de lazer, piscina, cavalos, quadras de esporte,

Bar. Restaurante: comida caseira.

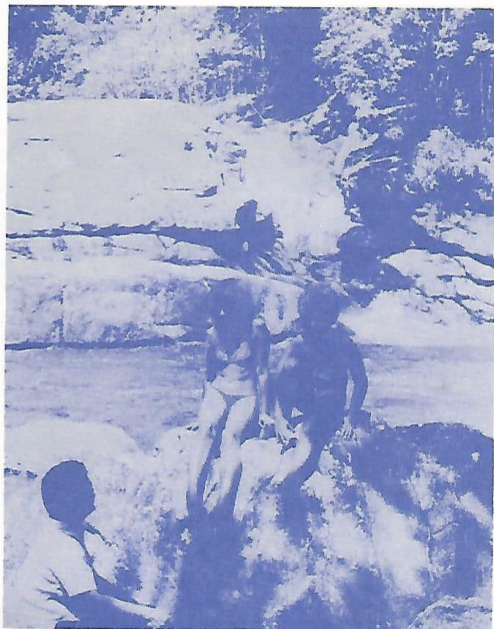
HOTEL LE CHALET SUISSE

RJ 142 Km 2,5. Tel/Res. (0245) 42-1590.

Restaurante: Especialidades suíças.

camping

POÇO FEIO, POUSADA RECANTO, TOCA DA ONÇA.
Em São Pedro e Lumiar não é permitido acampar em vias públicas.

**restaurantes e bares**

RESTAURANTE CHEZ GIGI — RJ 142 — 900 metros à direita. Especialidades francesas e italianas. Patês caseiros, queijos, trutas frescas e scargots.

MANHÃES — Rua Rodrigues Alves — São Pedro da Serra. Comida caseira.

PENSÃO MARIA HELENA — Estrada Constância Heringer, s/nº — São Pedro da Serra. Comida caseira.

ALDENÍRIO OUVENEY — Situado nas proximidades da Praça João Heringer — São Pedro da Serra. Comida caseira.

FLOR DO MATO — Empório, no centro de Lumiar. Serve refeições caseiras.

CASARÃO BAR — Centro de Lumiar.

BAR ESPERANÇA — São Pedro da Serra.

POUSADA SÃO PEDRO — Bar com música ao vivo.



Anexo 19 - Mercado imobiliário aquecido pelo imaginário da “natureza bucólica”

Oportunidades e Negócios

Ano XII - Edição nº 133 - Fevereiro de 2013 - Distribuição Gratuita

13 ANOS DE JORNAL IDÉIA

Treze anos divulgando sua marca, dez anos

Imóveis na região de Lumiar, paraíso ecológico no circuito Serra-mar

EM LUMIAR

Facilitamos lotes, terrenos, casas, sítios e fazendas

Humberto Bronzo
Imóveis

Creci 35.690

(Em frente ao Campo de Futebol)

Vendo casinha de Roça c/ fogão à lenha no paraíso de RIO BONITO DE LUMIAR. à 40 minutos do centro de Lumiar.



Salão, 3 quartos pequenos, garagem coberta, forrada, linda vista, água de nascente, à 2 minutos da Vila. ESCRITURA E RGI. Somente: R\$ 65 mil. Aceita-se Permuta. (DIRETAMENTE C/ o Proprietário) (22) 2542-9952 / 9951-7187 / (21) 8441-8862 (Rio)

Fonte: JORNAL IDEIAS E NEGÓCIOS, 2013.

Anexo 20 – Empresários investem no potencial turístico de São Pedro e Lumiar

6 | SERRA LITORAL

7 A 20 DE OUTUBRO DE 2011

Empresários investem no potencial turístico de São Pedro da Serra e Lumiar

Em São Pedro da Serra, Devanildo Souza da Silva e sua mulher, Marinete da Silva, Leia-se Dê Gastronomia, resolveram diversificar os investimentos, e inauguraram na terça, 27 de setembro, a loja Elegancia Prêt-à-Porter comércio de lingerie.

A loja comercializa moda íntima de alta costura, e atende também visitantes e turistas com informações turísticas e de todo os seguimentos da cadeia de turismo.

A loja fica localizada na Praça João Hrnger, 10 - centro do distrito de São Pedro da Serra.

O ITALIANO – Em Lumiar, Sandro e sua mulher Janete, Leia-se O Italiano, vislumbrando o crescimento da localidade, o fluxo turístico e a experiência no ramo de pousada ampliaram o negócio e mudaram de endereço.

O Italiano investiu numa bonita casa, onde hoje funciona o Restaurante, a Pizzaria que agora possui 50 lugares amplos e confortáveis, com mesas e toalhas em estilo Italiano. Tendo a varanda para ampliar as mesas, e acoplaram a tudo isso uma pousada com 12 quartos com jardim em fase de preparo com vista das montanhas maravilhosas cobertas de verde.

A pousada já está recebendo reservas para o mês de outubro, novembro e dezembro.







1. Dulce Ângela de Carvalho, subsecretária de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio. 2. Carlos Correias (Aclanf); Dê e Marinete Silva, Sônia Ruybal e Luiz Lacerda (Patol). 3. Valter Oliveira (diretor da TNF), Dê, Marinete e Leonan Lopes (Beautiful). 4. Gilberto Santos e Rosana Valentim (Botica Valentim, no Lourdes, de Belo Horizonte). 5. Sandro e Janete (O Italiano). 6. A fachada do novo empreendimento O Italiano. 7. Salão do novo Restaurante e Pizzaria O Italiano.

Ranz Bier de Lumiar também investe para atender melhor os clientes

Há dois anos que Gustavo Ranzatto, vem estudando, pes-

lhor no distrito, dando preferência aos ingredientes produzidos em

Fonte: SERRALITORAL, 2013.

Anexo 21 – Mapa do Circuito das Águas



Fonte: ECOLUMIAR, 2011.

Anexo 22 – Carta de Repúdio à Exoneração de Victor Urzua do cargo de Gestor da APAMC

Lumiar, 12 de março de 2016.

Ao Sr. Leonardo Espindola

DD. Secretário de Estado da Casa Civil

C/C Secretário de Estado do Ambiente, Sr. André Corrêa; e

Diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do Instituto Estadual do Ambiente - INEA,

Sr. Paulo Schiavo

Prezados Senhores,

Os membros do Conselho da APA DE MACAÉ DE CIMA presentes à Assembleia realizada nesta data, em decisão unânime, vem manifestar veemente REPÚDIO a exoneração de Victor Niklitschek Urzua do cargo de Chefe de Unidade de Conservação desta Área de Proteção, em virtude da surpreendente arbitrariedade do ato, haja vista a ausência de qualquer consulta e justificativa a este colegiado. Tal atitude afronta e desconsidera a condução democrática que vem sendo exercida a frente deste conselho, como também na relação com a comunidade. Assim, consideramos que esta decisão fragiliza as importantes relações de confiança construídas ao longo destes últimos dois anos, podendo vir a comprometê-las.

Por fim, em vista do exposto, exigimos que o ato unilateral e autoritário desta exoneração seja plenamente anulado, de forma a ser retomada a normalidade dos trabalhos deste Conselho.

Atenciosamente,



LIA CALDAS

SECRETARIA EXECUTIVA CONSELHO APAMC

Anexo 23 – Folheto com o mapa turístico de Nova Friburgo (2010)

Nova Friburgo

Município-parque

Nova Friburgo possui uma das maiores áreas da Mata Atlântica do Brasil. Lindas montanhas com mais de 2300 metros de altitude; cachoeiras, rios, lagos, mirantes, grifões de frutas, cabras e cavalos, além de grandes plantações de flores, legumes e verduras. Locais perfeitos para a prática de esportes, pousadas e restaurantes charmosos com uma rica gastronomia. A cidade foi a primeira colônia de europeus no Hemisfério Sul, com um povo formado por descendentes de suíços, alemães, austríacos, italianos, espanhóis, irlandeses, japoneses, portugueses e franceses. Nova Friburgo é o paraíso de Nova Friburgo. Amamos o ecológico, o lazer, cultura e sabores.

Circuito de Ecoturismo e Artes

Lumiar e São Pedro da Serra

Localizadas nas montanhas de Nova Friburgo, apenas quatro quilômetros separam as duas vilas. De dia, caminhadas e cavalgadas por vales, montanhas e banhos de rio. À noite, o charme dos restaurantes e lojinhas são um convite a uma sossegada badalado.

Atrativos Turísticos

(São Pedro da Serra)

- 1 Igreja e Sino de São Pedro
- 2 Praça João Heineger (centro)
- 3 Praça do Estreito
- 4 Cooperativa de artesãos
- 5 Espaço Cultural
- 6 Campo de Futebol do S. Pedro
- 7 Campo de Futebol do Estreito
- 8 Piscinas de águas naturais
- 9 Caminhada Rural - 5 km

Atrativos Turísticos

(Lumiar)

- 1 Praça e Casarão de Lumiar
- 2 Praça do Lago
- 3 Estrada para São Pedro da Serra
- 4 Estrada para Boa Esperança e cachoeiras
- 5 Estrada Serramar, Encontro dos Rios, etc.
- 6 Poço Falso / Poço Santiago

TELEFONES ÚTEIS

Prefeitura Municipal 22 2525 9100
 Secretaria de Turismo 22 2522 8001
 Procon 22 2523 9178
 Rota 116 0800 3520 1116
 Hospital Raul Serrá 22 2523 6307
 Delegacia 199 / 22 2522 5716
 Bombeiros 193 / 22 2522 0118
 Detran 22 2523 0118
 Ass. Comercial 22 2522 1116
 Associação dos Rios 22 2522 8888
 Associação dos Rios 22 2522 1818
 Câmara Municipal 22 2543 8709
 Conselho Tutelar 22 2526 9111
 Autran (Tráfego) 22 2522 0444
 Energia 22 2526 9111
 Águas de Nova Friburgo 0800 026 0008
 Correios 22 2525 9118
 Disque Denúncia 22 2523 1888
 Polícia Militar 190

RODOVIA DE ACHADOS

CIDADE	DISTÂNCIA ATE NOVA FRIBURGO
Belo Horizonte	422 km
Bom Jardim	25 km
Cachoeiras de Macacu	40 km
Camargão	51 km
Castro de Alencar	66 km
Cordeiro	86 km
Itaocara	66 km
Macle	119 km
Rio de Janeiro	138 km
Santa Maria Madalena	95 km
São Paulo	564 km
Santidouro	46 km
Teresopolis	77 km
Vitória	405 km

NOVA FRIBURGO

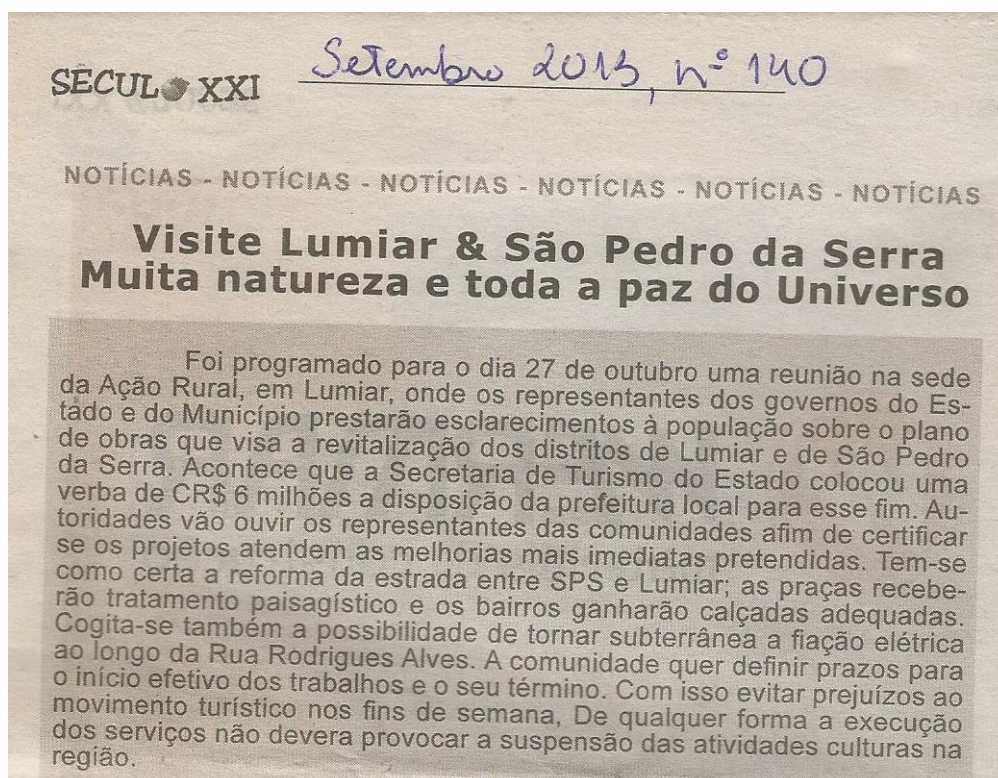
SEBRAE RJ

TURISMO RIO

NOVA FRIBURGO PREFEITURA

Fonte: NOVA FRIBURGO, 2010.

Anexo 24 – Reportagem sobre a obra de Revitalização turística de Lumiar e São Pedro da Serra (2013)



Fonte: ECOLUMIAR, 2013.